

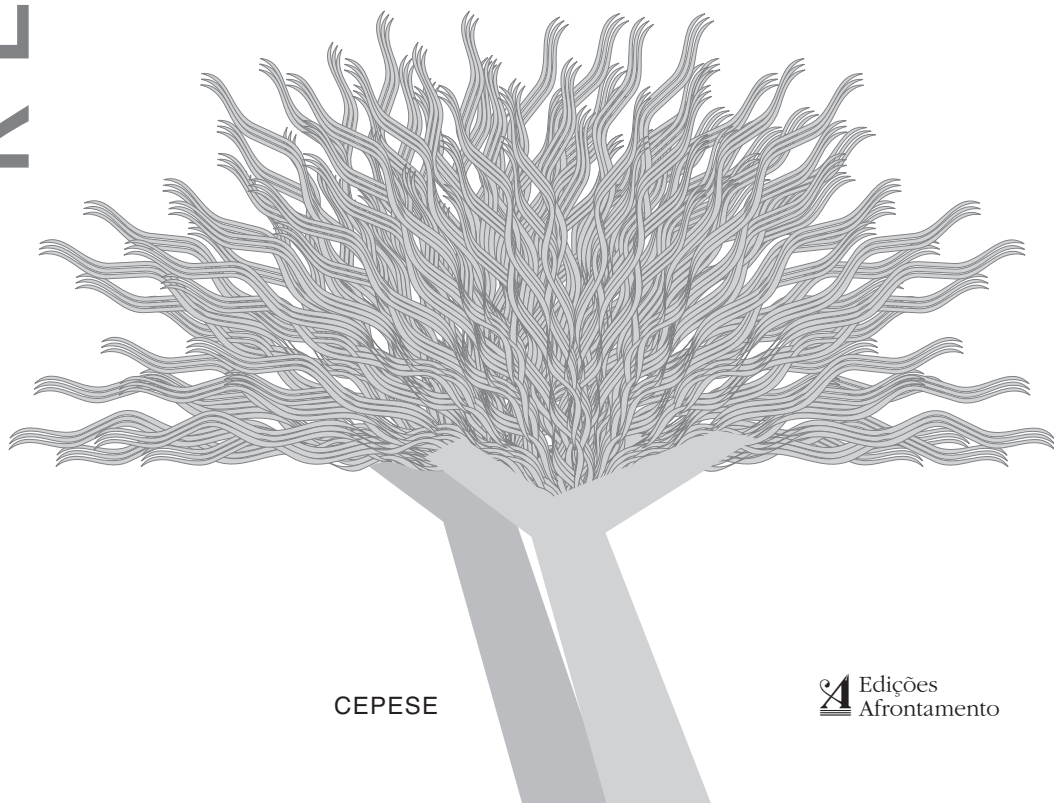
12

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

ESTUDOS E ENSAIOS EM HOMENAGEM
A EURICO FIGUEIREDO



CEPESE

 Edições
Afrontamento

Título

POPULAÇÃO E SOCIEDADE – n.º 12 / 2005

Co-edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 Porto

Telef.: 22 609 53 47

Fax: 22 543 23 68

E-mail: cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

Edições Afrontamento

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

Telef.: 22 507 42 27

Fax: 22 507 42 29

E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

www.edicoesafrontamento.pt

Fundadores

Universidade do Porto

Fundação Eng. António de Almeida

Fernando Alberto Pereira de Sousa – Universidade do Porto

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth – Universidade Nova de Lisboa

Jorge Carvalho Arroiteia – Universidade de Aveiro

Director

Fernando de Sousa

Conselho de Redacção

Maria da Conceição Meireles – Universidade do Porto

Maria Cristina Sousa Gomes – Universidade de Aveiro

Teresa Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa

Secretariado

Paula Barros

Ricardo Rocha

Comissão de Aconselhamento Científico

António Henrique de Oliveira Marques – Universidade Nova de Lisboa

Carlos Lessa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Celso Almuiña – Universidade de Valladolid

Darc Costa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Esther Martinez Quintero – Universidade de Salamanca

Jorge Carvalho Arroiteia – Universidade de Aveiro

Lorenzo López Trigal – Universidade de León

Comissão Científica

Ângelo Vítor Patrício – ISLA Bragança

Artur Manuel Villares Pires de Oliveira – ISLA Porto

Carlos Diogo Moreira – Universidade Técnica de Lisboa

Eurico José Carvalho Figueiredo – Universidade do Porto

Gilberta Pavão Nunes Rocha – Universidade dos Açores

Isabel Babo Lança – Universidade Lusíada do Porto

Isolina Rosa Prior Ladeira Alves Pereira – Universidade Lusíada do Porto

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth – Universidade Nova de Lisboa

José da Cruz Lopes – Instituto Politécnico de Gestão de Viana do Castelo

Maria Antónia Jardim Moreira – Universidade Fernando Pessoa

Maria João Guardado Moreira – Escola Superior de Educação de Castelo Branco

Maria José Moutinho dos Santos – Universidade do Porto

Maria Raquel Freire – Universidade Lusíada do Porto

Capa: João Machado Design

Execução gráfica: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Tiragem 500 exemplares

Depósito legal n.º 94133/95

ISSN 0873-1861

Impresso em Agosto de 2005

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

A *População e Sociedade* é uma revista universitária, do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto, destinada, em princípio, a publicar a produção científica dos seus membros e colaboradores, mas aberta, também, aos investigadores que se debruçam sobre os temas de População, Sociedade e Economia.

- Os artigos para publicação deverão ser entregues em disquete, acompanhada de uma impressão em papel, processados em *Microsoft Word for Windows*.
- Os textos devem ser acompanhados de um resumo, em português e em inglês, até 100 palavras.
- Os artigos serão publicados na língua original do autor.
- Depois de analisados pela Direcção, os artigos serão remetidos, sob anonimato, a dois *referees*, que apresentarão os seus pareceres por escrito. A decisão da publicação terá em consideração os pareceres dos *referees*.
- A revisão das provas tipográficas dos artigos é feita pelos autores, em prazo a fixar.
- Periodicamente, a *População e Sociedade* publicará uma lista dos leitores *referees* da revista.
- A Direcção reserva-se ao direito de uniformizar as referências, notas e citações, adaptando-as ao sistema em vigor na revista.
- A cada autor serão oferecidos 6 exemplares da revista em que se encontra o seu artigo e 30 separatas.
- As opiniões expressas são da responsabilidade dos autores.
- Os originais dos artigos não serão devolvidos.

NOTA DE ABERTURA

O CEPESSE – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade publica, desde 1995, a revista *População e Sociedade*, a qual pretendia, sobretudo, contemplar a produção científica dos seus associados e colaboradores. Contudo, nos últimos anos, os seus números procuraram ser temáticos, respondendo, desse modo, aos Seminários e Conferências organizados pelo CEPESSE, nos quais, logicamente, os membros desta Associação tiveram sempre uma presença relevante. Assim aconteceu com os dois volumes que dedicámos aos Encontros Internacionais de *As Relações Portugal – Espanha* e com outros dois volumes que reuniram as comunicações apresentadas nos seminários *Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto* e *Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro*. Recentemente, publicamos ainda os *Desafios da Democratização no Mundo Global*, dada a relevância e oportunidade desta problemática, onde reunimos um excelente conjunto de artigos de autores nacionais e estrangeiros.

O presente volume destina-se a homenagear o doutor Eurico Figueiredo, sócio do CEPESSE, professor catedrático da Universidade do Porto e homem público de reconhecido mérito, nosso colega e amigo, de quem o CEPESSE, a Universidade e o País ainda têm muito a esperar.

A coordenação desta obra é da responsabilidade da professora Isabel Lança, a quem, em nome da Direcção do CEPESSE, agradecemos vivamente. Esperamos que, em breve, outros números especiais da Revista ou de Publicações autónomas possam vir a ser organizados por associadas (os) do CEPESSE, de forma a melhor podermos cumprir a missão que nos compete enquanto Centro de Investigação das Ciências Sociais em geral, e da História em particular.

O Presidente do CEPESSE

Fernando de Sousa

PREFÁCIO

O meu amigo Eurico Figueiredo é um dos homens grandes da nossa geração e do nosso tempo.

As suas qualidades pessoais, intelectuais e profissionais são conhecidas e mereceram, muito justamente, reconhecimento público e institucional. Eurico Figueiredo fez bem tudo o que decidiu fazer, como clínico, como estudioso das gerações, dos valores e das mentalidades, como professor universitário e como investigador, e espero agora também poder provar os seus vinhos do Douro. Mais determinado e disciplinado do que muitos de nós, seus companheiros de geração, completou o seu doutoramento na Universidade de Genève no termo do exílio político, foi pioneiro do ensino da psiquiatria na universidade pública portuguesa, prosseguiu uma carreira brilhante como docente e clínico, que completou, com a maior distinção, como professor catedrático de Psiquiatria e Saúde Pública no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. Fez tudo isso sem um instante abrandar a sua intervenção política e cívica, que continua com a mesma admirável energia em múltiplas frentes, incluindo a reforma da democracia, a protecção do património ou a defesa do ambiente.

Eurico Figueiredo é um combatente da liberdade. A história do seu percurso político, desde finais dos anos cinquenta, começa por ser a história da oposição portuguesa, no movimento estudantil, no Partido Comunista Português e nos movimentos socialistas de esquerda, em Portugal e no exílio, até à deposição do regime autoritário. Depois do 25 de Abril, já no Partido Socialista, é a história da defesa da liberdade e do pluralismo na revolução e da consolidação da democracia no período constitucional.

Estive muitas vezes ao seu lado, nas lutas estudantis, na greve académica de 1962 e, mais tarde, nos movimentos da esquerda socialista, antes de nos voltarmos a encontrar no Partido Socialista. Eurico Figueiredo, como Presidente da Comissão Pró-Associação de Medicina e na Reunião Inter-Associações¹, foi um dos principais dirigentes do movimento estudantil na greve de 1962, que marca a ruptura decisiva da nossa geração com o regime salazarista e o país triste, reaccionário, cinzento e perdido de que o salazarismo era o outro nome.

Era, na altura, um membro importante do Partido Comunista Português, talvez mais pelo temperamento e pela coragem do que pela vinculação orto-

doxa a um campo ideológico. Na Primavera de Praga, foi um dos primeiros a romper, perante a intervenção insuportável das forças soviéticas contra a tentativa de reformar o regime comunista. O seu espírito de combatente em nada mudou: na *Polémica*² e no grupo de intervenção socialista, de que Genève era a parte externa e uns poucos de nós a parte interna, Eurico Figueiredo esteve sempre na primeira linha, certo da sua convicção de que o regime autoritário estava a chegar ao fim.

A força da sua convicção fez, em parte, a sua razão. O 25 de Abril abriu um novo capítulo da nossa luta, já sem a ameaça permanente da repressão e com responsabilidades acrescidas. Eurico Figueiredo foi dos primeiros a identificar, sempre com a mesma convicção e a mesma certeza, os riscos de uma tentação totalitária na revolução portuguesa, e bateu-se contra essa deriva, nas fileiras do Partido Socialista. Depois da institucionalização da democracia, foi deputado à Assembleia da República e, sobretudo, empenhou-se em causas e animou movimentos cívicos. Mas essas já não eram as lutas decisivas que reclamavam uma entrega sem limites e, portanto, devem ter parecido menos interessantes para um político que só sabia ser militante.

Eurico Figueiredo é um radical por método, um homem de coragem por temperamento, frontal por dever ético e um político de visão que convive mal com a mediocridade. Nesses vários sentidos, continua a ser fiel não só aos valores, como ao espírito da nossa geração política. Vemos nele, talvez com maior nitidez, a decisão precisa de não suportar mais a tirania, a determinação crua de não desistir até à sua destruição e, *last, but not least*, a vontade intacta de não deixar nada, nem ninguém, roubar os nossos sonhos.

Jorge Sampaio

NOTAS

- ¹ Organizações estudantis dos universitários de Lisboa na década de 60.
- ² Revista editada na Suíça, nos anos 70, por emigrantes políticos, contando, entre outros, com os escritos de António Barreto, Carlos Almeida, Eurico Figueiredo, Manuel Lucena, Medeiros Ferreira, Valentim Alexandre.

PREFACE

My friend Eurico Figueiredo is one of the great men of our generation and of our time.

His personal, intellectual and professional qualities are widely known and have earned him public and institutional recognition. Eurico Figueiredo has done well all those things he decided to do – as a physician, as an analyst of generations, values and mentalities, as an academic as well as a researcher. And now I hope to be able to assess what he is achieving as a winegrower in his estate in the Douro region.

More determined and self-disciplined than most of us, his generation fellows, he has completed his PhD in the University of Geneva, Switzerland, at the end of his political exile. Back in Portugal, he developed a brilliant career – both as an academic and as a physician – that culminated with high commendations as a Professor in Psychiatry and Mental Health at Instituto Biomédicas Abel Salazar, University of Oporto. All this has been carried out together with a relentless political and civic intervention that he keeps pursuing with the same admirable energy in many different areas including the reform of democracy, the protection of our cultural heritage or some important environmental issues.

Eurico Figueiredo is a freedom fighter. The history of his political life since the end of the 50's of last century – linked with the Portuguese opposition to the established authoritarian regime – starts with his involvement in the students' movements, in the Portuguese Communist Party and in the left-wing socialist movement both in Portugal and in exile until the fall of that regime. After the April revolution, already a member of the Socialist Party, he fights for freedom and pluralism during the revolutionary times as well as for the consolidation of democracy during the constitutional period.

Very often I have been at his side in the students' fights during the 1962 academic strike and, later on, in the socialist left-wing movement; finally we met again in the Socialist Party. In his capacity as President of the Pro-Association Committee of Medicine, as well as in the Inter-Associations Meeting¹, Eurico Figueiredo was one of the leaders of the students' movement in the 1962 strike which stands, for our generation, as the breaking point with Salazar's

regime and with this sad, reactionary, grey and lost country of which “salazarism” was another name.

He was at that time an important member of the Portuguese Communist Party probably much more due to his character and courage than to any ideological orthodox engagement. In the Prague Spring he was among the first ones to refuse the unbearable intervention of the Soviet army against the attempt to reform the Communist regime. His fighting spirit has never changed: in *Polémica*² as well as in the Socialist Intervention Group, that had both a nucleus abroad (in Geneva) and a domestic one represented by a few of us, Eurico Figueiredo has always been in the forefront, convinced as he was that the authoritarian regime was coming to its end.

His conviction stood at the very basis of his reason. The April revolution opened a new chapter in our fight now devoid of the continuous threat of repression but with some added responsibilities. Eurico Figueiredo was one of the first to identify – with the same conviction and the same certainty.

– The risk of a totalitarian shift in the Portuguese revolution and he fought against it within the Socialist Party. Once democracy got stabilized he was appointed a MP and became deeply involved in different causes and civic movements, but those were no longer decisive fights demanding his full commitment. They probably appeared less interesting to this politician who was used to an active militancy.

Eurico Figueiredo is a methodical radicalist, a genuine brave man, a direct person ruled by ethical principles and an acute politician who cannot stand mediocrity. In all the areas in which he intervenes he keeps being faithful to the values and spirit of our political generation. In him we can quite clearly see the resolve not to stand tyranny, the raw determination never to rest until its utter destruction and – last but not least – the intact will not to let anything or anyone steal our dreams.

Jorge Sampaio
(Presidente da República)

NOTES

¹ Students’ organizations in Lisbon during the 60’s. (Notes by the Coordinating Editor)

² A magazine published by a group of Portuguese exiles, among which António Barreto (former Minister of Agriculture); Carlos Almeida (former director of ILO); Medeiros Ferreira (former Minister of Foreign Affairs); Manuel Lucena (researcher in Social Sciences); Valentin Alexandre (researcher and teacher of History at the University); and Eurico Figueiredo. (Notes by the Coordinating Editor)

APRESENTAÇÃO

Em 2000, Eurico Figueiredo funda o movimento “Intervenção Radical”, tendo como áreas de intervenção a globalização, a Europa, o ambiente e o emprego. O objectivo é pugnar pelo desenvolvimento sustentável, pela coesão social e pela democracia participativa. Na Convenção Fundadora, a 27 de Maio de 2000, encara a semântica da designação escolhida:

“Somos radicais no respeito pelo essencial, na procura do fundamental, do decisivo. Somos radicais na anunciação e no empenhamento reformista do sistema político, social e económico. Assumimos o radicalismo como uma ética de frontalidade. De determinação. A clareza das alternativas é condição para o enriquecimento dos debates e transparência dos compromissos, mesmo quando se procuram consensos nas negociações indispensáveis à actividade política”¹.

Este Homem que, aos sessenta e um anos, define o radicalismo que assume como uma ética de frontalidade, de determinação, é quem, precisamente, ao longo da sua vida política, cívica e académica, e da sua actividade médica de psiquiatra, utiliza a mesma determinação e a mesma frontalidade nos debates em que intervêm, nas investigações que conduz, e nos ideais e valores que sustenta, tal como o fez nas instituições em que colaborou, nos compromissos em que se engajou e nas lutas que defendeu. A demonstrá-lo, temos o conjunto diversificado e heterogéneo de textos que se seguem, textos estes que ora visam o investigador, o académico, o psiquiatra, o político, ora nos revelam o cidadão comprometido na participação cívica, o amigo, o homem da terra, o sonhador.

Espírito questionador e impaciente, homem de reflexão e de acção, apaixonado por causas e engajado, Eurico Figueiredo não resiste à exposição pública das ideias que defende e dos princípios que o norteiam, assim como à intervenção política e à defesa das causas (sociais, culturais, ecológicas e políticas) que abraça. Com tudo isto cruza a sua actividade clínica e universitária de psiquiatra e psicanalista, atento aos problemas da maternidade e da paternidade, e projectando no entendimento das gerações os valores destas, tal como as concepções de “imortalidade simbólica” e de “identificação por delegação” que teorizou.

A homenagem a Eurico Figueiredo, que aqui se apresenta, inaugura-se com o retrato do universitário e do político traçado criteriosamente por Fernando de Sousa. As diferentes dimensões reveladas habilitam-nos a percorrer um caminho multifacetado em que as ideias se entrecruzam com as práticas e com a acção pública.

A publicação inclui artigos científicos construídos em torno das concepções que Eurico Figueiredo desenvolveu, depoimentos relativos à sua actividade e participação em instituições, textos sobre a sua intervenção cívica e acção pública, e ainda os testemunhos dos amigos de há décadas. Por último, conta com quatro textos de Eurico Figueiredo sobre grandes temas de interesse nacional e mundial, no caso, gravuras de Foz Côa, globalização, participação cívica e família. Estes textos ajudarão a melhor compreender as tomadas de posição e as ideias defendidas pelo autor ao longo da sua vida, assim como, graças à clareza das análises e ao fundamento expresso das posições assumidas, contribuirão retrospectivamente (para quem tenha seguido o fio condutor da obra) para uma maior inteligibilidade de grande parte dos artigos aqui incluídos.

Nesses quatro escritos – que nos seja permitido começar pelo fim para, de seguida, voltar ao início –, reencontramos as preocupações dominantes e recorrentes de Eurico Figueiredo. Preocupações que se prendem com as questões dos movimentos cívicos e dos laços sociais que estes tecem entre cidadãos (mesmo se efémeros), com as questões da democracia e da ligação da democracia directa aos movimentos cívicos, com as questões da regionalização, da globalização, da construção da cidadania europeia, do desenvolvimento sustentável global, dos problemas a nível ambiental, social e de direitos humanos, em suma, com as questões das políticas sociais, ambientais e culturais, neste último caso, especificamente, com a defesa da preservação e valorização do património cultural. Inquietações com a crise no trabalho, com o trabalho doméstico não remunerado defendendo a valorização do trabalho familiar, com as condições de vida e de socialização, com a coesão social, com a solidariedade cimentada na cidadania e nos movimentos cívicos, sejam eles de carácter local, nacional ou internacional. Preocupações decorrentes das transformações na família, das questões da maternidade e da paternidade, da vinculação, da construção da identidade, dos valores e das gerações, da natalidade e da quebra demográfica. Apreensões também com os problemas da saúde e com as políticas proibicionistas na área da toxicod dependência.

As questões da maternidade e da paternidade (ver artigo de Bárbara Figueiredo, “Psicopatologia da Maternidade e Paternidade”), as questões dos valores (ver artigos de Medeiros Ferreira e Isabel Babo Lança sobre os estudos de Eurico Figueiredo sobre os valores), os problemas e dinâmicas da intervenção cívica, desde o referendo sobre a regionalização e o movimento cívico regionalista “Portugal Plural” (ver artigo de Fernando Condesso sobre “Os fundamentos da ideia regionalizadora e o papel de Eurico Figueiredo no processo referendário da década de noventa”) à defesa do património cultural nas gravuras de arte rupestre (ver artigo de Carlos Antunes, “Passado e futuro de uma relação de amizade... passando por Foz Côa”), tal como as questões sociais e políticas prementes e complexas, como a questão da droga (ver artigo de Paulo Mendo, “Eurico Figueiredo e a política da droga”) e a questão do aborto (ver artigo de António Braga, “Interrupção voluntária da gravidez: por convicções fundadas”), são uma constante na reflexão e acção de Eurico Figueiredo,

enquanto cidadão interveniente, homem político, médico e universitário. Não nos espantará que uns assuntos reenviem para os outros, quando o autor se ocupa de questões da vida: da família, da maternidade e paternidade, da descendência, do património, das políticas sociais e de saúde, do ambiente, etc. Tanto quanto confirmamos a sua capacidade ímpar de ligar o pensamento à acção, a teoria à prática, a actividade clínica às políticas e práticas de saúde. Como observa Nuno Grande, “a acção do Eurico Figueiredo desenvolvia-se em contacto com as estruturas de Saúde, numa actividade clínica que se tornou paradigmática pela convergência da acção social com a da assistência na doença” (p. 144).

Estas inquietações e interrogações conduziram e conduzem, no homem de reflexão e acção que ele é, não somente à análise das questões e aos debates públicos, como à constituição de movimentos cívicos de acção pública e intervenção política. São exemplos disso a criação do movimento cívico antiproibicionista “Soma”, que lançou o debate sobre as políticas de combate à toxicodependência em Portugal (ver Paulo Mendo, “Eurico Figueiredo e a política da droga”; Eurico Figueiredo, “Movimentos cívicos e cidadania”); o “Movimento para a Salvaguarda das Gravuras de Foz Côa”, constituindo-se como movimento cívico pela preservação das gravuras rupestres (ver Carlos Antunes, “Passado e futuro de uma relação de amizade... passando por Foz Côa”; Eurico Figueiredo, “Movimentos cívicos e cidadania”); a participação no movimento cívico regionalista “Portugal Plural” (ver Fernando Condesso, “Os fundamentos da ideia regionalizadora e o papel de Eurico Figueiredo no processo referendário da década de noventa”; Eurico Figueiredo, “Movimentos cívicos e cidadania”); e a fundação do movimento “Intervenção radical”, a propósito do qual o autor proclama: “faremos de cada intervenção um acto de cultura, exploraremos novas formas de participação democrática...” (Eurico Figueiredo, “A declaração de Tomar e a globalização”, p. 236).

No grupo de artigos de investigação, Frederico Pereira, num belo texto, faz-nos deambular por um *Eurico Figueiredo: psicanalista de interfaces*, que cruza o passado, construído a partir do presente (a *Saudade...*), com o futuro (das gerações e das inquietações...), segundo uma “dinâmica da temporalidade tal como ela é vivida, elaborada e transformada pelo Sujeito humano”. Manuela Fleming trata a questão da *saída de casa: a separação da família na pós-adolescência*, dando conta dos estudos efectuados nesta importante área que, graças à autora e às suas abordagens, se tornou domínio de investigação entre nós. “A saída de casa” é, precisamente, encarada como tratando-se de uma das experiências mais importantes da adolescência. Bárbara Figueiredo esclarece-nos sobre a contribuição de Eurico Figueiredo nas importantes questões da *Psicopatologia da Maternidade e Paternidade*, a partir de uma revisão e apresentação dos estudos empíricos mais recentes levados a cabo neste campo. Isabel Babo Lança ocupa-se de *Uma reflexão sobre valores*, centrando-se na pluralidade de valores na

nossa actualidade, ligados a campos de actividade diversos ou a múltiplos domínios da vida, como analisou Eurico Figueiredo nas gerações de 60, 80 e 90 em Portugal. Carlos Amaral Dias e Luis Manuel Jesus Loureiro trabalham o problema do *Sentimento de imortalidade simbólica e ansiedade perante a morte em toxicodependentes*, configurando uma nova perspectiva esclarecedora sobre o carácter autodestrutivo dos toxicodependentes e sobre o consumo como “factor de redução do nível de ansiedade perante a morte”, mas contribuindo ao mesmo tempo “para a redução do sentimento de imortalidade simbólica”. Paula Isabel Santos guia-nos na compreensão dos conceitos de *Imortalidade simbólica e identificação por delegação (Os contributos de Robert Jay Lifton e Eurico Figueiredo)*, temática esta que retoma as questões fundamentais da temporalidade, das gerações (e dos valores que se transmitem), da maternidade e da paternidade, aliadas à angústia da morte e projecção no futuro.

Acerca da actividade de Eurico Figueiredo em prestigiadas instituições de ensino, investigação e saúde, sucedem-se dois depoimentos de eméritos investigadores e profissionais. Nuno Grande traça o percurso de Eurico Figueiredo *nas Biomédicas*, não sem antes nos transmitir a vocação científica e de investigação, os objectivos programáticos e as estratégias pedagógicas da “instituição de ensino e investigação multidisciplinar” que é o Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto. António Leuchner, por sua vez, testemunha a participação entusiasta e fortemente vivida de Eurico Figueiredo *no Hospital de Magalhães Lemos*, sublinhando “a sua vocação maior: a da formação e investigação, quer ao nível do Internato Médico, quer da educação permanente dos técnicos” (p. 150).

Seguem-se os textos sobre a participação e intervenção cívicas: de Paulo Mendo sobre *Eurico Figueiredo e a política da droga*, de Carlos Antunes sobre *Passado e futuro de uma relação de amizade... passando por Foz Côa*, de Fernando Condesso sobre o movimento cívico *Portugal Plural*, de António Braga sobre *Interrupção voluntária da gravidez: por convicções fundadas*.

De Medeiros Ferreira e de António Barreto publicamos os testemunhos dos académicos e amigos de sempre. Medeiros Ferreira, em *Eurico Figueiredo indagador*, traça-nos uma breve e cativante história das transformações sofridas pelas vidas pública e política portuguesas, desde os movimentos estudantis de 60 à década de 90, período no qual se inscrevem a acção política desenvolvida por Eurico Figueiredo e os estudos sobre os valores e as gerações por este empreendidos. “Pelo Douro, pelo vinho e sobretudo pelo Eurico” (p. 217), António Barreto associa-se ao lançamento do vinho “*Solar do Prado*” (de Eurico Figueiredo), tecendo as ligações existentes entre ambos, e entre eles e o Douro. De amizade e ligação a Trás-os-Montes consta também o testemunho de António Tavares-Teles que, por último, nos traça o retrato do jovem Eurico, “vibrante, magnético, ... agitador”, interessado por política, literatura, poesia, pintura e música, e, tal como hoje, impulsionado e movido pela vida!

É esta versatilidade daquele que aqui homenageamos que António Barreto descreve de modo magistral: “Não deixa de ser curioso ver um homem que per-

correu todo o universo urbano, os estudos, a academia, a política, a medicina, a ciência e vários continentes, decida, aos sessenta anos, produzir vinho... Não é todos os dias que encontramos um agricultor que foi quase tudo, revolucionário, exilado, doutor, professor, escritor e deputado” (p. 218).

Para terminar, não posso deixar de exprimir o meu vivo agradecimento a Fernando de Sousa, que me encarregou de coordenar esta publicação, e a Eurico Figueiredo que, com trato distinto, me sugeriu o nome dos colaboradores, disponibilizando-se para os contactos pessoais. Agradecimentos extensivos aos ilustres colaboradores que, desde a primeira hora, manifestaram interessado empenho na sua participação. Resta-me expressar a certeza da justeza desta homenagem e a convicção que da leitura que agora se inicia se possa dizer que valeu a pena.

Isabel Babo Lança

NOTAS

- ¹ Ver, nesta publicação, o texto de Eurico Figueiredo, “A declaração de Tomar e a Globalização” (citação p. 237).

EURICO FIGUEIREDO O UNIVERSITÁRIO E O POLÍTICO

Fernando de Sousa

INTRODUÇÃO

Eurico Figueiredo é um trasmontano rijo e agreste, apegado à terra, como imaginamos serem todos os naturais de Trás-os-Montes, e que têm em Miguel Torga (que ele bem conheceu e que não escondia a sua preferência por Eurico para líder do PS) o seu representante máximo. É um cidadão que, desde muito jovem, tomou posição sobre os problemas mais agudos da sociedade portuguesa. É um professor universitário de relevo nacional e internacional, que soube conquistar o reconhecimento da comunidade científica, sem que, por tal, algum dia tivesse esgotado a sua energia, o seu entusiasmo e o seu saber em tal profissão. É um médico psiquiatra, atento à voz dos doentes e às vozes do mundo. É um político que se empenhou e empenha, com ardor, nos combates em que acredita, mesmo quando os sente perdidos. Enfim, é um agricultor que tem procurado dar ao Alto Douro o melhor do seu conhecimento e do seu saber.

Personalidade múltipla e complexa, extremamente difícil de apreender, aqui fica um abreviado curriculum das suas funções e preocupações enquanto médico, universitário e político, e um testemunho de três décadas de camaradagem e amizade, pautadas por longas ausências, mas animadas, durante mais de dez anos, por um convívio permanente, na Assembleia da República e Assembleia da OTAN.

1. O HOMEM

Eurico Figueiredo aposentou-se aos 64 anos como professor catedrático de Psiquiatria no Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto desde 1985, director do Serviço de Psiquiatria também desde 1985.

Foi vogal da Comissão Instaladora do Curso Superior de Psicologia da Universidade do Porto (1977-1979); director de Internato do Centro de Saúde Mental Ocidental do Porto (1981-1985); presidente do Conselho Directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar (1983-1984); director do Centro de Saúde Mental Ocidental do Porto (1985-1988). É membro do CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Uni-

versidade do Porto, desde 1997, e do Grande Conselho da Fundação Bissaya-Barreto.

Animador de movimentos cívicos, tendo sido o primeiro português a solicitar a suspensão dos trabalhos de construção da barragem de Foz Côa, foi co-fundador do *Movimento para a Salvaguarda das Gravuras de Foz Côa* (1992); da associação antiproibicionista SOMA (1993) na área da toxicodependência; do *Tribunal da Água* (1993), para combater o plano hidrológico espanhol; do *Portugal Plural* (1997), para defender a regionalização; e da *Intervenção Radical* (2000), para acautelar um desenvolvimento sustentável, a coesão social e democracia participativa.

Eurico Figueiredo foi um dos raros deputados que até hoje melhor souberam articular a actividade parlamentar com a intervenção cívica, sempre que o momento e o objectivo o justificavam. Se mais não constasse no seu curriculum, esta característica, por si só, exigiria a sua presença no Parlamento...

Em 1998 foi agraciado com a Grã Cruz da Ordem da Liberdade e, também nesse ano, recebeu o Prémio Internacional da Federação Internacional das Organizações de Arte Rupestre, pelo papel que desempenhou na condução do processo político que conduziu à salvaguarda das gravuras de Foz Côa, entretanto reconhecidas como Património Mundial.

2. O MÉDICO E O UNIVERSITÁRIO

Estudante das Faculdades de Medicina de Lisboa, Coimbra e de Lausanne, Suíça, licenciou-se em 1967.

Nos anos de 1967-1975 teve funções clínicas e docentes na Universidade e Hospitais Públicos de Genebra, Suíça. Primeiro de Assistente Estrangeiro nos Serviços de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Genebra; entre 1968 e 1971 desempenha as funções de assistentes nos Serviços de Psiquiatria da mesma Universidade. Em 1971, passou a Chefe de Clínica Adjunto no Centro Psicossocial Universitário de Genebra; em 1972, a Chefe de Clínica, e em 1974, a Primeiro Chefe de Clínica, funções que manteve até 1976.

Doutorou-se pela Universidade de Genebra, em 1976, com a tese *Les épisodes schizophréniques aigus et les Unités de Jour. Essai sur l'utilisation d'un traitement original: La trithérapie*, tendo obtido a nota máxima de “excelente”. O doutoramento foi equiparado ao grau de Doutor em Medicina pelas Universidades Portuguesas.

De 1976 a 1978, participou no ensino da cadeira de Psiquiatria na Faculdade de Medicina do Porto.

De 1977 a 1992, teve ao seu cargo a regência das seguintes cadeiras: no Curso Superior de Psicologia da Universidade do Porto: *Inserção da Psicologia nas Ciências Humanas* (1977); *Psicopatologia Geral e Especial* (1977-79); *Seminário de Grupos em Saúde Mental* (1979-80); *Saúde Mental* (1979-80); no

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar: *Psicologia Básica* (1978-81); *Psicologia Médica* (1979-85 e 2000-2003); *Psiquiatria* (1980-92).

Em Portugal, no ano de 1978, ganhou o concurso para Chefe de Clínica no Centro de Saúde Mental Ocidental do Porto (Hospital Magalhães Lemos), tendo assumido a organização do Centro de Prevenção e Crise, depois do Serviço de Psiquiatria Ambulatória do Porto e finalmente, com a sectorização deste Centro de Saúde Mental, foi Director do Serviço de Psiquiatria.

Fez provas de Agregação em Psiquiatria e Psicoterapia Médica na Universidade do Porto em 1982, tendo a lição de síntese, pré-publicada, por título, *Maternidade e Ansiedade*. Foi aprovado por unanimidade.

Concorreu, com sucesso, para o provimento do lugar de professor catedrático de Psiquiatria e Saúde Mental do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, em 1985, passando a professor catedrático de nomeação definitiva em 1987.

Em 1988-1989, passou um ano de licença sabática nos Estados Unidos da América, no Mental Research Institute (M.R.I.), de Palo Alto, aprofundando técnicas de intervenção sistémica no quadro do casal e família.

Entre 1993 e 2000, no mestrado de Psicopatologia e Psicologia Clínica do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA – Lisboa), ensinou *Psicopatologia e Estruturas Familiares* e *Seminário de Dissertação*. Desde 1995-2000, na licenciatura de Psicologia do mesmo Instituto, leccionou o *Seminário de Monografias* e, entre 1996-2000, *Temas Avançados de Saúde Mental*.

Entre 1995-1999, como professor do ISPA, participou nos mestrados de Psicologia Clínica da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em Porto Alegre, e posteriormente, a título pessoal, em Manaus.

Nos anos de 1997 a 2000, leccionou *Saúde Mental* nos mestrados do Instituto Superior Miguel Torga, e actualmente lecciona *Psicofarmacologia* na licenciatura de Psicologia e novamente *Saúde Mental* nos mestrados do mesmo Instituto.

Efectuou uma vasta formação em psicoterapia (analítica individual, de grupo e institucional, em relaxação, psicodrama, terapias comportamentais, da família e do casal) e exerce actividades clínicas e de formação nesta área, sendo Membro Didacta da Sociedade Portuguesa de Psicanálise e da Sociedade Portuguesa de Psicodrama.

Efectuou dezenas de comunicações, conferências e palestras na sua área académica, animou mesas redondas e organizou encontros, simpósios, ciclos de conferências, etc., tendo, entre outros, presidido ao Primeiro e ao Segundo Encontro Internacional de Família e Saúde Mental (1981 e 2001), ao Encontro Internacional de Psicologia e Cultura (1981), *Primórdios da Comunicação Humana* (1983), e ao Primeiro Congresso Português de Adolescência e Saúde Mental (1985).

Publicou largas dezenas de trabalhos e livros, que referenciamos no final deste texto.

3. O POLÍTICO

Com 16 anos, Eurico Figueiredo iniciou a sua actividade política no MUD Juvenil. Participou activamente, aos 18 anos, na campanha do General Humberto Delgado, tendo sido um dos 400 signatários do pedido de demissão de Salazar.

Como Presidente da Comissão Pró-Associação dos Estudantes de Medicina de Lisboa foi dos mais destacados dirigentes das greves de 1962. Na sequência destas greves e da sua participação na greve de fome, foi expulso por trinta meses da Universidade de Lisboa, o que o impediu de tomar posse do lugar, apesar de ter sido eleito Secretário-geral das R.I.A., órgão dirigente do movimento estudantil de Lisboa.

Em Coimbra, de 1962 a 1965, participou activamente na reorganização do movimento estudantil local. Entretanto, em Agosto de 1962, foi eleito, em Reunião Nacional do Movimento Estudantil, como o primeiro Secretário-geral do Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses (SNEP), que incluía nomes como Manuel Lucena e Alexandre Alves Costa, órgão que tinha como funções a dinamização e coordenação do Movimento Estudantil Português.

Funda, em 1963, na mesma cidade, o movimento clandestino “Movimento Sindical Estudantil”, que durante anos coordenou a actividade estudantil antifascista e que dirigiu com outros estudantes, como António Correia de Campos, Medeiros Ferreira, Nuno Bredorode dos Santos e Valentim Alexandre.

Foi membro da Comissão Executiva Nacional (interior) da Frente Patriótica de Libertação Nacional, de 1963 a 1965, até ao seu exílio.

Preso três vezes pela PIDE, por curtos períodos, viu-se finalmente obrigado ao exílio, em 1965, na Suíça, onde viveu até 1976.

Estudante no exílio, foi eleito, em 1965, pelos representantes das associações e núcleos de estudantes portugueses no estrangeiro, Secretário-geral do então criado Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro, funções que exerce até 1967, tendo-lhe sucedido António Barreto. Na Suíça, desenvolveu uma intensa actividade política, em estreita ligação com Portugal (entre outros, com Jorge Sampaio) e com a Argélia (sobretudo com Manuel Alegre e Piteira Santos). Criou, em 1970, com António Barreto, Carlos de Almeida, Manuel Lucena, Medeiros Ferreira e Valentim Alexandre a revista *Polémica*.

Militante do PCP desde os 18 anos, abandonou este partido em 1968, no mesmo dia em que as tropas russas invadiram a Checoslováquia, como sinal de protesto contra este facto.

Militante do Partido Socialista desde Agosto de 1974, foi várias vezes membro da Direcção Nacional e Política deste partido, que abandonou em 1999, em discordância com António Guterres, temendo, o que se veio a verificar, o esgotamento da capacidade reformista da equipa do então primeiro-ministro.

Deputado de 1983 a 1985 e de 1991 até 1999, foi, entre outros cargos,

deputado à Assembleia da NATO e Presidente da Comissão da Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente (1995-1999).

Tem-se preocupado sobretudo com a problemática da defesa do ambiente e do património, dando particular atenção ao tema dos rios internacionais de Portugal. Animou, como já vimos, o movimento cívico *Tribunal da Água* (1993-1994), tendo como objectivo combater o Plano Hidrológico Espanhol, e no caso da polémica barragem de Foz Côa, conduziu todo o processo político que levou à tomada de decisão da paralisação dos trabalhos de construção, com a consequente preservação das célebres gravuras de Foz Côa, que se transformaram em património mundial.

Interveio e intervém na área jornalística, ora episódica, ora regularmente, com artigos de opinião. Com regularidade, colaborou mensalmente na revista do *Jornal* (1987), semanalmente com artigos de opinião no *Jornal de Notícias*, (1988-1989), na revista *Sábado* (1992), no *Expresso* (1993-1995) e quinzenalmente no *Público* (1998).

4. NA POLÍTICA (1983-2000)

Por decisão dos deuses e desafio dos homens, acontece que, em 1983, tanto Eurico Figueiredo como eu próprio, fomos convidados por Raul Brito, presidente da Federação Distrital do Porto, e pelo nosso querido e saudoso amigo, José Luís Nunes, figura cimeira do Partido Socialista no Porto, para deputado à Assembleia da República.

Eu, colega do José Luís Nunes, (estávamos ambos na Direcção do Ateneu Comercial do Porto quando veio o 25 de Abril de 1974), independente, mas, na prática, no Partido Socialista desde 1974, uma vez que, desde então, participei em todas as suas manifestações e comícios, nas sessões de formação desenvolvidas pelo PS sobre o Movimento Operário, e acompanhei sempre António de Macedo, Mário Cal Brandão e José Luís Nunes, nas numerosas manifestações cívicas que ocorreram entre 1974 e 1976. Eurico Figueiredo, que já era membro do Partido Socialista desde 1974, também o foi.

A partir da reunião que teve lugar em 1983, no Hotel Dom Henrique, Porto, onde, com Mário Soares e Jaime Gama, fomos apresentados como candidatos a deputados à Assembleia da República pelo PS, passei a conviver com o Eurico mais assiduamente.

Manifestámos então, nessa atribulada legislatura de 1983-1985, em que o País, segundo Mário Soares, estava em risco de se tornar ingovernável, por iniciativa do Eurico, a intenção de apresentarmos um projecto da Lei de Bases da Família. E, depois de afinarmos agulhas, fomos falar com Mário Soares, então primeiro-ministro, a quem expusemos tal objectivo.

Cordial e afável como sempre foi, Mário Soares não disse que não, mas, por outras palavras, achou pouco oportuna a apresentação de uma Lei de Bases da Família por parte do PS, matando, assim, à partida, o nosso projecto.

Foi também nessa legislatura que o Eurico Figueiredo manifestou reservas à iniciativa legislativa do PS quanto à interrupção voluntária da gravidez, com a qual estava de acordo quanto à proposta, mas assumindo uma visceral distância em relação ao militantismo pró-aborto. Tendo sempre em linha de conta os direitos do feto, os direitos de filiação e, obviamente, da mulher à maternidade, devendo estes sobrepor-se aos do direito ao aborto. No texto que adiante publicamos, as suas posições mitigadas já fazem adivinhar as divergências que se vieram a exprimir nos debates da legislatura de 1995-1999 sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Excerto da intervenção de Eurico Figueiredo na Assembleia da República, a propósito da interrupção voluntária da gravidez (1984)

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aqueles que, como nós, não fundamentam em postulados metafísicos indiscutíveis as suas opções em assuntos tão controversos como o da despenalização de certas formas de interrupção voluntária da gravidez estão certamente mais atreitos à dúvida e à necessidade de que a informação científica venha ao encontro das razões éticas que norteiam as suas opiniões.

Baseando as nossas opções em conceitos éticos tão gerais como o respeito pela vida, encaramos com preocupação a exclusão de ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária de gravidez.

Tendo como dado científico assente que todas as manifestações de vida obedecem a planos biológicos gerais que apenas se diferenciam nas suas formas de expressão, o nosso respeito pela vida traduz-se em simpatia e solidariedade para com ela.

Nenhuma razão metafísica e ainda menos científica nos permite considerar a transcendência exclusiva do homem. A nossa simpatia e solidariedade é todavia, obviamente mais sentida para com a nossa espécie.

Sentimos, pois, graus diferentes de solidariedade que, como atitude geral, se traduz numa necessidade de intervenção ecológica e pacifista. A vida na terra encontra-se ameaçada por catástrofes ecológicas e termonucleares: eis o grande problema do nosso tempo.

A todos os momentos a solidariedade geral para com a vida se manifesta na sua conflitualidade: todos, todos os dias, destruímos vida para sobrevivermos.

É nesta lógica de conflito que nos colocamos quando somos postos perante a necessidade de manifestar uma opinião face aos 2 projectos em discussão referentes à interrupção voluntária da gravidez.

A nossa opção ética de fundo vai no sentido de aceitarmos o sacrifício das actuais gerações para bem das gerações futuras. A dívida que temos para com civilizações, culturas e gerações passadas justificam-na plenamente.

Admitir a exclusão de ilicitude em certos casos de interrupção voluntária da gravidez põe em questão toda a política da família.

A discussão dos projectos de lei sobre educação sexual, planeamento familiar, protecção e defesa da maternidade, são, todavia, suficientes para podermos avançar com uma opinião sobre a matéria em questão. Uma sexualidade e um planeamento familiar

responsáveis e conscientes são condições necessárias para uma maternidade que também o seja.

Facilitar a interrupção voluntária da gravidez com vagas e imprecisas razões económicas e sociais cria condições para uma maternidade, um planeamento e uma sexualidade irresponsáveis: o projecto do PCP é, nesta área, na nossa modesta opinião, rejeitável. Parecendo, a curto prazo, mais justo e procurando atacar a prática do aborto clandestino, será, a nosso ver, a médio prazo mais injusto. Promova-se a educação sexual e o planeamento familiar, e assim atacaremos preventivamente na raiz a origem dos males, isto se a política do actual Governo também for capaz de lançar perspectivas para um novo processo de desenvolvimento económico e de justiça social: eis o pano de fundo da questão.

(Diário da Assembleia da República, de 27 de Janeiro de 1984)

A sua posição causou algum incómodo entre os deputados do PS mais simplistas, e recordo a tensão e a expectativa gerada no plenário, aquela entre os deputados do PS e esta entre os deputados do PSD e do CDS, quando o Eurico tomou a palavra para fundamentar as suas posições.

A legislatura foi abruptamente interrompida pelo Presidente da República, Ramalho Eanes e tanto o Eurico, como eu, na sequência da hecatombe do PS nas eleições de 1985, voltámos para a Universidade do Porto. Não sem antes Eurico, à revelia da posição da direcção do grupo parlamentar imposta pelo governo de Bloco Central, ter votado contra a Lei de Segurança Interna que permitia graves atropelos às Liberdades Democráticas e Direitos Humanos. Por esta atitude e por publicamente ter tratado com alguma displicência os deputados que, contrariados, votaram a lei, foi objecto de um “julgamento” no grupo parlamentar para que se retratasse. Sem sucesso...

Em 1991, ambos regressámos ao Parlamento. O Eurico, desafiado por Jorge Sampaio, secretário-geral do PS, para ser cabeça de lista pelo Distrito de Vila Real, eu pelo Distrito do Porto, pela mão do meu querido amigo João Soares, que liderava a única sensibilidade no PS contrária a Jorge Sampaio, e da qual eu sempre tinha feito parte, convencido, como ainda estou, de que o soarismo reformista constituiu e deve constituir a essência do Socialismo português.

Desde logo, partilhámos o mesmo gabinete, durante longos anos, o que me permitiu, nas horas de trabalho, de convívio e de diálogo, conhecer melhor a personalidade e o pensamento do Eurico.

Ainda no tempo de oposição do PS e do último Governo de Cavaco Silva (1991-1995), o Eurico foi porta-voz do PS para a Saúde. Então, defendeu posições antiproibicionistas, proibicionismo que na altura ninguém ousava por em causa. Fê-lo sem consultar o engenheiro António Guterres, então secretário-geral do PS. Num certo dia de 1992, encontrava-se reunido o Secretariado Nacional do PS, a que eu também pertencia. De repente, entra pela sala da reunião, alterado, um dos lugar-tenentes de António Guterres, dizendo que o

Eurico acabava de assumir para os órgãos de comunicação social posições críticas aos proibicionistas.

Grande alvoroço entre todos os presentes, até que o secretário-geral do PS lembrou que tais afirmações só diziam respeito ao Eurico, não ao PS, e como tal, far-se-ia imediatamente uma comunicação à imprensa, demarcando-se totalmente das posições do porta-voz para a saúde.

António Guterres chegou mesmo a afirmar à comunicação social que Eurico “estava louco”. Ao que este respondeu, para a mesma comunicação social: “em matéria de loucura sou eu o professor catedrático!”.

Foi nesta conjuntura que o Eurico Figueiredo lançou a Associação Cívica AntiProibicionista (SOMA), de que foi presidente do conselho científico, movimento que teve um papel relevante no polémico debate sobre políticas alternativas às práticas seguidas quanto à toxicodependência.

Nas eleições legislativas de 1995, ano em que o PS ganhou as eleições e o engenheiro António Guterres passou a assumir funções de Primeiro-Ministro, o Eurico foi de novo cabeça de lista do PS por Vila Real.

Excerto da sua intervenção na Assembleia da República a propósito da regionalização (1996)

Como português, tenho o sentimento de que a importância da regionalização é de tal ordem que a existência de grandes consensos nacionais, a possibilidade de grande abertura e de grande participação neste processo de regionalização é uma necessidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao iniciar hoje o processo legislativo de regionalização do continente, o PS concretiza o que está inscrito desde sempre no seu Programa, nas propostas dos Estados Gerais, nos compromissos eleitorais das últimas eleições legislativas apontando-o como a mais importante reforma do Estado, no desafio feito ao Grupo Parlamentar do PS nas Grandes Opções do Plano do Governo para o ano em curso. E cumpre-se a Constituição do País, há 20 anos adiada.

Congratulamo-nos com a iniciativa. Por duas vezes nos candidatámos ao Parlamento tendo como primeiro objectivo programático pugnar pela criação da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Às ameaças do PSD de voto de censura ao Governo se o PS não cumprisse as suas promessas eleitorais sucede-se agora, numa insólita situação concordante com um tempo de vacas loucas, o facto de o PSD pretender votar contra uma proposta que, ao fim e ao cabo, corresponde ao cumprimento de objectivos eleitorais.

Por todo este país se animou um imenso sururu por o PS preparar-se para cumprir os seus mais inadiáveis objectivos programáticos. Alarmaram o país com um bacoco «aqui d’el rei», ao mesmo tempo que aculturados cosmopolitas procuram introduzir a desconfiança em relação a princípios básicos da democracia. Na presunçosa opinião de certos iluminados não se reconhece a milhares de portugueses capacidade para escolherem os seus dirigentes regionais nem a de confirmarem, no processo de regionalização, o civismo que têm revelado desde 1976. «Caminharíamos para um novo

PREC», dizem uns; «já devíamos estar em guerra civil», dizem outros. Confirmar-se-ia mesmo o oráculo cavaquista de nos transformarmos numa nova Bósnia!

Felizmente, a dar crédito a sondagens recentes, a maioria dos nossos compatriotas não os acompanham nesses receios antidemocráticos e apocalípticos. Reconforta-nos também constatar que na intenção de voto que agora daria a maioria absoluta ao PS predominam os jovens e os mais escolarizados. Mais, após o início do actual debate sobre a regionalização, a popularidade do Primeiro-Ministro e as intenções de voto no PS tendem continuamente a aumentar.

Tendo perdido o combate político no plano substantivo, procura agora o PSD a todo o custo uma vitória processual.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, no debate sobre a regionalização que aqui hoje se inicia vamos referir-nos apenas ao projecto de deliberação e ao projecto de lei de Criação das Regiões Administrativas, apresentados pelo PS, não sem antes especificar o que esperamos de mais significativo para o país em consequência da regionalização.

Primeiro, reforçar a democracia descentralizada, com dirigentes mais próximos dos eleitores.

Segundo, criar um patamar de planeamento e de coordenação das políticas regionais do nível superior ao municipal capaz de unificar a administração periférica do Estado, funcionando, em relação ao poder central, segundo o princípio da subsidiariedade.

Terceiro, combater as diferenças regionais que agora colocam, por exemplo, a região mais rica do país, Lisboa e Vale do Tejo, a 142% da média nacional e atiram o Douro, no final da sua década de maior produção de riqueza e de exportação de vinho do Porto de sempre, para o fim da escala a 70% da média nacional. Esperamos que a regionalização contribua para inverter um processo de empobrecimento e desertificação humana do interior de Portugal. Os fundos estruturais foram-nos atribuídos dado o atraso do Portugal interior colocando o nosso país, globalmente, abaixo dos 80% da média europeia. Não foi contudo aí, nesse país interior, que estes fundos foram investidos.

Quarto, modernizar a Administração Central que gere com incompetência burocrática e ineficiência cerca de 90% do Orçamento do Estado, o que deve fazer felizes os nossos jacobinos de esquerda e de direita. Quando em Portugal só 7% da despesa pública é atribuído às autarquias, na Holanda esta percentagem sobe para 27% e na Dinamarca para 57%.

Quinto, reforçar a unidade nacional, procurando lutar contra o profundo sentimento de prejuízo que invade os portugueses residentes em dois terços do país desertificado, visando impedir que o interior do país fique definitivamente sob a influência cultural e económica da Espanha. O poder autonómico, como já disse, foi um poderoso factor de reforço da coesão nacional nos Açores e Madeira, facto que não podemos esquecer.

O projecto de lei de Criação das Regiões Administrativas é um bom projecto. Proporciona todas as condições, reforçado pelo projecto de deliberação, para que o mapa da regionalização possa vir a sofrer profundas alterações. Não impõe aos portugueses um espartilho, respeita a Constituição, segue uma metodologia de audições dos portugueses através de associações e agrupamentos de municípios, associações representativas de interesses locais, proporciona também várias oportunidades de correcção das regiões por decisão expressa das populações através das assembleias municipais.

Todos os países da União Europeia têm pelo menos três níveis de administração do Estado. A Grécia e a Irlanda foram os últimos países a introduzir um nível intermédio de regionalização. A proposta do PS aposta em regiões de pequena dimensão num país também pequeno mas relativamente maiores que as de outros Estados integrados na União Europeia e a nós comparáveis. Utilizaremos como modelo mais apropriado de comparação a Dinamarca e a Holanda. Ambos têm um passado histórico, centenário e de forte homogeneidade cultural como Portugal, o que tem servido de argumentos aos anti-regionalistas...

Na Dinamarca, temos 14 províncias num Estado com metade do tamanho de Portugal e pouco mais do que 5 milhões de habitantes. A média das áreas ronda os 3000 km² e a população vai de 200 000 a 600 000 habitantes. A Holanda, ainda mais pequena, com os seus cerca de 35 000 km² mas com uma população de 15 milhões de habitantes, organiza-se em 12 províncias com média de área semelhante à dinamarquesa.

Na proposta do PS, a nível do continente, a média de área ronda os 10 000 km² e a população vai de 2,5 milhões de habitantes na Região de Entre Douro e Minho a cerca de 400 000 em Trás-os-Montes e Alto Douro...

Mas também a Áustria, Estado recente, já deste século, federa oito Estados numa superfície ligeiramente inferior à de Portugal e com uma população de 8 milhões. A Irlanda, também recente mas nação antiga, com dimensão semelhante e 3,5 milhões de habitantes, iniciou nos últimos anos o processo de descentralização com oito regiões.

A proposta do PS de que sejam instituídas nove regiões administrativas, a juntar às duas regiões autónomas já existentes, é perfeitamente defensável! Havendo ainda «pano para mangas» se os portugueses assim o quiserem.

O que se propõe é a regra na Comunidade Europeia em países da nossa dimensão, não é a excepção. Do nosso passado centralista não tenho saudades nenhuma.

(*Diário da Assembleia da República*, de 3 de Maio de 1996)

Durante os meses que antecederam o referendo nacional sobre a regionalização (8 de Novembro de 1998), o Eurico desenvolveu uma intensa actividade a nível nacional, através de reuniões, entrevistas, conferências, visitas às regiões, etc. Um combate esgotante, mas quixotesco, uma vez que o país não estava ainda maduro para abraçar a causa da descentralização/regionalização.

Partidarizou-se muito o debate político, com o PS (*mea culpa* também), a querer impor uma solução pouco consensual e, porventura, burocrática. Os resultados foram desastrosos, e para alguns dirigentes do PS – o primeiro-ministro, António Guterres, que sempre tinha sido um profundo defensor da regionalização, prudentemente, não se empenhou decididamente na campanha –, arrasadores, sobretudo, para alguns dirigentes do PS/Porto, cujo empenhamento pessoal no combate, mais parecendo defender futuros lugares do que princípios ou ideias, se revelou extremamente negativo.

O referendo, em que mais de metade dos portugueses se absteve, acabou por ser recusado por 64% dos votantes. Foi, porventura, este, o mais importante

combate do Eurico na sua vida política recente e aquele que mais o marcou. Paradoxalmente, apesar da regionalização ter sido uma bandeira do PS e do guterrismo, a verdade é que, taticamente, António Guterres e o seu Governo, prevendo um mau resultado no referendo, procuraram dissociar-se dos resultados que este viesse a apresentar.

Esse recuo face à regionalização, por parte do Poder e do PS, foi aproveitado pelos inimigos políticos do Eurico para minar a sua posição. Alguns “influentes” do PS, de horizontes políticos tacanhos, já tinham denegrido e boicotado os esforços do Eurico em prol da regionalização e da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, censurando-o mesmo no auge do processo por faltar a iniciativas caseiras da Federação do PS de Vila Real!

Foi também em 1998 que Eurico Figueiredo voltou a tomar posição na Assembleia da República quanto à interrupção voluntária da gravidez.

Interpelação de Eurico Figueiredo à Mesa da Assembleia da República, sobre a Regionalização (1998)

Sr. Presidente, tivemos conhecimento há uma ou duas semanas, da parte do Sr. Presidente da República, do interesse em que o debate sobre a regionalização suba de nível no sentido de nos ocuparmos menos de mapas, menos de fronteiras e mais de conteúdos, de competências sobre a regionalização. Fiquei surpreendido, tanto mais que, quando o Sr. Presidente da República recebeu no Porto uma comissão das cinco regiões, ao fim e ao cabo, só se discutiram mapas e fronteiras. Mas, mais grave do que isso, houve da parte dessa comissão afirmações que são completamente erróneas, pois pretende que cinco regiões são mais consensuais do que oito.

Ora, atendendo a que no Livro Verde Consulta pública sobre a regionalização nenhum município a norte do rio Douro, nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real e Bragança, falou na região norte, nem na zona norte – repito, nenhum município –, gostava de saber que maneira tenho de informar o Sr. Presidente da República do resultado desta consulta pública para que, de facto, o problema do mapa, o problema das fronteiras se arrume de uma vez para sempre e para que possamos fazer debates sérios como o Sr. Presidente da República sugeriu.

(Diário da Assembleia da República, de 12 de Março de 1998)

O seu grande combate nesta legislatura foi, porém, o da regionalização. Autor do relatório da Assembleia da República sobre a regionalização, em 1997, decidiu fundar e dinamizar o movimento em favor da regionalização, o *Portugal Plural*, que envolveu a maior parte dos reitores das universidades portuguesas públicas e privadas, intelectuais, empresários, cientistas, artistas, quadros de administração pública, etc., e de que eu também fiz parte. Eurico distinguiu-se, sobretudo, na defesa da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, da sua identidade e integridade.

Parte da intervenção de Eurico Figueiredo, a propósito da interrupção voluntária da gravidez (1998)

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos de confessar que a lei de 1984 falhou. A lei de 1984 descredibilizou a classe política. Nós, Deputados, não tivemos a persistência e a tenacidade para obrigar que ela fosse exequível.

Os Governos do PS e do PSD não a tornaram exequível ao nível dos hospitais e dos serviços de saúde. Os movimentos cívicos não impuseram que ela fosse praticada.

De facto, estamos perante um falhanço da classe política, dos movimentos cívicos e do próprio Governo. É evidente que quando uma lei falha, quando uma lei não é validada pela maneira como ela foi executada, abrem-se as portas da irresponsabilidade. E é na irresponsabilidade que nós estamos! Irresponsabilidade apresentando projectos sem nenhuma legitimidade democrática, que não foi sufragada em nenhuma eleição; irresponsabilidade pela sua oportunidade quando António Guterres nos prometeu: «ganhem as eleições nas câmaras que nós traremos a paz e a tranquilidade ao País». Mas nós trouxemos a «guerra» ao País, trouxemos a divisão do País perante um problema de grande impulsividade...

Temos dificuldades em admitir que o direito à vida seja compatível com o projecto liberalizante. Mas, de facto, Srs. Deputados, há hipocrisia nisto tudo! Pessoalmente, também tenho de fazer mea culpa, pois fui porta-voz do PS durante três anos e não tive a tenacidade necessária para fazer um combate nesta área. Mea culpa! Também assumo esta minha culpa! E assumo que há hipocrisia, mas a maior hipocrisia de todas é julgar que hoje, aprovando uma lei liberalizante, amanhã, os problemas estão resolvidos.

Essa é que é a grande hipocrisia! E esta hipocrisia é muito maior para as chamadas classes desfavorecidas, que vão passar do aborto clandestino e do pesadelo do aborto clandestino para o pesadelo do aborto livre até à 12.^a semana e clandestino depois.

É, de facto, não ter a menor ideia de como funcionam os serviços de saúde em Portugal pensar que a varinha mágica da liberalização vai resolver este problema, porque não vai. E nós, abdicando da pressão que temos, aliás, legítima, de, como Deputados, exigir que este Governo cumpra as suas promessas – e a promessa do Governo era a de tornar exequível a lei que existia –, é óbvio que estamos de mão beijada a atirar para a opacidade toda a problemática dramática, em que vão ser, sobretudo, as classes desfavorecidas que vão pagar, porque as classes médias e médias altas vão com pudor a Espanha, onde a lei é exactamente igual à portuguesa, resolver os seus problemas. É uma questão de pudor. Onde é que os nossos trabalhadores vão encontrar os 100, 150 ou 200 contos para irem para as clínicas privadas?

Srs. Deputados, com isso nós iremos apenas facilitar que, amanhã, as clínicas clandestinas se transformem em clínicas perfeitamente abertas e que as classes desfavorecidas continuem a fazer as suas interrupções de gravidez em más condições sanitárias. Ora, é para tentar evitar esta situação, é para tentar comprometer-nos numa posição tenazmente reformista que apresentamos o nosso projecto, virado fundamentalmente para o diálogo com quem pede a interrupção, procurando, na alternativa, dar às classes desfavorecidas o direito ao aborto e o direito à maternidade, porque, de facto, há muitos milhares de mulheres das classes trabalhadoras que querem ter filhos e não podem

tê-los. Portanto, será uma grande hipocrisia dar às mulheres o direito ao aborto e não lhes dar o direito à maternidade. Ora, o que pretendemos com o nosso projecto é dar às mulheres o direito à maternidade.

Os problemas são difíceis e complexos. Eu trabalho nessa área e conheço perfeitamente a complexidade do problema e, por isso, não procurem na minha voz qualquer apontamento no sentido da manutenção da hipocrisia. Os problemas são difíceis, há implicações éticas, há implicações morais, há implicações culturais e não podemos, de facto, «enterrar a cabeça na areia».

Mas, Srs. Deputados, também é ridículo procurar fundamentar-se a opção de dar direitos ao embrião, desde a concepção, em termos puramente científicos. O que é científico é o ovo ter, indubitavelmente, toda a informação biológica necessária para dar origem a um nascituro. O bebé proveta disso é a prova. De facto, seria uma anedótica fantasia dar direitos a um bebé proveta e não os dar a um feto intra-uterino.

Dar direitos à vida embrionária é uma decisão de civilização, de cultura, é uma opção da espécie humana da mesma natureza que a proibição do incesto, a abolição da pena de morte ou a outorga de direitos humanos. Ou se concede este gesto civilizacional ou não se concede.

O direito internacional dá direitos, neste momento, às gerações futuras – e as gerações futuras são meramente virtuais –, o que só dignifica a humanidade. Dá-os pela Declaração de Estocolmo de 1972 e Assembleia Geral da ONU de 1987. Estranho seria dar direitos ao que é virtual e retirá-los ao que é mais do que uma geração potencial, pois é já um projecto de geração futura existente: o feto.

(Diário da Assembleia da República, de 5 de Fevereiro de 1998)

A escolha dos candidatos a deputados pelo PS, nas eleições de 1999, revestiu aspectos de “fartar vilanagem”. O secretário-geral do PS, António Guterres, então primeiro-ministro, deu carta branca ao Jorge Coelho, e esse deu carta branca às federações distritais socialistas para elaborarem as listas dos deputados como entendessem. Os caciques locais engasgaram-se com tanta liberdade/permisividade, e propuseram para deputados quem muito bem entendiam, um bom número de medíocres e de criados/as... valha-nos Deus, que o decoro nos impede de comentarmos o que se passou com mais profundidade. António Guterres, mais tarde, que tacitamente dera o aval a tudo isto, chegou a comentar-me que, efectivamente, se tinha ido “longe de mais”.

O Eurico Figueiredo, presidente da Comissão da Administração do Território, Ambiente, Poder Local e Equipamento Social da Assembleia da República, e número um das listas do PS de Vila Real nas eleições anteriores, viu-se afastado das listas, tendo sabido pelos jornais não constar da cota do secretário-geral do PS como antes sempre acontecera, desde Jorge Sampaio.

António Guterres, interpelado por Jorge Sampaio nos Açores, terá manifestado a sua estranheza, não compreendendo o que se passava, dizendo: “eu que até gosto tanto do Eurico”. Não é possível mais hipocrisia, comentará Eurico!...

Eu passava igualmente por idêntico processo de afastamento político, relegando-me para um lugar secundário nas listas do Distrito do Porto, apesar de ser presidente da Comissão do Património da Assembleia da República, coordenador do PS para a Educação, Ciência e Cultura, presidente da IX Conferência Interparlamentar EUREKA e Director do *Portugal Socialista*, o órgão oficial do Partido Socialista!...

Muros de silêncio, desculpas esfarrapadas, palavras de tranquilidade. A Comissão Política do PS resolveria o seu (e meu) problema. Eurico ainda hesitou quanto a estar presente na Comissão Política que aprovou a lista dos candidatos a deputados pelo PS. Dissuadi-o, porém, entendendo que não devíamos ir. Assim fizemos, apesar de estarmos em Lisboa. Fomos jantar, considerando inaceitável o silêncio do secretário-geral do Partido, e em seguida, rumámos para o Norte.

Eurico entendia que devíamos sair do Partido, de imediato, argumentando que o nosso afastamento do Parlamento era um sinal evidente de que o gutterismo estava esgotado e o PS “entregue aos bichos”. Eu entendia que o devíamos fazer mais tarde. No fundo, a distância entre a posição de um homem do interior, trasmontano de gema, frontal e radical, e um homem do litoral, um contemporizador, que entendia não poder sair já, para não dar dores de cabeça ao António Guterres (?), visto continuar a ser director do *Portugal Socialista* e ter sido eleito em Congresso partidário.

Eurico bateu com a porta, sozinho, e de nada valeram os apelos daqueles que anteriormente tinham ficado mudos, daqueles que, só fazendo política seguidista, ficam sempre um pouco incomodados com a presença de universitários...ainda por cima com pensamento e projectos autónomos.

Nos dias seguintes, o telemóvel do Eurico (e o meu) não parou de tocar. Os órgãos de comunicação queriam sangue, escândalo. Falavam dos únicos professores catedráticos do PS, e mesmo do Parlamento, que tinham sido saneados. Falavam, sobretudo, do Eurico, com uma notoriedade política bem superior à minha.

Posso testemunhar que o Eurico sofreu um profundo abalo, que não o abateu, mas que o magoou. Eurico gostava das suas funções, de ser deputado, daquele frenesim que perpassa pela actividade intensa de alguns deputados, a quem não lhes sobra tempo para atender, escrever, responder, comentar, intervir...

Foi essa vontade de continuar a fazer política, de participar activamente na vida cívica do país, que o levou a criar a *Intervenção Radical*, em 2000, um movimento cívico defensor da participação democrática, coesão social e desenvolvimento sustentado, que efectuou duas convenções com grande sucesso e muita gente, mas que, pecando por escassa capacidade de financiamento de inserção e mobilização da sociedade portuguesa, acabou por ficar de quarentena. Aproveitamos alguns textos que Eurico apresentou às convenções do Movimento, pioneiros na análise da Globalização e da actual problemática da Família, para serem publicados neste volume.



Ao presente, o Eurico dirige uma Sociedade Familiar, *Solar do Prado*, uma empresa vocacionada para a agricultura, o agroturismo e a vitivinicultura, que colocou no mercado em 2003, o seu primeiro vinho de marca, *Solar do Prado* DOC Douro Tinto 2001, com grande sucesso mediático. O lançamento, na livraria *Ler Devagar*, em Lisboa, reuniu centenas de amigos.

O regresso à terra como Herculano? O retorno ao seu Alto Douro encantado, de que nos fala Miguel Torga? Ou um tempo de descanso para novos combates? O tempo o dirá. Esse tempo que, com o tempo, nunca esquece os que souberam dar voz ao seu tempo...

5. TRABALHOS CIENTÍFICOS DO PROFESSOR DOUTOR EURICO FIGUEIREDO

5.1. Adolescência e Conflito de Gerações

- (1978), *Prescrição do sintoma no tratamento do síndrome de Gilles de la Tourette* (em colaboração com J. Duarte Geada, A. Pacheco Palha e Maria da Conceição Moreirão), in *Análise Psicológica*, 4, pp. 101-105.
- (1979), *Problemática adolescente no amor de perdição*, in *Jornal da Educação*, III, 28, pp. 28-31.
- (1980), *Conflito Adolescente nas “Efesíacas” e no “Amor de Perdição”*, in *Diário de Notícias*, 20 de Maio.
- (1980), *Le complexe de Laios et Jocaste dans “l’Amor de Perdição”*. *Communications sur les rapports de Eulália Torras de Bea, Daniel Widlucher*, in *Quarantième Congrès des Psychanalystes de Langue Française, Barcelone*, 23, 24, 25 e 26 de Maio de 1980, pp. 66-76, Presses Universitaires de France.
- (1980), *Anorexia Nervosa, Diagnóstico, Etiologia, Tratamento* (em colaboração com A. E. Sanches de Magalhães, A. Roma Torres e M. Helena R. Silva), in *O Médico*, 1516, pp. 462-517.
- (1981), *Conflito Adolescente/Progenitores no Romeu e Julieta*, in *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, I, 15, pp. 4-5.
- (1981), *Édipo e incesto nos “Sequestrados de Altona”*, in *Revista de Psiquiatria*, Julho/Setembro.
- (1982), *A Família na Tragédia Grega* (em colaboração com Marina Serra de Lemos), in *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, I, 23, pp. 8-9.
- (1983), *Conflito Adolescente-Progenitores e Autonomia. Estudo dos conflitos, independência/dependência, obediência/desobediência, ideais intra-extra familiares* (em colaboração com M. Emília Costa, José Ferronha, J. Machado Vaz, Manuela Fleming, M. Rosa Morais e M. A. Mansilha), in *Análise Psicológica*, 4 (I), 41-53.

- (1983), *Psicanálise e Conflito de Gerações* (em colaboração com Manuela Fleming e Constança Paúl), in *Análise Psicológica*, 4 (III), pp. 505-520.
- (1984), *Ideologias e Conflito de Gerações*, in *Caderno de Juventude*, VIII, pp. 171-185.
- (1984), *Conflito de Gerações e Família na Tragédia Grega* (em colaboração com Marina Serra de Lemos), in *Nova Renascença*, IV, pp. 75-93.
- (1985), *Conflito de gerações e previsão de mudanças a nível dos valores sociais. Relatório à Fundação Calouste Gulbenkian*.
- (1986), *A adolescência e a família. Dora: homenagem a Freud*, in *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 3, pp. 51-55, Julho.
- (1987), *Insucesso escolar e auto-avaliação na adolescência*, in *Psicologia*, VI, 3, pp. 289-297 (co-autoria).
- (1988), *Consumo de drogas ilícitas e factores de risco em adolescentes em meio escolar* (em colaboração com M. Fleming, S. Vicente e A. Sousa), in *Psicologia*, VI, 3, pp. 431-437.

5.2. Maternidade

- (1977), *Contribution à la Pathogénie et au traitement des épisodes schizophréniques du post-partum. Une thérapie collective et familiale avec l'appui d'une unité de jour*, in *Annales Médico-Psychologiques* (em colaboração com A. Germond e A. L. Louca) 3, pp. 461-470.
- (1978), *Um caso de gravidez histérica no pós-parto* (em colaboração com Altino Maia), in *O Médico*, 1396, pp. 468-470.
- (1982), *Pessoas significativas na gravidez*, in *Psiquiatria Clínica*, supl. 2, pp. 151-157.
- (1982), *Processo Gravídico e Ansiedade*, in *O Médico*, 1592, 103, pp. 35-40.
- (1982), *Repercussões no parto das consequências emocionais do terramoto dos Açores do primeiro de Janeiro de 1980*, in *O Médico*, 1603, 103, pp. 717-722.
- (1986), *Maternité et Anxiété. Contribution à la Prévention*, in *Jeunes Parents Psychotiques et leurs Enfants*, Garrone, Jablensky, Manzano, SIMEP.
- (1996), *Comparative incidence of depression in women and men, during pregnancy and after childbirth. Validation of the Edinburgh Postnatal Depression Scale in Portuguese mothers* (em colaboração com M. E. Areias, R. Kumar e H. Barros), in *British Journal of Psychiatry*, 169, pp. 36-44.
- (1996), *Correlates of postnatal depression in mothers and fathers* (em colaboração com M. E. Areias, R. Kumar e H. Barros), in *British Journal of Psychiatry*, 169, pp. 45-52.
- (1996), *Post-natal depression in an urban area of Portugal: comparison of child-bearing women and matched controls* (em colaboração com A. Augusto, R. Kumar, Calheiro, J. M., et al.), in *Psychological Medicine*, 26, pp. 135-141.
- (2002), Gomez, R. M.; Leal, I. e Figueiredo, E., «Síndrome de Couvade: um estudo exploratório da ocorrência de sintomas em pais expectantes». *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 4(2), pp. 95-120.

5.3. Psiquiatria, Psicoterapia Institucional e Comunitária

(1974), *Dez anos do Centro Psicossocial Universitário de Genebra: A Maturidade*, in *Jornal do Médico*, 11, pp. 441-447.

(1974), *Un Centre de Jour au Centre Psycho-social Universitaire de Geneve. De l'attente à la réalité* (em colaboração com Nicole Roux e Claire Graber), in *Information Psychiatrique*, 50/4, pp. 377-384.

(1976), *Épisodes psychotiques aigus traités en Unité de Jour. Référence à la prise en charge par trois soignants* (em colaboração com Destouches e S. Posse), in *Information Psychiatrique*, 52, 4, pp. 433-445.

(1976), *Les caractéristiques des Unité de Jour Psychiatriques. Une tentative de clarification*, in *Annales Médico-Psychologiques*, 2/1, pp. 1-22.

(1976), *Les épisodes schizophréniques aigus et les unités de jour. Essai sur l'utilisation d'un traitement original: la trithérapie*, Genève, Éditions S.R.O.

(1976), *Les Unités de Jour et Psychiatrie. La Diversité* (em colaboração com G. Garrone), Editions Médecine et Hygiène.

(1976), *Peut-on soigner les épisodes schizophréniques aigus en unité de jour?* (em colaboração com Destouches et S. Posse), in *Rundschau Med.*, 5, pp. 142-146.

(1976), *Utilização dum Unidade de Dia para prevenir as hospitalizações dum serviço ambulatório psiquiátrico* (em colaboração com M. Seguin, Destouches e Sh. Posse), in *O Médico*, 1298, pp. 94-104.

(1978), *Traitement des épisodes schizophréniques aigus par un groupe de trois thérapeutes dans le Centre de Traitement de Jour de Carouge*, in *Les Feuillets Psychiatriques de Liège*, 11/3, pp. 261-314.

(1979), *A Fuga de Indira: uma triterapia breve institucional integrada dum episódio esquizofrénico em Hospital de Dia*, in *Análise Psicológica*, 11, 3, pp. 397-406.

(1982), *Contribution à la psychothérapie analytique institutionnelle en unité de jour. L'interdépendance du travail thérapeutique*, in *Les Feuillets Psychiatriques de Liège*, 15/1, pp. 30-46.

(1982), *Utilização do grupo na prevenção da hospitalização psiquiátrica* (em colaboração com Teresa Mendonça), in *Psicologia*, VIII, pp. 163-172.

5.4. Corpo

(1978), *As massagens no tratamento de um síndrome de despersonalização dismorfofóbico. Nota clínica* (em colaboração com R. Mota Cardoso, Amândio Amaral e Arménia Saraiva), in *Jornal do Médico*, pp. 586-587, 6.

(1979), *As massagens no tratamento de descompensações esquizofrénicas agudas, com sintomatologia de desestruturação da imagem corporal* (em colaboração com P. Gonçalves e R. Mota Cardoso), in *Análise Psicológica*, 11, 2, pp. 297-302.

- (1980), *Ansiedade e regiões do corpo* (em colaboração com C. Flores, A. Sá Leuschner, M. R. Morais e M. A. Mansilha, in *Psiquiatria Clínica*, (1), pp. 55-63.
- (1980), *Massagens no tratamento de episódio de despersonalização em Toxicómanos* (em colaboração com C. Amaral Dias, Teresa Nunes Vicente e Licínia Rodrigues), in *O Médico*, 1513, pp. 358-360, 31, 96.
- (1980), *Massages et Schizophrénie*, in *Revue de médecine psychosomatique et psychologie médicale*, 22, 3, pp. 313-321.
- (1981), *The use of massage in the treatment of patients suffering from episodes of depersonalization with a predominance of fragmentation of the body representations* (em colaboração com C. Amaral Dias e T. Nunes Vicente), in *Acta Psiquiátrica Portuguesa*, 27, pp. 137-142.

5.5. Outros trabalhos

- (1977), *Étude de quelques additifs alimentaires en tant que facteurs étiologiques de l'urticaire chronique et l'œdème angioneurotique* (em colaboração com B. Fernandes e J. P. Girard), in *Révue Française d'Allergologie et Immunologie Clinique*, 3, pp. 127-131.
- (1981), *The threat of unemployment and work accidents* (em colaboração com Fernanda Parente Viana, Maria Rosa Morais e Maria Antonieta Mansilha), 1, pp. 23-30.
- (1982), *Aspectos psicossomáticos dos tumores malignos: uma revisão* (em colaboração com Pedro Gonçalves), in *Boletim do Hospital*, 2, 7, pp. 19-29.
- (1982), *Clínica Psiquiátrica de Hoje e Ensino Pré-Graduado*, in *O Médico*, 1607, 104, pp. 113-123.
- (1982), *Life Events* (em colaboração com Fernanda Parente Viana), in *Mudança Social e Psicologia Social*, Ed. Horizonte, pp. 135-153.
- (1982), *Modelo médico e ensino da Psicologia Médica*, in *O Médico*, 1600, 103, pp. 513-518.
- (1983), *Violência na Família* (em colaboração com L. Ferreira da Silva e I. Ferreira), in *O Médico*, 1989, 109, pp. 324-333.
- (1985), *Screaming and Weeping in children within the age groups of 6, 9, 12, 15 and 18 months* (em colaboração com Constança Paúl), *Acta Psiquiátrica Portuguesa*, 31, 1, pp. 17-26.
- (1989), *The generalizability of aggressiveness and assertiveness factors: a cross-cultural analysis* (em colaboração com Teresa Mendonça McIntyre, Paul A. Manger and Baruch Margalit), in *Person. Ind. Diff.*, 10, 4, pp. 385-389.

5.6. Livros

- (1977), *O chapéu reclame de cigarros. Contribuição para uma psicoterapia institucional*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.
- (1985), *No Reino de Xantum. Os jovens e o conflito de gerações*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.
- (1988), *Conflito de Gerações, Conflito de Valores*, Portugal, os Próximos 20 Anos, Temas Actuais, Fundação Calouste Gulbenkian.
- (1991), *Psicanálise da Saudade*, Ensaios & Manuais, O Jornal.
- (1993), *Angústia ecológica e o futuro*, Gradiva Publicações.
- (2001), *Valores e gerações. Anos 80, anos 90*, ISPA.

EURICO FIGUEIREDO: UM PSICANALISTA DE INTERFACES

Frederico Pereira

Psicanálise e Literatura – disso aqui se trata, e não só, porque a Vida Social, a Política no mais nobre dos sentidos, e a Cidadania também serão convocadas.

*
* * *

Mas, em primeiro lugar, Psicanálise e Literatura: em que perspectiva, porém? – há lugar para perguntar.

É que entre estes dois territórios, as relações são múltiplas e obedecem a lógicas plurais. Aquela que de imediato vem ao espírito é certamente a menos interessante, tanto para a Psicanálise como para a Literatura: a perspectiva da Psicanálise dita “*aplicada*”, em sentido estrito, conduz a um olhar *já constituído* ou em construção – o olhar analítico – a *incidir* sobre uma produção cultural que lhe é alheia, procurando aí desvendar enigmas, sem que esses enigmas se repercutam sobre a própria territorialidade psicanalítica. Um campo de inteligibilidade procura, pela sua aplicação *unidireccional* sobre um outro campo, trazer este ultimo à esfera, também, do inteligível. Estão neste caso diversas “*patografias*”, com as quais, pela análise mais ou menos detalhada da vida e da problemática psicológica de um autor, se procura entender a sua obra. A psicanálise, desta forma, “*iluminaria*”, mas não seria “*iluminada*”.

Uma outra perspectiva apresenta-se (é vivida?) como *bidireccional*, donde resulta *inadequado* designar essa relação entre Psicanálise e Literatura, como Psicanálise “*aplicada*”. É que, neste caso, se a Psicanálise se “*aplica*” ao entendimento literário, também é a obra literária que se “*aplica*” à própria Psicanálise. Nesta segunda maneira de ver, o Olhar Psicanalítico sobre a Literatura não se destina apenas a melhor compreender esta última, mas tem por vocação também reproblematicar-se em função daquilo mesmo que o labor literário lhe devolve e das interrogações que lhe dirige. Neste caso, não há lugar para “*patografias*”, aliás inseridas numa textura da Crítica relativamente arcaica.

Na sua própria *praxis*, de resto, Freud deu-nos múltiplos exemplos (ainda que implícitos) deste segundo conceito acerca das relações entre Psicanálise e Literatura – ainda que, por vezes, parecesse mais apontar para qualquer coisa que bem mais poderia evocar a primeira relação acima assinalada.

De facto, a presença do referencial literário e, numa maneira geral, não directamente psicanalítico, na obra de Freud, é quase sistemática – o mesmo acontecendo, aliás, ao contrário do que é frequentemente sublinhado, com o referencial filosófico, ambos coexistindo com o referencial científico, que os dois primeiros não deixam de influenciar.

A proliferação de autores analisados ou simplesmente referidos por Freud é impressionante. Usando a terminologia de P. L. Assoun (1996) poderíamos falar de “forças de formação”, referenciais maiores, predilecções e afinidade, autores “amigos” e contemporâneos “aliados”.

No grupo designado por “forças de formação” encontraríamos Shakespeare e Goethe, nas referências maiores Sophocles, Cervantes, Flaubert e Schiller; no grupo das “predilecções e afinidades” encontraríamos Heine, Milton, Jacobsen, Ibsen, Splitteler, Multatuli, Popper-Lynkens, A. France, Schnitzler, Lessing, Lichtenberg; nos autores “amigos” há lugar para assinalar C. F. Meyer, Grabbe, Fontano, Freytag, T. Vischer, Balzac, Thackeray, Kipling, Dickens, Nestroy, N. Twain, W. Busch, L. Sterne, G. Keppler; e finalmente entre os contemporâneos “aliados” encontramos S. Zweig, Rilke, H. Hess, T. Mann, R. Rolland, A. Zweig. Entre estes autores existem “predilecções positivas”, é claro, como Shakespeare, Sophocles, C. F. Meyer, R. Rolland, entre outros, e “predilecções negativas”, como A. Schnitzler, que Freud evitava conhecer, tal era a proximidade que sentia entre si próprio e o autor austríaco. Haveria ainda a assinalar Lou Andreas Salomé, cuja obra literária Freud dificilmente poderia ignorar, dado o convívio intenso e deslumbrado com a fascinante e eternamente sedutora Lou.

Esta convergência do olhar de Freud sobre tão diversos escritores e poetas (para não falar de pintores e escultores, que muito o ocuparam, como o mostram as suas elaborações sobre Moisés ou sobre as Madonas que preferia deixar *na penumbra* ou mesmo *no mistério*) não nos pode deixar de *impedir* de ver nesse convívio com a Literatura e com a Arte um qualquer interesse alheio ao próprio movimento de elaboração/construção do Olhar analítico. Não, esse interesse foi desde o início uma *parte intrínseca* do labor freudiano, com menor dimensão do que a esfera clínica, mas, de qualquer modo, ele também omnipresente.

Freud enuncia esta presença da Literatura e da Arte na sua obra múltiplas vezes, mas talvez uma das formas iniciais de o fazer se encontre na carta de 15 de Outubro de 1897 a W. Fliess: “Encontrei em mim (...) sentimentos de amor em relação à minha mãe e de ciúme em relação ao meu pai, sentimentos que são, penso, comuns a todas as crianças, mesmo quando o seu aparecimento não é tão precoce como nas crianças tornadas históricas (...) Se é assim, compreendemos, apesar de todas as hipóteses racionais que se opõem à hipótese de uma inexorável fatalidade, o efeito (...) de Édipo Rei. Compreendemos também porque razão todos os dramas mais recentes do destino devem falhar miseravelmente. Os nossos sentimentos revoltam-se contra todo o destino individual arbitrário tal como ele se encontra exposto em *Die Ahnfrau*¹, etc. Mas a

lenda grega apreendeu uma compulsão que todos reconhecemos porque todos a sentimos. Cada espectador foi um dia (...) em imaginação, um Édipo, e aterrorizou-se diante da realização do seu sonho transposto na realidade, e treme na medida do recalçamento que separa o seu estado infantil do seu estado actual”.

Na mesma carta, dedica ainda a necessária atenção a *Hamlet*, procurando esclarecer o significado da afirmação de Hamlet: “a consciência faz de nós cobardes”, e por essa via, intuir a presença dos sentimentos de culpabilidade violentíssimos, que “se esclarecem melhor se pensarmos no tormento que lhe provoca a recordação vaga de ter desejado, devido à sua paixão pela sua mãe, realizar [aquilo mesmo que o seu tio realizou em relação ao seu pai cujo espectro apela à vingança]” (Carta a Fliess, 15-10-97).

Freud qualifica ainda os actos e os tormentos de Hamlet como tipicamente histéricos, *acrescentando compreensão*, por meio da sua leitura de Hamlet, à dinâmica da histeria.

Não penso que Freud apenas *aplique* intuições da sua autoanálise (Cartas a Fliess) a Sophocles ou a Shakespeare: *de Édipo Rei e de Hamlet ele retira fontes de inspiração e indicações que lhe permitem aprofundar o seu processo autoanalítico*, dar-lhe um apoio “externo”, ao mesmo tempo que nelas encontra algumas “confirmações” para as suas hipóteses relativas à histeria. Como se vê, entre Psicanálise e Literatura não há uma “aplicação” unidireccional, mas antes uma bidireccionalidade intrínseca, ou uma mútua “iluminação”.

Merece ainda referência mais uma carta de Freud a Fliess, esta de 1 de Fevereiro de 1900, na qual Freud assinala que “acabei de adquirir Nietzsche, no qual espero encontrar palavras para o muito que em mim se mantém mudo², mas ainda não o abri”. Novas referências a Nietzsche aparecerão mais tarde, mas de qualquer modo, Freud não necessitava de ler *de imediato* a obra de Nietzsche, já que não podia de modo algum esquecer a revolução filosófica por ele introduzida: ela era comentada, discutida, nos cafés de Viena e seria impossível ignorá-la.

Serve isto para significar aquilo que noutros contextos tenho sublinhado (F. Pereira, 2004): se a Psicanálise abriu por um lado, uma Crise na Cultura, apresentando-se como verdadeira revolução copernicana, por outro lado foi a própria Cultura que *promoveu também*, a *impulsionou*, encontrando nela alguma coisa que *já exigia* ou pelo menos *esperava*. Entre outras razões, é também por esta que é perfeitamente aceitável a tese de P. L. Assoun: “A “aplicação” [da Psicanálise] à Literatura não é uma qualquer “digressão” ou um luxo: é um traço distintivo da Psicanálise, que não se reduz a uma ciência médica ou psicológica, mas “interessa” as ciências sociais. A “ciência da Literatura” é uma espécie de malha entre a “ciência da Cultura” e a “mitologia”, por um lado, a ciência da Linguagem (Sprachwissenschaft), por outro lado” (P. L. Assoun, 1996).

É claro que tudo o que tenho estado a assinalar sobre *Psicanálise-e-Literatura* seria igualmente pertinente sobre *Psicanálise-e-Antropologia*, *Psicanálise-e-História*, etc. Nestes casos, de igual modo, não são as “verdades” antro-

pológicas, históricas, etc. da Psicanálise, que estão em causa, mas o facto dessas “verdades”, sendo “mitos” psicanalíticos, habitando em territórios nem clínicos nem propriamente metapsicológicos, acabarem por se constituir em *focos de luz* dirigidos sobre a própria metapsicologia e portanto sobre a Clínica. Sim, de facto, *Psicanálise-e-Literatura*, *Psicanálise-e-Antropologia*, *Psicanálise-e-História*, etc. *não são nem uma digressão nem um luxo*.

*

* *

Disse acima: a Cultura, se *resistiu* à Psicanálise, também a *promoveu* e mesmo *exigiu*³. Como? Em parte, pela introdução do Sentido e da procura do Sentido como *imperiosos*. Procurar o sentido em qualquer coisa é desqualificá-la na forma mais imediatamente visível como se apresenta, para procurar encontrar o seu *núcleo de verdade por detrás* daquilo que *está-á-adiante*, no fascínio das suas formas ou do ordenamento de palavras que na linha do tempo se sucedem.

Vê-se que a exigência do sentido implica a *suspeita*. A Tríade da Suspeita: Marx, Nietzsche, Freud. Marx: *a teoria do valor*; Nietzsche: *não há coisas, há apenas interpretações (radicalismo perspectivista)*; Freud: *o mistério transformado em enigma a desvendar*.

A sucessão não será então: “facto”-interpretação-sentido, mas antes [exigência de sentido]-interpretação-[fabricação de um “facto” construído].

E ao olhar para a Literatura, Freud não procura quase nada daquilo em que se encerram as “ciências da Literatura” tradicionais: ele procura apenas, ou pelo menos sobretudo, o *sentido*.

Seria impossível aqui derivar para os diversos processos de procura de sentido, já que tanto na relação à Obra Literária como na relação à Metapsicologia e à Clínica eles se multiplicam e se entrecruzam ao longo do trabalho freudiano. Bastaria aqui pensar nas *sucessivas teorias da memória, do traumatismo, da interpretação e da construção*, assim como nesse epicentro que é a *nachtraglich* para verificar claramente as acima referidas multiplicação e entrecruzamento.

Centrar-me-ei apenas num dos aspectos da relação freudiana com a Literatura, no que respeita à problemática da procura de *sentido*. O trabalho de referência – trabalho verdadeiramente inaugural – é conhecido: trata-se de *Der Dichter und Phantasieren*, tão mal traduzido e logo na *Standart Edition* da Obra de Freud⁴, e que convém dar por “*O escritor e o fantasmagórico*”. *Phantasieren* é aqui essencial – já que é o *processo* que está em causa e não o resultado (o *fantasma*). A palavra *escritor* é igualmente central, já que “poeta” não se confunde com *Dichter*, ainda que *Dichter* inclua *poet*. No essencial, no entanto, *Dichtung* – produção do *Dichter* – deverá ser considerada simultaneamente no plano *diegético* e no plano *morfológico*.

Mais do que poesia trata-se de narração. Falar, como na *Standart Edition*,

de “*The relation of the Poet to Day-Dreaming*”, por consequência, pelo menos, induz em erro. Estas considerações sublinhe-se, não são meras manifestações de luxo teórico, pois a passagem do *diegético* para o *poético* solicita porventura uma modificação do enfoque.

Qual a forma de encontrar o Sentido, em Freud? A linha de força para esta operação é já indicada na *Traumdeutung* (S. Freud, 1900). Uma *moção de desejo* liga-se a uma representação, a uma rede representativa melhor dizendo, e o destino “natural” desta rede é aceder à consciência. Contudo, a rede representativa representa *moções de desejo* incompatíveis com a Consciência. Uma “barreira” (*censura*) entre a *moção de desejo*/rede representativa e a Consciência está presente e activa. Mas os *investimentos* na referida rede representativa tornam por outro lado impossível o seu puro e simples desvanecimento. Em consequência, a rede representativa *muda a sua configuração*, por meio de múltiplas e complexas derivações metafórico-metonímicas, até que a barreira (*censura*) entre o Inconsciente onde habita a *moção de desejo*/rede representativa iniciais e o Consciente permita que o material psíquico em causa se torne consciente. Neste processo acontecem sucessivas deformações, e a relação entre a *moção de desejo*/rede representativa iniciais e a representação consciente que substitui esta última há um abismo. O resultado final, em diversas situações, aparece como “absurdo”. É o caso da “lógica do sonho”, do processo de formação do sintoma, etc.

Na obra literária há, contudo, um novo passo: o “sonho acordado”, ou melhor dizendo, a *rêverie*. É a *rêverie* que, enraizada na dinâmica de fantasmática do escritor lhe fornece o material sobre o qual ele vai “trabalhar” (elaboração terciária) para produzir a obra literária.

Mas tal como a barreira (*censura*) entre o Inconsciente e o Consciente não deixa aceder ao Consciente materiais psíquicos incompatíveis com a Ordem Consciente, também a mesma barreira não permite que aceda à Consciência do escritor o conjunto de materiais que no fundo o habitam.

Também quanto ao escritor *transformações são exigidas*.

Transformações da rede representativa da(s) *moções de desejo* radicais, transformações *secundárias* que as ordenam num conjunto de *cenários* (fantasmas inconscientes ou fantasias conscientes) e transformações *terciárias* (elaborações terciárias) que tornam possível a elaboração da narrativa.

Há, por consequência, em tudo isto, uma sucessão de recalques (recalamentos) de desejos interditos – o que aliás faz da obra literária, por mais destrutiva que seja, uma manifestação da Lei e do Código.

Contudo, tal como na clínica se vê, e mais directamente no sonho, o fio vermelho do desejo mantém-se activo, e o *recalcamento não é bem sucedido*, quer dizer, não é completo e por isso não atinge um estado de supressão do desejo. Há um *insucesso do recalque* que torna possível o retorno do recalado, “disfarçado”, em forma de “formação substitutiva”, em sentido lato.

A forma freudiana da *interpretação do sentido* da obra literária assenta então nesta tríade fundamental: *recalque* – *insucesso do recalque* –

retorno do recalçado. A obra literária é precisamente um vasto conjunto de desdobramentos sucessivos deste *retorno do recalçado*, cujo primeiro ‘tempo’ consiste na elaboração da *rêverie*.

Esta sequência poderia ter dado origem a uma organização neurótica sem mais. O “mistério” do escritor é que transforma um percurso que o transformaria num neurótico (ou psicótico) comuns, num percurso que o faz ascender ao possível da elaboração artística, fazendo-nos viver emoções a que, sem ela, não teríamos acesso. Ao “mistério” do escritor acrescenta-se então o *mistério da relação escritor-leitor*.

Descobrir o sentido da obra é então, no trabalho de Freud, descobrir os fantasmas abismais que a animam, sem excluir evidentemente outras operações internas a outro território que é a Teoria da Literatura.

*
* * *

A relação da Psicanálise com a Literatura evidentemente não se esgota nesta questão inaugural: qual o *sentido* da obra no que respeita aos processos psíquicos do seu autor? Acrescente-se que não só não se esgota aí, mas é susceptível de ser objecto de observações críticas pertinentes. Afinal, Freud quase ignora a relação do autor com o leitor *na sua especificidade*, ignora a *proliferação de “vozes” e de “diálogos” internos e internalizados* que constituem o escritor enquanto escritor (ao contrário do quase contemporâneo *dialogismo* introduzido por Bahktine), e evidentemente esquece – mas por que razão não haveria de esquecer? – as *características morfológicas* da obra, as derivações semióticas que a habitam, etc., etc. *Não era esse o seu objecto*. É claro, contudo, que esta resposta não é sustentável – mas o mais importante, no que diz respeito aos contributos das elaborações freudianas para a compreensão da Literatura, é que não se deite fora o bebé com a água do banho, como é tão habitual fazer.

*
* * *

A relação da Psicanálise com a Obra Literária não se reduziu porém às aberturas *inaugurais* de Freud.

Para além da questão do sentido, há ainda a questão de saber quais as *condições internas* necessárias para que um sujeito psicológico se possa tornar escritor.

Esta questão das *condições internas* liga-se ainda a uma outra, que consiste em descortinar as *funções* que a obra literária (ou artística) desempenha na mente do autor.

Os contributos mais importantes para esta problemática derivam de autores pós-freudianos, nomeadamente de Melanie Klein e seus discípulos.

A dificuldade em explicitar as ideias de M. Klein é sempre muito extensa. No quadro deste pequeno trabalho, essa dificuldade aumenta inevitavelmente. A base dessa dificuldade radica, diga-se desde já, no facto de os modelos kleinianos incidirem em “períodos” (posições) muito precoces da mente humana, e em dinâmicas de *phantasmas* inconscientes muito difíceis de compreender fora da cena clínica.

Há de qualquer forma boas razões para tentar referir alguns aspectos centrais dos modelos kleinianos aqui pertinentes.

Ao falar de “períodos” pareceria haver alguma concepção genética implícita no pensamento kleiniano. De facto, não se pode falar de um *verdadeiro* processo genético: os períodos de que falava traduzem-se essencialmente em ‘*posições*’ da mente. Uma, designada por esquizo-paranóide, traduz-se pela movimentação de pulsões muito primitivas e clivadas, às quais se associam uma clivagem do Ego, e uma clivagem do Objecto, assim como a *phantasias* destrutivas, invasoras, tóxicas. Fenómenos de uma culpabilidade primitiva estão com esta *posição* da mente associados. O Objecto clivado, porque é clivado, não é um Objecto total. O Objecto esquizo-paranóide é clivado, dizia, quer dizer radicalmente separado num “bom” Objecto e num “mau” Objecto, o que, na mente primária, se traduz por proto-representações de um “bom” seio e de um mau “seio”.

No quadro de uma outra ‘*posição*’, a relação do Sujeito com o Objecto caracteriza-se já pela emergência de um Objecto total, global, de tal forma que os ataques destrutivos se dirigem a um único Objecto e não apenas às partes malignas desse objecto, construídas pelos processos de clivagem. Atacar o Objecto passa a ser atacar o *Objecto na sua globalidade*, o que origina uma culpabilidade mais elaborada, na qual o receio não é já o de retaliação mas antes o da fractura Objectal, danificação do Objecto e Perda. À fractura sucede-se portanto a Perda.

A “preocupação” essencial do Sujeito deixa de ser a da angústia primitiva e da contra-retaliação, para passar a ser a de *reparação* objectal. É à luz deste processo de *reparação* que a *dinâmica da criatividade* pode ser entendida. *Criar é reparar*. O “acesso” a esta *posição depressiva*, centrada na dinâmica da *reparação*, é considerado o eixo da elaboração artística e literária. Trabalhos de M. Klein (M. Klein, 1929) e de H. Segal (H. Segal, 1952), sobretudo, são a este respeito claramente elucidativos.

Vê-se a diferença fundamental entre a abordagem freudiana e a abordagem kleiniana. Enquanto Freud procurava entender o *Sentido da Obra*, tratando-a de algum modo como um sintoma ou um devaneio assentes na tríade recalca-mento-insucesso do recalca-mento-retorno do recalca-mento com as respectivas deformações, os autores kleinianos estão mais interessados em compreender as *condições* para a elaboração artística enquanto *processo reparador do Objecto danificado*, e *portanto potencialmente perdido* (donde a utilização do termo “depressivo” para caracterizar esta posição).

Pode-se dizer então que a abordagem semiológica de Freud é completada por uma abordagem que designaria por *funcional* dos autores kleinianos.

*

* *

O problema com que inevitavelmente nos defrontamos, quer com a abordagem semiológica, quer com a abordagem funcional, é que a *natureza específica* da Obra não é tida em conta. A diferença entre Proust e Ravel, por exemplo, escapa, e escapa mais ainda a uma compreensão funcional do que a uma abordagem freudiana.

A *questão da forma* coloca-se, portanto, de imediato, já que a dialéctica das formas não pode ser deixada de lado: todos os Sujeitos humanos (excepto aqueles que estão excessivamente numa posição esquizo-paranóide) vivem uma posição depressiva, mas nem todos acedem à elaboração artística. E aqueles que a ela acedem, fazem-no pelo recurso a *formas* essencialmente diferentes.

A dinâmica das formas escapa portanto às abordagens psicanalíticas clássicas, embora haja esforços para abordar a *problemática da forma enquanto forma*, esforços certamente minoritários. Eu próprio procurei entender alguns aspectos dos processos formais na Arte, que deixarei aqui de lado (F. Pereira, 2002).

Um último problema deve ser referido: como acabei de dizer, ao procurar entender a Arte e a Literatura, a Psicanálise, *tradicionalmente*, ou cai num conceito meramente *funcional* que impossibilita a compreensão da diferença entre artistas e não artistas (já que quer uns quer outros se movem no quadro da posição depressiva), ou cai numa *teoria do sentido como sentido unitário*. O sentido da obra visto como *um* resulta aliás de construções “patográficas” altamente duvidosas. Em oposição a este conceito situa-se a ideia de *pluralidade* intrínseca do Sentido (em psicanálise “aplicada” como em psicanálise clínica) e, mais radicalmente, situam-se os modelos ditos de *reader’s response model*.

Sublinhando a *pluralidade* intrínseca do Sentido, e articulando-se com um *reader’s response model* de interpretação, o Olhar psicanalítico passa a incidir também sobre a *dinâmica das superfícies* e não tanto, apenas, sobre a dinâmica das volumetrias às quais o processo interpretativo se reduziria. As *superfícies* adquirem plena importância, em si mesmas e enquanto pontos de partida para a *construção de volumes* (construídos, não dados à partida) e para a movimentação em redor de faces de poliedros. De algum modo, o pensamento Crítico de Susan Sontag poderia, em parte, ser para aqui convocado (S. Sontag, 1966).

*

* *

Ora, precisamente, E. Figueiredo, no espaço psicanalítico e cultural português, não só deu espaço para uma abordagem funcional da Obra Literária, com a qual coexiste uma abordagem-de-procura-de-sentido, mas também, de forma porventura implícita (mas nem sempre só implícita) abriu igualmente espaço para uma abordagem que, ao colocar as ressonâncias emocionais do leitor num

plano particularmente significativo, *evoca* os mais recentes modelos da resposta do leitor.

Um dos seus primeiros objectos de estudo foi a *Saudade* (E. Figueiredo, 1991). De facto, centrado em primeiro lugar na compreensão da *Saudade*, ele articula uma abordagem funcional com uma proposta que permite a *experiência pelo leitor* dos conteúdos plurais da obra. Sem ignorar as dinâmicas funcionais acima indicadas, mas afastando-se de um conceito interpretativo fechado e redutor, Eurico Figueiredo torna possível a apreensão emocional da obra, de uma forma mais directa e centrada na intrínseca pluralidade da mente humana. Mais ainda, de forma implícita, ele deixa que as superfícies das formas se movam, tomem o seu lugar, e induzam uma reacção evidentemente variável no leitor. Sem o dizer, penso que um dos interesses maiores das suas abordagens de Literatura, como psicanalista, é o de construir um *espaço de liberdade* para a reacção de cada um e, com base nessa reacção, para a respectiva compreensão elaborativa.

Para além disso, nomeadamente em “Psicanálise de Saudade” (E. Figueiredo, 1991), ele propõe-nos uma rica *análise comparativa*, sem a qual qualquer *construção* em psicanálise dita “aplicada” necessariamente se enfraquece. A análise comparativa é, com efeito, uma dimensão profundamente potencializadora, que permite ascender a regiões do pensamento de outra maneira não alcançáveis. A dimensão comparativa e a descrição emocional da *Saudade*, de facto, aparecem logo nas primeiras páginas de “Psicanálise da Saudade”.

Começar por referir Camões, “o grande poeta do amor, saudade de amores”, e D. Duarte, que “em subtil análise tinha dado a este conceito cuidado tratamento psicológico”, Eurico Figueiredo propõe-nos, antes do mais, *sentir* reverberações emocionais nucleares a partir de um extracto de A. Nobre:

*Saudade, Saudades!
Que valem as rezas
Que serve pedir
No altar continuam as velas acesas
Mas ele sem vir*

E outras reverberações emocionais, que anunciam, comparativamente, dimensões outras, são convocadas com Camões:

*Naquela triste e leda madrugada
Cheia de toda a mágoa e piedade
Enquanto houver no mundo Saudades
Quero que seja sempre celebrada*

Estas *escolhas poéticas* de Eurico Figueiredo permitem-nos, e logo desde o início, *experienciar* os “conceitos” emocionais ligados à *Saudade*. *Experienciar* (termo que bem poderia estar presente no trabalho de Eurico Figueiredo:

mas se não o está explicitamente, a verdade é que lá está implicitamente), *experienciar*, dizia, em vez de nos lançar *ab initio* numa tentativa de compreender a dinâmica da *Saudade* neste ou naquele escritor, neste ou naquele poeta, dinâmica que só pretensamente seria específica.

A inovação interessante no nosso espaço cultural que E. Figueiredo nos traz consiste precisamente em colocar diante de nós um *estado de alma* que se procura *compreender*, e não tanto um conjunto de autores cuja obra se trataria de interpretar para atingir um hipotético *sentido único e originário* do seu labor literário. Não! Deixemos em primeiro lugar espaço-tempo para um fluir de emoções.

“*Saudades seriam imagens, mas também sentimento*”⁵. Ou como diz D. Duarte, também citado “*seria um sentido do coração que vem da sensualidade e não da razão*”.

Imagens e Sentimento relativos a quê? Eurico Figueiredo propõe-nos uma primeira resposta quando sugere que a “saudade está ligada a experiências passadas de satisfação” – acrescentado, desde logo, com D. Francisco Manuel de Melo, que “*ela é um suave fumo do amor, e que do próprio modo a lenha odorífera lança leve, alvo e cheiroso, assim a saudade modesta e revelada dá indícios de um amor fino, casto e puro*”. Saudade *modesta*, quase poderia ser sublinhado. De facto, a *Saudade* não é uma emoção vulcânica, quase esmagada pela angústia: ela está, pelo contrário, próxima de um *estranho prazer*. Como diz D. Duarte “*tal lembrança nos faz prazer*” ou Garrett, “*Gosto amargo ou delicioso pungir*”. E A. Nobre: “*Saudade, saudade! Palavra tão triste*”, “*E ouvi-la faz bem*”.

Assim conclui Eurico Figueiredo uma primeira parte das suas próprias elaborações sobre a *Saudade*: “Prazer no evocar de representações de bens passados. Tristeza e choro no constatar da sempre presente separação ou perda”.

Separação ou perda que não se destinam a uma qualquer *reparação* do (mau) objecto que se ausentou, mas antes à sua subsistência e ao desejo de as manter ao longo do tempo. Nem reparação do (mau) objecto ausente, nem luto pelo seu desaparecimento. Vê-se como E. Figueiredo nos propõe alguma coisa de novo, alguma coisa a que chega por intuições que estão para além das mais comuns construções psicanalíticas acerca de Literatura.

*

* * *

Evidentemente, a *Saudade* não pode estar desligada do tempo, ou melhor dito, da dinâmica da temporalidade tal como ela é vivida, elaborada e transformada pelo Sujeito humano.

“Saudade é passado”, recorda Eurico Figueiredo. Referindo Joaquim de Carvalho (Joaquim de Carvalho, 1952), diz que a “temporalidade própria à saudade seria retrotensa”, as representações a ela ligadas sendo por consequência evocativas. Mais talvez que evocativas, acrescentaria eu, na medida

em que é possível pensar também que, de algum modo, a *Saudade* é igualmente *construtiva* do “objecto” da *Saudade*, num movimento evocador da *nachtraglich* freudiana. O próprio “objecto” “neutro” pode assim constituir-se como Objecto da Falta, na medida em que a saudade o elabora retroactivamente como “faltante”. Por outro lado, a *Saudade* transforma doutras formas ainda o Objecto, que sem ela se diluiria num passado difuso: ela “embeleza o passado”, torna-o objecto de profundas transformações subjectivas. “Como evocação, diz ainda E. Figueiredo, (ela) é trabalho na e da memória”. “Trabalho da memória” é conceito que deve ser sublinhado. É que a memória não evoca apenas um passado, ela torna-o objecto de “trabalho psíquico”, quer dizer, *transforma-o*. A *dialéctica das transformações* faz-se presente no conceituar do autor, que, no fundo, nos propõe que toda a actividade psíquica é por essência *transformação*.

Entre as transformações a que o Objecto do passado e o próprio passado são sujeitos, há a destacar, evidentemente – o que não escapou a E. Figueiredo – o processo de idealização. A evocação saudosa transforma a memória e, transformando a memória, transforma o passado, não primariamente nas representações e ele ligadas, mas sobretudo no que diz respeito às emoções que dele mesmo são constitutivas. Tenho tendência a pensar, na sequência também de E. Figueiredo, que na *Saudade* como em qualquer outro estado de alma, o afecto e a emoção precedem a dinâmica das representações. Por isso também é dito que “o processo de idealização é *precedido*⁶ pelo processo de *iluminação interna*”⁷...

Esta ideia certamente virá um dia a ser desenvolvida, tanto quanto ao *murmúrio poético* que sobre ela pode assentar, como quanto às redes emocionais – representativas que inevitavelmente de tal *iluminação* derivam. *Iluminação interna*: como isso produz reverberações capazes de deslizar para poéticas outras e longínquas, como a poética árabe, mística em particular, mas não só, ou, mais perto de nós, a poética de S. João da Cruz...

Que sobre a *iluminação interna* devemos esperar novos desenvolvimentos, desde logo forma específica de *iluminação* é aquela que torna possível que a *Saudade* seja vivida, sentida, como esperança, vencendo por isso “a ameaça, a tristeza, a dúvida”. *Esperança*: Futuro. *A temporalidade está omnipresente*: ela reconstitui retroactivamente o Passado, mas por isso mesmo, a partir do seu Presente, ela modifica as *janelas* sobre o Futuro. Assim é em toda a poética da *Saudade*, seja ela elaborada em que momento histórico fôr. E. Figueiredo, a este respeito, cita Camões, mas também cita Manuel Alegre:

*Minha Saudade que não és passado
Mas este tempo nunca navegado
De transformar saudade em liberdade
Lá onde a liberdade é uma saudade*

Tristeza esperançosa, portanto. Tristeza em que um Passado permite a abertura a um Futuro. Emocional será a sua base e origem, mas ligações exis-

tem ainda em relação ao *conhecer*: “A Tristeza é conhecimento” e também alerta.

Alerta para evitar novas perdas, como parece referir o autor, em “Saudade e Depressão”?

De certo modo sim, mas não será ao mesmo tempo esse “conhecimento” por essência difuso, *horizonte* apenas, seja ele de um sol que nasce ou de um ocaso, próximo do *conhecer* ao mesmo tempo dele distante? De facto *conhecer*... o quê? Conhecer o *sentimento* que é saudade até onde *conhecer é forma de sentir, conhecer* o Objecto que a esse *sentir/conhecer* se liga – sim, é certo. Mas não haverá na Saudade “conhecimento” mais amplo que este? Matéria para interessante discussão... Na depressão pode assinalar-se, como faz E. Figueiredo, a sucessão perda-tristeza-reparação. Para reparar um objecto é necessário *conhecê-lo*, pelo menos parcialmente. Conhecer esse objecto perdido (ou lesado) é operação mental que apenas pode operar no interior de *uma nova relação*⁸ que *ela, sim, é reparadora*. Algum “individualismo psicanalítico”, por assim dizer, levou a pensar que a dialéctica da reparação assentaria numa relação Sujeito-Objecto. Ora amplos desenvolvimentos do pensar psicanalítico parecem ter vindo a mostrar que qualquer processo de reparação é impossível se não se situar no *quadro* de uma relação Sujeito/Sujeito-Objecto⁹ – sendo dado que a natureza do campo relacional e intersubjectivo é bem mais ampla do que aquilo que a anterior afirmação sugere...

O depressivo vive a depressão como um *estado de alma para além do qual aspira a ir*, mas a depressão coexiste como movimentos que ao invés de serem reparadores são destrutivos do Objecto. O depressivo “fabrica” inclusive maus objectos, que, não fora o seu estado depressivo, seriam “neutros”, por assim dizer, não se constituiriam como regiões de um Olhar triste, revoltado, ou mesmo “fracturante”.

Na *Saudade* será assim? Todas as propostas sobre *Saudade* de E. Figueiredo parecem indicar que a resposta *é mais negativa do que positiva*. A *Saudade* é sentimento que aspira a manter-se a si mesmo, aspira a subsistir, ao ponto mesmo de acontecer uma espécie de *Meta-Saudade*¹⁰: *Saudade da própria Saudade*. *Saudade* da própria *Saudade* que o sujeito saudoso bem pode *construir quando, por fim, encontra o objecto da Saudade*. A não ser assim, a não haver reconstrução da *Saudade* mesmo após o encontro com o Objecto, talvez possa acontecer uma fractura depressiva, devida ao facto de ter acontecido uma perda singular: *a perda da própria Saudade*. Este caminho não é inevitável contudo: no lugar da depressão pode justamente acontecer... a *Saudade da própria Saudade*, não como estado a *reparar*, mas como *sentimento a cuja subsistência se aspira*, enquanto Objecto do próprio desejar. É claro que, neste campo, pouco mais é possível do que levantar hipóteses, vagos mas possíveis caminhos a percorrer – capazes de revelar, mais uma vez, porventura, que o estatuto da Psicanálise “Aplicada” é diferente daquele a que nos fomos habituando: não é apenas a Psicanálise, enquanto elaboração teórica a partir da própria clínica, que fundamentalmente esclarece os *Objectos Culturais*, mas é tam-

bém a própria *Psicanálise dos Objectos Culturais* que é susceptível de ascender a um estatuto próprio, ela mesma sendo capaz de elucidar diversos aspectos da Teoria e da Clínica psicanalíticas. E isto não será assim só porque na base da *Psicanálise dos Objectos Culturais* é possível partir para, poucas talvez, mas em todo o caso inovadoras, construções metapsicológicas, mas será também assim porque a *Psicanálise dos Objectos Culturais* nos pode habituar a ouvir, sentir, palpar outras melodias, outros murmúrios, que o Poeta, o Escritor, ou aquele que se dedica às Artes Plásticas ou à própria Música colocam *á mesmo*, diante de nós, permitindo um contemplação que, *depois* poderá ser (ou não) “interrogada”. Não a partir de um modelo teórico que sobre a Obra se “abata”, mas mais a partir das emoções que ela em cada um produz. Neste sentido, a Arte ensina: a *ouvir*, a *sentir*, a quase *não pensar representativamente* (*O Unthought Known*, dizia Ch. Bollas, 1987), *pensando contudo aquilo, não pensado*, que, porém, pode ser *conhecido*. *Conhecido subjectivamente*, entenda-se; não conhecido a partir da dialéctica do mais comum e do mais rígido conhecimento, e muito menos a partir da aplicação de modelos teóricos fabricados alhures. *O respeito pela Arte contribuirá, então, para apurar o respeito pela pessoa humana, núcleo insuficiente, é certo, mas sem o qual nenhum Psicanalista, nenhuma Psicanálise, poderiam verdadeiramente existir.*

*

* * *

Algumas palavras mais: E. Figueiredo não nos *oferece* apenas pensamentos elaborativos sobre a *Saudade* que, embora como se disse, se ligue ao Futuro, tem especiais articulações com o Passado construído a partir do Presente.

Ele oferece-nos ainda *preocupações, inquietações*, que são igualmente estímulos ao pensamento (e à acção transformadora), porventura *mais centradas no Futuro*. É aliás interessante verificar como a Temporalidade está omnipresente em todos os trabalhos de E. Figueiredo. O trabalho “A Angústia Ecológica e o Futuro” é disto mesmo um exemplo. Para além de novos desenvolvimentos sobre a relação entre a Literatura e a Psicanálise, são também questões de natureza *política* que agora se fazem claras. Políticas, quer dizer: não politiqueras. Não é do rebaixamento do Político que se trata, nem da sua mesquinha confusão com acção manipulatória de pessoas ou grupos sociais: é do *Político* no seu mais nobre sentido, *Político* enquanto *reflexão e promessa de acção* no universo da *Polis*. E, “no entanto”, articulado ao campo psicanalítico...

Uma questão interessa, desde logo, E. Figueiredo: “O que parece óbvio, de facto não o é. Porque motivo nos preocupamos com a vida, saúde e sucesso dos nossos filhos?”. Ao que acrescenta, inevitavelmente, esta outra questão: que *Mundo lhes vamos deixar?* Para que valores, interesses, formas de ver as coisas, tanto à escala dos grupos e dos macro-grupos, como à escala das nações e à escala planetária (esta, tanto mais importante quanto violentas contradições

acerca da assim chamada globalização, atravessam o nosso tempo) vamos *contribuir*?

O interessante é, como disse, que questões como estas são também pensadas à luz da Psicanálise, com a qual se entrosam ainda formas outras de pensar, ou, se se quiser, preocupações de outro tipo: de natureza ecológica e política. *Interfaces* por aqui circulam...

Correndo o risco de me esquecer de alguns outros autores portugueses, E. Figueiredo parece ter sido um dos primeiros, senão o primeiro a articular, entre nós, problemáticas deste tipo com reflexões psicanalíticas.

Que Mundo vamos deixar às gerações futuras?

Os peritos da *World Commission on Environment and Development*, in *Our Common Future*, já assinalam, diz-se em “Angústia Ecológica e o Futuro”, que “todas as pessoas têm o direito fundamental a um ambiente adequado à saúde, e ao bem-estar”, e que “os países devem preservar o meio ambiente e os recursos naturais para benefício das gerações presentes e futuras”. Acrescenta E. Figueiredo: “*as prerrogativas das gerações futuras vêm-se assim protegidas pelo direito internacional*”¹¹.

Contudo num quadro, como o actual, em que o direito internacional é sistematicamente desrespeitado, no qual a quaisquer formas de diálogo, de seriedade e de verdade se substituíram formas permanentes de imposição a partir da constituição do Império, a pergunta que de imediato ocorre é a de saber como poderá o direito internacional proteger, *de facto*, as gerações futuras?

Não havendo respostas globais para uma tão complexa (ou difícil) questão, há no entanto tentativas de resposta parcial.

Como nos propõe E. Figueiredo (E. Figueiredo, 1993), uma destas respostas parciais centra-se nos conceitos de *identificação por delegação* e de *imortalidade simbólica*.

Quanto à *imortalidade simbólica*, elaboração conceptual de Joy Lifton e analisada por E. Figueiredo, pode-se dizer que ela “veicula o desejo do homem em perpetuar-se, o maior tempo possível, através dos grupos sociais a que sente pertencer”. Mas “a consciência da morte individual e o desejo de imortalidade simbólica (só) funcionarão como activador de angústia ecológica desde que cognitivamente esteja adquirida a noção de risco de destruição da espécie”.

Porém, e se hoje em dia a *imortalidade simbólica* aparecer, for vivida como um *dado adquirido*, uma *certeza ancorada num individualismo selvagem*? Se o indivíduo humano *ignorar o possível da morte da espécie por entender ser ela impossível*, uma vez que a própria noção de morte é erradicada do viver individual e social, ou *banalizada* por todos os meios, inclusive os meios de comunicação social? Então será uma (pseudo) imortalidade simbólica que estará em causa, uma ausência de preocupação substantiva quanto à delegação em gerações futuras, por tudo contribuir para erradicar a imagem de morte ou, como disse, para a tornar banal. Nenhuma angústia ecológica, nos *tempos actuais*, parece poder enraizar-se numa imortalidade simbólica, já que uma “pseudo-imortalidade” se apresenta como “adquirida” pela *banalização da morte*.

A questão parece pertinente, uma vez que entre o tempo em que E. Figueiredo escreveu “Angústia Ecológica” e os tempos actuais, muitas situações, quer aos níveis nacionais quer ao nível internacional, se alteraram significativamente. Talvez então o problema seja o que E. Figueiredo *já antecipa*: não tanto o da imortalidade simbólica ou da delegação, *mas antes o das elaborações psicológicas que partem das gerações actuais em direcção às novas gerações, e à forma como estas últimas acolhem as elaborações das primeiras*.

É muito interessante ver como, face a esta outra problemática, é por intermédio de uma re-análise de *Hamlet*, de um olhar psicanalítico sobre a tragédia shakespereana, que nos são indicadas algumas novas reflexões. A Psicanálise, a Sociologia e a Política entrecruzam-se claramente.

Na medida em que *Hamlet* era originariamente herói de uma *saga épica*, uma comparação entre a saga e a tragédia impõe-se. Dois *Hamlets* assim aparecem. Uma longa citação é mais esclarecedora do que uma análise do próprio texto: “Como na tragédia de Shakespeare, *Hamlet* [o da saga] prepara-se para vingar o pai e apoderar-se do reino da Dinamarca. Tanto na tragédia como na saga, para não ser morto, simula a loucura, escondendo-se detrás de trocadilhos disparatados, mas que podem revelar-se extremamente perspicazes e cheios de sentido. Também na tragédia e na saga, o herói, pela sua inteligência e manha, vence inúmeros obstáculos e ciladas.

Mas Hamlet da saga é decidido e eficaz, herói determinado e sem remorso (...). [Esse] Hamlet morre como herói e assim perdurará o seu nome nas lendas escandinavas.”

Em compensação, se “o *Hamlet* da tragédia é também perspicaz, manhoso, corajoso”, ele é ao mesmo tempo “indeciso, ora eficaz, ora ineficaz e cheio de dúvidas”.

“Quais as razões que justificam esta mudança de carácter, transformando uma saga épica numa tragédia e um herói decidido num hesitante, deprimido e suicida?”

A questão é muito pertinente, já que enquanto uma saga é, por assim dizer, *externalista*, uma tragédia é por essência *internalista*. Na primeira, é o mundo do Mito que está presente (ainda que Mito vivido como História); na segunda são os meandros psicológicos que estão em causa, o mundo interno que origina e “explica” o fluir dos acontecimentos.

Na sequência de E. Figueiredo, devemos então perguntar: *fluir dos acontecimentos*, sim: *mas qual é esse fluir?* Na Tragédia, o início nuclear é o aparecimento do espectro e a injunção da vingança que o filho – injunção do filho que é também desejo – *deve* realizar¹². De facto, “tudo parece logo dito no início da tragédia, o desejo do filho de vingar o pai, *mas só se pode compreender esta peça detrás para adiante*¹³, como problemática do acesso à realeza, *como acesso à herança, metáfora do estado adulto*¹⁴.

A herança, o acesso à herança, mobilizam um acréscimo de culpabilidade, criada já e acentuada pela emergência de fantasmas edípicos, e pela impossibilidade de vingar o pai, como o seu fantasma lhe solicitava. Na rede que orga-

nizam as relações entre os “pais”, Hamlet surge como bode expiatório, como diz A. Green (A. Green, 1982). Mas também porque aceita submeter-se-lhes, ou é incapaz de se libertar das “obrigações” parentais fantasmáticas. E é esta a tese que E. Figueiredo desenvolve acerca de Hamlet em “Angústia Ecológica e o Futuro”: “A submissão não modela príncipes capazes de acederem à realeza, metáfora do acesso à adultícia e à herança das gerações passadas pelos jovens. Todos os jovens são príncipes, diz, que (...) necessitam criar os seus próprios valores, perspectivar as suas aspirações, preservar a “soberania da razão” para acederem à condição de pais”. Pais que por sua vez serão objecto de idealizações, darão origem a conflitos internos pelo fluir de processos identificatórios e movimentações de desejo, e serão constituídos como um dos pólos de conflitos intergeracionais. Que a “herança” não seja também possibilidade de desidealização, e de construção daquilo que em tempos designei por *decepção construtiva*, e então será a dinâmica do conflito que se radicalizará em processos de repetição ou em movimentos internos/externos pelos quais a própria herança é recusada (ou atacada, ou mesmo destruída). E toda a herança recusada desemboca num *vazio*, numa *incapacidade de sonhar* e de, pelo Sonho e pelo Encontro, construir por seu turno valores, perspectivas, e ambições simultaneamente individuais e sociais.

Talvez seja este um dos problemas dos nossos tempos: que heranças receberão os nossos filhos que possam ser simultaneamente *contestadas* e *alicerces de novas elaborações*? Em que medida os valores transmitidos poderão funcionar como matriz que, pela sua transformação, dê origem a formas de ser e de estar assentes na Liberdade? Como poderão as gerações actuais encontrar continuidade-na-diferença nas gerações futuras, se a herança que lhes transmitem pouco mais for do que um Mundo feio, individualista, vazio, sem perspectiva, e ecologicamente desorganizado?

Para E. Figueiredo, o Psicanalista não pode deixar de lado estas questões, sob pena de perder de vista a relevância dos Meios onde os indivíduos habitam, e dos grupos nos quais se encontram e constroem novas identidades. E nestas perspectivas, evidentemente, E. Figueiredo não está só. Felizmente para a Psicanálise e felizmente para a cidadania dos psicanalistas.

“As gerações actualmente no poder – diz – virão a ser objecto de um desprezo generalizado por parte das novas gerações se, entretanto, não forem tomadas medidas enérgicas para preservar um mundo onde os vindouros possam viver condignamente.

Existe todavia o perigo da neurotização, da edipificação das novas gerações. Pela culpabilidade colectiva provocada pelo sentimento de revolta contra o modelo parental de desenvolvimento assumido pelas actuais gerações: *o sucesso a todo o custo*¹⁵, através de um activismo destrutivo, conduzindo a civilização humana à sua auto-aniquilação.”

Mais do que o Hamlet trágico, será o Hamlet épico, aquele que luta “pelo seu direito à herança, determinado e corajoso”, que apontará para um desenvolvimento sustentável – quer dizer, em continuidade e diferenciação – desen-

volvimento sustentável esse que se liga a processos de desenvolvimento e de “afirmação pessoal”, assim como a processos de desenvolvimento e de construção permanente de identidades colectivas.

A Crítica social e psicológica liga-se a esta forma de pensar, é mesmo dela indissociável: para viabilizar tais modelos de desenvolvimento sustentável, para tornar possível uma *decepção construtiva* em relação às heranças actuais, para dar espaços para uma verdadeira subjectivação e construção de identidades, individuais e de grupo, para inviabilizar as formas pseudo-identitárias corrosivas e destrutivas, como se fazem presentes em fenómenos como o racismo, a xenofobia e a guerra – para tudo isso uma Crítica permanente e generalizada é *essencial condição*: “*Crítica radical (dos) valores na moda, puramente narcisistas, onde a solidariedade e a piedade parecem não ter mais cabimento*¹⁶”.

Crítica radical também das atitudes marcadas pela *arrogância* e pela *incapacidade de diálogo* – assim como dos espaços sociais e institucionais que as acolhem – já que quer uma quer outra são alicerces das mais perversas formas de Poder Político, Social e Institucional. Crítica radical da Mentira ainda, como já se começa a ver nos nossos próprios horizontes, com as respectivas consequências na esfera política.

*
* *

Psicanálise de Interfaces, Psicanalista de Interfaces: Eurico Figueiredo, para além de uma actividade clínica idiossincrática (como todas as actividades clínicas) abre *janelas* através das quais se contemplam e se pensam horizontes de Cultura, através das quais, também, a Cultura certamente influencia o Olhar de a Escuta analíticos. Mas mais do que isso ainda, E. Figueiredo abre espaços de reflexão e de inquietação e mesmo de intervenção no campo Social e Político, articulados com o pensar psicanalítico, mostrando que este mesmo pensar pode habitar a área da Cidadania e com ela se preocupar profundamente.

E faz isto de uma maneira ao mesmo tempo tranquila. Não temos de o “copiar”, não temos de o “repetir”, já que ele não nos propõe “cartilhas” de qualquer espécie. Podemos, isso sim, circular com ele nos espaços de interrogação e de reflexão que ele nos *oferece*.

*
* *

Finalmente, não esquecemos que Eurico Figueiredo foi ainda, e a seu modo continua a ser, um *combatente em lutas pela Liberdade, contra todas as formas de opressão*, em tempos em que tais combates envolviam verdadeiros riscos. *Este último aspecto também faz a diferença.*

NOTAS

- 1 Uma peça de Grillparzer.
- 2 Sublinhado meu.
- 3 Acrescenta-se de resto que a “revolução copernicana” diz mais respeito ao impacto da Psicanálise na Psiquiatria e na Psicologia, do que nas mais vastas áreas da Cultura. Veja-se por exemplo a apetência do movimento surrealista em relação à Psicanálise.
- 4 S.E.: *The Relation of the Poet to Day-Dreaming*. Desnecessário será referir a catastrófica tradução na S. E. trad. port.: *Escritores Criativos e Devaneios* (!).
- 5 Não estou certo, por isso, que a expressão, usada por E. Figueiredo, “Conceito de Saudade” seja a mais apropriada. Entre o movimento experiencial e implícito da *Saudade*, e a *Saudade-como-conceito* parece-me haver significativa distância.
- 6 Sublinhado meu.
- 7 Sublinhado meu.
- 8 V. a teoria relacional que Coimbra de Matos elaborou e sistematicamente aprofundou.
- 9 Relação Sujeito/Sujeito-Objecto cuja complexidade é impossível, aqui, analisar.
- 10 Reconheço a fealdade quase inultrapassável deste termo...
- 11 Sublinhado meu.
- 12 Não se trata aqui, obviamente, de analisar a tragédia. A quantidade de trabalhos de inspiração analítica a ela dedicados é incomensurável. Refira-se apenas: N. Holland, 1963; N. Holland, 1966; E. Jones, 1967; A. Green, 1982.
- 13 Sublinhado meu.
- 14 Sublinhado meu.
- 15 Lembro-me que um dia escrevi um trabalho intitulado “O Direito ao Insucesso”!
- 16 Sublinhado meu.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOUN, P. L. (1996), *Litterature et Psychanalyse*, Ellipses.
- BOLLAS, Ch. (1987), *The Shadow of the Object: Psychoanalysis of the Unthought Know*, Free Association Books.
- CARVALHO, Joaquim de (1952), *Revista de Filosofia*, Dezembro de 1952.
- FIGUEIREDO, E. (1991), *Psicanálise da Saudade*, O Jornal.
- FIGUEIREDO, E. (1993), *A Angústia Ecológica e o Futuro*, Gradiva.
- FREUD, S. (1900), *Die Traumdeutung*.
- FREUD, S. (1908), Der Dichter und Phantasieren [o escritor e o fantasma] in *S. E. The relation of the poet*.
- FREUD, S., 15 de Outubro de 1897, Carta a W. Fliess, in *The Complete Letters of Sigmund Freud to Wilhelm Fliess 1887-1904*, ed. J. M. Mason, Harvard University Press.
- GREEN, A. (1982), *Hamlet et Hamlet*, Balland.
- HOLLAND, N. (1963), *The shakespearean Imagination*, Ind. Un. Press.
- HOLLAND, N. (1966), *Psychoanalysis and Shakespeare*, McGraw Hill.
- JONES, E. (1967), *Hamlet et Oedipe*, trad. franc., Gallimard.
- KLEIN, M. (1929), Infantil anxiety situation refleted in a work of art and the creative impluse, J.J.P., 10, in *M. Klein 1921-1945: Contributions to Psycho-analysis*, Hogarth.
- KLEIN, M., *1921-1945: Contributions to Psycho-analysis*, Hogarth.
- LIFTON J. & OLSON, E. (1974), *Living and Dying*, Praegen Pub.
- LIFTON, J. (1973), “The sense of imortality: on death and the continuity of Life”, *American Journal of Psychoanalysis*, 33.
- LIFTON, J. SIMOC & SCHUSTER (1976), *Life of the self: toward a New Psychology*.

- PEREIRA, F. & Scharff, D. (2002), *Fairbairn and Relational Theory*, Karnac Books.
- PEREIRA, F. (2002), "Fairbairn, dreaming and the aesthetic experience", in F. Pereira & D. Scharff, *Fairbairn and Relational Theory*, Karnac Books.
- PEREIRA, F. (2004), *From the Unbewusste to Relational Unconscious*, Congresso da European Federation of Psychoanalysis, Helsínquia (a publicar no EPF Bulletin).
- SEGAL, H. (1952), "A Psycho-analytical approach to Aesthetics", I.P.J., 1950, in *The work of H. Segal*, Free Association Books.
- SEGAL, H. (1986), *The work of Hanna Segal*, Free Association Books.
- SONTAG, S. (1966), *Against Interpretation*, trad. port., L&M Ed., S. Paulo.

A SAÍDA DE CASA: A SEPARAÇÃO DA FAMÍLIA NA PÓS-ADOLESCÊNCIA¹

Manuela Fleming

PREÂMBULO

O tema escolhido para a lição de síntese tem vindo a conhecer nas últimas duas décadas grande expansão e interesse por parte de clínicos e investigadores de diversos campos científicos.

Com efeito, a saída de casa dos jovens adultos assinala um período de transição no ciclo vital, com problemática psicológica específica, envolvendo pais e filhos em novas tarefas de desenvolvimento, necessárias à prossecução do processo de separação/emancipação.

Foi sobretudo a partir dos anos 60 que se começaram a desenvolver estudos em torno do constructo “saída de casa”, motivados sobretudo pelos psicólogos clínicos a trabalhar nas “*Clinic College*”, nos E.U.A. Os psicólogos identificaram o acontecimento como gerador de *stress* e puseram em evidência problemas de saúde, nos pais e nos jovens adultos, associados às dificuldades de separação psicológica, tarefa desenvolvimental mais importante da adolescência.

A experiência acumulada pelos Psicólogos Clínicos aí e noutros contextos socioculturais, conduziu a algumas constatações, que a investigação empírica tem reforçado: as perturbações psicopatológicas associadas à saída de casa estão relacionadas, sobretudo, com as condições interpessoais do *Processo de Separação/Individação Adolescente* e são as relações entre *pais e filhos* as que têm maior peso de influência nesse processo. Contribuem também outros factores dizendo respeito ao contexto, ou seja, às características do novo meio de inserção e muitos estudos têm posto em evidência relações, sobretudo, entre as características do contexto académico e o desenvolvimento psicossocial/ajustamento dos jovens adultos universitários (Ferreira, 1991; Ferreira & Hood, 1990).

Em Portugal, o crescente fenómeno da mobilidade dos estudantes do ensino superior, implicando a sua saída de casa, torna esta área matéria de estudo, até pela necessidade de potenciar estruturas preparadas para acolher este tipo de questões e organizar a prestação de cuidados, aos jovens e às famílias, quer nas Escolas quer nos Serviços Médico-Sociais.

A “saída de casa”, enquanto tema da Psicologia do Desenvolvimento, tem o seu lugar de inserção na problemática do *Processo de Separação/Individação*. Este processo desenvolvimental “atravessa” todo o decurso da vida humana, com particular pertinência nos primeiros anos de vida e na adolescên-

cia. Por essa razão, tratamos o tema começando, justamente, por examinar, numa perspectiva integradora, as grandes questões que lhe dizem respeito, focando na adolescência, já que como a investigação clínica e empírica tem vindo a demonstrar, constata-se uma conexão entre uma saída de casa *bem* ou *mal* sucedida e a forma como o processo decorreu durante esse período do ciclo vital. Actualmente e parafraseando investigadores de referência da área, “a separação adolescente-pais é entendida como um pré-requisito para o desenvolvimento da capacidade de intimidade e para o estabelecimento duma nova família” (Sabatelli & Mazor, 1985, p. 628).

Introduzir esta temática no programa da disciplina de Psicologia do Desenvolvimento parece-nos portanto adequado, dado o conjunto de conhecimentos que estão já estabelecidos e disponíveis para leccionação.

INTRODUÇÃO

Esta lição organiza-se em torno da análise do tema da “saída de casa”, enquanto acontecimento inserido no decurso normal do desenvolvimento do ser humano, situado em geral na transição da adolescência para a idade adulta. Trata-se dum tema complexo envolvendo dimensões socioculturais, familiares e individuais. Embora sendo um acontecimento comum a todas as culturas, ele é configurado em cada época histórica, pelas condições socioeconómicas e pelas tradições familiares e culturais. É “atravessado” por contradições sociais e por contradições familiares e individuais, gerando desequilíbrio e “obrigando” o jovem a empenhar-se em novas tarefas do desenvolvimento, integradoras e propiciadoras de maior bem-estar.

A partida de casa, por razões que podem estar relacionadas com o percurso escolar, laboral, com a constituição de uma nova família ou apenas com o desejo de viver fora do espaço familiar, constitui uma transição evolutiva importante na fase final da adolescência e entrada na adultícia.

No contexto da família, a partida de um membro representa uma “contração” do sistema familiar e implica necessariamente uma alteração da homeostase e uma reestruturação da dinâmica familiar, maior ou menor, dependendo do carácter mais ou menos gradual do processo de saída de casa.

Algumas grandes questões se colocam: que factores vão influenciar e interferir no processo de saída de casa? Quais os preditores para uma saída *bem* vs. *mal* sucedida? Como poderemos explicar que certos jovens depois da saída apresentem um ajustamento à nova situação e sentimentos de bem-estar, e outros apresentem dificuldades na adaptação, incapacidade em estabelecer relações de intimidade e progredir para as novas tarefas de desenvolvimento (nomeadamente, adoptando o quadro da teoria psicossocial de Erikson, a *Capacidade de Intimidade* vs. *Isolamento*)? Como explicar que outros, após a saída, apresentem quadros patológicos de cariz depressivo?

Tendo por base estas considerações e interrogações introdutórias, a lição

evolui para a tentativa de resposta, através da análise dos processos de desenvolvimento que antecedem a “idade” do jovem adulto.

A entrada na adolescência, período do ciclo vital de enorme importância, dadas as profundas mudanças internas e externas que nela operam, é assinalada pela emergência dos fenómenos pubertários, associados à mutação biológica e psicológica, preparando o ser humano para um longo processo de emancipação da tutela parental. Neste contexto, são então analisados os aspectos do desenvolvimento psicológico ligados: (1) às transformações do corpo próprio e maturação genital imposta pela emergência da puberdade; (2) conceptualizações do processo de separação pais-adolescente, a partir de contribuições teóricas oriundas de várias perspectivas: psicanalítica, etológica, sistémica; (3) os factores que podem interferir no processo, quer facilitando quer gerando obstáculos à concretização das tarefas de desenvolvimento; (4) o desenvolvimento psicossocial do jovem adulto e o processo de emancipação na sua interdependência com o desenvolvimento da identidade.

Após a abordagem desses conteúdos, a lição vai focalizar-se na problemática da saída de casa, suas trajectórias e analisar especificamente os aspectos do desenvolvimento psicológico ligados ao processo de separação física do pós-adolescente da família, nos planos: (1) da sua ressonância emocional, (2) do seu impacto no sistema familiar e (3) na sua conexão com os processos de vinculação e de autonomia adolescenciais.

Complemento com resultados dos estudos realizados por mim própria (como única investigadora e em colaboração), que têm permitido esclarecer alguns aspectos dos processos de desenvolvimento expostos.

A leccionação e a reflexão produzida em torno dos conteúdos da lição, permitem uma compreensão dos aspectos psicológicos envolvidos, as suas consequências para o equilíbrio psíquico e para a saúde dos protagonistas da separação: dos que saem e dos que ficam, porque ambas as partes se separam. Permite, entre outras aplicações, contribuir para a orientação a dar aos cuidados a prestar nas unidades de apoio médico-psicológico aos jovens deslocados das suas famílias, ou em situação de perturbação psicológica associada às dificuldades de separação/individuação.

1. A entrada na adolescência

Inserção da separação/individuação adolescente no curso do desenvolvimento psicológico

Podemos pensar o desenvolvimento psicológico do ser humano, na dimensão relacional *self/Outro*, como algo que decorre na malha tecida, por um lado, pela evolução do processo de vinculação (a necessidade primária que o ser humano tem de criar ligações afectivas ao Outro) e, por outro lado, pela evolução do processo da separação/individuação (a necessidade primária que o ser humano tem de criar a sua própria individualidade, não se fundir nem confundir com o Outro,

de se diferenciar...), desenvolvimento tecido no contexto das interações/relações familiares e sociais (“modelo em espiral de dupla hélice”, Fleming, 1993).

Na base destes processos estão factores de natureza genética que vão orientando o “calendário” das alterações biológicas e factores de natureza ambiental, moldando transformações, “ditando” novas exigências e expectativas sociais, de acordo com a idade, acontecimentos de vida e condições históricas.

Estes dois processos ocorrem em simultâneo, estão presentes desde o nascimento, permanecem como “motores” do desenvolvimento ao longo de todo o ciclo vital, conhecendo configurações diferentes.

A existência de um sistema de comportamentos inatos prestes a serem accionados logo após o nascimento, permitem ao bebé vincular-se a figuras de protecção e a existência também de capacidades perceptivas muito precoces de reconhecimento e de diferenciação do Outro permitem-lhe iniciar um processo que visa a sua individuação. Da qualidade e quantidade de experiências relacionais com as figuras cuidadoras, propiciadoras de sentimentos de satisfação vs. frustração, vão-se constituindo os ingredientes básicos para que o desenvolvimento se processe de forma mais ou menos harmoniosa. O sentimento de confiança no Outro, base da sua própria auto-estima, estimulam a criança a confrontar-se activamente com os desafios da vida e a não evitar as tarefas do desenvolvimento posterior.

A consciência da separação *Eu-Outro* vai permitir ganhos notáveis em autonomia e a criança vai alargando as suas ligações a contextos mais alargados (pares, amigos, escola, etc.), mas o desejo de viver no espaço familiar permanece e os valores familiares não são postos em causa. Às grandes mudanças da 1ª e 2ª infâncias segue-se um período de latência no plano pulsional/afectivo e no plano das relações familiares.

A puberdade: mutação biológica, psicológica e social

Porém, a ocorrência da *Puberdade* vem introduzir novos dados no equilíbrio psicológico da criança e na homeostase familiar conseguida e constitui-se como um *organizador psíquico*. O valor da dependência dos pais é questionado e o valor da autonomia de comportamentos e de atitudes começa a impor-se. O púbere manifesta novos desejos e inicia comportamentos até aí não verificados. A entrada na adolescência (tal como ocorrerá com a saída) marca um período de transição e desafia o sistema familiar para a mudança. A mutação cognitiva (evolução das capacidades cognitivas para um novo estágio – o das *operações formais* – caracterizado pelo *pensamento formal*) introduz a capacidade de ter um pensamento abstracto, complexo e flexível, e um raciocínio *social-cognitivo*. O adolescente passa a ser capaz de “pensar em perspectiva” e de reconhecer o carácter de mutualidade das relações com os pais.

O desejo adolescente de autonomia

O desejo de autonomia manifesta-se desde o período peri-puberal e mantém-se de forma contínua ao longo da idade, encontrando, porém, um eco con-

flitua nos pais; a capacidade de desobedecer e de comportar-se de acordo com as escolhas e os valores pessoais (num processo que implica a desidealização das figuras parentais) vai conhecer ainda um longo caminho (estudos realizados nesta área por mim própria e em colaboração trouxeram alguma evidência, Figueiredo *et al.* 1983a,1985, Fleming M., 1993).

A separação: tarefa de desenvolvimento principal da adolescência

Apesar da notável variabilidade intercultural do comportamento adolescente (Mead, 1970) e da diversidade de perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento na adolescência, verifica-se um consenso: as várias abordagens concordam em afirmar que *a separação psicológica intrapsíquica e relacional (entre pais e adolescentes) é a tarefa desenvolvimental mais importante da adolescência.*

Motivações para a separação: reemergência da sexualidade e reactivação da problemática edipiana (Freud, 1909,1917)? Desequilíbrio entre as experiências anteriores e as experiências actuais com os parceiros sociais (Erikson, 1959)? Propensão inata para a separação dos pais (à semelhança do que acontece noutras espécies animais) (Bloom, 1980, Bekoff, 1977)?

2. O processo de separação adolescente-pais

Delimitação do conceito de separação

O conceito de separação pertence ao campo da Psicologia do Desenvolvimento. É entendido enquanto desinvestimento intrapsíquico de figuras parentais internalizadas, permitindo a progressiva autonomia e conquista da identidade. A separação processa-se no quadro das transacções entre pais e filhos numa espiral em expansão gradual de diferenciação e individuação mútuas, ocorrendo em níveis emocionais, cognitivos e morais.

O processo de separação dos pais é uma tarefa de desenvolvimento que não termina na adolescência (Havighurst, 1972), porque também não terminam os novos desafios e as expectativas sociais típicas a cada idade, gerando novos desequilíbrios. A maior importância do seu estudo deriva do facto de começar a ser desejada, tanto no plano emocional como no plano físico, desde o início da adolescência, de ser fonte de conflitualidade entre pais e filhos, de “obrigar” a transformações intrapsíquicas e transformações nas relações familiares.

A separação enquanto processo de luto maturativo

Como tem sido teorizado o processo de separação?

As teorias psicanalíticas e etológicas têm enfatizado no processo de separação pais-adolescente a problemática da *perda*, implicando um processo de luto normal e maturativo, tanto nos filhos como nos pais, já que o desenvolvimento adolescencial envolve as capacidades parentais para que eles próprios possam levar a cabo a separação dos seus descendentes.

Nos filhos, os lutos “obrigatórios” (Gédance *et al*, 1977; Amaral Dias & Vicente, 1984) anunciam a progressão para a individualidade e para a interdependência: a capacidade de estar só e de estar em relação com os outros, para a capacidade de estabelecer relações de *intimidade*.

Nos pais, o luto remete para a perda de uma parte da identidade parental: a orientação geradora (*generative orientation*, no sentido de Erikson), anunciando a progressão para um sentido de maior *integridade* nas suas vidas (Erikson, 1959).

Também algumas teorias sistêmicas sobre a família têm equacionado o processo de separação em torno dos conceitos de *lançamento* (*launching*) dos filhos e de *ninho vazio* (McIver, cit. Nichols, 1984), remetendo para problemáticas psicológicas da falta/perda dos filhos e respectivo luto em ambos os protagonistas da separação.

As teorias sistêmicas, ao centrarem o seu objecto de estudo nos processos transaccionais, dentro dos sub-sistemas familiares e entre os subsistemas filial e parental, têm dado contribuições teóricas e clínicas notáveis para o entendimento do processo de separação e para a intervenção familiar. No quadro dessas teorias, a separação dos filhos da família nuclear tem sido considerada como “um dos objectivos mais importantes a atingir no que se refere à sua saúde... e a expressão duma fase crucial do desenvolvimento da família” (Boszormenyi-Nagy & Framo, 1965, p.105).

Estes autores, tentando construir uma ponte entre o intrapsíquico e o interpessoal, descrevem o processo desenvolvimental relacional entre pais e filhos desde o nascimento destes, através duma sucessão de cinco fases: *embrionária*, *filiação ou simbiótica*, *individuação*, *separação* e *reinvestimento*. A cada uma dessas fases corresponderiam experiências intrapsíquicas específicas, ao longo das quais aumenta a capacidade de integrar as percepções e as atitudes relacionais.

De acordo com este modelo, a *fase de separação* (na adolescência) é um processo extremamente complexo e a sua concretização em termos desenvolvimentais depende da superação das fases anteriores: só após a consolidação de relações confiantes e recíprocas entre pais e filhos, os adolescentes “poderão” separar-se harmoniosamente dos pais e progredir para novas tarefas do desenvolvimento na jovem adultícia (nomeadamente o *reinvestimento* em novas relações comprometidas extra-familiares).

Mas, afirmam os autores: “forças familiares variadas e complexas podem obstaculizar a separação dum membro, mesmo numa família ‘normal’” (Boszormenyi-Nagy & Framo, 1965, p.106). O estudo dessas forças familiares tem estado no centro das atenções de alguns investigadores.

Modos transaccionais de separação pais-adolescente e conflitos em torno da separação

Desses trabalhos, destaca-se a obra de Stierlin e colaboradores, que trouxeram para a problemática dos processos de individuação na família, e mais espe-

cificamente para o processo de separação adolescente-progenitores, contributos teóricos e clínicos importantes.

A separação é entendida, na perspectiva intergeracional, enquanto movimento em direcção a uma individuação mútua relativa e exigindo uma abordagem dialéctica, que permita pôr a descoberto as forças e padrões (propriedades sistémicas) da relação, que moldam o seu curso e, reciprocamente, afectam a contribuição das partes.

A partir da observação de famílias, os autores conceptualizaram dois modelos de separação: o *modelo centrípeto* e o *modelo centrífugo*, que corresponderiam às vicissitudes extremas do processo de separação pais-adolescentes. O modelo centrípeto seria característico de sistemas familiares em que predominam “forças familiares” que puxam para a não-separação dos membros, enquanto que ao modelo centrífugo corresponderia o domínio de “forças” em sentido contrário. Os dois modelos teóricos descrevem dinâmicas familiares, que, sem serem necessariamente patogénicas (depende da altura em que se manifestam, da forma como se combinam), podem agir negativamente na recíproca individuação e estar associados a certas formas de perturbação emocional.

A estes dois modelos corresponderiam diferentes conflitos de separação (Stierlin & Ravenscroft, 1972) ou modos transaccionais de separação (Stierlin, 1974): o *acorrentamento* (*binding*), em famílias de tipo centrípeto, que corresponderia a uma forma de encadeamento afectivo, cognitivo ou moral, entre adolescente e pais; a *expulsão* (*expelling*), em famílias de tipo centrífugo, que corresponderia ao abandono e/ou rejeição contínua do adolescente; e a *delegação* (*delegating*), em famílias onde agiriam forças centrífugas e centrípetas, que corresponderia a delegar no adolescente missões que serviriam as instâncias psíquicas conscientes e inconscientes dos pais, e em que a autonomia é permitida ou encorajada consoante a missão que se espera que ele realize.

Estes modos transaccionais implicam, portanto, diferentes potenciais de desenvolvimento. Quando prevalecem os conflitos de *acorrentamento*, pais e adolescentes não podem separar-se adequadamente: o adolescente pode permanecer ligado, quer por uma excessiva gratificação regressiva, quer por mistificação, quer ainda por laços duma lealdade arcaica. Uma das possíveis «soluções do conflito» é a expulsão dramática e, quando isto acontece, a dor pode ser grande mas pressagia um crescimento posterior. As oportunidades de crescimento falham se os conflitos são evitados ou abortados, levando ao retraimento progressivo do adolescente e ao abandono da sua luta pela autonomia.

Quando prevalecem os conflitos de *delegação*, é a capacidade de perceber as missões que lhe são incumbidas que permitirá ao adolescente mudar a balança do poder psicológico e reclamar o seu lugar no mundo dos pares, mesmo que os pais, explorando a sua lealdade, usem mais massivamente manobras de *acorrentamento*, intensificando-se a luta, geralmente bem sucedida, pela autonomia. Quando prevalecem os conflitos de *expulsão*, a facilidade com

que o adolescente pode contrair relações extrafamiliares não pressagia necessariamente uma autonomia conseguida, porquanto as experiências de intimidade com os seus pais falharam e o adolescente revela-se incompetente para estabelecer relações profundas, estáveis e consistentes.

Uma outra contribuição interessante para esta área é a de Hansburg, oriunda de um outro quadro de referência: a teoria da vinculação de Bowlby. Hansburg (1980), com base nas suas investigações do “separation anxiety test”, descreve o que entende serem modalidades de separação *conflituosa* entre pais e filhos adolescentes, no quadro de seis tipos de sistemas familiares, pondo a tónica no tipo de ligação que une os membros da família: *Ligação receosa*; *Ligação hostil-receosa*; *Separção hostil*; *Desvinculação dependente*; *Desvinculação através de auto-satisfação*; *Síndrome depressivo*.

A transformação das relações familiares

As teorias sistémicas têm enfatizado a questão da transformação das relações familiares, já que o processo de separação, para ser bem sucedido, envolve mudanças profundas. Para a investigadora Pepitone (1980), autora do livro de referência “*Adolescent Separation: a developmental and intergenerational study of relationship*”: “a separação bem sucedida ocorre nas situações em que o adolescente encarou com profundidade o mundo relacional em que cresceu, confrontou-se activamente com essas relações numa tentativa de as fortalecer tanto quanto possível e, por fim, investiu a energia relacional numa relação comprometida fora da família” (Pepitone, 1980, p. 7).

A ênfase tem sido colocada na necessidade da *reestruturação familiar* e na necessidade da *redefinição das ligações familiares*.

A *reestruturação familiar* far-se-ia em torno de três orientações: estimular a diferenciação familiar, promovendo a autonomia dos filhos, renegociar a relação de casal e fazer face ao envelhecimento da 3ª geração, o que implica transformação nos papéis e nas funções familiares. Já a *redefinição das ligações afectivas* contempla a negociação das interdependências que sustentam os laços familiares entre pais e filhos, mesmo depois da saída de casa.

Desenvolvimento psicossocial, identidade e emancipação do jovem adulto

O estudo do desenvolvimento psicológico do período de transição da pós-adolescência para a adultícia tem conhecido um grande incremento nas últimas décadas, sobretudo no âmbito dos jovens estudantes do Ensino Superior (com produção relevante por parte de psicólogos portugueses, cf. Ferreira, 2000).

Destacamos nessa área a teoria de Chickering (1969,1993) sobre o desenvolvimento psicossocial do jovem adulto. Tomando por base o quadro de referência da teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson e adoptando os seus conceitos nucleares (*crise, conflito, identidade, intimidade...*), o autor desenvolveu um modelo modal, que se tem destacado do conjunto de outras teorias recentes sobre o desenvolvimento do jovem adulto (Modelo de Sociali-

zação, Weidman, 1989; Modelo de “Envolvimento”, Astin, 1984, entre outros) pelo seu poder descritivo e explicativo. Este modelo conhece já uma acentuada validade empírica em estudantes universitários (White, 1986, White & Hood, 1989), e nenhum outro modelo tem tido tanto impacto na investigação produzida nesta área e na orientação de programas de apoio ao estudante universitário, quanto o de Chickering.

Segundo esta teoria (reformulada em 1993, por Chickering & Reisser), a tarefa de desenvolvimento principal dessa etapa do ciclo vital é o desenvolvimento da *identidade*. O desenvolvimento psicossocial do jovem adulto processa-se ao longo das seguintes sete fases ou *vectores* (o autor propõe o conceito de vector pelo dinamismo que sugere), por ordem sequencial de tarefas psicossociais: 1. *Desenvolver o sentido da competência*; 2. *Gerir as emoções*; 3. *Desenvolver a autonomia em direcção à interdependência*; 4. *Desenvolver as relações interpessoais*; 5. *Desenvolver a identidade*; 6. *Desenvolver o sentido da vida*; 7. *Desenvolver a integridade*.

O vector “*Desenvolver a identidade*” assume nesta teoria a dimensão fulcral, o ponto de viragem para a adultícia. O seu desenvolvimento depende da superação dos vectores anteriores e da sua concretização o jovem evolui para os seguintes. Não sendo específicos do jovem adulto, atingem a sua expressão máxima nessa etapa de transição.

De acordo com os resultados da investigação realizada junto de estudantes do ensino superior (Chickering, 1969), estes diferiam nas suas preocupações quanto aos distintos vectores: os estudantes dos dois primeiros anos estavam mais comprometidos com as tarefas dos três primeiros vectores e os finalistas (dois últimos anos) com as tarefas dos quatro últimos vectores.

O desenvolvimento ocorre na tensão dialéctica entre *diferenciação* e *integração* em interacção com o contexto familiar e social e os jovens que mostram maior maturidade no vector *identidade*, têm, de acordo com esta teoria, uma probabilidade acrescida de conseguirem uma saída de casa, se for caso disso, mais bem conseguida (estabilidade emocional, sentido de bem-estar, autoconfiança).

De acordo com os resultados da nossa própria investigação (Fleming, 1993), mais de 85% dos rapazes e raparigas estudantes com 18-19 anos dizem ser competentes para “*resolver os seus próprios assuntos ou problemas sem a interferência dos pais*” e a quase totalidade diz ser capaz de “*seguir as suas próprias ideias (religiosas, políticas, áreas de estudo)*”, resultados que parecem confirmar o empenhamento em *desenvolver o sentido de competência* e em *desenvolver a autonomia*, nos finais da adolescência.

Neste campo é também de destacar a recente contribuição de Neuenschwander (2002), apoiada na teoria de Marcia (1966) sobre os “*estatutos de emancipação*” ou de “*separação dos pais*”, na adolescência, em que a questão da transformação da relação com os pais assume uma importância capital. Segundo o autor, “os quatro estatutos de emancipação distinguem-se dos estatutos da identidade apenas pelo seu conteúdo, não pela estrutura” (p. 166).

Tendo por base uma robusta investigação, o autor propõe um modelo de desenvolvimento da emancipação articulado com o processo de separação pais-adolescente e com o processo de construção da identidade, já que na sua opinião “o desenvolvimento da identidade e a separação dos pais ocorrem em simultâneo e em paralelo” (p. 162).

Da regulação de três dimensões (“*experiências de vida importantes no campo interpessoal*”, “*sentimento de controlo pessoal sobre os conflitos com os pais*”, “*valorização da autonomia*”) progride-se para quatro estatutos de emancipação:

Identidade da relação dependente com os pais, na fase inicial da adolescência: a identificação aos pais é preponderante; *Identidade da relação ambivalente aos pais*, na fase intermédia da adolescência: desorganização das identificações aos pais e conflitualidade; *Identidade da relação crítica com os pais*, na fase intermédia da adolescência: conflitualidade com os pais; *Identidade da relação autónoma com os pais*, na fase final da adolescência: recriação da relação com os pais.

Os resultados da sua investigação levaram o autor a concluir que “a superação da tarefa de desenvolvimento: emancipação da tutela parental proporciona contentamento” (p.257), e que “os jovens com uma identidade pessoal integrada e uma relação autónoma relativamente aos pais são mais felizes e menos depressivos” (p.273).

Encontramos nestes resultados sustentação para o que demonstrámos (Figueiredo *et al.*, 1983a) ao pôr em evidência que a relação com os pais progredia, ao longo da adolescência, da resolução progressiva e sequencial dos binómios *dependência vs. autonomia; submissão vs. desobediência; ideais intra vs. extra familiares*, em favor da *autonomia, desobediência e desidealização*. Também pudemos evidenciar num outro estudo (Fleming, 1993) que a passagem do desejo de autonomia para a capacidade de ser autónomo se faz, em muitos comportamentos, à custa da capacidade de entrar em conflito com os pais, denunciando um progressivo sentimento de controlo pessoal. Entre outros aspectos, esse estudo demonstrou que a autonomia se estrutura em torno de três dimensões principais: “a actividade exploratória”, o “autogoverno” e o “espaço próprio”.

3. A saída de casa do jovem adulto

Introdução

Como dissemos atrás, a investigação nesta área tem-se mantido de forma contínua a partir sobretudo dos anos 60 e considera-se actualmente, quando englobada na questão mais geral da investigação sobre o desenvolvimento do *jovem* adulto, uma das linhas de investigação mais significativas das últimas duas décadas (Pascarella & Torenzini, 1991).

Na opinião actual de alguns investigadores, trabalhando uns na China e outros nos E.U.A., “a questão da saída de casa está a ser crescentemente tratada

como um passo essencial em direcção à adultícia nos tempos actuais” (Ting & Chiu, 2002) e “desempenha uma função significativa ao demarcar a transição da adolescência para a idade adulta” (Hussong & Chassin, 2002).

Os estudos têm-se focalizado preferencialmente em amostras de estudantes do Ensino Superior e têm-se repartido, fundamentalmente, pelas seguintes áreas de interesse:

Aspectos socioculturais: estudos sobre as diferenças entre as trajectórias ou padrões de saída entre épocas e culturas;

Aspectos psicológicos: estudos sobre as percepções juvenis, dimensões do constructo e conexões entre as dimensões psicológicas da saída de casa e as dimensões da autonomia e do vínculo aos pais;

Aspectos familiares: estudos sobre o impacto psicológico nos pais e nas relações familiares e do impacto da estrutura familiar.

Aspectos clínicos: estudos sobre as perturbações associadas à dificuldade da separação nos pais e nos filhos e consequências no desenvolvimento de competências sociais, escolares e outras.

Trajectórias socioculturais do processo de separação da família

Em determinado momento, mais ou menos cedo no decurso do ciclo vital, de acordo com as motivações pessoais, as tradições culturais e os contextos histórico-sociais, de forma mais ou menos transitória ou definitiva, dá-se a saída de casa e procura-se um outro espaço de vida (uma outra casa, uma outra cidade, outro país).

Quando estudados e comparados os padrões de saída em diferentes épocas históricas e em diferentes culturas constata-se que:

- Os padrões de saída modificam-se ao longo da História e, por exemplo, no Canadá, entre 1871 e 1901, verificou-se uma subida substancial no número de jovens adultos que saem de casa, associando-se a saída a motivos escolares e laborais essencialmente (Darroch, 2001). No Reino Unido, o número de jovens saindo de casa para viverem sós tem aumentado (Pooley & Turnbull, 1997; Berrington 1994), enquanto que a propensão para viverem fora de casa para formar uma nova família tem diminuído (Berrington & Murphy, 1994).
- A idade média de saída de casa é mais elevada 2-3 anos nas culturas orientais, quando comparada com as culturas ocidentais (Yi *et al*, 1994), e está fortemente correlacionada com o casamento e o procriação na cultura chinesa (Ting & Chiu, 2002), enquanto que nos países ocidentais a saída está mais associada com a escolaridade e o trabalho (Darroch, 2001), mais fortemente correlacionada, nos rapazes, com o emprego, e nas raparigas com o casamento (Pooley & Turnbull, 1997).

Um estudo recente mostrou que o predictor mais forte da saída de casa precoce e de repetidas saídas de casa é a estrutura familiar (Tang, 1997).

- Na Europa, os jovens espanhóis partem mais tarde e saem mais para se casar (ou co-habitar) do que os jovens britânicos (Holdsworth, 2000) e do que os jovens nórdicos (Holdsworth *et al.*, 2002). Os jovens dos países do Sul da Europa, quando comparados com os dos países do Norte da Europa, saem mais tarde da família e saem mais directamente para o casamento e paternidade, como os jovens brancos da América do Norte (Iacovou, 2002).
- Dentro da mesma cultura e da mesma época, a variabilidade entre padrões deve-se sobretudo ao factor económico, considerado vital (Holdsworth *et al.*, 2002) e a variabilidade ao longo do tempo deve-se às mudanças nos papéis familiares e ao factor económico (Goldscheider, 1997; Haurin *et al.*, 1997).

Como é que os jovens adultos percebem a saída de casa, que dimensões estão envolvidas neste constructo, que relações se podem encontrar entre a importância atribuída às diferentes dimensões e o ajustamento social e qual o impacto emocional da separação física da família, são outras das áreas investigadas. A síntese dos conhecimentos que vamos apresentar refere-se sobretudo a estudos realizados com estudantes do ensino superior, deslocados das suas famílias.

Impacto psicológico da saída de casa

Do ponto de vista que interessa à Psicologia do Desenvolvimento, a “saída de casa” é um constructo complexo, compondo-se de um conjunto de dimensões que, ordenadas pelo grau de importância que os jovens lhe atribuem, são as seguintes: *Controlo pessoal; independência económica; graduação; residência separada; separação física; filiação escolar; dissociação e separação emocional* (Moore & Hotch, 1981, Moore, 1987).

O sucesso da saída de casa aparece associado a níveis mais elevados de autonomia (*Controlo pessoal*) e o fracasso a sentimentos de ruptura do vínculo emocional aos pais (*separação emocional*) (Moore & Hotch, 1981; Moore & Hotch, 1987), empenhando-se o jovem mais activamente na saída quando o ligam laços de proximidade moderada aos pais (Hotch, 1979).

Qual o impacto do acontecimento, nos filhos e nos pais, quer no plano da dinâmica afectiva interna, quer no plano das relações familiares?

Nesta área, os resultados da investigação dividem-se: o acontecimento tanto pode produzir um impacto negativo (perturbação emocional, desajuste à nova situação, inibição social, quebra do rendimento escolar...) como produzir ganhos notáveis em bem-estar, dependendo de factores tanto intrapessoais quanto relacionais e contextuais. Numa direcção ou noutra, o *resultado* parece estar associado à “negociação inacabada” da separação pais-adolescentes.

Embora os primeiros estudos tenham apontado a transição associada à

saída como geradora de *stress* e de perturbações da identidade, as investigações posteriores têm acentuado o impacto positivo, em termos desenvolvimentais, da saída de casa.

Com efeito, a saída de casa associa-se, na maioria dos jovens, a sentimentos de bem-estar e a sentimentos de maior proximidade afectiva aos pais (Sullivan & Sullivan, 1980; Pipp *et al.*, 1985, Shaver *et al.*, 1985), sentimentos de maior responsabilidade, domínio e autonomia (Pipp *et al.* 1985), relações mais calorosas, menos confrontadoras e mais autónomas face aos pais (Mayseless & Hai, 1998). Neste último estudo os autores concluem que “as mudanças nas relações com os pais, em particular um decréscimo no confronto com os pais e o aumento da autonomia propiciado pelos pais, contribuem para o aumento dos sentimentos de controlo e de ajustamento”, e interpretam os seus resultados à luz da importância das relações com os pais na infância e adolescência.

No plano da dinâmica psicológica interna, a saída de casa reactiva as problemáticas emocionais associadas à separação, examinadas atrás, nomeadamente afectos depressivos ligados à perda, quer nos pais quer nos filhos.

As perturbações psicopatológicas associadas à saída de casa são, maioritariamente, manifestações sintomáticas da luta pela separação/individuação e a natureza das relações pais-filhos está profundamente implicada.

A saída de casa *mal sucedida* associa-se, nos jovens, a maior *stress*, *confusão de identidade* (Wedge, 1958; Blaine & McArthur, 1961; Dewees *et al.*, 1961; Fountain, 1961; Ichikawa, 1961; Sanford, 1962), a problemáticas ligadas ao processo de separação dos pais, numa coloração depressiva, e manifestam-se através da maior dificuldade no ajustamento social, na baixa do rendimento escolar e na maior dificuldade em estabelecer relações afectivas íntimas (Elson, 1964; Stierlin *et al.*, 1971; Margolis, 1981).

Impacto da saída de casa na relação com os pais e na estrutura familiar

Do ponto de vista sistémico intergeracional, quer a entrada na adolescência quer a saída de casa de um dos membros da família é sempre um factor de desequilíbrio da homeostase familiar. E, como refere Minuchin (1971), se a família quiser continuar como uma unidade saudável e encorajadora do crescimento, deve evoluir em função do próprio desenvolvimento de cada um dos seus membros.

O sucesso ou fracasso da saída de casa está, necessariamente, ligado à reorganização da família, quer ao nível dos arranjos hierárquicos quer dos “canais” de comunicação entre os elementos da família, em função do papel que desempenhava no sistema familiar, o elemento que saiu.

A saída de casa tem, pois, implicações na estrutura e nas relações familiares. Os resultados da investigação nesta área, dizem-nos que, de um modo geral, a separação física está associada a mudanças positivas na relação pais-filho. Ela leva, nos pais, a sentimentos de bem-estar tão bons ou melhores do que antes

da saída dos filhos (Deutscher, 1968) e a maior satisfação conjugal após a saída (Blood & Wolfe, 1960). Num estudo recente sobre a qualidade de vida das mulheres na fase das suas vidas em que os filhos saem ou regressam a casa, os autores concluem que: “para a maioria das mulheres, a partida do último filho de casa conduz a mudanças positivas no seu estado emocional e à redução das tarefas domésticas. O regresso a casa pode ter um efeito adverso no relacionamento sexual dos pais” (Dennerstein *et al.*, 2002). As transições conducentes ao casamento, coabitação e emprego associa-se a relações entre pais e filhos mais próximas, menos conflituosas e dando-se mais apoio (Aquilino, 1997).

Porém, em alguma famílias verificou-se que, no período da saída de casa, alguns pais têm tendência para replicarem os seus próprios conflitos em torno da problemática da separação, tornando-se competidores contemporâneos dos seus filhos, ao começarem a reexaminar os seus compromissos, quer na relação conjugal, quer com os filhos (Benedek, 1954; Elson, 1964).

Saída de casa, autonomia e vinculação

As conexões entre o processo de saída de casa e os processos de separação e de vinculação têm merecido uma larga atenção por parte dos investigadores e os estudos têm conduzido a resultados consensuais:

A saída de casa *bem* sucedida (bem-estar, ajustamento afectivo, social e escolar) está associada a um maior grau de *separação* (responsabilidade, controlo pessoal, autonomia) face aos pais e um maior grau de *vinculação* (capacidade de ligação e proximidade afectiva aos pais) (Shulman *et al.*, 2000; Kenny, 1986; Anderson & Fleming, 1986; Campbell *et al.*, 1984; Hoffman, 1984; Murphey *et al.*, 1963; Moore & Hotch, 1983, 1981). Os pós-adolescentes com um estilo de relação aos pais autónomo-vinculado (*autonomous-connectedness*) são aqueles que apresentam uma probabilidade maior de ganhos desenvolvimentais com a saída de casa e que melhor progredem para novas tarefas desenvolvimentais, nomeadamente “desenvolver a identidade”.

4. Contributos nossos para o *corpus* de investigação sobre o processo de autonomia e de separação da família

Desenvolvimento da autonomia adolescente

A nossa própria investigação, nesta área de interesse, como única autora e em colaboração, tem trazido algumas contribuições para o campo do desenvolvimento da autonomia e dos processos de separação e vinculação adolescentes.

Nos primeiros trabalhos, em que participámos como co-autora (Figueiredo *et al.*, 1983a; Figueiredo *et al.*, 1983b; Figueiredo *et al.*, 1985), postulámos que, sendo o movimento de separação psicológica da família de origem um movimento universal, ele se deveria traduzir em aquisições psicológicas também elas universais. Postulámos ainda que essas aquisições se fariam conflituosamente e com repercussões intra e intersíquicas.

Os resultados da investigação dessa altura demonstraram, entre outros aspectos, a natureza evolutiva de três conflitos: *autonomia vs. dependência*, *desobediência vs. submissão* e *desidealização vs. idealização* dos pais, com predomínio do primeiro pólo em todos eles, à medida que se transita para o estado adulto.

Pela nossa parte, temos vindo, posteriormente, a desenvolver teoricamente e a dar comprovação empírica ao que postularemos, e à tese da importância fundamental que, na nossa perspectiva, o processo de autonomia adolescencial desempenha, quer no desenvolvimento psicológico considerado normal (Fleming, 1986; Fleming, 1992b; Fleming & Aguiar, 1992; Fleming, 1993; Fleming, 1994) quer no desenvolvimento perturbado (Fleming *et al.*, 1987; Fleming *et al.*, 1988; Fleming *et al.*, 1989; Fleming *et al.*, 1992 a, Fleming, 1996; Pinheiro *et al.*, 2001, sendo que estes trabalhos sobre adolescentes com perturbações do desenvolvimento e psicopatologia, não se enquadrando no âmbito da disciplina, não iremos referi-los aqui).

Esses estudos debruçaram-se sobre os seguintes aspectos:

- *Desejo de sair de casa, desejo de autonomia* (Figueiredo *et al.*, 1983a; Fleming, 1993).
- *Sequência do tipo de conflitualidade envolvida na relação com os pais e identificação dos comportamentos de autonomia mais comprometidos na desobediência aos pais e face a qual dos progenitores* (Figueiredo *et al.*, 1983a, 1985; Fleming, 1993).
- *O desenvolvimento da autonomia e as percepções das atitudes parentais (diferenças entre a adolescência inicial, média e final e diferenças entre rapazes e raparigas): as representações adolescentes sobre a autonomia, a evolução ao longo da idade do desejo de autonomia, da capacidade de desobedecer aos pais e da capacidade de realizar a autonomia comportamental e atitudinal; o início das mudanças comportamentais; as percepções dos adolescentes sobre o tipo de ligação afectiva aos pais e sobre as práticas educativas; a relação entre a capacidade de ser autónomo e a qualidade da ligação aos pais* (Fleming, 1993).

Numa síntese muito breve, este corpo de investigação realizada permitiu-nos concluir o seguinte:

- Os adolescentes, dos 12 aos 19 anos, desejam levar a cabo um processo gradual de autonomia, desejo manifestado pela grande maioria dos adolescentes desde a puberdade, demonstrando um desejo e uma capacidade de emancipação da tutela parental, em favor duma vida cada vez mais fora da órbita da influência parental.
- A conflitualidade centra-se principalmente em torno dos hábitos diários (vestuário, penteado, saídas de casa...) e não põe em causa a dimensão do vínculo, sugerindo que os adolescentes transigem e acomodam-se de

modo a manter a proximidade e a aceitação por parte dos pais à medida que vão conseguindo ganhos no plano da sua autonomia e controlo pessoal.

- A progressão no processo de separação/emancipação é nítida e maioritária à medida que se transita da adolescência inicial para a adolescência final e na sua grande maioria os adolescentes revelam ter a percepção duma relação positiva com os seus pais.
- Os adolescentes que mais progredem na capacidade de se autonomizar são também aqueles que dizem ser estimulados e encorajados pelos seus pais nesse sentido, embora sentindo-se sob o seu controlo, e que revelam um sentimento de serem amados (relação calorosa, de aceitação e apoio) pelos seus pais.

Estes resultados levaram-nos a concluir que “se o processo de autonomia pressupõe o ataque à autoridade parental, ele não envolve uma ruptura ou o ataque ao vínculo emocional aos pais. Pelo contrário, para se separar é preciso que o adolescente se sinta ligado aos pais através de um vínculo seguro” (Fleming, 1993, p. 248).

Os nossos resultados vão de encontro aos resultados da investigação (cf. Fleming, 1993 e revisão actualizada) que, a partir deste e doutros paradigmas teóricos, trouxeram evidência para a área, dando consistência a este campo de conhecimento.

Levaram-nos também a propor um “modelo em espiral de dupla hélice” (Fleming, 1993), modelo explicativo do desenvolvimento adolescente que integra as dimensões da separação/individuação e do vínculo:

O desenvolvimento psicológico do adolescente progride segundo um modelo em espiral de dupla hélice, composto por duas linhas de desenvolvimento – a da *separação/individuação* e a da *vinculação* – em estreita interligação, espiral que adquire configurações diferentes consoante a fase inicial, média ou final do período adolescente.

A espiral em dupla hélice cria o paradoxo gerador de mudança: para se poder separar e individualizar, o adolescente precisa de se sentir ligado aos pais por um vínculo seguro. Não se sentindo seguro dos laços que o unem aos pais, e temendo uma perda de amor pelo facto de desejar separar-se deles, o adolescente pode retrair-se na marcha para a tarefa da individualização, dando lugar ao impasse ou ao bloqueio do desenvolvimento psicológico.

Imaginário sobre a saída de casa em adolescentes e jovens adultos

Se nos estudos que acabámos de referir trouxemos contributos para o esclarecimento de aspectos relacionados com o desejo e a construção da autonomia, no campo da relação pais-adolescente, preparadores da separação da família de

origem, com estes estudos tentámos captar, no plano do imaginário, a antecipação da saída de casa.

Os estudos, debruçaram-se sobre os seguintes aspectos:

- *Imaginário sobre a saída de casa em jovens estudantes do ensino secundário: vivências emocionais, motivação para a saída, contexto relacional com os pais, sucesso vs. fracasso após a saída* (Fleming, 1986).
- *Imaginário sobre a saída de casa em jovens universitários: vivências emocionais, motivação para a saída, contexto relacional, sucesso vs. fracasso após a saída, expectativas parentais face à saída* (Fleming & Aguiar, 1992).

Os resultados mostraram que a saída de casa se acompanha, no plano do imaginário, de grande ressonância emocional interna, mobilizando quer sentimentos de *perda* (tristeza, culpa, remorso, solidão) quer sentimentos de contentamento e de afirmação pessoal. O acontecimento é vivenciado num clima de conflitualidade com os pais e as antevisões do futuro pós-saída repartem-se num espectro que vai do fracasso e regresso à casa paterna até à antevisão duma saída bem sucedida.

Mostraram, entre outros aspectos, que provavelmente, apesar da autonomia ser amplamente desejada pelos adolescentes (cf. o resultado dos estudos que referimos atrás), com ganhos importantes no *controlo pessoal*, o processo insere-se num registo de ambivalência emocional e de conflitualidade interna entre o que designamos pelo “*medo e o desejo de crescer*” (Fleming, 2003), uma “força” puxando para a separação/autonomia e outra para a não-separação/dependência, podendo criar o impasse no desenvolvimento psicológico.

Ora, “um desenvolvimento bem-sucedido leva ao bem-estar psíquico, físico e social, e é um valor alto na vida humana” (Neuenschwander, 2002, p. 274).

Porque assim o pensamos também – o desenvolvimento psicológico é “um valor alto na vida humana” –, entendemos os nossos contributos enquanto reforço para a ideia da necessidade de proceder a mais estudos sobre o tema, já que a saída de casa se pode equacionar como um passo importante na transição para a adultícia.

5. Considerações finais

Contrariando a ideia predominante até à década de 60, proveniente sobretudo da investigação clínica, que tendia a apresentar a saída de casa como um acontecimento envolvendo efeitos negativos para os pais e para os filhos, a investigação tem demonstrado que, pelo menos no que diz respeito à saída dos jovens universitários, a separação física é uma transição acompanhada de tanto ou maior bem-estar. Sullivan & Sullivan, num estudo de referência realizado em 1980, resume o que tem vindo a ser confirmado posteriormente por outros investiga-

dores, como acabámos de ver: “a separação física deve ser um acto positivo de autonomia permitindo que filhos e pais exibam numa forma mais livre o afecto e a comunicação, sem medo de inibirem a luta pela autonomia” (p. 94).

De um modo geral, teóricos e investigadores estão de acordo em considerar que a separação da família é uma das experiências mais importantes da adolescência, que a saída de casa constitui uma transição evolutiva complexa na passagem para o estatuto de adulto obrigando a novas tarefas do desenvolvimento. A transição mobiliza grande envolvimento emocional, maiores ou menores dificuldades de separação quer nos pais, quer nos filhos, porque ambos têm de lidar com problemáticas da *perda* e do *ganho* e sentimentos ambivalentes mitigados entre o desejo de permanecerem no espaço familiar e partir, como a nossa própria investigação pôs em evidência (Fleming, 1986, 1992). O desejo de sair, o desejo de ser independente (Fleming, 1993), que faz do processo adolescencial um processo eminentemente progressivo e não regressivo, envolve contudo uma tarefa paradoxal que é a de aumentar a separação face aos pais e a de, simultaneamente, manter o laço afectivo e a comunicação, paradoxo igualmente vivido pelos pais, mas por ambos desejado.

A melhor ou pior resolução dos conflitos desenvolvimentais envolvidos está na dependência, entre outros factores, das características pessoais do adolescente e do tipo de relação com os pais, nomeadamente a capacidade de se separarem e a capacidade de se manterem ligados e da melhor ou pior resolução dos conflitos envolvidos na saída de casa resultam efeitos significativos para as tarefas de desenvolvimento posteriores.

A transferência gradual da família para novos contextos de socialização “obrigando” a progressos nítidos na consolidação da identidade, leva-nos a considerar o processo de separação pais-adolescente, de que a saída de casa é uma das suas expressões, uma das questões fundamentais do desenvolvimento psicológico do adolescente e jovem adulto.

NOTAS

- ¹ Lição de Síntese apresentada para apreciação nas provas de obtenção do título de Professora Agregada do 6º Grupo, Subgrupo D (Psicologia), do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, 2003, tendo tido Eurico Figueiredo como arguente.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL DIAS, C.; NUNES VICENTE, T. (1984), *A depressão no adolescente*. Porto, Edições Afrontamento.
- AMARAL DIAS, C. (1988), *Para uma Psicanálise da Relação*. Porto, Edições Afrontamento.
- ANDERSON, S. E., FLEMING, M. (1986), “Late adolescents' identity formation: individuation from the family of origin”, *Adolescence*, XXI,84, 783-796.
- ANTONUCCI, T. (1976), “Attachment: a life-span concept”, *Hum. Dev.*, 18, 135-142.

- AQUILINO, W. S. (1997), "From adolescent to young adult: a prospective study of parent-child relations during the transition to adulthood", *Journ. of Marriage and Family*.
- ASTIN, A. (1984), "Student involvement: A developmental theory for higher education", *Jour. of College Student Personnel*, 25, 297-308.
- BEKOFF, M. (1977), "Mammalian dispersal and the ontogeny of individual' behaviour phenotypes", *The American Naturalist*, 111, 715-732.
- BENEDEK, T. (1954), "Parenthood as a developmental phase", *J. Amer. Psychoanal. Assn.*, 7, 389-417.
- BERRINGTON, A.; MURPHY, M. (1994), "Changes in the living arrangements of young-adults in Britain during the 1980s", *Europ. Sociol. Rev.*, 10, 3, 235-257.
- BLAINE, C. J.; McARTHUR C. (1961), *Emotional Problems of the College Students*, Nova Iorque, Appleton-Century.
- BLOOD, R. (1972), *The family*, Free Press, Nova Iorque.
- BLOOD, R., WOLFE, D. (1960), *Husbands and wives*, Free Press, Nova Iorque.
- BLOOM, M. V. (1980), *Adolescent-parental separation*, Gardner Press, Nova Iorque.
- BLOS, P. (1962), *On adolescence: A Psychoanalytic Interpretation*, Free Press of Glencoe, Nova Iorque.
- BOSZORMENYI-NAGY, I.; FRAMO, J. L. (1965), *Intensive Family Therapy*, Harper & Row.
- BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, G. M. (1973), *Invisible Loyalties: reciprocity in intergenerational family therapy*, Nova Iorque, Harper & Row.
- BRANDT, D.E. (1977), "Separation and identity in adolescence: Erikson and Mahler – some similarities", *Contemporary Psychoanalysis*, 13 (4), 507-518.
- BYNG-HALL, J.; CAMPBELL, D. (1981), "Resolving conflicts in family distance regulation: an integrative approach", *J. Marital Family Therapy*, 7, 321-330.
- CAMPBELL, E.; ADAMS, G.; DOBSON, W. (1984), "Familial correlates of identity formation in late adolescence: a study of the predictive utility of connectedness and individuality in family relations". *Journ. of Youth and Adolescence*, 13, 6, 509-525
- CHICKERING, A. (1969), *Education and Identity*, S. Francisco, Jossey-Bass.
- CHICKERING, A.; REISSER, L. (1993), *Education and Identity*, S. Francisco, Jossey-Bass.
- DARROCH, G. (2001), "Home and away: Patterns of residence, schooling, and work among children and never married young adults", Canada, 1871, 1901, *Journ. of Family History*, 26, 2, 220-250.
- DENNERSTEIN, L.; DUDLEY, E.; GUTHRIE, J. (2002), "Empty nest or revolving door? A prospective study of women's quality of life in midlife during the phase of children leaving and re-entering the home", *Psychological Medicine*, 32, 3, 545-550.
- DEUTSCHER, I. (1968), "The quality of post-parental life", in B. Neugarten (ed.), *Middle age and aging.*, University of Chicago Press.
- DEWEES, S.; JOHNSON, R.; ZARVIS, M.; POPE, S. (1961), "An open service in a university psychiatric clinic", *Ment. Hyg.*, 45, 57-64.
- DIAS CORDEIRO, J. C. (1979), *O adolescente e a família*, Moraes, Lisboa.
- ELSON, M. (1964), "The reactive impact of adolescent and family upon each other in separation", *J. Amer. Acad. Child Psychiatry*, 3, 697-708.
- ENRIGHT, R.; LAPPSLEY, D.; DRIVAS, A.; FEHR, L. (1980), "Parental influences on the development of adolescent autonomy and identity", *Journal of Youth and Adolescence*, 9, 529-545.
- ERIKSON, E. H. (1968), *Identity, youth and crisis*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company.
- ERIKSON, E. H. (1959), "Identity and the life cycle", *Psychol. Issues Monogr.* 1, (1), 88-94, Nova Iorque, Int. Univ. Press.
- FERREIRA, J. A. (1991), "As teorias interacionistas e o desenvolvimento do estudante do ensino superior", *Rev. Port. de Pedagogia*, XXV, 91-105.
- FERREIRA, J. A. (2000), "O desenvolvimento psicológico do jovem adulto em contexto universitário", *Lição de Síntese*, Fac. Psicologia e de Ciências da Educação, U. Coimbra.

- FERREIRA, J. A.; HOOD, A. B. (1990), "Para a compreensão do desenvolvimento psicossocial do estudante universitário", *Rev. Port. de Pedagogia*, XXIV, 391-406.
- FIGUEIREDO, E. (1985). *No reino de Xantum. Os jovens e o conflito de gerações*, Porto, Edições Afrontamento.
- FIGUEIREDO, E.; FERRONHA, J.; VAZ, J. M.; COSTA, M. E.; FLEMING, M. (1983a). "Conflito adolescente-progenitores e autonomia: abordagem psicológica", *Análise Psicológica*, 1, IV, 41-54.
- FIGUEIREDO, E.; FLEMING, M.; PAÚL, C. (1983b), "Psicanálise e conflito de gerações", *Análise Psicológica*, n.º 4 (III), 505-520.
- FIGUEIREDO, E.; ESTEVES, A.; OLIVEIRA, J. C.; ALARCÃO, M.; FLEMING, M.; CORREIA, M. F.; MORAIS, M. R. (1985), *Conflito de gerações na previsão da mudança a nível dos valores sociais*, Relatório à Fundação Calouste Gulbenkian.
- FIGUEIREDO, E. (2001), *Valores e Gerações Anos 80 Anos 90*, Lisboa, ISPA.
- FLEMING, M. (1983), *A separação adolescente-progenitores*, *Análise Psicológica*, 4 (III), 521-542.
- FLEMING, M. (1986), *Imaginário adolescente sobre a saída de casa*. Revista Portuguesa de Psicanálise, 4, Dez., 133-142.
- FLEMING, M.; FIGUEIREDO, E.; MAIA, A.; SOUSA, A. (1987), "Insucesso escolar e auto-avaliação na adolescência", *Psicologia*, VI, 3, 289-297.
- FLEMING, M. (1988a), *Autonomia comportamental e percepções das atitudes parentais*, Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciências biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto.
- FLEMING, M.; FIGUEIREDO, E.; VIVENTE, S.; SOUSA, A. (1988b), Consumo de drogas ilícitas e factores de risco em adolescentes em meio escolar, *Psicologia*, VI, 3, 431-437.
- FLEMING, M.; LORGA, P.; SAMPAIO, A.; SOUSA, A. (1989), "Pensamentos suicidas e tentativas de suicídio em adolescentes", *Psicologia Clínica*, 2, 19-32.
- FLEMING, M., AGUIAR, A.I. (1992), "A saída de casa e o processo de autonomia em jovens universitários e seus pais", *Psicologia*, VIII, 3, 329-337.
- FLEMING, M., MAIA, A.; SOUSA, A. (1992a), "Adolescência e perturbações do comportamento: a passagem ao acto sob a forma de roubo e destruição", *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação*, 3/4, 67-82.
- FLEMING, M. (1992b), "O processo de separação-individação adolescente: contribuições da teoria psicanalítica", *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 10/11, 89-101.
- FLEMING, M. (1993), *Adolescência e Autonomia: Desenvolvimento Psicológico e Relação com os Pais*, Porto, Edições Afrontamento.
- FLEMING, M. (1994), "Édipo ou os caminhos da adolescência em 'Pele-de-Burro'", *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 13, 25-32.
- FLEMING, M. (1996), *Família e Toxicodpendência*, Porto, Edições Afrontamento.
- FLEMING, M. (2003), "O risco de não correr risco nenhum – Impasses do desenvolvimento psíquico adolescente", *Revista Portuguesa de Psicanálise*, n.º 24, pp. 97-105.
- FOUNTAIN, G. (1961), "Adolescent into adult: an inquiry", *J. Am. Psychoanal. Assn.*, 9, 417-433.
- FREUD, A. (1958), "Adolescence", *The Psychoanal. Study of the child*, vol. XIII, 255-278.
- FREUD, S. (1909), *Family Romances*, London, S. E., 9, pp. 237-241, 1959.
- FREUD, S. (1917), *Introductory Lectures on Psychoanalysis*, S. E, 15, 9-463, Hogarth Press, Londres, 1963.
- GÉDANCE, D. et al. (1977), "La depression chez l'adolescent". *Rev. Fr. de Psychanal.*, 1-2, VLI: 257-261.
- GIAMI, A.; BERTHIER, F. (1987), "Emprise et degagement de la famille d'origine: post-adolescents ou jeunes adultes?" *Bulletin de Psychologie*, XL, 382, 849-856.
- GOLDSCHIEDER, F. (1997), "Recent changes in US young adult living arrangements in comparative perspective", *Journ. Of Family Issues*, 18, 6, 708-724.

- GOODALL, L.; HAMBURG, D. A. (1975), "Chimpanzee behavior as a model for the behavior of early man: new evidence on possible origins of human behavior", *American Handbook of Psychiatry*, vol. 6, Basic Books, Nova Iorque.
- GRIEF, E. B.; ULMAN, K. J. (1982), "The psychological impact of menarche on early adolescent females: a review of the literature", *Child Dev.*, 53, 1413-1430.
- HALEY, J. (1980), *Leaving home*, McGraw-Hill, Nova Iorque.
- HANSBURG, H. G. (1980), *Separation Disorder*, Nova Iorque, Robert E. Krieger Publ.
- HAURIN, R. J.; HAURIN, D. R.; HENDERSHOTT, P. H.; BOURASSA, S. C. (1997), "Home or alone: The costs of independent living for youth", *Social Science Research*, 26, 2, 135-152.
- HAVIGHURST, R.J. (1972), *Developmental task and education*, Nova Iorque, Mckay.
- HILL, J. P.; HOLMBECK, G. N. (1986), "Attachment and autonomy during adolescence", *Annals of Child Development*, vol 3, 145-189.
- HOFFMAN, V. J. (1984), "The relationship of psychology to delinquency: a comprehensive approach", *Adolescence*, XIX, 73.
- HOLDSWORTH, C. (2000), "Leaving home in Britain and Spain", *European Sociol. Rev.*, 16, 2, 201-222.
- HOLDSWORTH, C.; VOAS, D.; TRANMER, M. (2002), "Leaving home in Spain: When, where and why?" *Regional Studies*, 36, 989-1004.
- HOTCH, D. F. (1979), *Separating from the family: a study of perceptions of home leaving in late adolescence*, London, University Microfilms International.
- HUSSONG, A. M.; CHASSIN, L. (2002), "Parent alcoholism and the leaving home transition", *Development and Psychopathology*, 14, 1, 139-157.
- IACOVOU, M. (2002), "Regional differences in the transition to adulthood", *Annals of the Am. Academy of Political and Social Science*, 580, 40-69.
- ICHIKAWA, A. (1961), "Observations of college students in acute distress", *Student Med.*, 10, 184-191.
- KENNY, M. E. (1986), "The extent and junction of parental attachment among first year college students", *Journal of Youth and Adolescence*, 16, 1, 17-29.
- LOEWALD, H. (1962), "Internalization, separation, mourning and the superego", *Psychoana. Quarterly*, 31, 483-504.
- MARCIA, J. (1980), "Identity in adolescence", in Adelson, J. (ed.), *Handbook of Adolescent Psychology*, Wiley, Nova Iorque.
- MARGOLIS, G. (1981), "Moving away: perspectives on counseling anxious freshmen", *Adolescence*, XVI, 63, 633-640.
- MAYSELESS, O.; HAI, I. (1998), "Leaving home transition in Israel: Changes in parent-adolescent relationships and adolescents' adaptation to military service", *Int. Journ. of Behavioural Development*, 22, 3, 589-609.
- MEACHAM, J. A.; SANTILLI, N. R. (1982), "Interstage relationships in Erikson's theory: identity and intimacy", *Child Dev.*, 53, 1461-1467.
- MEAD, M. (1970). *O conflito de gerações*. Lisboa, Publ. D. Quixote.
- MINUCHIN, S. (1971), Reconceptualization of adolescent dynamics from the family point of view, in Offer, Masterson (ed.), *Teaching and Learning Adolescent Psychiatry*, N.Y., T. Springfield.
- MITCHELL, B. A. (1994), Family structure and leaving the nest – A social resource perspective, *Sociological Perspectives*, 37,4, 651-671.
- MOORE D.; HOTCH D. F. (1981), "Late adolescent's conceptualizations of home-leaving", *J. Youth and Adolesc.*, 10 (1), 1-10.
- MOORE, D.; HOTCH, D. F. (1982), "Parent-Adolescent separation: the role of parental divorce", *J. Youth and Adolesc.*, 11 (2), 115-119.
- MOORE D.; HOTCH D. F. (1985), "The importance of different home-leaving strategies to late adolescents", *Adolescence*, XVIII, 70, 413-416.

- MOORE D. (1987), "Parent-adolescent separation: the construction of adulthood by late adolescents", *Developmental Psychology*, 23, 2, 298-307.
- MURPHEY, E.; SILBER, E.; COELHO, G.; HAMBURG, D.; GREENBURG, I. (1963), "Development of autonomy and parent-child interaction in late adolescence", *Am. J. Orthopsychiat.*, 33, 643-652.
- NEUENSCHWANDER, M. (2002), *Desenvolvimento e Identidade na Adolescência*, Coimbra, Almedina.
- NICHOLS, S.M. (1984), *Family Therapy, Concepts and Methods*, Nova Iorque, Gardner Press.
- PASCARELLA, E. T.; TEREZINI, P. (1991), *How college affects students: findings and insights from twenty years of research*, S. Francisco, Jossey-Bass.
- PEPITONE, L. A. (1980), *Adolescent Separation: A developmental and intergenerational Study of Relationship*, University Microfilms International.
- PINHEIRO, R. T.; SOUSA, P. L.; HORTA, B. L.; SILVA, R. A.; SOUZA, R. M.; FLEMING M. (2001), "Cocaine addicts and their families: an empirical study of the process of identification", *The Int. Journ. of Psychoanalysis*, 82, 347-360.
- PIPP, S.; SHAVER, P.; JENNINGS, S.; LAMBORN, S.; FISCHER, K.W. (1985). "Adolescents' theories about the development of their relationship with parents", *J. of Personality and Social Psychology*, 48, 4, 991-1001.
- POOLEY, C. G.; TURNBULL, J. (1997), "Leaving home: the experience of migration from the parental home in Britain since c. 1770", *Journ. of Family History*, 22, 4, 390-424.
- SABATELLI, R. M.; MAZOR, A. (1985), "Differentiation, individuation and identity formation : the interaction of family system and individual perspectives", *Adolescence*, vol. XX, 79, 619-633.
- SANFORD, N. (1962), "Developmental status of the entering freshman", in *The American College*, John Wiley, Nova Iorque.
- SHAVER, P. et al. (1985). *Transition to college: Network changes, social skills and loneliness*. In S. Duck & D. Perlman (Eds.), *Sage series on personal relationship* (vol., I, pp. 193-219), London: Sage.
- SHERMAN, A. W. J. (1946), "Emancipation status of college students", *J. Genet. Psychol.* 68, 171-180.
- SHULMAN, S.; LEVY-SHIFF, R.; SCHARF, M. (2000), "Family relationships, leaving home and adjustment to military service", *Journ. of Psychology*, 134, 4, 392-400.
- STIERLIN, H.; LEVI, L. D.; SAVARD, R. J. (1971), "Parental perceptions of separating children", *Family Process*, 10, 411-427.
- STIERLIN, H.; LEVI, L. D.; SAVARD, R. J. (1972), "Fathers and sons: the interlocking crises of integrity and identity", *Psychiatry*, 35 (1), 48-56.
- STIERLIN, H., RAVENSCROFT, K. (1972), "Varieties of adolescent «separation conflict", *Brit. J. Med. Psychol.*, 45, 299-313.
- STIERLIN, H., (1974), *Separating Parents and Adolescents. A Perspective on Running Away, Schizophrenia and Waywardness*, Quadrangle, Nova Iorque.
- SULLIVAN, K.; SULLIVAN, A. (1980), "Adolescent-parent separation", *Dev. Psychol.*, 16, 93-104.
- TANG, S. M. (1997), "The timing of home leaving: a comparison of early, on-time, and late home leavers", *Journ. of Youth and Adolescence*, 26, 1, 13-23.
- TING, K. F.; CHIU, S. W. K. (2002), "Leaving the parental home: Chinese culture in an urban context", *Journ. Marriage and Family*, 64, 3, 614-626.
- TROLL, L. (1972), Is parent-child conflict what we mean by the generation gap? *Family Coordinator*, Julho, 347-349.
- WATERMAN, A. S.; WATERMAN, C. K. (1971), "A longitudinal study of changes in ego identity status during the freshman year at college", *Dev. Psychol.*, 5, 167-173.
- WEDGE, B. (1958), "Treatment of idiosyncratic adaptation in college students", in *Psychosocial Problems of College Men*, Yale University Press, New Haven.

- WEIDMAN, J. (1989), "Undergraduate socialization: A conceptual approach", Smart (ed.), *Higher Education: Handbook of theory and research*, vol. 5, Nova Iorque, Agathon.
- WEISFELD, G. E. (1979), "An ethological view of human adolescence", *J. Nerv. Ment. Dis.* 167 (1), 38-55.
- WHITE, D. B. (1986), "An assessment of the validity of Chickering's theory of student development", Doctoral dissertation, University of Iowa.
- WHITE, D. B.; HOOD, A. B. (1989), "An assessment of the validity of Chickering's theory of student development", *Jour. of College Student Development*, 30, 354-361.
- YI, Z.; COALE, A.; CHOE, M. K.; ZHIWU, L.; LI, L. (1994), "Living the parental home-Census based estimates for China, Japan, South-Korea, United-States, France and Sweden", *Population Stud. – A Journ. of Demography*, 48, 1, 65-80.

PSICOPATOLOGIA DA MATERNIDADE E PATERNIDADE

Bárbara Figueiredo

1. MATERNIDADE E PATERNIDADE ENQUANTO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

A maternidade/paternidade confere definitivamente o estatuto de adulto ao indivíduo, na medida em que testemunha a maturidade do seu corpo, e também, ao colocar um outro elemento da sociedade na sua total dependência, a maturidade do seu comportamento social. Na maior parte das culturas, é altamente valorizada dado que permite a preservação da espécie e a continuação de uma cultura específica (Kitzinger, 1978).

Trata-se de um importante período de transição, quer para mulher quer para o homem. Para a mulher, a maternidade implica numerosas mudanças, que se verificam sobre áreas diversas da sua vida, tal como a paternidade implica igualmente para o homem. Não só o seu corpo se transforma, interna e externamente, como ainda, a gravidez desperta a necessidade de a mulher rever a sua relação consigo própria, com os seus pais (no presente e no passado) e com o companheiro e filhos, no caso de os ter. Sendo uma altura propícia à revisão das relações presentes, e também passadas, a maternidade/paternidade estimula um grande número de aquisições desenvolvimentais. Algumas questões que se prendem com a identidade, a intimidade e a sexualidade são importantes e ganham novas e melhores resoluções neste período. Hales (1990), por exemplo, observou mudanças significativas na clarificação do papel e da identidade sexual da mulher ao longo da gravidez e do puerpério.

Definir uma identidade materna própria, é uma das tarefas que a mulher deverá realizar durante a gravidez, no sentido de estabelecer um comportamento materno adequado na presença do bebé. Uma clara e correcta definição do papel materno minimiza as dificuldades que podem ocorrer na adaptação às exigências que cuidar de um bebé obriga (Coleman & Colman, 1994; Gottesman, 1992). Para esse efeito, a grávida reavalia a sua relação com a mãe, no sentido da separação e do estabelecimento de uma identidade materna diferenciada (Ammaniti, Baumgartner, Canderoli, Peruchini, Pola, *et al.*, 1992; Vizziello, Antonioli, Cocci, & Invernizzi, 1993). Progressivamente, ao longo da gravidez, a mulher elabora uma representação de si enquanto mãe, paralelamente à representação que elabora do bebé, a partir da relação que estabeleceu com a sua própria mãe, agora reavaliada, no sentido de criar o espaço de acção necessário aos

cuidados e interacção adequada com a criança (Ammaniti, 1991; Stern, 1995, 1998). Esta tarefa é sobretudo importante quando foram inadequados os padrões de cuidado de que foi alvo na infância, no sentido de evitar que esses mesmos padrões se repitam na relação com a criança, o que foi particularmente estudado no caso da negligência e maus tratos (e.g., Egeland, Jacobvitz, & Sroufe, 1988).

No que se refere mais especificamente às tarefas desenvolvimentais do casal, se bem que muito menos estudadas, assinala-se que a maternidade/paternidade implica não só a revisão dos papéis da infância e dos modelos de interacção observados com e entre os pais, como ainda a presença de um novo membro na família estimula a reorganização das modalidades anteriores de relacionamento no casal e a preparação dos cônjuges para a tarefa conjunta da parentalidade. O nascimento de um bebé obriga assim ao reorganizar do conjunto das interacções familiares, particularmente no que se refere à relação no casal e à relação do casal com as restantes crianças, se as houver (Belsky, Rovine, & Fish, 1989).

Na transição para a maternidade/paternidade, uma diminuição da proximidade e dos sentimentos amorosos e um aumento dos conflitos e da ambivalência entre os elementos do casal tem sido observada (e.g., Belsky *et al.*, 1989; Fleming, Ruble, Flett, & Wagner, 1990). Assinale-se que para o casal pode ser particularmente difícil a conciliação do seu papel parental com a sua vida de casal sexuado (Colman & Colman, 1994). Tem sido igualmente notada uma diminuição na frequência da actividade sexual e um aumento nas atitudes negativas para com o sexo durante a gravidez e após o parto (e.g., Apt & Hulbert, 1992). Alguns estudos tem ainda verificado o aumento de sintomatologia psicopatológica quando se considera o casal, entre a gravidez e o pós-parto, bem como a importância da qualidade da relação e do funcionamento do casal para o bem-estar psicológico de ambos os cônjuges, como veremos mais adiante (Matthey, Barnett, Ungerer, & Waters, 2000).

Enquanto período de transição, a Maternidade e Paternidade reaproxima a mulher e o homem da sua família de origem, movimento que se dá no passado e no presente, e que reafirma ainda mais a importância das relações familiares, para além das conjugais, neste momento do desenvolvimento humano. A presença de uma rede de apoio efectiva e a qualidade das relações significativas são o garante de uma adequada adaptação a um vasto conjunto de circunstâncias de vida, sendo particularmente relevantes quando as exigências desenvolvimentais e o *stress* envolvido são elevados, tal como acontece na gravidez, parto e pós-parto, associando-se ao bem-estar da mulher (e.g., Ritter, Hobfoll, Lavin, Cameron, Hulsizer, 2000; Rubertsson, Waldenstroem, & Wickberg, 2003). Alguns estudos mostram que é particularmente determinante para a saúde mental da grávida/puérpera a qualidade da sua relação com o companheiro e com os elementos femininos do seu ambiente, designadamente com a sua própria mãe (Matthey *et al.*, 2000; Pajulo, Savonlahti, Sourander, Heleniu, & Piha, 2001; Pajulo, Savonlahti, Sourander, Piha, & Heleniu, 2001).

A este respeito, Figueiredo, Costa e Morais (1982), numa amostra de 399 mulheres portuguesas casadas, verificam a presença de uma elevada selectivi-

dade em relação ao suporte esperado para questões relacionadas com a maternidade, dado que as grávidas privilegiam as figuras femininas (mãe, irmã ou sogra), em relação ao marido, mais escolhido para outras questões não relacionadas com a gravidez e parto.

Por sua vez, Matthey *et al.* (2000) mostram que a qualidade da relação da mulher com a sua própria mãe influencia o seu estado de humor, nos momentos que se seguem ao parto, do mesmo modo a qualidade da relação do homem com a sua mãe e o seu pai interfere no seu bem-estar psicológico em momentos relacionados com a paternidade.

Se algumas condições facilitam o processo que conduz às necessárias aquisições deste período de desenvolvimento; outras condições, como seja a maternidade/paternidade na adolescência, dificultam-no. Com efeito, supõe-se que a boa resolução das tarefas desenvolvimentais da maternidade/paternidade, tais como, por exemplo, a definição de uma identidade parental, obriga que a mulher/homem tenha dado algum tipo de resposta a tarefas anteriores do seu desenvolvimento, como seja a resolução da sua identidade pessoal, que define o seu lugar específico no mundo, na sua semelhança e diferença em relação aos outros, nomeadamente com aqueles que funcionaram enquanto modelos durante a infância, os seus pais. Se é verdade que, como vimos anteriormente, a maternidade/paternidade oferece a possibilidade de dar uma resposta adequada a tarefas desenvolvimentais que não obtiveram uma resolução positiva no passado, é também verdade que as tarefas desenvolvimentais da maternidade/paternidade vão, pelo menos parcialmente, ser resolvidas de acordo com modalidades anteriores de relacionamento e funcionamento (Trad, 1991).

O nascimento de um bebé envolve assim uma significativa quantidade de *stress*, quer para a própria mãe (Bibring, 1959; Grossman, Eichler, & Winickoff, 1980; Gruen, 1990), quer para o pai (Jordan, 1990), quer para a família em geral (Belsky *et al.*, 1989; Osofsky, 1982). Quando as necessárias aquisições desenvolvimentais não se deram durante a gravidez, o parto pode constituir-se num momento mais difícil, na medida em que confronta a mulher, o homem e a família com uma realidade para a qual não estão preparados: a presença do bebé testemunha que ele existe enquanto filho e que eles existem enquanto pais. As novas responsabilidades têm que ser assumidas no momento, pois o recém-nascido obriga a um conjunto de disposições imediatas para com ele. As mudanças de papel têm que ser agora operadas num curto espaço de tempo, pois o bebé que até aqui não estivera completamente real está ali na sua inteira realidade, quanta vezes distinta do modo como os pais o imaginaram.

2. MATERNIDADE E PATERNIDADE ENQUANTO PERÍODO DE RISCO

A maternidade tem um lado positivo, pois, tal como vimos, os estudos empíricos verificam que as mulheres adquirem novas competências e que a

gravidez estimula, por exemplo, a revisão da relação anterior com os pais, e, por consequência, beneficia a aquisição de uma representação segura da vinculação (Bifulco, Figueiredo, Guedeney, Gorman, Hayes, *et al.* 2004). Não obstante, a maternidade (e mais recentemente a paternidade) tem também sido considerada enquanto período de risco, designadamente para a emergência de psicopatologia.

Gruen (1990) associou a transição para a maternidade à vivência de uma crise de desenvolvimento. Para este autor, o nascimento de um novo bebé constitui-se num momento de crise: a) porque, num curto espaço de tempo, o indivíduo vê-se obrigado a significativas mudanças no seu equilíbrio biológico, psicológico e social, a um nível tal como poucas vezes aconteceu na sua vida; b) porque estas mudanças se verificam particularmente no que se refere aos papéis sociais, aos padrões existenciais e às relações interpessoais, os quais devem ser renegociados consigo mesmo e com os outros; c) porque estas mudanças interferem significativamente na identidade do próprio, o que pode gerar perda ou confusão do sentido de *self*. Mais recentemente, a experiência do homem face à paternidade foi também analisada, indicando que os pais têm igualmente de lidar com mudanças significativas ao nível da sua identidade e das suas relações interpessoais significativas, podendo, por consequência e do mesmo modo, apresentar dificuldades em se adaptar ao seu novo papel (Jordan, 1990).

O lado negativo da maternidade prende-se, de facto e em parte, com a elevada probabilidade de emergir uma perturbação psicopatológica durante esta etapa de vida, mas também com a circunstância de a gravidez ser muitas vezes uma condição de vida stressante, particularmente quando se associa a problemas de infertilidade ou a problemas de saúde da mulher (Geller, 2004).

Com efeito, inquestionavelmente os estudos empíricos observam um risco aumentado para a perturbação psicopatológica, ou mais ainda para a presença de sintomatologia psicopatológica, em momentos da vida da mulher relacionados com a maternidade (Halbreich, 2004).

No que se refere à gravidez, a presença de níveis elevados de sintomatologia ansiosa e depressiva tem sido observada, designadamente em trabalhos recentes conduzidos na comunidade. A elevada comorbilidade entre depressão e ansiedade na gravidez tem também sido assinalada em diversos estudos (e.g., Ross, Gilbert Evans, Sellers, & Romach, 2003).

A maior parte das investigações considera que o número de mulheres que apresenta sintomatologia ansiosa a nível clínico, durante a gravidez, é muito elevado, e maior na gravidez do que no pós-parto (e.g., Ross *et al.*, 2003). Os valores de prevalência mais recentemente publicados variam, consoante os estudos, entre 7 e 10% (e.g., Andersson, Sundstrom-Poromaa, Bixo, Wulff, Bondestam, & Astrom, 2003; Da Costa, Dritsa, Larouche, & Brender, 2000).

No nosso país, Figueiredo, Mendonça, Costa, Castro, Pedroso, *et al.* (1982) estimaram os níveis de sintomatologia ansiosa, através da escala de auto-avaliação da ansiedade de Zung, numa amostra de 299 grávidas, aleatoriamente seleccionadas entre as utentes dos serviços de obstetria abertos à comunidade

da Área Urbana do Porto. Os resultados obtidos evidenciam que o grupo de mulheres grávidas apresenta valores de ansiedade significativamente mais elevados que um grupo de controlo de mulheres não grávidas (N=266). Além disso, os autores constataam que não variam significativamente os níveis de ansiedade das participantes com entre 1 e 9 meses de gestação.

Um número crescente de investigações, realizadas em diversos países, mostra que é igualmente muito elevada a percentagem de mulheres que se encontra clinicamente deprimida durante a gravidez, entre 10 a 20% em amostras recolhidas na comunidade (Chung, Lau, Yip, Chiu, & Lee, 2001; Evans, Heron, Francomb, Oke, & Golding, 2001; Gorman, O'Hara, Figueiredo, Hayes, Jaquemain, *et al.*, 2004; Josefsson, Berg, Nordin, & Sydsjo, 2001; Pajulo *et al.*, 2001; Marcus, Flynn, Blow, & Barry, 2003). A percentagem de mulheres que se encontra deprimida na gravidez é maior ainda do que o número já elevado daquelas que se deprime no pós-parto, quando se consideram os picos 3o. trimestre de gravidez *versus* 2o-3o. mês do pós-parto; mais, na maioria das vezes, as mulheres que se deprimem no puerpério já estão deprimidas na gravidez (e.g., Johanson, Chapman, & Murray, 2000; Da Costa *et al.*, 2000; Evans *et al.*, 2001; Josefsson, *et al.*, 2001).

A título de exemplo, recentemente na Suécia, Andersson *et al.* (2003) encontram que 14.1% das 1795 grávidas da sua amostra têm uma perturbação psicopatológica diagnosticada com recurso a entrevista psiquiátrica: 3.3% depressão major, 6.9% depressão *minor* e 6.6% perturbação de ansiedade.

No que concerne ao pós-parto, a presença de depressão no terceiro mês do puerpério tem sido particularmente investigada, em amostras recolhidas nos mais diversos países, não se mostrando tão relevante o inquérito da ansiedade. Os valores mais recentemente adiantados (e.g., Verkek, Pop, Van Son, & Van Heck, 2003) não alteram a conclusão a que chegaram O'Hara e Swain (1996), numa meta-análise abrangendo 59 estudos empíricos realizados em diferentes países, que situaram em 13% o valor de incidência para a depressão pós-parto. Refira-se contudo que dados recentes mostram uma prevalência mais elevada de sintomas (29.9%) e perturbação de ansiedade generalizada (4.4%), do que sintomatologia (12%) e episódio depressivo *major* (2.9%), 8 semanas depois do parto (Wenzel, Haugan, Jackson, & Robinson, 2003), contrariando a ideia divulgada na literatura.

Em Portugal, Augusto, Kumar, Calheiros, Matos, e Figueiredo (1996) usaram a escala EPDS (Edinburgh Post-natal Depression Scale) (≥ 13), entre o 2º e o 5º mês do puerpério, com uma amostra de 352 mulheres residentes na Cidade do Porto, e estimaram a prevalência de depressão pós-parto em 13.1%. O risco de depressão estava significativamente aumentado no grupo de mulheres com um número mais elevado de filhos e maiores dificuldades económicas. A presença da perturbação mostrou ser 3 vezes mais frequente numa subamostra de 118 mulheres puérperas, do que num grupo constituído por um mesmo número de mulheres não puérperas (que não tiveram um filho nos últimos 2 anos), e a sintomatologia depressiva revelou ser significativamente mais grave nas puér-

peras do que nos seus controles. Para além de sugerir um valor de prevalência muito semelhante ao indicado na meta-análise supra referida, este estudo evidencia ainda a maior vulnerabilidade da mulher para a depressão no período que se segue ao parto, quando comparada com a sua vulnerabilidade em momentos não relacionados com a maternidade, em concordância com outras investigações mais recentes que também avaliaram puérperas e não puérperas (e.g., Eberhard-Gran, Tambs, Opjordsmoen, Skrandal, & Eskild, 2003).

Os estudos realizados sobre o homem, apontam, também no pai, a presença de um risco aumentado para a sintomatologia e perturbação psicopatológica relacionada com o nascimento de um filho, quer no que se refere à psicose (e.g., Shapiro & Nass, 1986) quer à depressão (e.g., Areias, Kumar, Barros, & Figueiredo, 1996a; Ballard & Davis, 1996; Ballard, Davis, Cullen, Mohan, *et al.*, 1994; Matthey *et al.*, 2000).

Um dos poucos trabalhos existentes sobre esta relevante problemática foi realizado em Portugal, sobre uma amostra de 54 mulheres primíparas e seus maridos/companheiros. Mostra que 4.8% dos homens apresentam perturbação de humor no período que se segue ao nascimento do filho (para 16.7% das mulheres da amostra) (Areias *et al.*, 1996a), valor aproximado ao encontrado em outros países (Reino Unido: 9% no estudo de Ballard *et al.*, 1994; Austrália: 3.2%, 4 meses depois do parto, no estudo de Matthey *et al.*, 2000). Observa ainda que a depressão pós-parto do pai pode ser facilmente prevista quando se considera a sua própria história psiquiátrica anterior e a depressão da esposa antenatal/no pós-parto imediato, sugerindo que o estado depressivo do homem é consequente à prévia depressão da mulher (Areias, Kumar, Barros, & Figueiredo, 1996b).

Uma das questões que se pode colocar é quanto às razões que justificam a incidência aumentada de perturbação ou sintomatologia psicopatológica em associação ao nascimento de um filho. Esta questão foi parcialmente respondida anteriormente. Com efeito, tendo em conta as inúmeras mudanças que atrás assinalamos, em associação a este período de desenvolvimento, estranho seria que as mesmas não alterassem o equilíbrio da mulher, quer no que se refere ao seu equilíbrio hormonal, quer ao seu equilíbrio psicológico e relacional.

Alguns factores foram com consistência assinalados na literatura como colocando as mulheres em risco de desenvolver perturbação psicopatológica em momentos relacionados com a maternidade. A história psiquiátrica anterior, é um deles, aumentando a probabilidade de a mulher apresentar perturbação psicopatológica durante a gravidez e/ou o pós-parto. Por exemplo, é hoje bastante claro na literatura a maior vulnerabilidade das mulheres com história anterior de depressão para a emergência de sintomatologia depressiva a nível clínico, na gravidez (Marcus *et al.*, 2003) e/ou no pós-parto (e.g., Areias *et al.*, 1996a; Cooper, Murray, Hooper, & West, 1996), sendo ainda evidente que aquelas que desenvolvem depressão na gravidez estão mais em risco de estarem deprimidas após o parto (e.g., Atkinson & Rickel, 1984; O'Hara, 1986; Gorman *et al.*, 2004).

Um outro dado empírico bastante evidente na literatura que importa assinalar é a elevada probabilidade de as mulheres com desordem bipolar de humor virem a apresentar psicose puerperal (e.g., Brockington & Meakin, 1994; Craddock, Brockington, Mant, Parfitt, *et al.*, 1994; Kendell, Chalmers, & Platz, 1987; Marks, Wieck, Checkley, & Kumar, 1992). Um breve, mas muito desestruturante, incidente de descompensação psicótica, na sequência quase imediata do parto, geralmente descrito como tendo uma etiologia hormonal, relacionada com as mudanças abruptas nos níveis de progesterona e/ou de estrogênio, observadas em consequência do parto (Bearn, Fairhall, Robinson, Lightman, & Checkley, 1990; Brockington, Margison, Schofield, & Knight, 1988; Brockington & Meakin, 1995; Harris, 1996), mas que também tem sido compreendido no quadro das dificuldades psicológicas da mulher (Figueiredo, Germond, & Louca, 1977).

As mudanças hormonais que acompanham a gravidez e o pós-parto, se, por um lado, têm a vantagem de estimular o comportamento materno e a ligação emocional da mãe ao bebé (e.g., Fleming, Rubble, Krieger, & Wong, 1997), são sem dúvida, por outro lado, um elemento a considerar na etiologia das perturbações psicopatológicas que ocorrem neste período, aumentando a vulnerabilidade da mulher para o desequilíbrio emocional e comportamental (e.g., Glover & Kammerer, 2004).

Para além dos contributos hormonais e da historia anterior de perturbação psicopatológica, no respeitante à depressão pós-parto (a perturbação que até ao momento foi mais estudada), os factores etiológicos foram também situados no quadro das relações interpessoais significativas da mulher, designadamente com o companheiro (conflitos, dificuldades, falta de apoio e de intimidade conjugal), consistentemente assinalados, na emergência desta perturbação, quer nos estudos iniciais (e.g., Kumar & Robson, 1984; Pitt, 1968), quer nos estudos mais recentes (e.g., Collins, Dunkel-Schetter, Lobel, & Scrimshaw, 1993; Demyttenaere, Lenaerts, Nijs, & Van-Assche, 1995; Leadbeater & Linares, 1990; O'Hara, Schlechte, Lewis, & Varner, 1991). Ao qual se associam, depois do parto, as dificuldades que podem surgir no relacionamento com o bebé, particularmente na presença de um recém-nascido prematuro ou de temperamento ou comportamento difícil (e.g., Campbell, Cohn, Flanagan, Popper, & Meyers, 1992; Cutrona & Troutman, 1986; Hopkins, Campbell, & Marcus, 1987; O'Hara Neunaber, & Zekoski, 1984; Murray, Stanley, Hooper, King, & Fiori-Cowley, 1996). Observa-se ainda que o modo como um membro do casal atravessa a transição para a parentalidade influencia o modo como o outro atravessa essa mesma transição. Se o futuro pai está deprimido durante a gravidez é mais provável que a mãe se venha a deprimir no pós-parto (O'Hara, 1986), assim como é mais provável que o homem se deprima durante os primeiros meses de vida do filho, no caso de a mulher estar deprimida na gravidez ou logo a seguir ao parto (Areias *et al.*, 1996b). Estes dados reforçam a importância das relações interpessoais e do suporte por parte do cônjuge na etiologia da depressão pós-parto, tanto na mulher como no homem.

Deste modo, não só as mudanças hormonais, como também as mudanças interpessoais e pessoais que acompanham este período de vida, dado que se traduzem em novas e elevadas exigências sobre a mulher/homem, são condições a considerar na etiologia das perturbações psicopatológicas associadas à gravidez e pós-parto. Se assim não fosse, difícil seria de explicar porque também os homens estão particularmente vulneráveis a apresentar perturbação psicopatológica durante este período; se bem que estudos recentes têm vindo a observar que os homens estão igualmente sujeitos a alterações hormonais durante o período de transição para a paternidade, talvez relacionadas com a sua preparação para a nova tarefa de cuidar e se ligar emocionalmente ao bebé (Fleming, Corter, Stallings, & Steiner, 2002).

No que concerne a etiologia das perturbações ansiosas na gravidez, os níveis de sintomatologia da mulher são claramente relacionáveis com as condições sociais e económicas adversas (e.g., Lightfoot, Keeling, & Wilton, 1982), com a história de problemas em gravidezes anteriores, como por exemplo aborto espontâneo (e.g., Thapar & Thapar, 1992) ou parto doloroso (e.g., Geller, 1994), e também com as dificuldades no relacionamento conjugal (e.g., Da Costa, Larouche, Dritsa, & Brender, 1999).

Uma outra área de crescente interesse refere-se às repercussões que as perturbações psicopatológicas da maternidade e paternidade podem ter sobre a mulher, o cônjuge e a criança. Tem sido sobretudo estudado o impacto da ansiedade e depressão da mãe, em momentos relacionados com a gravidez e parto, no bem-estar e desenvolvimento da criança.

No que concerne a ansiedade, a circunstância mais investigada diz respeito à ansiedade durante a gestação, manifestamente causadora de inúmeros efeitos adversos quer na mãe quer no bebé. Mais precisamente, verificou-se que as grávidas com níveis elevados de sintomatologia ansiosa estão particularmente em risco de apresentar problemas de saúde durante a gestação (Paarlberg, Vingerhoets, Passchier, Keinen, Dekker, & van Geijn, 1996), tanto quanto aborto espontâneo (e.g., Fenster, Schaefer, Mathur, Hiatt, Pieper, & Hubbard, 1995) e complicações obstétricas no parto (e.g., Rizzardo, Magni, Cremonese, Rossi, & Cosentino, 1988). Também Figueiredo, Mendonça, e Morais (1982) verificaram um número acrescido de parto distócicos, na sequência do terramoto ocorrido nos Açores a 1 de Janeiro de 1980, que justificam em consequência da elevação dos níveis ansiosos da grávida. Com efeito, quando consideraram o número de parto distócicos ocorridos nos primeiros 3 meses de 1980, no Hospital do Concelho de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira) (31/145), verificaram que esse valor era significativamente superior ao sucedido nos mesmos 3 meses em 2 anos anteriores (32/303).

Outras consequências noticiadas num já considerável número de estudos são, quer o elevado risco de parto prematuro (Cooper, Goldenberg, Das, Elder, Swain *et al.*, 1996; Dole, 2001; Hedegaard, Henriksen, Secher, Hatch, & Sabroe, 1996; Wadhwa, Sandman, Porto, Dunkel-Schetter, & Garite, 1993), o qual tem sido principalmente explicado pelos níveis mais elevados de cortisol

no sangue das mães ansiosas na gravidez, quer o elevado risco de baixo peso à nascença (e.g., Grimstad, Schei, Backe, & Jacobsen, 1999; Paarlberg *et al.*, 1999; Rini, Dunkel-Schetter, Wadhwa, & Sandman, 1999; Rondo, Ferreira, Nogueira, Ribeiro, Lobert, *et al.*, 2003), o qual tem sido principalmente associado à circunstância de as grávidas ansiosas apresentarem resistência aumentada da artéria intra-uterina, o que não facilita o fluxo de alimento ao feto (Teixeira, Fisk, & Glover, 1999), hipoteticamente na sequência de níveis mais elevados de norepinefrina no sangue.

Numerosos efeitos negativos foram de igual modo observados sobre a criança. Notou-se principalmente que os fetos das grávidas com elevada sintomatologia ansiosa durante a gestação apresentam maior actividade fetal (Van den Bergh, 1990), assim como batimentos cardíacos aumentados (e.g., DiPietro *et al.*, 1992; DiPietro, Hilton, Hawkins, Costigan, & Pressman, 2002; Sjöström, Valentin, Thelin, & Marsál, 2002), mais sono passivo e mais movimentos indiscriminados durante os períodos de sono activo (Groome, Swiber, Bentz, Holland, & Atterbury, 1995). Mais, os investigadores referem consequências específicas da ansiedade gravídica materna, que se verificam ao longo dos primeiros anos de vida da criança, quando controladas as condições ocorridas depois do parto, por exemplo, o aumento de problemas de atenção e de perturbações de hiperactividade, principalmente nos rapazes (Glover, 1997; O'Connor, Heron, Golding, Beveridge, & Glover, 2002), e os piores desempenhos intelectuais da criança (Brouwers, Van-Baar, & Pop, 2001).

Relativamente à depressão na gravidez, os seus efeitos foram já assinalados sobre o bem-estar da mãe, dado que os níveis elevados de sintomatologia depressiva se associam, entre outros, a menos cuidados com a saúde assim como ao consumo excessivo de álcool, cafeína e tabaco (e.g., Marcus *et al.*, 2003; Orr, James, & Prince, 2002; Pajulo *et al.*, 2001).

Reportam-se também ao desenvolvimento e comportamento do feto durante o período de gestação, tendo em conta o aumento da actividade (e.g., Diego, Field, Hernandez-Reif, Cullen, Schanberg, & Kuhn, 2004; Dieter, Field, Hernandez-Reif, Jones, Lecanuet, Salman, & Redzepi, 2001) e dos batimentos cardíacos (e.g., Allister, Lester, Carr, & Liu, 2001; DiPietro *et al.*, 2002). Referem-se ainda ao risco aumentado de parto prematuro (Orr *et al.*, 2002), baixo peso à nascença e imaturidade/dificuldade comportamental do recém-nascido (Diego *et al.*, 2004; Field, Diego, Dieter, Hernandez-Reif, Salman, Schanberg, Kuhn, Yando, & Bendell, 2002; Jones, Field, Fox, Davalos, Lundy, & Hart, 1998; Lundy, Jones, Field, Nearing, Davalos, Pietro, Schanberg, & Kuhn, 1999; Zuckerman, Bauchner, Parker, & Cabral, 1990). No entanto, dado que esta circunstância recebeu até aqui menos atenção por parte dos investigadores, os efeitos a longo prazo estão ainda por verificar, embora os mesmos sejam esperados. Supõe-se ainda que as dificuldades comportamentais apresentadas pelo bebé na sequência da depressão materna durante a gravidez se traduzam em sérios problemas de cuidado para a mãe, tornando-a mais vulnerável a perturbação psicopatológica após o parto (e.g., Figueiredo, 2004).

Já no que se refere à depressão pós-parto, para além do impacto na presença de psicopatologia no companheiro, anteriormente referido, um elevado número de evidências empíricas demonstra o seu efeito adverso no bem-estar e desenvolvimento da criança, ao longo dos primeiros anos de vida (Figueiredo, Augusto, Areias, Calheiros, & Figueiredo, 1990). Foi principalmente observado, junto das crianças cujas mães estiveram deprimidas nos meses que se seguiram ao parto, um menor desenvolvimento cognitivo e da linguagem (e.g., Cogill, Caplan, Alexandra, Robson, & Kumar, 1986; Murray, Fiori-Cowley, Hooper, & Cooper, 1996; Sharp, Hay, Pawlby, Schmucher, Allen, & Kumar, 1996; Hay, 1997) e mais problemas de comportamento e de relacionamento social (e.g., Caplan, Cogill, Alexandra, Robson, Katz, & Kumar, 1989; Leadbeater, Bishop, & Raver, 1996; Lyons-Ruth, Connell, Grunebaum, & Botein, 1990; Sinclair & Murray, 1998; Teti, Gelfand, Messinger, & Isabella, 1995), ao longo de vários anos de estudo (e.g., Murray, Sinclair, Hipwell, Hooper, Stein, & Cooper, 1996; Sinclair & Murray, 1998). Até quanto o conhecimento actual nos permite concluir, os mecanismos envolvidos neste efeito têm principalmente a ver com a qualidade dos cuidados e da interacção providenciada pela mãe deprimida, significativamente alterada em importantes dimensões para o desenvolvimento da criança (Figueiredo, Augusto, Areias, Calheiros, & Figueiredo, 1992), em função do reduzido nível de estimulação e do elevado número de expressões afectivas negativas (e.g., Field, 1984), entre muitos outros aspectos que têm também sido investigados (e.g., Murray, Fiori-Cowley, Hooper, & Cooper, 1996).

3. INTERVENÇÃO NA MATERNIDADE E PATERNIDADE: TERAPIA DE MASSAGEM

A última área sobre a qual gostaríamos de nos debruçar diz respeito à intervenção junto das mulheres com perturbação psicopatológica durante a gravidez e pós-parto, a qual se mostra de extrema importância tendo em conta os nefastos efeitos que acabamos de reportar no bem-estar da mãe, do pai e do bebé.

Antes de mais convém assinalar que a maior parte dos estudos tem verificado que, não relacionado com as características do sistema de saúde em questão, as grávidas ou puérperas com perturbação psicopatológica não são geralmente identificadas pelos técnicos de saúde e, mesmo quando o são, a maioria das vezes não obtêm a ajuda que seria de esperar.

Um número já elevado de publicações reporta que quase nenhuma utente com perturbação psicopatológica na gravidez ou após o parto é tratada. No que se refere à gravidez, embora, como já referimos, seja elevado o número de mulheres com sintomatologia ou perturbação psicopatológica, destas apenas 5 a 15% recebem algum tipo de tratamento, por exemplo em investigações recentes realizadas na Suécia (Andersson *et al.*, 2003) e nos Estados Unidos (Marcus *et al.*, 2003). No que se refere ao pós-parto, na Europa ou nos Estados Uni-

dos, mais de metade das mulheres que desenvolvem depressão não é identificada pelos técnicos de saúde primária com quem contacta (Cox, Connor, & Kendell, 1982), apenas 1/4 recorre a um técnico de saúde, geralmente o seu clínico geral, para pedir auxílio (Elliot, 1994; Wickberg-Johansson, Erlandsson, & Hwang, 1996; Whitton, Appleby, & Warner, 1996), e só uma pequena minoria, os casos mais severos, entra em contacto com os serviços de psiquiatria (Kendell *et al.*, 1987; Oates, 1996). Deste modo, a grande maioria das puérperas não chega a receber qualquer ajuda especializada: ou porque não a pede e a sua necessidade não é identificada pelos técnicos de saúde (Whitton *et al.*, 1996) ou porque a recusa quando lhe é oferecida (Robinson & Yong, 1982; Whitton *et al.*, 1996). Os recursos disponíveis são parcos e a identificação dos casos é difícil, tendo em conta a falta de formação dos técnicos de saúde e a omissão de sintomatologia pela mulher, na dependência, pelo menos em parte, de um ambiente cultural que espera que se encontre em boa saúde psicológica a seguir a um acontecimento supostamente tão gratificante como é o nascimento de um bebé (Althuser, Hendrick, & Cohen, 2000).

Se é verdade que a mulher tende a negar a sintomatologia, é também verdade que, quando a mesma é reconhecida ou identificada, recusa geralmente a intervenção ou ajuda especializada. Principalmente as terapias de foro medicamentoso são evitadas pelas grávidas e puérperas, não só por não se considerarem 'doentes', como também pela interferência negativa que temem sobre o feto em gestação ou na sua vontade de amamentar o bebé. Estes receios são em certa medida justificados pois, no que concerne especificamente a depressão, embora este dado não seja consensual na literatura, tem-se verificado que o uso de antidepressivos durante a gravidez pode ter um impacto mais nefasto sobre o desenvolvimento fetal do que a própria depressão da mãe. Com efeito, observa-se que os bebés das mães deprimidas que tomaram antidepressivos durante a gestação apresentam níveis de apgar significativamente mais baixos à nascença e resultados menos elevados em provas de desenvolvimento psicomotor (e.g., Casper, Fleisher, Lee-Ancajas, Gilles, Gaylor, DeBattista, & Hoyme, 2003), nomeadamente porque a medicação antidepressiva passa a barreira placentária (e.g., Hendrick, Stowe, Althuser, Hwang, Less, & Haynes, 2003). Certos estudos limitam contudo tais consequências adversas, por exemplo, o baixo peso do bebé à nascença, ao uso de determinada medicação depressiva (e.g., Althuser *et al.*, 2000; Hendrick, Smith, Suri, Hwang, Haynes, & Altshuler, 2003). Por sua vez, no caso da depressão pós-parto, o efeito negativo dos antidepressivos sobre o aumento do peso do bebé durante os primeiros 6 meses de vida foi igualmente adiantado (e.g., Chambers, Anderson, Thomas, Dick, Felix, Johnson, & Jones, 1999).

Consequentemente, o recurso a formas alternativas de intervenção tem sido sugerido na literatura; privilegiando-se as estratégias que valorizam a autonomia da mulher e incluem o bebé na intervenção (Figueiredo *et al.*, 1977). A título de exemplo, a terapia de massagem, depois de extensivamente usada no tratamento de diversas patologias, nomeadamente no nosso país (e.g., Figueiredo, Amaral

Dias, & Nunes Vicente, 1981; Figueiredo, Gonçalves, & Mota Cardoso, 1979), tem revelado ser um campo promissor na ajuda a mães com sintomatologia ou perturbação psicopatológica, quer na gravidez quer no pós-parto.

Com efeito, verificou-se que a terapia de massagem está capaz de proporcionar a redução da sintomatologia ansiosa e depressiva, o alívio dos níveis de dor e a melhoria dos padrões de sono, assim como a diminuição da incidência de complicações obstétricas e de partos prematuros, em grávidas sem perturbação psicopatológica (e.g., Field, Hernandez-Reif, Hart, Theakston, Schanberg, Kuhn, & Burman, 1999). Observa-se também que as grávidas que são massajadas pelo companheiro durante o trabalho de parto, têm menos dor, estão menos ansiosas e mais positivas, têm partos menos prolongados, assim como um período de internamento mais curto (Field, Hernandez-Reif, Taylor, Quintino, & Burman, 1997). Quando é especificamente usada com grávidas deprimidas, constatam-se níveis menos elevados de ansiedade, de humor depressivo e de dor, quer no final da sessão, quer no final da intervenção, na sequência da terapia de massagem (Field, Grizzle, Scafidi, & Schandberg, 1996; Field, Diego, Hernandez-Reif, Hart, Schanberg, & Kuhn, 2004). A nível bioquímico, os níveis de dopamina e de serotonina das grávidas deprimidas sujeitas a terapia de massagem apresentam-se significativamente mais elevados, enquanto que são significativamente menos elevados os níveis de cortisol e de norepinefrina, quando comparados com um grupo de controlo constituído por grávidas deprimidas não sujeitas a intervenção ou alvo de técnicas de relaxamento (Field *et al.*, 2004). Supõe-se que estas mudanças possam contribuir para os resultados positivos observados nos bebés, pois os filhos das mães deprimidas sujeitas a terapia de massagem apresentam níveis menos elevados de actividade fetal, assim como uma melhor performance neonatal; estando ainda reduzida a incidência de prematuridade e baixo peso à nascença (Field *et al.*, 2004). Conclui-se assim que a terapia de massagem em mulheres deprimidas durante a gravidez permite não apenas melhorar o estado de humor da mãe, como ainda prevenir os efeitos adversos em termos obstétricos e do desenvolvimento do bebé.

Já no que se refere ao pós-parto, a terapia de massagem tem sido igualmente usada com eficácia junto de mães deprimidas, designadamente no sentido de permitir uma melhor interacção com o bebé. A este propósito são relevantes os trabalhos desenvolvidos principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, os quais mostram que, na sequência de terem sido envolvidas em programas de massagem ao bebé, as mães com depressão pós-parto apresentam níveis menos elevados de sintomatologia depressiva e uma interacção mais adequada com a criança (Glover, Onozawa, & Hodgkinsin, 2002; Onozawa, Glover, Adams, Modi, & Kumar, 2001). Os efeitos negativos geralmente observados sobre a criança, na sequência da depressão materna, são também substancialmente reduzidos, observando-se designadamente maior aumento no peso, melhoria no temperamento e significativa redução nos níveis de cortisol dos bebés cujas mães participaram em programas de intervenção em que foram

estimuladas a usar as massagens com os filhos (Field, Grizzle, Scafidi, Abrams, & Richardson, 1996).

Assinale-se por fim que a prática de massagem ao recém-nascido tem sido também extensivamente usada no sentido de beneficiar a relação e o envolvimento do pai com o filho (e.g., Cullen, Field, Escalona, & Hartshorn, 2000).

BIBLIOGRAFIA

- ALLISTER, L.; LESTER, B.; CARR, S.; LIU, J. (2001), "The effects of maternal depression on fetal heart rate response to vibroacoustic stimulation", *Developmental Neuropsychology*, 20(3), 639-651.
- ALTSHULER, L.; HENDRICK, V.; COHEN, L. (2000), "An update on mood and anxiety disorders during pregnancy and the postpartum period", *Primary Care Companion Journal Clinical Psychiatry*, 2(6), 217-222.
- AMMANITI, M. (1991), "Maternal representations during pregnancy and early infant-mother interactions", *Infant Mental Health Journal*, 12(3), 246-255.
- AMMANITI, M.; Baumgartner, E.; Candelori, C.; Perucchini, P.; Pola, M. (1992), Representations and narratives during pregnancy. *Infant Mental Health Journal*, 13(2), 167-182.
- ANDERSSON, L.; SUNDSTROM-POROMAA, I.; BIXO, M.; WULFF, M.; BONDESTAM, K.; ASTROM, M. (2003), "Point prevalence of psychiatric disorders during the second trimester of pregnancy: A population-based study", *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, 189(1), 149-154.
- APT, C. V.; HURLBERT, D. F. (1992), "Motherhood and female sexuality: A study of military wives", *Journal of Sex Education and Therapy*, 18(2), 104-114.
- AREIAS, M. E.; KUMAR, R.; BARROS, H.; FIGUEIREDO, E. (1996), "Correlates of postnatal depression in mothers and fathers", *British Journal of Psychiatry*, 169, 45-52.
- AREIAS, M. E.; KUMAR, R.; BARROS, H.; FIGUEIREDO, E. (1996), "Comparative incidence of depression in women and men, during pregnancy and after childbirth. Validation of the Edinburgh Postnatal Depression Scale in Portuguese mothers", *British Journal of Psychiatry*, 169, 36-44.
- ATKINSON, A. K.; RICKEL, A. U. (1984), "Postpartum depression in primiparous parents. *Journal of Abnormal Psychology*", 93, 115-119.
- AUGUSTO, A.; KUMAR, R.; CALHEIROS, J. M.; MATOS, E.; FIGUEIREDO, E. (1996), "Post-natal depression in an urban area of Portugal: comparison of childbearing women and matched controls", *Psychological Medicine*, 26, 135-141.
- BALLARD, C.; DAVIS, R. (1996), "Postnatal depression in fathers", *International Review of Psychiatry*, 8(1), 65-71.
- BALLARD, C.; DAVIS, R.; CULLEN, P.; MOHAN, R.; MOHAN, N.; DEAN, C. (1994), "Prevalence of postnatal psychiatric morbidity in mothers and fathers", *British Journal of Psychiatry*, 164, 782-788.
- BEARN, J. A.; FAIRHALL, K. M.; ROBINSON, I. C.; LIGHTMAN, S. L.; CHECKLEY, S. A. (1990), "Changes in a proposed new neuroendocrine marker of oestrogen receptor function in postpartum women", *Psychological Medicine*, 20, 779-783.
- BELSKY, J.; ROVINE, M.; FISH, M. (1989), "The developing family system", in GUNNAR, M. R.; THELEN, E. (Ed), *Systems and development. The Minnesota symposia on child psychology*, 22. (pp. 119-166), Hillsdale, NJ, England: Lawrence Erlbaum Associates.
- BIBRING, G. L. (1959), "Some considerations of the psychological process in pregnancy", *The Psychoanalytic Study of the Child*, 14, 113-121.
- BIFULCO, A.; FIGUEIREDO, B.; GUEDENEY, N.; GORMAN, L.; HAYES, S.; MUZIK, M.; GLATIGNY-DALLAY E.; VALORIANI, V.; KAMMERER, M.; HENSHAW, C.; TCS-

- PND group (2004), "Maternal Attachment Style and depression associated with childbirth: Preliminary results from a European and US cross-cultural study of postnatal depression", *British Journal of Psychiatry*, 184 (Suppl. 46), 33-40.
- BROCKINGTON, I.; MEAKIN, C. (1994), "Clinical clues to the aetiology of puerperal psychosis", *Progress in Neuro Psychopharmacology and Biological Psychiatry*, 18(3), 417-429.
- BROCKINGTON, I. F.; MARGISON, F. R.; SCHOFIELD, E. M.; KNIGHT, R. J. (1988), "The clinical picture of the depressed from the puerperal psychosis", *Journal of Affective Disorders*, 15, 29-37.
- BROUWERS E. P.; VAN-BAAR A. L.; POP V. J. (2001), "Maternal anxiety during pregnancy and subsequent infant development", *Infant Behavior and Development*, 24(1), 95-106.
- CAMPBELL, S. B.; COHN, J. F.; FLANAGAN, C. L.; POPPER, S.; MEYERS, T. (1992), "Course and correlates of postpartum depression during the transition to parenthood", *Development and Psychopathology* (4), 29-47.
- CAPLAN, G. (1960), "Patterns of parental response to the crisis of premature birth", *Psychiatry*, 23, 365-374.
- CAPLAN, H. L.; COGILL, S. R.; ALEXANDRA, H.; ROBSON, K. M.; KATZ, R.; KUMAR, R. (1989), "Maternal depression and the emotional development of the child", *British Journal of the Psychiatry*, 154, 818-822.
- CASPER, R. C.; FLEISHER, B. E.; LEE-ANCAJAS, J. C.; GILLES, A.; GAYLOR, E.; DeBATISTA, A.; HOYME, H. E. (2003), "Follow-up of children of depressed mothers exposed or not exposed to antidepressant drugs during pregnancy", *Journal of Pediatrics*, 142(4), 402-408.
- CHAMBERS, C. D.; ANDERSON, P. O.; THOMAS, R. G.; DICK, L. M.; FELIX, R. J.; JOHNSON, K. A.; JONES, K. L. (1999), "Weight gain in infants breastfed by mothers who take fluoxetine", *Pediatrics*, 106, 61.
- CHUNG, T.; LAU, T.; YIP, A.; CHIU, H.; LEE, D. (2001), "Antepartum depressive symptomatology is associated with adverse obstetric and neonatal outcomes", *Psychosomatic Medicine*, 63, 830-834.
- COGILL, S. R.; CAPLAN, H. L.; ALEXANDRA, H.; ROBSON, K. M.; KUMAR, R. (1986), "Impact of maternal postnatal depression on cognitive development of young children", *British Medical Journal*, 292, 1165-1167.
- COLLINS, N. L.; DUNKEL-SCHETTER, C.; LOBEL, M.; SCRIMSHAW, S. C. M. (1993), "Social support in pregnancy: psychosocial correlates of birth outcomes and postpartum depression", *Journal of Personality and Social Psychology*, 65(6), 1243-1258.
- COLMAN, L. L.; COLMAN, A. D. (1994), *Gravidez: A experiência psicológica*, Lisboa: Edições Colibri.
- COOPER, P.; MURRAY, L.; HOOPER, R.; WEST, A. (1996), "The development and validation of a predictive index for postpartum depression", *Psychological Medicine*, 26, 627-634.
- COOPER, R.; GOLDENBERG, R.; DAS, A.; ELDER, N.; SWAIN, M.; NORMAN, G.; *et al.* (1996), "The preterm prediction study: Maternal stress associated with spontaneous preterm birth at less than thirty-five weeks' gestation", *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, 175(5), 1286-1292.
- COX, J. L.; CONNOR, Y.; KENDELL, R. E. (1982), "Prospective study of psychiatric disorders of childbirth", *British Journal of Psychiatry*, 150, 111-117.
- CRADDOCK, N.; BROCKINGTON, I.; MANT, R.; PARFITT, E.; MCGUFFIN P.; OWEN, M. (1994), "Bipolar affective puerperal psychosis associated with consanguinity", *Br J Psychiatry*, 164(3), 359-64.
- CULLEN, C.; FIELD, T.; ESCALONA, A.; HARTSHORN, K. (2000), "Father-infants interactions are enhanced by massage therapy", *Early Child Development and Care*, 164, 41-47.
- CUTRONA, C. E.; TROUTMAN, B. R. (1986), "Social support, infant temperament, and parenting self-efficacy: a mediational model of postpartum depression", *Child Development*, 57, 1507-1518.

- Da COSTA, D.; DRITSA, M.; LAROUCHE, J.; BRENDER, W. (2000), "Psychosocial predictors of labor/delivery complications and infant birth weight: a prospective multivariate study", *J Psychosom Obstet Gynaecol*, 21(3), 137-148.
- Da COSTA, D.; LAROUCHE, J.; DRITSA, M.; BRENDER, W. (1999), "Variations in stress levels over de course of pregnancy: factors associated with elevated hassles, state anxiety and pregnancy-specific anxiety", *Journal of Psychosomatic Research*, 47(6), 609-621.
- DEMYTTENAERE, K.; LENAERTS, H.; NIJS, P.; VAN ASSCHE, F. A. (1995), "Individual coping style and psychological attitudes during pregnancy predict depression levels during pregnancy and during postpartum", *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 91, 95-102.
- DIEGO, M.; FIELD, T.; HERNANDEZ-REIF, M.; CULLEN, C.; SCHANBERG, S.; KUHN, C.; (2004), "Prepartum, postpartum and chronic depression effects on newborns", *Psychiatry*, 67(1), 63-80.
- DIETER, J.; FIELD, T.; HERNANDEZ-REIF, M.; JONES, N.; LECANUET, J.; SALMAN, F.; REDZEPI, M. (2001), "Maternal depression and increased fetal activity", *Journal of Obstetrics and Gynaecology*, 21(5), 468-473.
- DIPIETRO J. A., HILTON S. C.; HAWKINS M.; COSTIGAN K. A.; PRESSMAN E. K. (2002), "Maternal stress and affect influence foetal neurobehavioral development", *Developmental Psychology*, 38(5), 659-68.
- DOLE, N. (2001), "Psychosocial risks for preterm birth", *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering*, 62(3-B), 1348.
- EBERHARD-GRAN, M.; TAMBS, K.; OPJORDSMOEN, S.; SKRONDAL, A.; ESKILD, A. (2003), "A comparison of anxiety and depressive symptomatology in postpartum and non-postpartum mothers", *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 38, 551-556.
- EGELAND, B.; JACOBVITZ, D.; SROUFE, A. (1988), "Breaking the cycle of abuse", *Child Development*, 59, 1080-1088.
- ELLIOTT, S. (1994), "Uses and misuses of the Edinburgh Postnatal Depression Scale in primary care: a comparison of models developed in health visiting", in COX, J.; HOLDEN, J. (Ed.), *Perinatal Psychiatry* (pp. 221-232), London: Gaskell.
- EVANS, J.; HERON, J.; FRANCOMB, H.; OKE, S.; GOLDING, J. (2001), "Cohort of depressed mood during pregnancy and after childbirth", *British Medical Journal*, 323, 257-260.
- FENSTER, L.; SCHAEFER, C.; MATHUR, A.; HIATT, R. A.; Pieper C.; HUBBARD, A. E. (1995), "Psychological stress in the work place and spontaneous abortion", *American Journal of Epidemiology*, 142, 1176-1183.
- FIELD, T. (1984), "Early interaction between infants and their postpartum depressed mothers", *Infant Behavior and Development*, 7, 517-522.
- FIELD, T.; DIEGO, M.; DIETER, J.; HERNANDEZ-REIF, M.; SALMAN, F.; SCHANBERG, S.; Kuhn, C.; Yando, R.; Bendell, D. (2002), "Prenatal anger effects on the fetus and neonate". *Journal of Obstetrics and Gynaecology*, 22(3), 260-266.
- FIELD, T.; DIEGO, M.; HERNANDEZ-REIF, M.; HART, S.; SCHANBERG, S.; KUHN, C. (2004), "Massage therapy effects on depressed pregnant women". *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 25(2), 115-122.
- FIELD, T.; DIEGO, M.; HERNANDEZ-REIF, M.; HART, S.; SCHANBERG, S.; KUHN, C.; YANDO, R.; BENDELL, D. (2003), "Pregnancy anxiety and comorbid depression and anger: Effects on the fetus and neonate", *Depression and Anxiety*, 17(3), 140-151.
- FIELD, T.; GRIZZLE, N.; SCAFIDI, F.; SCHANBERG, S. (1996), "Massage and relaxation therapies' effects on depressed adolescent mothers", *Adolescence*, 31, 903-911.
- FIELD, T.; GRIZZLE, N.; SCAFIDI, F.; ABRAMS, S.; RICHARDSON, S. (1996), "Massage therapy for infants of depressed mothers", *Infant Behavior and Development*, 19, 109-114.
- FIELD, T.; HERNANDEZ-REIF, M.; HART, S.; THEAKSTON, H.; SCHANBERG, S.; KUHN, C.; BURMAN, I. (1999), "Pregnant women beneficent from massage therapy", *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 20, 31-38.
- FIELD, T.; HERNANDEZ-REIF, M.; TAYLOR, S.; QUINTINO, O.; BURMAN, I. (1997),

- Labor pain is reduced by message therapy. *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 18, 286-291.
- FIGUEIREDO, B. (2004), "Depressão na gravidez: Quais as consequências para a mãe e o bebê?", in LEAL, I.; FARIA, C. (Eds.), *Psicologia da gravidez e da parentalidade, in press.*
- FIGUEIREDO, B.; AUGUSTO A. R.; AREIAS, M. E.; CALHEIROS, J. M.; FIGUEIREDO, E. (1990), "Depressão pós-parto e desenvolvimento infantil", *O Médico*, 42 (124), 203-209.
- FIGUEIREDO, B.; AUGUSTO, A.; AREIAS, M. E.; CALHEIROS, J. M.; FIGUEIREDO, E. (1992), "Depressão pós-parto e interacção precoce", *Jornal de Psicologia*, 10(1), 13-20.
- FIGUEIREDO, E.; AMARAL, Dias, C.; NUNES VICENTE, T. (1981), "The use of massage in the treatment of patients suffering from episodes of depersonalization with predominance of fragmentation of the body representations", *Acta Psiquiátrica Portuguesa*, 27, 137-142.
- FIGUEIREDO, E.; COSTA, M. E.; MORAIS, M. R. (1982), "Pessoas significativas na gravidez. Primeiros dados", *Psiquiatria Clinica*, Supl. 2, 151-157.
- FIGUEIREDO, E.; GERMOND, A.; LOUCA, A-L. (1977), "Contribution a la pathogénie et au traitement des épisodes schizophréniques do post-partum", *Annales Médico-Psychologiques*, 2(3), 461-470.
- FIGUEIREDO, E.; GONÇALVES, P.; MOTA CARDOSO, R. (1979), "As massagens no tratamento de descompensações esquizofrénicas agudas, com sintomatologia de desestruturação da imagem corporal", *Análise Psicológica*, 11(2), 297-302. Reproduzido em francês.
- FIGUEIREDO, E.; GONÇALVES, P.; MOTA CARDOSO, R. (1980), "Massages et Schizophrénie", *Revue de médecine psychosomatique et psychologie médicale*, 22(3), 313-321.
- FIGUEIREDO, E.; MENDONÇA, R. W.; MORAIS, M. R. (1982), "Processo gravídico e ansiedade. Primeiros dados", *O Médico*, 1603, 717-722.
- FIGUEIREDO, E.; MENDONÇA, T.; COSTA, M. E.; CASTRO, M. S.; PEDROSO, M.; LEITE, P.; MORAIS, M. R.; MANSILHA, M. A. (1982), "Processo gravídico e ansiedade. Primeiros dados", *O Médico*, 1592, 35-40.
- FLEMING A. S.; CORTER C.; STALLINGS J.; STEINER M. (2002), "Testosterone and prolactin are associated with emotional responses to infant cries in new fathers", *Hormones and Behavior*, 42(4), 399-413.
- FLEMING, A. S.; RUBBLE, D. N.; FLETT, G. L.; van WAGNER, V. (1990), "Postpartum adjustment in first-time mothers: changes in mood and mood content during the early postpartum months", *Developmental Psychology*, 26(1), 137-143.
- FLEMING, A. S.; RUBBLE, D.; KRIEGER, H.; WONG, P. Y. (1997), "Hormonal and experiential correlates of maternal responsiveness during pregnancy and the puerperium in human mothers", *Hormones and Behavior*, 31, 145-158.
- GELLER, P. (2004), "Pregnancy as a stressful life event", *CNS Spectrum*, 9(3), 188-97.
- GLOVER, V. (1997), "Maternal stress or anxiety in pregnancy and emotional development of the child", *British Journal of Psychiatry*, 171(8), 105-6.
- GLOVER, V.; KAMMERER, M. (2004), "The biology and pathophysiology of peripartum psychiatric disorders", *Primary Psychiatry*, 11(3), 37-41.
- GLOVER, V.; ONOZAWA, K.; HODGKINSON, A. (2002), "Benefits of infant massage for mothers with postnatal depression", *Seminar Neonatology*, 7(6), 495-500.
- GORMAN, L, O'HARA, M.; FIGUEIREDO, B.; HAYES, S.; JAQUEMAIN, F.; KLIER, C.; ROSI, S.; SENEVIRATNE, G.; SUTTER-DALLAY A-L.; TCS-PND group (2004), "Adaptation of the Structured Clinical Interview for DSM-IV disorder for assessing depression in women during pregnancy and postpartum across countries and cultures", *British Journal of Psychiatry*, 184 (Suppl. 46), 18-25.
- GRIMSTAD H.; SCHEI, B.; BACKE B.; JACOBSEN G. (1999), "Anxiety, physical abuse, and low birth weight", *Scand J Public Health*, 27(4), 296-300.
- GROOME L. J.; SWIBER M. J.; BENTZ L. S.; HOLLAND S. B.; ATTERBURY J. L. (1995), "Maternal anxiety during pregnancy: effect on fetal behaviour at 38 to 40 weeks of gestation", *Journal of Developmental and Behavioral Pediatric*, 16, 391-6.

- GROSSMAN, F. K.; EICHLER, L. S.; WINICKOFF, S. A. (1980), *Pregnancy, birth, and parenthood*. San Francisco: Jossey-Bass.
- GRUEN, D. (1990), "Postpartum depression: a debilitating yet often unassessed problem", *Health and Social Work*, 15(4), 261-270.
- HALBREICH, U. (2004), "Prevalence of mood symptoms and depressions during pregnancy: implications for clinical practice and research", *CNS Spectrum*, 9(3), 177-84.
- HARRIS, B. (1996), Hormonal aspects of postnatal depression", *International Review of Psychiatry*, 8(1), 27-36.
- HAY, D. F. (1997), "Postpartum depression and cognitive development", in MURRAY, L.; COOPER, P. (Ed.), *Postpartum depression and child development* (pp. 85-109), Nova Iorque e Londres: The Guilford Press.
- HEDEGAARD, M.; HENRIKSEN, T. B.; SECHER, N. J.; HATCH, M. C.; SABROE, S. (1996), "Do stressful life events affect duration of gestation and risk of preterm delivery?", *Epidemiology*, 7, 339-45.
- HENDRICK, V.; SMITH, L. M.; SURI, R.; HWANG, S.; HAYNES, D.; ALTSHULER, L. (2003), "Birth outcomes after prenatal exposure to antidepressant medication", *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, 188(3), 812-815.
- HENDRICK, V.; STOWE, Z. N.; ALTSHULER, L.; HWANG, S.; LEE, E.; HAYNES, D. (2003), "Placental passage of antidepressant medications", *Am J Psychiatry*, 160(5), 993-996.
- HOPKINS, J.; CAMPBELL, S.; MARCUS, M. (1987), "The role of infant-related stressors in postpartum depression", *Journal of Abnormal Psychology*, 96(3), 237-241.
- JOHANSON, R.; CHAPMAN, G.; MURRAY, D. (2000), "The North Staffordshire Maternity Hospital prospective study of pregnancy associated depression", *Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynecology*, 21, 93-97.
- JONES, N.; FIELD, T.; FOX, N.; DAVALOS, M.; LUNDY, B.; HART, S. (1998), "Newborns of mothers with depressive symptoms are physiologically less developed", *Infant Behavior and Development*, 28, 59-70.
- JORDAN, P. (1990), "Laboring for relevance: The male experience of expectant and new parenthood", *Nursing Research*, 39, 11-16.
- JOSEFSSON, A.; BERG, G.; NORDIN, C.; SYDSJO, G. (2001), "Prevalence of depressive symptoms in late pregnancy and postpartum", *Acta Obstetrica et Gynecologica Scandinavica*, 80(3), 251-255.
- KENDELL, R. E. (1978), "Childbirth as an aetiological agent", in SANDLER, M. (Ed.), *Mental illness in pregnancy and the puerperium* (pp. 69-79), Oxford: Oxford University Press.
- KENDELL, R. E.; CHALMERS, J. C.; PLATZ, C. (1987), "Of puerperal psychoses", *British Journal of Psychiatry*, 150, 662-673.
- KITZINGER, S. (1978), *Mães – um estudo antropológico da maternidade*, Lisboa: Editorial Presença.
- KUMAR, R.; ROBSON, K. (1984), "A prospective study of emotional disorders in childbearing women", *British Journal of Psychiatry*, 144, 35-47.
- LEADBEATER, B.; LINARES, O. (1992), "Depressive symptoms in black and Puerto Rican adolescent mothers in the first 3 years postpartum", *Development and Psychopathology*, 4, 451-468.
- LEADBEATER, B.; BISHOP, S.; RAVER, C. (1996), "Quality of mother-toddler interactions, maternal depressive symptoms, and behavior problems in preschoolers of adolescent mothers", *Developmental Psychology*, 32(2), 280-288.
- LIGHTFOOT, E. C.; KEELING, B.; WILTON, K. M. (1982), "Characteristics distinguishing high-anxious and medium/low-anxious women during pregnancy", *Journal of Psychosomatic Research*, 26(3), 345-350.
- LUNDY, B.; JONES, N.; FIELD, T.; NEARING, G.; DAVALOS, M.; PIETRO, P.; SCHANBERG, S.; KUHN, C. (1999), "Prenatal depression effects on neonates", *Infant Behavior and Development*, 22, 119-129.

- LYONS-RUTH, K.; CONNELL, D.; GRUNEBAUM, H.; BOTEIN, S. (1990), "Infants at social risk: maternal depression and family support services as mediators of infant development and security of attachment", *Child Development*, 61, 85-98.
- MARCUS, S.; FLYNN, H.; BLOW, F.; BARRY, K. (2003), "Depressive symptoms among pregnant women screened in obstetrics settings", *Journal of Women's Health*, 12(4), 373-380.
- MARKS, M. N.; WIECK, A.; CHECKLEY, S. A.; KUMAR, R. (1992), "Contribution of psychological and social factors to psychotic and non-psychotic relapse after childbirth in women with previous histories of affective disorder", *Journal of Affective Disorders*, 24(4), 253-263.
- MATTHEY, S.; BARNETT, B.; UNGERER, J.; WATERS, B. (2000), "Paternal and maternal depressed mood during the transition to parenthood", *Journal of Affective Disorders*, 60, 75-85.
- MURRAY, L.; FIORI-COWLEY, A.; COOPER, P. (1996), "The impact of postnatal depression and associated adversity on early mother-infant interactions and later infant outcome", *Child Development*, 67, 2512-2526.
- MURRAY, L.; SINCLAIR, D.; COOPER, P.; DUCOURNAU, P.; TURNER, P.; STEIN, A. (1999), "The socioemotional development of 5-year-old children of postnatally depressed mothers", *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40(8), 1259-1271.
- MURRAY, L.; STANLEY, C.; HOOPER, R.; KING, F.; FIORI-COWLEY, A. (1996), "The role of infant factors in postnatal depression and mother-infant interactions", *Developmental Medicine & Child Neurology*, 38, 109-119.
- MURRAY, L.; STANLEY, C.; HOOPER, R.; KING, F.; FIORI-COWLEY, A. (1996), "The role of infant factors in postnatal depression and mother-infant interactions", *Developmental Medicine & Child Neurology*, 38, 109-119.
- O'HARA, M. (1986), "Social support, life events, and depression during pregnancy and puerperium. *Archives of General Psychiatry*, 43, 569-573.
- O'HARA, M. W.; SWAIN, A. M. (1996), "Rates and risk of postpartum depression: A meta-analysis. *International Review of Psychiatry*, 8(1), 37-54.
- O'HARA, M. W.; NEUNABER, D. J.; ZEKOSKI, E. M. (1984), "Prospective study of postpartum depression: prevalence, course, and predictive factors. *Journal of Abnormal Psychology*, 93, 158-171.
- O'HARA, M. W.; SCHLECHTE, J. A.; LEWIS, D. A.; WRIGHT, E. J. (1991), "Prospective study of postpartum blues: Biologic and psychosocial factors", *Archives of General Psychiatry*, 48(9), 801-806.
- OATES, M. (1996), "Psychiatric services for women following childbirth", *International Review of Psychiatry*, 8(1), 87-98.
- O'CONNOR TG, HERON J.; GOLDING J.; BEVERIDGE M.; GLOVER, V. (2002), "Maternal antenatal anxiety Hand children's behavioural/emotional problems at 4 years", *British Journal of Psychiatry*, 180, 502-8.
- O'HARA, M. W.; SCHLECHTE, J. A.; LEWIS, D. A.; VARNER, M. W. (1991), "Controlled prospective study of postpartum mood disorders: psychological, environmental, and hormonal variables", *J Abnorm Psychol.*; 100(1), 63-73.
- ONOZAWA, K.; GLOVER, V.; ADAMS, D.; MODI, N.; KUMAR, C. (2001), "Infant massage improves mother-infant interaction for mothers with postnatal depression", *Journal of Affective Disorders*, 63, 201-207.
- ORR, S.; JAMES, S.; PRINCE, C. (2002), "Maternal prenatal depressive symptoms and spontaneous preterm births among african-american women in Baltimore, Maryland", *American Journal of Epidemiology*, 156(9), 797-802.
- OSOFSKY, H. (1982), "Expectant and new fatherhood as a developmental crisis", *Bulletin of the Menninger Clinic*, 46, 209-230.
- PAARLBERG, K. M.; VINGERHOETS, A. J. J. M.; PASSCHIER, J.; KEINEN, A. G. J. J.; DEKKER, G. A.; van GEIjn, H. P. (1996), "Psychosocial factors as predictors of maternal

- well-being and pregnancy-related complaints”, *Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynaecology*, 17(2), 93-102.
- PAARLBERG, K.; VINGERHOETS, A.; PASSCHIER, J.; DEKKER, G.; HEINEN, A.; van GEIJN, H. (1999), “Psychosocial predictors of low birthweight: A prospective study”, *British Journal of Obstetric and Gynaecology*, 106(8), 834-841.
- PAJULO, M.; SAVONLAHTI, E.; SOURANDER, A.; HELENIUS, H.; PIHA, J. (2001), “Antenatal depression, substance dependency and social support”, *Journal of Affective Disorder*, 65, 9.
- PAJULO, M.; SAVONLAHTI, E.; SOURANDER, A.; PIHA, J.; HELENIUS, H. (2001), “Prenatal maternal representations: Mothers at psychosocial risk”, *Infant Mental Health Journal*, 22(5), 529-544.
- PITT, B. (1968), “Atypical depression following childbirth. *British Journal of Psychiatry*, 114, 1325-1335.
- RINI C.K.; DUNKEL-SCHETTER C.; WADHWA P. D.; SANDMAN CA. (1999), “Psychological adaptation and birth outcomes: the role of personal resources, stress, and sociocultural context in pregnancy”, *Health Psychology*, 18(4), 333-45.
- RITTER, C.; HOBFOLL, S.; LAVIN, J.; CAMERON, R.; HULSIZER, M. (2000), “Stress, psychosocial resources, and depressive symptomatology during pregnancy in low-income, inner-city women”, *Health Psychology*, 19(6), 576-585.
- RIZZARDO, R.; MAGNI, G.; CREMONESE, C.; ROSSI, R. T.; COSENTINO, M. (1988), “Variations in anxiety levels during pregnancy and psychosocial factors in relation to obstetric complications”, *Psychotherapy and Psychosomatics*, 49(1), 10-16.
- ROBINSON, S.; YOUNG, J. (1982), “Screening for depression and anxiety in the post-natal period: acceptance or rejection of a subsequent treatment offer”, *Aust N Z J Psychiatry*, 16(2), 47-51.
- RONDÓ, P. H. C.; FERREIRA, R. F.; NOGUEIRA, F.; RIBEIRO, M. C. N.; LOBERT, H.; ARTES, R. (2003), “Maternal psychological stress and distress as predictors of low birth weight, prematurity and intrauterine growth retardation”, *Eur. J. Clin. Nutr.*, 57(2), 266-272.
- ROSS, L. E.; GILBERT EVANS, S. E.; SELLERS, E. M.; ROMACH, M. K. (2003), “Measurement issues in postpartum depression part 1: Anxiety as a feature of postpartum depression”, *Archives of Women's Mental Health*, 6, 51-57.
- RUBERTSSON, C.; WALDENSTROEM, U.; WICKBERG, B. (2003), “Depressive mood in early pregnancy: Prevalence and women at risk in a national Swedish sample”, *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 21(2), 113-123.
- SHAPIRO, S.; NASS, J. (1986), “Postpartum psychosis in the male”, *Psychopathology*, 19, 138-142.
- SHARP, D.; HAY, D.; PAWLBY, S.; SCHMUCHER, G.; ALLEN, H.; KUMAR, R. (1996), “The impact of postnatal depression on boys’ intellectual development”, *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36, 1315-1337.
- SINCLAIR, D.; MURRAY, L. (1998), “Teacher reports of adjustment to school of postnatally depressed and well mothers’ children”, *British Journal of Psychiatry*, 172, 58-63.
- SJÖSTRÖM, K.; VALENTIN, L.; THELIN, T.; MARSÁL, K. (2002), “Maternal anxiety in late pregnancy: effect on fetal movements and fetal heart rate. *Early Human Development*, 67, 87-100.
- STERN, D. (1995), *The motherhood constellation*, Nova Iorque: Harper Collins.
- STERN, D. (1998), “Mother’s emotional needs”, *Pediatrics*, 102(5), 1250-1252.
- TEIXEIRA, J.; FISK, N.; GLOVER, V. (1999), “Association between maternal anxiety in pregnancy and increased uterine artery resistance index: Cohort based study”, *British Medical Journal*, 318, 153-157.
- TETI, D. M.; GELFAND, C. M.; MESSINGER, D. S.; ISABELLA, R. (1995), “Maternal depression and the quality of early attachment: an examination of infants, preschoolers, and their mothers”, *Developmental Psychology*, 31, 364-376.

- THAPAR, A. K.; THAPAR, A. (1992), "Psychological sequelae of miscarriage: a controlled study using the general health questionnaire and the hospital anxiety and depression scale", *Br J Gen Pract.*; 42(356), 94-6.
- TRAD, P. V. (1991), "Adaptation to the developmental transformations during the various phases of motherhood", *Journal of American Academy of Psychoanalysis*, 19(3), 403-421.
- Van den BERGH, B. R. (1990), "The influence of maternal emotions during pregnancy on fetal and neonatal behaviour", *Journal of Prenatal and Perinatal Psychology and Health*, 5(2), 119-30.
- VERKERK, G.; POP, V.; Van-SON, M.; Van-HECK, G. L. (2003), "Prediction of depression in the postpartum period: A longitudinal follow-up study in high-risk and low-risk women", *Journal of Affective Disorders*, 77(2), 159-166.
- VIZZIELLO, G. F. ANTONIOLI, M. E.; COCCI, V.; INVERNIZZI, R. (1993), "From pregnancy to motherhood: the structure of representative and narrative change. *Infant Mental Health Journal*, 14(1), 4-15.
- WADHWA, P. D.; DUNKEL-SCHETTER C.; CHICZ-DeMET A; PORTO, M.; SANDMAN, C. A. (1996), "Prenatal psychosocial factors and the neuroendocrine axis in human pregnancy. *Psychosomatic Medicine*, 58(5): 432-46.
- WADHWA P. D.; SANDMAN C. A.; PORTO, M.; DUNKEL-SCHETTER, C.; GARITE, T. J. (1993), "The association between prenatal stress and infant birth weight and gestational age at birth: A prospective investigation", *American Journal of Obstetrics and Gynaecology*, 169, 858-65.
- WENZEL, A.; HAUGEN, E. N.; JACKSON, L. C.; ROBINSON, K. (2003), "Prevalence of generalized anxiety at eight weeks postpartum", *Archives of Women's Mental Health*, 6, 43-49.
- WHITTON, A.; APPLEBY, L.; WARNER, R. (1996), "Maternal thinking and the treatment of postnatal depression", *International Review of Psychiatry*, 8, 73-78.
- WICKBERG-JOHANSSON, B.; ERLANDSSON, B.; HWANG, C. (1996), "Primary health care management of postnatal depression in Sweden. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 14, 69-76.
- ZUCKERMAN, B.; BAUCHNER, H.; PARKER, S.; CABRAL, H. (1990), "Maternal depressive symptoms during pregnancy, and newborn irritability", *Journal of Developmental Behaviour and Pediatrics*, 11(4), 190-194.

UMA REFLEXÃO SOBRE VALORES

Isabel Babo Lança

Vivemos numa época em que se, por um lado, se verifica um declínio de certos valores tradicionais ligados à família, à religião, às grandes ideologias¹, continua a existir, por outro lado, uma necessidade de referências, mesmo se num quadro de vida de lógicas plurais. Face à diversidade de estilos de vida, própria das nossas sociedades contemporâneas, não se será sempre fiel ao mesmo sistema de normas e valores; pode um indivíduo, em jovem, e em determinadas circunstâncias da sua vida, do grupo a que pertence, ou numa certa conjuntura política, aderir a um conjunto de valores e, numa fase ulterior da sua vida, numa situação socioprofissional nova, em novos contextos sociais ou numa nova conjuntura política, aderir a outros valores e referências. Interessada pelo estudo destas questões, pretendemos deter-nos na investigação empreendida por Eurico Figueiredo sobre *Valores e gerações: anos 80 anos 90* (2001), com o intuito de reenviar as importantes conclusões a que o autor chegou aos contextos sociais de vida das sociedades contemporâneas.

O programa traçado por Eurico Figueiredo é o de apreender em gerações diferentes, jovens e respectivos progenitores (contemplando os géneros, as classes de pertença e a orientação política), os valores relativos a domínios institucionais tais como família, política, instituições (polícia, sistema prisional), problemas sociais (marginalidade, toxicoddependência, educação escolar), religião, estado de direito, tal como captar a adesão ao progresso e civilização, e a ligação a causas sociais. Antes, porém, de passarmos à abordagem do estudo levado a cabo pelo autor, começaremos por apresentar, numa primeira parte, algumas dicotomias que, na nossa actualidade, nos parecem atravessar e incorporar os domínios dos valores, para passarmos, de seguida, a uma referência ao que podemos entender por valor e por adesão a valor, centrando essencialmente o nosso ponto de vista numa perspectiva sociológica. Por último, na segunda parte do nosso texto, apresentaremos aspectos importantes da investigação de Eurico Figueiredo sobre valores, com alusão às relevantes conclusões dele decorrentes.

1. VALORES E ADESÃO A VALORES

A pluralidade de valores

Na nossa actualidade, em que, como dissemos, se vive um declínio de certos valores tradicionais, num quadro de vida de lógicas múltiplas e diversas,

mas em que continua a persistir uma necessidade de referenciais, a defesa de valores humanistas universais convive com um certo relativismo moral e com uma relativa crise de valores. O relativismo existe, a par do universalismo, na própria medida em que uma sociedade individualista se instituiu, em que se defendem as minorias, se reivindica o direito à diferença e se sustentam juízos normativos distintos (ou mesmo opostos), a par, quer em termos éticos como políticos, da defesa dos direitos humanistas universais. Esta tensão, entre a demanda de valores universais e a adesão a uma pluralidade de referenciais, está já contida na modernidade (com a proclamação moderna do “código do novo”, aliada à desvalorização da tradição), vindo porém a ser acentuada com a eclosão dos modos e estilos de vida diversos, que a sociedade de consumo incrementou.

É assim que a segunda metade do séc. XX, precisamente com a sociedade de consumo e a expansão dos *mass media*, experimenta um alargamento do espaço público e uma diversificação dos gostos, na própria medida em que os hábitos e costumes locais cedem à pressão da cultura de massa. Esta, desde o seu início, como veremos adiante, sustenta duas lógicas antagónicas: a da cultura democrática, segundo um princípio de igualdade, e a lógica individualista e hedonista (Bell, 1979; Lipovetsky, 1983), concordante com o culto do consumo, dos passatempos e do prazer (culto do consumo tornado possível pelo capitalismo²). As culturas democrática e individualista abrem-se à pluralidade dos gostos e estilos de vida, ao mesmo tempo que o enfraquecimento das grandes entidades sociais contribui para a legitimação de modos de vida diversos. O declínio das grandes entidades opera-se, primeiro, ao nível das instituições tradicionais (família extensa, Igreja, corporações, comunidade aldeã...), depois, na modernidade tardia, são as grandes instituições ou estruturas sociais modernas (família nuclear, Forças Armadas, Estado providência, grandes sindicatos, classe social, burocracia estatal, organização do trabalho taylorista ...) que progressivamente perdem força ou entram em crise³. Lash sustenta que, neste processo, “o motor de mudança social é a individualização” (2000, p. 109), a partir da qual o indivíduo se centrará mais em si, na sua reflexividade, autonomia e decisão pessoal, desvinculando-se da participação nos colectivos (classe social, família, sindicato, Igreja, etc.) e manifestando uma quebra na confiança ilimitada na ciência⁴. Lipovetsky (1983), por seu lado, refere o “processo de personalização” (forma social inédita, já contida na modernidade) como marca da pós-modernidade, encarando este processo como relativo a um indivíduo narcisista, informado e responsabilizado, mas desligado da vida pública e do bem comum, obedecendo a lógicas múltiplas⁵.

Assim sendo, pode considerar-se que esta pluralidade de valores, que está muitas vezes na origem de conflitos de valores entre sistemas diferentes ou no seio duma mesma comunidade, não é especialmente provocada pelo relativismo das culturas ou pelas entidades sociais diferentes, embora coexistam, numa mesma sociedade, sistemas de valores diferenciados, que são valores de grupos políticos distintos, de etnias diversas, de comunidades religiosas dife-

rentes, etc.; do mesmo modo que os valores variam conforme as épocas históricas (fala-se da relatividade histórica dos valores), podendo novos valores integrarem, em dado momento, um sistema moral, político, cultural, religioso, estético... Porém, na base da variedade de valores inerente à vida contemporânea encontramos, sobretudo, como processos determinantes, o desenvolvimento da liberdade e da autonomia pessoal⁶; o individualismo moral⁷; o declínio das hierarquias e dos códigos impostos por instituições tais como a família, o exército, a Igreja...; a eclosão de uma heterogeneidade de comportamentos e modos de vida, já não submetidos ao modelo da família nuclear burguesa, nem a um modelo único de consumo de massa.

É assim que, a falarmos de relativismo moral (em lugar de relativismo ético...⁸), este consistirá, em traços gerais, na diversidade de referências ou na validade de juízos normativos diferentes ou opostos. Diversidade de referências entre o valor do trabalho e o lazer (ou entre os valores hedonistas que se opõem aos valores do trabalho e da eficácia); os valores da poupança e do património em oposição ao consumismo; os valores do ser e da pessoa, em oposição aos valores do ter e do poder financeiro; o direito à realização pessoal e profissional em detrimento ou em concorrência com a vida familiar; os valores hedonistas e individualistas e as causas sociais, políticas ou étnicas; a procura da realização de si e a aceitação (ou rejeição) de regras impostas pelas grandes instituições (tradicionais e modernas); para além das antinomias entre juízos normativos do tipo: o respeito devido às vítimas e o direito do culpado à defesa, etc.

O relativismo moral, no entanto, não significa por si só o enfraquecimento da moral social, podendo constituir, por exemplo, fonte de tolerância e também de solidariedade (tolerância e solidariedade com aqueles que partilham os nossos valores ou aderem a valores distintos); verificando-se hoje, aliás, que a par do individualismo moral se promove e preza a cidadania, o exercício da solidariedade e o voluntariado⁹. Acontece também que, na nossa actualidade, o individualismo liga-se cada vez mais ao sentido de responsabilidade, à responsabilização do indivíduo pelas consequências dos seus actos (médico ou profissional de saúde, educador, etc.) e à responsabilidade social. A responsabilização de todos e cada um constitui uma contrapartida do relativismo moral, na medida em que a “ética da responsabilidade”¹⁰ submete o agente à avaliação das consequências da acção que pretendeu efectuar, ligando o *poder* (“Eu poderia ter agido de outra maneira”...) ao *dever* (... por isso, “eu deveria ter agido de outra maneira”), pela via da imputação do acto e responsabilidade¹¹. A ética da responsabilidade organiza, em certa medida, uma ética individualista, acrescentando no entanto (para voltarmos à reflexão que nos ocupa aqui sobre a diversidade de valores) que a exigência colectiva de fundamentação dos valores (projecto da ética) tem como efeito retirar a estes qualquer carácter arbitrário.

Retomando a questão das antinomias e da diversidade de referências, importa também ter em conta que a sociedade individualista de massas é, desde o seu início, permanentemente obrigada a gerir duas dimensões antinómicas: o

indivíduo e as *massas* (ou seja, o individualismo, por um lado, e a massificação e homogeneização do corpo social, por outro), na medida em que o aparecimento da sociedade de massas, em nome da igualdade, não excluiu o individualismo e o uso público das liberdades. Estas duas dimensões contraditórias reportam-se a duas lógicas democráticas: 1) lógica da individualidade (a Revolução Francesa veio afirmar que todo o homem possui direitos inalienáveis, pelo facto de ser um indivíduo; posteriormente verificou-se a aquisição de direitos políticos, direito ao voto e à elegibilidade; depois, no quadro do Estado social, a conquista de direitos sociais, como o direito à reforma paga ou ao trabalho) e 2) lógica da igualdade (igualdade de todos perante a lei, igualdade das liberdades públicas, igualdade dos meios, oportunidades e direitos sociais). A esta dualidade – individualidade-igualdade –, somam-se as oposições ou tensões entre: liberdade e igualdade, igualdade e hierarquia, narcisismo ou culto do eu e valores humanistas universais, processo de personalização e processo disciplinar¹², ressurgimento de novas identidades regionais¹³ e construção de identidades alargadas (a identidade europeia, por exemplo), etc.

Estas dicotomias marcam a modernidade e as sociedades actuais, em que imperam os valores da eficácia técnico-instrumental, da igualdade, da liberdade e da individualidade¹⁴. São lógicas regidas por princípios distintos, discordantes, que se cruzam, repelem ou se miscigenam, não constituindo propriamente incompatibilidades do tipo das que se verificam, por exemplo, entre uma cultura de valores democráticos e o autoritarismo ou o totalitarismo; ou do mesmo modo que uma cultura que reconhece os direitos da criança e o valor da infância é incompatível com a exploração da criança e o trabalho infantil.

Modernidade tardia, globalização e pluralidade de valores

A pluralidade de lógicas de vida, a que nos temos vindo a referir, acentua-se ainda na modernidade tardia, ou “modernidade reflexiva” (U. Beck, 2000; A. Giddens, 2000), e na “sociedade em rede” (Castells, 2002). Na modernização reflexiva, que corresponde a uma “especialização flexível” – em que a reflexividade (individualista, responsável), a informação, a comunicação e o conhecimento divulgado aumentam, a par da difusão mais ou menos generalizada do saber científico¹⁵ –, “um consumo crescentemente especializado, como observa S. Lash (2000, p. 114), implica formas de produção mais flexíveis”. A flexibilização da produção e a flexibilidade no trabalho são a resposta a um consumo cada vez mais especializado, ligando-se a especialização do consumo a novos estilos de vida e, por isso também, a novas formas de conduzir e organizar a vida.

Já a “sociedade em rede”, para utilizarmos aqui a expressão de Castells¹⁶, consiste essencialmente numa sociedade interactiva, que desde o seu início se liga à multiplicidade de espaços públicos (regionais, nacionais, internacionais; literários, científicos, políticos, etc.) já existente¹⁷. Nesta sociedade, as novas tecnologias da comunicação (NTC) vão-se tornando de uso comum e as conse-

quências disso são, não somente o alargamento das possibilidades de comunicação, como o surgimento on-line de novas formas de sociabilidade, o aparecimento de comunidades virtuais, a proliferação de diferentes espaços de discussão e troca de informações, o desenvolvimento de novas formas de vida urbana adaptadas ao novo ambiente tecnológico, o cosmopolitismo das novas classes profissionais, uma nova cultura assente numa pluralidade de movimentos socioculturais (direitos humanos, ambientalismo, feminismo, etc.), para além da própria globalização e da constituição de uma cultura globalizada¹⁸.

A Internet, ao estabelecer uma conectividade alargada, ajuda a disseminar usos e costumes, modos de vida e gostos diferentes, acelerando não somente a mundialização da economia, da política e da justiça, mas também de valores colectivamente aceites. Este novo tipo de sociabilidade on-line, fraca, flexível e móvel, ao proporcionar novas formas de interacção entre os indivíduos, faz com que as relações sociais pareçam estar cada vez mais desterritorializadas, com os indivíduos a agruparem-se sobretudo em função de interesses afins. Teremos, como consequência destas novas possibilidades de conectividade, uma transnacionalização da produção da informação e dos conteúdos veiculados, assim como teremos, porventura, e como consequência das novas formas de interactividade e sociabilidade, uma moral social em parte descontextualizada, com normas e regras plurais e flexíveis.

A questão dos valores

Sem advogarmos aqui a necessidade de uma “macroética” ou de uma ética com pretensão universalista, que alguns (com razão) proclamam urgente¹⁹, na medida em que é à escala planetária que se colocam hoje os problemas éticos, não ignoramos contudo a necessidade (e o imperativo de não abdicar) da busca de princípios e valores universais ou universalizáveis. Isto não significa que todos saibam – ou tenham a vontade – de conciliar as diferenças, nem que todos sejam capazes de se porem de acordo com os princípios e os valores que têm em comum (valores humanistas tais como o respeito, a dignidade, a autonomia, a auto-determinação, a tolerância, a lealdade, a solidariedade, etc.; o princípio do respeito da vida privada, da capacidade de decidir com conhecimento de causa, etc.). Em comum, permanecem apesar de tudo questões fundamentais, que são as grandes questões éticas sobre os princípios, os valores universais (reconhecidos na Declaração universal dos direitos do homem de 1948, por exemplo), a relação à lei, a aceitação ou não dum criador do universo... Mas a par das questões fundamentais colocam-se igualmente questões concretas, que relevam de domínios práticos de actividade tais como o trabalho, a vida familiar, a política, as instituições sociais, etc., sendo que estas questões ganham o seu sentido na singularidade das situações e nos contextos práticos de vida.

A este nível a pluralidade de valores é perceptível, como são observáveis os conflitos que daí advêm. Conflitos de valores no seio da família (entre as gerações, por exemplo), conflitos entre o valor da família e a obrigação do tra-

balho (conflito que se coloca frequentemente às mães que trabalham fora de casa e têm filhos pequenos), conflitos de valores nas empresas (entre a eficácia económica e o lucro, e o melhoramento das condições de trabalho, o serviço à comunidade, etc.), nos debates públicos sobre processos judiciais (o dever de segredo de justiça e o direito à informação, por exemplo), etc.

Os valores que estruturam e fundam estes domínios de acção prática são manifestados nas nossas acções, no modo como vivemos, como falamos das nossas existências, como compreendemos as nossas vidas e no modo como achamos que as coisas deveriam ser. Para recolhê-los e analisá-los, podem seguir-se diferentes vias (perspectivas teóricas e metodologias). Poderá optar-se por observar e analisar as práticas, captando os valores que nelas estão incorporados e se dão a ler (no modo como fazemos as coisas e vivemos a vida, e no modo como falamos disso, expressamos valores que são, por isso, perceptíveis e inteligíveis). Poderá também optar-se por ligar ou associar o que é (o que os indivíduos fazem, praticam e dizem) ao que se pensa que deveria ser (aquilo que os actores proclamam defender), apreendendo a moral social em uso, *aqui e agora*, nas práticas e nos discursos. Uma terceira via centrar-se-á nos discursos, naquilo que os actores dizem preferir, defender, desejar, inquirindo sobre atitudes, opções e adesões; sendo este o caminho seguido por Eurico Figueiredo, no estudo a que nos dedicaremos.

Abordaremos de seguida o que se pode entender por valor e adesão a valores, para passarmos depois em revista algumas das principais conclusões a que o nosso autor chegou sobre os valores dos anos 80 e anos 90, nas duas gerações.

Valor e adesão a valor

Se por valor podemos entender aquilo a que os antigos chamavam virtudes (nos diálogos socráticos de Platão, a igualdade, a coragem, a piedade, a justiça; na *Ética a Nicómaco*, de Aristóteles, as virtudes ganham o sentido ético da excelência moral na acção – sendo a justa medida uma característica da excelência moral –, havendo uma concordância entre a vida virtuosa e a felicidade), também é certo que a noção de valor contém as noções dos verbos “valorar” e “avaliar”. Sendo que a intenção de avaliação (e também de ajuizar, apreciar, julgar) participa no modo colectivo de viver a vida, reconhecendo a cada um o direito e o dever de avaliar o que é feito, dito, decidido, por si e pelo outro. Os valores são, nesta perspectiva, não somente o que determina (no sentido de funda ou fundamenta) as normas e os deveres, mas padrões de julgamento. Falemos pois do valor, primeiro, enquanto juízo de valor e, depois, enquanto referencial.

Valor é o que é *verdadeiro, belo, bem, justo...*, segundo um juízo pessoal de acordo com uma sociedade, num determinado tempo²⁰. O juízo de valor, considerado do ponto de vista da apreciação da acção no espaço público, requer que a acção seja visível sobre uma cena pública e que seja recebida por um

público dotado da capacidade de julgar. É Tassin (1995, p. 89) quem considera que a visibilidade é o critério de avaliação das acções, especificamente da acção política, na medida em que a visibilidade dos actos os expõe ao julgamento público. Ao mesmo tempo que os actos são observados, são igualmente apreciados e julgados. Julgar implica adoptar o ponto de vista de outrem, no sentido kantiano de uma “mentalidade alargada” (o que implica a comunicabilidade e o domínio público). Donde, redefinir os valores pode ser importante para uma moral social que, enquanto conjunto de regras explícitas ou não, afecta o juízo moral, sendo que este orienta a acção a empreender e a relação com o outro. Os valores são, por isso, também, modelos e referências, falando-se na orientação da acção segundo valores²¹. Como diz J.-P. Resweber (2002, p. 91), “referências, que, transpostas sobre um campo de circunstâncias contingentes, proporcionam ao sujeito os referenciais, permitindo-lhe inventar um projecto de liberdade”. A ordem ou o domínio dos valores será, assim, aquela que, constituída por referenciais (na linha de Resweber), assenta na experiência de um viver, sentir e julgar comuns (no seguimento de Kant e Tassin). Ora, mobilizar referenciais e julgar, supõe a adesão a valores; diremos que o valor supõe a adesão ao valor.

Como avançávamos anteriormente, as questões que respeitam princípios, valores universais, virtudes, a relação à lei..., são questões fundamentais. Mas existem também questões concretas cujo sentido não é senão captado na singularidade das situações (ou num “campo de circunstâncias contingentes”, como sustenta Resweber), ou nos domínios específicos das actividades humanas (vida familiar, trabalho, negócios, lazer, actividade política, religiosa...) e na ligação destas últimas aos contextos sociais de vida. É por isso que os valores se ligam aos usos e costumes, às instituições, ou melhor, e utilizando a terminologia de Wittgenstein, a *formas de vida*. É a pertença a um contexto de regras, de normas e de instituições, que confere sentido ao que dizemos e fazemos, ou seja, às acções consideradas como atitudes. A pertença a um mundo comum supõe a adesão a convenções, a um conjunto de valores, a práticas comuns, a uma moralidade e a uma linguagem com um conjunto de regras. Razão pela qual Wittgenstein liga o modo como nós compreendemos as coisas e agimos, à maneira como falamos delas. A perspectiva de Wittgenstein é bem ilustrada pelo seu aforismo: *mesmo que um leão pudesse falar, nós não o compreenderíamos* (*Investigações Filosóficas*, II, XI)²². É preciso compreender a forma de vida de uma comunidade (instituições, usos e costumes, desejos, hábitos), para entender a sua linguagem²³.

A adesão moral não consiste, por isso, numa adesão precedida do conhecimento das normas institucionais e das suas justificações legitimadoras ou da sua história, que frequentemente os actores desconhecem. Adere-se e acredita-se nas significações e referências normativas que justificam e dão sentido às regras em uso. Esta adesão às instituições de base da vida social (i.e. às nossas

maneiras regulares de fazer, de falar e de pensar comuns) é inerente aos *jogos de linguagem* e à *forma de vida* próprios duma sociedade. Trata-se do mundo institucional no sentido de um “fundo histórico de instituições e costumes” (na expressão de Descombes, 1996), que engloba contextos sociais vários, formados de direitos, deveres e obrigações, normas, regras, convenções, sistemas de expectativas, saberes comuns, cujas significações são incorporadas pelos actores ao longo de uma história partilhada, e de experiências pessoais e colectivas.

As atitudes, as crenças ou as ideias que defendemos, em relação à vida sexual pré-matrimonial, por exemplo, aos objectivos do casamento, ao divórcio, ao trabalho feminino, ao planeamento familiar, ao número de filhos que se gostaria de ter, à violência na família, etc. (ver Eurico Figueiredo, 2001, p. 63 e sgs.), relevam de uma adesão, ou compromisso moral, a favor de determinados princípios que ordenam a família como instituição da nossa sociedade (ou que a transformam e alteram...), de acordo com as práticas instituídas nessa esfera. Mas, como sublinhávamos antes, não se trata de uma adesão moral precedida do conhecimento das justificações legitimadoras das normas institucionais da família (para mantermos o exemplo) e do conhecimento da sua história, que frequentemente os actores desconhecem (embora exista sempre um aspecto cognitivo de conhecimento das instituições, das suas regras e procedimentos, dos seus mecanismos de controlo e de aspectos da sua história). Não consiste, também, numa adesão precedida de uma discussão intersubjectiva tendente a validar as significações normativas com base no uso de uma razão argumentativa (à J. Habermas). Isso consistiria na tentativa de encontrar um fundamento discursivo para as instituições, o mesmo é dizer em encontrar razões que fundamentassem e justificassem as pretensões normativas da ordem institucional. Ora, a adesão a uma ordem institucional e a um conjunto de valores é sempre já constituinte da vida social, porque é inerente às *formas de vida* duma sociedade. Captar essas formas de vida e a sua gramática, nas condutas das pessoas, e naquilo que dizem e defendem, permite pois compreender a adesão a valores, assim como as mudanças que neles se operam, nas práticas, nas crenças na própria ordem institucional.

Com isto pretendemos dizer que, embora os valores, sendo da esfera das convicções, suponham uma adesão ou crença em princípios, em sistemas abstractos e em instituições, na vida prática ligam-se aos usos que deles se faz, portanto às regras, às normas, aos deveres e às formas de vida, sendo em certo sentido eles próprios a expressão do modo como são vividos, compreendidos, justificados e sentidos nas actividades quotidianas, ou no “mundo da vida”. Isto significará também que os poderemos captar nos modos como a nossa adesão a um conjunto de valores se dá a observar e a descrever nas acções ou nas condutas, assim como nos discursos que construímos. Os valores são inerentes às atitudes, crenças, práticas aceites e condenadas, discursos e formas de vida.

Sendo a noção de valor polissémica, a que está presente (subjacente) na investigação de Eurico Figueiredo será a noção psicossociológica que corres-

ponde às representações imanentes e às representações construídas respeitantes à mentalidade de determinado grupo, ou às atitudes. Mas podemos igualmente utilizar como utensílio, ao longo da nossa leitura do estudo em causa, a concepção (por nós aqui defendida) que os princípios éticos e os valores são inerentes à esfera das acções e dos discursos. De acordo com uma elaboração mútua e recíproca: as práticas e os discursos actualizam os valores, no *uso* que deles fazem, ao mesmo tempo que os valores validam e dão sentido a essas práticas e discursos.

Passemos a uma apresentação da obra de Eurico Figueiredo, *Valores e gerações: anos 80 anos 90* (VG)²⁴, com referência a alguns dados relevantes e às conclusões a que o autor chegou.

2. “VALORES E GERAÇÕES: ANOS 80 ANOS 90”.

O estudo de Eurico Figueiredo sobre valores e gerações

É a indagar sobre valores que inspiram ou organizam as atitudes relativas a questões práticas da vida que Eurico Figueiredo consagra o seu esforço, inquirindo o que as pessoas pensam, defendem ou desejam. Não se trata, por isso, de desvendar um qualquer plano moral e ético subjacente às acções, às práticas de vida, às escolhas pessoais ou colectivas, ou às significações, nem se trata de apreender e descrever os valores que lhes estão incorporados e que lhes são inerentes, e por isso se manifestam nas realidades da vida quotidiana. O presente estudo dá-se antes como objectivo inquirir sobre atitudes e opiniões dos jovens e respectivos progenitores.

Nessa medida, o autor trata a pluralidade dos pontos de vista pelo prisma das gerações, dos grupos de pertença e da orientação política, centrando-se num universo de inquiridos que partilham uma história cultural comum. A partir da distinção das gerações dos jovens e dos progenitores, contempla géneros masculino e feminino dentro das gerações, décadas de 80 e de 90 dentro das gerações e das gerações e dos géneros em simultâneo, classes de pertença alta, média e baixa dentro das gerações, adicionando ulteriormente, com particular relevo e cuidado estudo, a perspectiva da orientação política dentro das gerações (estabelecendo então quatro sensibilidades políticas, definidas como: esquerda, centro-esquerda, centro-direita, direita).

Inquirir os jovens e seus progenitores permite-lhe apreender valores conflituais e valores consensuais, tendo contudo como “preocupação dominante, desde a primeira hora, descrever os valores diferenciais”, “dando conta ao longo da análise de quais valores se sobrepuseram a quais outros seus concorrentes” (VG, p. 319). A análise que nos é fornecida dedica-se, por isso, menos aos valores que se mantiveram constantes ou homogéneos – embora o autor previna que estes valores assumem, eventualmente, “carácter fundamental por

serem poucos variáveis” (VG, p. 319) –, sublinhando sobretudo as mudanças de valores.

Ao comparar os valores em uso nas gerações de 60, 80 e 90²⁵, Eurico Figueiredo esclarece-nos sobre os avanços e recuos de mentalidades. É assim que uma maior adesão aos valores da defesa do ambiente, do desenvolvimento científico e técnico marcam a actualidade, ao mesmo tempo que se constata um certo desinvestimento da família, vista segundo uma função reprodutora, e do casamento, entendido como realização dos cônjuges, tal como um enfraquecimento da participação política, verificando-se, como assinala o autor, “uma relativa degradação nas convicções democráticas das gerações em análise da década de 80 para a década de 90” (VG, p. 38).

A questão central, a que Eurico Figueiredo dedica parte do seu esforço, prende-se com a interrelação existente entre, por um lado, as transformações sociais e as mudanças de mentalidades verificadas e, por outro lado, as mudanças nos valores. Em Portugal, a revolução de 25 de Abril de 1974 e a instauração da democracia marcaram mudanças profundadas na sociedade portuguesa, o que se reflecte nas mentalidades, nas práticas, nas formas de vida e nas convicções; como o autor sublinha “valores e mudanças reais interpenetram-se constantemente” (VG, p. 28).

Nas áreas em que foi possível comparar os valores dos anos 80 em relação aos anos 60, é assinalada uma mudança significativa a nível dos valores da família, estatuto da mulher, sexualidade, mutação esta que assume carácter de conflito de valores entre as duas gerações em análise, no que respeita especificamente à posição perante as relações sexuais pré-matrimoniais na mulher. Esse afastamento entre jovens e progenitores esfuma-se nos anos 90, já que a permissividade em relação à sexualidade pré-conjugal, em relação às filhas, aumenta nos pais e diminui nos jovens.

Mudanças nos valores

“Os anos 80 são os anos da consolidação do regime, da adesão aos valores do progresso, da ciência, da importância da informação tecnológica e do consumismo de massas.” (VG, pp. 27-28). São, simultaneamente, os anos em que a preservação do ambiente não é tida em conta, verificando-se, na prática, “a descaracterização da paisagem rural e urbana”, devendo-se “a uma rápida e acrítica adesão a novos valores” (VG, p. 27).

Será, de facto, no pós-25 de Abril que a sociedade portuguesa adere à lógica do consumo, abrindo-se, ao mesmo tempo, aos valores técnico-científicos do progresso, à dispersão dos meios de comunicação massa, a uma urbanização desenfreada, etc., sem as preocupações ecológicas que surgirão na década seguinte. Nos anos 90, com efeito, o grande valor que sobe claramente nas duas gerações é o valor do ambiente, ao nível do “combate eficiente à

poluição”, constatando-se uma clara adesão aos valores da ciência e do ambiente, tal como a nítida percepção que é preciso “melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais”, em detrimento de lhes ser facilitada a emigração para as cidades (Resultados – anos 90: jovens: 85.5; progenitores: 93.0, VG, ver quadro p. 152), sendo, nessa linha de preocupação, valorizados o aumento da produtividade da agricultura e o desenvolvimento das pequenas cidades em detrimento das cidades mais importantes (VG, quadros p. 154).

É assim que a sociedade portuguesa, dentro desta esfera de cuidados e preocupações, como acontece (já acontecia) noutras sociedades, percepção os novos riscos (catástrofes ecológicas, SIDA, ingredientes tóxicos em alimentos, etc.), valorizando como preocupação para o futuro, ou como “causas por que vale a pena sacrifícios”, a “protecção da natureza” (não sendo o valor mais alto – já que as escolhas das duas gerações recaíram nos direitos humanos e paz –, é, no entanto, aquele que se encontra em ascensão: “protecção da natureza” – anos 80: jovens: 10.0; progenitores: 8.6; – anos 90: jovens: 16.3; progenitores: 17.6. VG, quadros p. 159). Também no que respeita aos “aspectos da vida que lhe interessam”, nos anos 90 observa-se uma subida dos valores “meio ambiente, natureza, ecologia” (nos jovens passou de 10.8, nos anos 80, para 15.3, nos anos 90; nos progenitores passou de 11.6, nos anos 80, para 18.1, nos anos 90. VG, quadros p. 161), situando-se em segundo lugar, a seguir a “problemas de sociedade”. Cremos que estas mudanças de valores, verificadas nos anos 90, resultam do reconhecimento dos riscos (ecológicos e sanitários) ligados à modernização, cuja consequência será, certamente, dominarem as principais preocupações²⁶.

Não admira, portanto, que o valor “cura de doenças perigosas” como “objectivo para o ano 2010” seja aquele que apresenta uma maior subida nos anos 90, quer para os progenitores (39.4) como para os jovens (33.9); nos anos 80, os jovens valorizaram mais o “fim da fome e pobreza” (26.8) e os progenitores “cura de doenças perigosas” (30.6), logo seguido do valor “fim da fome e pobreza” (29.3)²⁷ (VG, quadro pp. 136-137). O que leva Eurico Figueiredo a concluir que existe a tendência “para uma maior aproximação, nas nossas amostras, na passagem da década de 80 para a de 90, dos valores dos filhos e dos pais, quanto aos seus desejos para o futuro” (VG, p. 138).

Em termos de mudanças, é ainda de realçar que a mais significativa se situa na participação da mulher no ensino e no trabalho. Em contrapartida, o desinvestimento do casamento e da família, e o desinvestimento político aumentam.

Família

A aceitação do divórcio, maioritária nos jovens da geração de 80, torna-se também expressiva nos progenitores de 90, aproximando-os como valor partilhado nas duas gerações. Em relação aos fins do casamento, se nos anos 80 a “realização humana” dos cônjuges surge como escolha mais importante, sobretudo nos jovens, nos anos 90, “o auxílio mútuo entre os esposos” passou a ser

a opção mais relevante, tanto para os pais como para os filhos. Ao mesmo tempo, o casamento assim como a expectativa em relação ao número de filhos decrescem como valores. Aliás, nas diferentes gerações estudadas, de década para década, a expectativa quanto ao número de filhos baixa sempre; verificando-se mesmo que as jovens dos anos 90 “escolhem com relativo vigor “1 filho’ e, também, a curta distância percentual, ‘nenhum filho’” (VG, p. 89). Como o autor comenta, em função dos resultados obtidos, é de “prever o decréscimo de importância da instituição do casamento na sua forma actual, uma maior diversidade do tipo de organização familiar, um acréscimo do número de divórcios e uma diminuição do número de filhos” (VG, p. 33). Entretanto, as regras do casamento (indissolubilidade do casamento, deveres da maternidade, etc.) já sofreram alterações, não havendo hoje modelos ou valores únicos, mas uma diversidade de modelos (emprego, carreira, educação dos filhos, novo casamento e filhos integrando mais do que um lar com uma diferenciação nos modos de comportamento, etc.).

Das conclusões a que Eurico Figueiredo chega, inferimos que se a validade do modelo burguês nuclear de casal e família estará por muitos jovens posta em causa, tudo indica, contudo, que os jovens não pretendem conduzir uma vida desligada de ligações (de apoio mútuo, de fidelidade, de partilha)²⁸. Num mundo marcado pela *individualização do trabalho*²⁹ (em que, entre outros aspectos, cresce a “mão-de-obra contratada individualmente com base num mercado muito desregulamentado”³⁰), a família entendida como “auxílio mútuo entre os esposos” permite sentimentos de segurança e o bem-estar material. Daí que a maioria dos jovens não afaste a ideia de uma vida a dois, optando muitas vezes pela coabitação ou as “uniões livres”, não obstante os lares de pessoa única e o divórcio aumentarem.

Ao nível do que “é mais importante na vida”, o valor “as relações com a família” é escolhido, em primeiro lugar, pelos progenitores dos anos 80 e dos anos 90, enquanto os jovens dos anos 80 e dos anos 90 valorizam “o bem estar interior consigo próprio” (67.7 e 29.4 respectivamente). É de assinalar que, apesar de tudo, o valor das relações com a família perdeu uma ligeira importância na geração dos progenitores dos anos 90, por relação aos dos anos 80 (desceu de 43.4 para 38.0). Aumentou, em contrapartida, “as relações com colegas e amigos”, nos progenitores dos anos 90, numa subida muito significativa (de 0.7 passou para 21.6), no que foram acompanhados pelos jovens que, em relação aos jovens dos anos 80, também valorizam mais, agora, “as relações com colegas e amigos” (de 0.2 passou para 26.1) (VG, quadros pp. 92-93). Entendemos que estes valores confirmam a adesão contemporânea aos grupos de interesses e estilos de vida afins, em detrimento da organização da vida em torno da família (e do parentesco).

Como sustenta Lash (2000), o declínio das instituições resulta dos “intercâmbios socioculturais” se estarem a processar cada vez de forma mais inten-

siva e extensiva fora das instituições e organizações, no círculo dos grupos de afinidades de estilos de vida:

“Na esfera privada, o intercâmbio semântico carregado afectivamente desliga-se das expectativas normativas da família e da comunidade e desinstitucionaliza-se nas relações puras – de relações amorosas a grupos de afinidades de estilos de vida” (Lash, 2000, p. 202).

A esta desinstitucionalização da família liga-se a maior presença da mulher no mundo do trabalho, sendo que o valor da mulher aceder ao trabalho é defendido nos anos 80 e 90. No tema do trabalho feminino, “ter emprego toda a vida como o homem” é a opção maioritariamente valorizada pelos jovens e pelos progenitores (nos anos 80: 80.7 e 37.0, respectivamente; na década de 90: 71.5 e 46.8 respectivamente, podendo mais uma vez aqui observar-se que os valores das duas gerações se aproximam) (VG, quadros p. 82).

Estará em germe uma recomposição da família sob formas igualitárias, na medida em que as estruturas familiares tradicionais entram em crise e os homens parecem estar prontos a desistir de privilégios, para trabalharem ao lado das mulheres, participarem na educação dos filhos, e encontrarem novas formas de amar e viver em conjunto.

O valor do trabalho

O direito da mulher aceder ao trabalho é, como acabamos de ver, valorizado nos anos 80 e 90, em contraste com atitude contrária na década de 60, embora se verifique uma certa quebra de entusiasmo, por parte dos jovens dos anos 90, no valor da mulher “ter emprego toda a vida como o homem”.

Ora um dos aspectos que marcam as sociedades modernas é o terem-se tornado sociedades de trabalho, ou sociedades nas quais o trabalho se tornou central. Donde, a perda do trabalho significa a exclusão social e a perda de identidade, passando-se à categoria daquele que é definido e identificado pela ausência ou pela falta, logo em termos negativos por aquilo que não é ou não tem (desempregado, sem-abrigo). Não admira portanto que, para os jovens dos anos 90, o objectivo “a atingir nos próximos 10 a 15 anos” mais valorizado seja “garantir o emprego pleno” (25.2) (já para os progenitores, a opção seleccionada prende-se com a necessidade de segurança, ou seja, “manter a ordem no país: 27.0) (VG, quadro p. 139).

Já Hannah Arendt considerara que a era moderna passou a operar sob o pressuposto da racionalidade, em que o trabalho passou a ser fonte de todos os valores (sendo “o animal *laborans*” elevado à posição tradicionalmente ocupada pelo “animal *rationale*”). Não admira, por isso, que o trabalho seja visto como “meio de realização pessoal” e não somente como “meio de satisfação de necessidades económicas”. Nos anos 90, Eurico Figueiredo dá conta que o tra-

balho é encarado como “meio de realização pessoal” pela geração dos progenitores e jovens do sexo feminino, enquanto os jovens do sexo masculino valorizam o trabalho como “meio de satisfação de necessidades económicas”. Sendo que o valor do trabalho como meio de realização pessoal é mais acentuado nas classes altas, nas duas gerações.

Política

Nos anos 90, assiste-se a “uma quebra no apoio à democracia política, à construção europeia e reforço das opções revolucionárias” (VG, pp. 38-39). A par desses elementos observa-se “algum desencanto pelas opções centrais do espectro político nacional” (VG, p. 39), que se ligará, segundo o autor, a uma quebra de confiança nos partidos políticos; sendo que a proximidade ao partido político é maior nos jovens e progenitores à esquerda e à direita, e, em geral, apresentou uma subida nos anos 90 (“muito ligado”: 1.7, jovens anos 80; 3.5, progenitores, anos 80; 11.4, jovens anos 90; 9.1, progenitores anos 90), embora “sobretudo simpatizante” (58.5, jovens anos 80; 71.5, progenitores, anos 80; 48.9, jovens anos 90; 54.8, progenitores anos 90) e “sem proximidade a nenhum” (33.1, jovens anos 80; 15.7, progenitores, anos 80; 25.3, jovens anos 90; 24.7, progenitores anos 90) sejam claramente os valores mais elevados, o que será certamente o resultado expressivo do desinvestimento da vida pública que caracteriza a nossa actualidade (VG, quadros p. 107). O que marca a vida política será ainda a dispersão do voto nos anos 90, nas duas gerações e sexos (VG, quadros p. 104).

Eurico Figueiredo dá conta de uma ligeira ou “relativa degradação nas convicções democráticas” (VG, p. 113) das gerações de 80 para as de 90 (VG, quadros p. 109 e p. 112); à qual, em parte, se poderá associar, uma ligeira descida na adesão aos valores do Estado de direito, a qual se verifica nos jovens das classes altas. Enquanto os jovens dos anos 80 privilegiavam os direitos e as liberdades os progenitores, por seu lado, revelavam uma maior adesão à ordem social e a objectivos sociais: paz, luta contra a miséria, cura de doenças perigosas.

Instituições e modos de vida

Uma opinião negativa do desempenho policial e da qualidade do sistema prisional é própria das duas gerações dos anos 90 (VG, quadros p. 120 e pp. 123-124, respectivamente), tal como se assiste a uma relativa desqualificação das instituições de ensino (“o ensino tal como está interessa a poucos” é a opção mais valorizada a seguir a “prolongar ao máximo a escolaridade obrigatória”; VG, quadros pp. 134-135). Esta quebra da confiança em determinadas instituições (polícia, sistema prisional, escola), não será contrária a uma necessidade de segurança e de normalidade social, que se expressa na valorização da atitude preventiva em relação à marginalidade: crime, álcool, droga e prostituição (nas gerações de 80 e 90). As atitudes preventiva e repressiva face à crimi-

nalidade, e as atitudes preventiva e terapêutica face ao alcoolismo, droga e prostituição são relevantes nos anos 90 (embora, no que respeita à prostituição, os progenitores valorizem, a seguir à atitude preventiva, a repressiva [sobretudo da parte dos progenitores da direita], a atitude face à marginalidade é repressiva) (VG, quadros p. 128-129). Já em relação à toxicod dependência é valorizada a atitude proibicionista (VG, quadro p. 132).

Nos jovens de 90, é defendida a importância da ciência e da técnica (jovens: 15.7; progenitores: 16.4), da economia e política (jovens: 16.9; progenitores: 17.7), como vias para a resolução da crise de civilização. Sendo de realçar que a ciência e a técnica, a economia e a política são a via escolhida pelos progenitores de esquerda para ultrapassar a “crise de civilização”, seguidos em parte pelos jovens de esquerda, enquanto a renovação espiritual foi a opção mais escolhida, pelas duas gerações, o que poderá ser entendido como necessidade de referências (mencionada por nós no início), ou uma certa necessidade de retorno a valores espirituais (a resolução da “crise de civilização” pela renovação espiritual e moral conta com a seguinte adesão: nos anos 80: jovens: 62.7; progenitores: 61.9; nos anos 90: jovens: 45.0; progenitores: 48.2; note-se que, embora decrescendo nos anos 90, continua a ser, de todas as opções, a mais valorizada; VG, quadro pp. 150-151).

Do mesmo modo, a perseguição de valores humanistas revela-se como valor fundamental: à questão das causas por que vale a pena aceitar sacrifícios, a escolha maioritária das duas gerações recaiu pelos direitos humanos e liberdade, e pela paz. Porém, nos jovens das classes médias e baixas há uma certa tendência para valorizarem a luta contra a miséria.

A par dos valores humanistas universais revela-se o culto do eu, estando em primeiro lugar, como “o que é mais importante na vida”, o valor do “bem estar interior consigo próprio”, nos jovens dos anos 80 e dos anos 90, como expusemos atrás, embora nestes últimos “as relações com colegas e amigos” tenha subido, o que confirmará a adesão contemporânea aos grupos de interesses e estilos de vida afins (VG, quadros pp. 92-93). Não admirará, portanto, que ao nível das “formas de viver dos jovens”, a escolha por parte dos jovens dos anos 90 recaia sobre “viver com outros jovens” (48.8); seguindo-se “viver sós” (24.3) e “viver em casa dos pais”: (18.8) (VG, quadro p. 101).

3. PARA CONCLUIR

Dir-se-ia que o homem moderno, confiante na civilização, no progresso e no conhecimento científico e técnico, está a ser substituído por um homem mais flexível, preocupado consigo e com o seu bem-estar, mas também preocupado com os outros (de acordo, ao mesmo tempo, com uma *ética individualista* e uma *ética universalista*). Daí que o trabalho seja visto como “meio de realização pessoal”, enquanto as causas pelas quais vale a pena fazer sacrifícios

sejam, para todos, nos anos 90, a paz, seguindo-se os direitos do homem, para os jovens, e a luta contra a miséria, para os progenitores. Os “aspectos da vida que lhe interessam”, mais valorizados, são os problemas de sociedade, seguindo-se meio ambiente, natureza, ecologia. Trata-se, portanto, de um homem preocupado com o mundo, com os outros e com o meio ambiente, graças à *nova moral ecológica*.

A via escolhida para vencer a crise de civilização é a “renovação espiritual e moral”, que ultrapassa quer a via económica e política, quer a opção pela ciência e pela técnica. O que revela uma ligeira desconfiança na ideia moderna do progresso, assente na valorização da inovação científico-tecnológica ligada à ideia de um futuro melhor. Isto significa que estaremos a sair da “*situação de excepção*” em que se colocaram os modernos.

São estas conclusões que nos permitem supor, de acordo com o que avançamos no início, que se hoje se verifica um enfraquecimento dos valores tradicionais, existe, por outro lado, uma necessidade de referências, que estará bem expressa numa sociedade que, não abdicando de valores fundamentais, sustenta a convicção de que a crise de civilização poderá ser superada pela “renovação espiritual e moral”, e elege os direitos do homem como uma causa pela qual vale a pena sacrificar-se.

NOTAS

- ¹ Declínio ou mesmo rejeição de valores que, como defende Lyotard (1989), se liga a um descrédito contemporâneo nas “grandes narrativas” fundadoras.
- ² O capitalismo, com a produção em série e o sistema de crédito, tornou possível o consumo de massa. O crédito, a publicidade, os *mass media*, a moda, sustentam a cultura e o consumo de massa. Hoje, o capitalismo avançado liga-se a uma nova sociedade, pós-industrial, segundo a expressão de Bell (1976, *O advento da sociedade pós-industrial*), que já não está assente predominantemente na produção em série de mercadorias industriais e na classe operária, mas no desenvolvimento tecnológico e económico, no primado do saber técnico-científico e na classe especializada dos “profissionais e técnicos”.
- ³ As instituições das sociedades tradicionais, segundo S. Lash (2000, p. 109), são comunais (os laços comunais unem o *nós*, com base em *significados partilhados*), enquanto as instituições modernas são colectivas, o que significa que os laços comunais foram quebrados e que o anonimato, a impessoalidade das relações sociais, a atomização dos indivíduos e a individualização se impuseram. O que une as entidades colectivas são os *interesses* partilhados.
- ⁴ “Foi esta avançada individualização da segunda fase, reflexiva, da modernidade que também libertou os indivíduos destas estruturas abstractas e colectivas tais como a classe, a nação, a família nuclear e a crença incondicional na validade da ciência. Assim, a modernização reflexiva só é atingida com a crise da família nuclear e a auto-organização de histórias de vida, com o declínio da influência das estruturas de classe sobre os agentes – no comportamento de voto, nos padrões de consumo, na afiliação sindical, com a destituição da produção restringida por regras através da flexibilidade no trabalho e com a nova desconfiança ecológica e a crítica da ciência institucionalizada.” (S. Lash, 2000, p. 110).
- ⁵ G. Lipovetsky (1983), na sequência de D. Bell (1979), aponta como características do pós-

- modernismo a democratização do consumo e a personalização da lógica de consumo; a uniformização dos comportamentos, por um lado, e a diversificação das condutas e singularidades que se acentuam, por outro; um processo de personalização generalizado e o narcisismo.
- 6 A autonomia encontra-se na valorização do indivíduo (em nome dos valores da filosofia liberal e da modernidade), assim como se exerce em relação à esfera parental, à livre circulação, à difusão dos saberes, ao facto dos indivíduos se assumirem a si próprios e aos seus problemas, à capacidade de decisão, ao culto de valores afectivos como a intimidade, a familiaridade, etc. Hoje, a autonomia é ainda reforçada nos sistemas democráticos em que as hierarquias burocráticas estão a ceder o lugar a sistemas de autoridade mais flexíveis e descentralizados.
- 7 Fukuyama (2000) refere-se ao individualismo moral, considerando que “a essência da mudança nos valores que está no cerne da Grande Ruptura é, pois, a ascensão do individualismo moral e a consequente miniaturização da sociedade” (ibid., p. 141).
- 8 Trata-se de encarar o relativismo da moral em relação ao universalismo da ética. Na medida em que, enquanto a moral rege a relação com o outro, é colectiva, é a regra da vida em comum numa comunidade, sustentando-se em leis e imperativos que definem o que é da ordem do bem e do mal, a ética rege o pensamento pessoal e a vida do Homem, e coloca as grandes questões fundamentais, investigando os princípios.
- 9 Na actualidade, diversas ONG (organizações não governamentais tais como Oxfam, Médicos sem fronteiras, Caritas, etc.) praticam e difundem os valores da solidariedade e da fraternidade, criando novas formas de cidadania. É assim que o trabalho centrado sobre outrem (o voluntariado) e o trabalho que “visa o outro” (F. Dubet, 2002), que visa a sua transformação (o ensino, o trabalho social, a saúde...) e que é entendido como trabalho ético, tendem a alarga-se a esferas várias da vida.
- 10 Max Weber distinguia a ética da convicção (respeito dos valores, quaisquer que sejam as consequências) da ética da responsabilidade (ter em conta as consequências dos seus actos). Ao relativismo dos valores individuais contrapunha assim a “responsabilidade” do actor individual, como contrapeso da liberdade de escolha.
- 11 Em termos morais, e não especificamente jurídicos (primeira acepção do termo responsabilidade), a ética da responsabilidade organiza-se em torno da obrigação de suportar as consequências dos seus actos.
Ver Ricoeur, 1969, 1995.
- 12 Lipovetsky (1983) considera que, na era pós-moderna, se acentua um dos vectores já contidos na modernidade, o processo de personalização, com a redução de uma outra tendência, que é o processo disciplinar (os valores fundados sobre a exaltação do eu substituem os valores burgueses do trabalho, da poupança, do puritanismo e da moderação). É assim que, segundo o autor, se assiste ao predomínio do individual sobre o universal, do psicológico sobre o ideológico, da comunicação sobre a politização, da diversidade sobre a homogeneidade, da permissividade sobre a coercitividade.
- 13 Muitas vezes partindo de indivíduos “deslocalizados”, que se encontram fora de seus ambientes e/ou países de origem, ou que sofrem de exclusão social e económica, e criam redes informais de troca de informação e solidariedade.
- 14 Lipovetsky (1983) destaca, nas sociedades modernas, três ordens discordantes, fundadas sobre lógicas antinómicas: a lógica da eficácia, que preside ao domínio técnico-económico; a lógica da igualdade, que organiza o sistema político, regendo a esfera do poder e da justiça social; a lógica do hedonismo que rege o domínio da cultura.
- 15 Tanto para Beck (2000) como para Giddens (2000), a reflexividade institucional supõe a confiança nas instituições, graças à responsabilidade, obrigações e legitimidade destas; assim como supõe, por parte dos actores sociais, a apropriação dos conhecimentos periciais (saberes técnico-científicos especializados) nos contextos práticos da vida quotidiana.
- 16 “Em todo o planeta, os núcleos consolidados de direcções económica, política e cultural

- estão integrados na Internet. (...) No essencial, isto significa que a Internet constitui já, e sê-lo-á cada vez mais, o meio de comunicação e de relação fundamental no qual assenta uma nova forma de sociedade já existente e que denomino de sociedade em rede.” (M. Castells, 2002, p. 83).
- 17 Habermas (1992), admitindo um modelo pluralista de espaços públicos, considera que estes espaços públicos plurais e inacabados, de fronteiras permeáveis, cruzam-se entre si e remetem para um espaço público global.
- 18 Beck (2000) considera que a individualização e a globalização estão contidas no processo de modernização reflexiva: “a “individualização” significa a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a obrigação de encontrar e inventar novas certezas para si próprio e para os outros. Mas, também significa novas interdependências, algumas delas globais. A individualização e a globalização são, de facto, duas faces do mesmo processo de modernização reflexiva” (ibid., p. 14).
- 19 São conhecidas as tentativas de Karl-Otto Apel, J. Habermas, A. Wellmer e outros, de construção de uma ética universalista baseada numa racionalidade comunicacional.
- 20 Os juízos sobre a validade e a normatividade das acções são juízos de valor. Pelo juízo o indivíduo é capaz de decidir do bem e do mal, do belo e do feio, do justo e do injusto.
- 21 Max Weber (1921) distingue a “racionalidade por relação aos valores” (*Wertrationalität*) da “racionalidade por relação a um fim” ou racionalidade teleológica (*Zweckrationalität*), consistindo, a primeira, numa racionalidade axiológica assente na orientação da acção segundo valores, o que supõe que o actor age de acordo com a ideia do que é moralmente aceitável (*ética de convicção*).
- 22 Como a propósito observa Descombes (1996, p. 93): “É preciso compreender qualquer coisa da forma de vida de um ser para apreender a postura das suas posições. A expressão forma de vida deve aqui evocar ao mesmo tempo um fundo psicológico de necessidades, de desejos, de reacções naturais e um fundo histórico de instituições e de costumes”.
- 23 O que será dizer que o pano de fundo cognitivo e moral ou normativo permite-nos ver, falar e agir. Jayyusi (1984), que fala do “*sociological turn*” na investigação sociológica, considera que foi Wittgenstein quem abriu a via à possibilidade de se relacionar ou pôr em conjunto o lógico, o normativo e o prático no mesmo “círculo de inteligibilidade”.
- 24 A partir daqui, a referência à obra: *Valores e gerações: anos 80 anos 90* (2001, Lisboa: ISPA) será a seguinte: VG.
- 25 Numa obra anterior, *Conflito de gerações, conflito de valores* (1988, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian), foram colocados em confronto os valores de duas gerações dos anos 60 e 80.
- 26 Como alega Beck (2001, p. 157), “na modernidade avançada, estes riscos esvaziaram do seu conteúdo a estrutura interna da sociedade industrial – classes sociais, formas familiares, estatuto sexual, casal, parentesco, profissão – e os princípios de existência de base que estavam inscritos nesta estrutura. (...) A soma dos riscos e das incertezas, o seu reforço ou neutralização recíproca – constituem a dinâmica social e política da sociedade do risco”.
- 27 Também nos anos 90, o “fim da fome e pobreza” foi o segundo valor escolhido: 20.3, jovens; 24.8, progenitores.
- 28 Como observa U. Beck (2001, p. 222) “o desejo de uma relação estável ocupa ainda hoje o primeiro plano, ‘na prática, a fidelidade parece muitas vezes evidente – sem no entanto estar ligada às legitimações e aos constrangimentos oficiais que emanam do direito e da moral da Igreja’ (K. Allerbeck, W. Hoag, p. 105). Trata-se portanto duma evolução ambígua. Não se pode responder à questão muito discutida de saber se o casal e a família são noções que pertencem a uma época passada senão *por um sim-não muito claro*.”
- 29 Cf. Castells, 2003, pp. 83-84.
- 30 Ibid., p. 83.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah (1983), *La condition de l'homme moderne*, Paris: Calmann-Levy.
- ARAÚJO, Luís (2000), *Sob o signo da ética*, Lisboa: Granito.
- ARISTÓTELES (1990), *Éthique à Nicomaque*. Paris: Vrin.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (2000), *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*, Oeiras: Celta.
- BECK, U. (2000), "A reinvenção da política", in BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S., *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*, Oeiras: Celta.
- BECK, U. (2001), *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*, Paris: Flammarion.
- BELL, D. (1979), *Les contradictions culturelles du capitalisme*, Paris: PUF.
- CASTELLS, M. (2002), *A era da informação: Economia, Sociedade e cultura. A sociedade em rede*. Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2003), *A era da informação: Economia, Sociedade e cultura. O fim do Milénio*. Vol. 3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2003), "A Internet e a sociedade em rede", In *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n.º 2, Lisboa: ISCTE / Ed. Notícias, pp. 83-94.
- DESCOMBES, Vincent (1996), *Les Institutions du Sens*, Paris: Minuit.
- DUBET, François (2002), *Le déclin de l'institution*, Paris: Éd. du Seuil.
- FIGUEIREDO, Eurico (2001), *Valores e Gerações: anos 80 anos 90*, Lisboa: ISPA.
- FUKUYAMA, Francis (2000), *A Grande Ruptura*, Lisboa: Quetzal ed.
- GIDDENS, A (2000), "Viver numa sociedade pós-tradicional", in BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S., *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*, Oeiras: Celta.
- (2002), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta.
- GOFFMAN, E. (1974), *Les Rites d'Interaction*, Paris: Minuit.
- HABERMAS, Jürgen (1986), *L'Espace Public*, Paris: Payot.
- (1987), *Théorie de l'Agir Communicationnel*, t. 1 e 2, Paris: Fayard.
- (1992), "L'espace public, 30 ans après", *Quaderni*, n.º 18, pp. 161-191.
- JAYYUSI, Lena, (1984), *Categorization and the moral order*, Routledge & Kegan Paul.
- LANÇA, Isabel Babo (2004), "O caso da Casa Pia de Lisboa. Configuração de um problema público", *Revista Psiconomia* 1, pp. 149-176.
- (2005), "Confiança e Democracia", *Revista População e Sociedade*, 11, Desafios da democratização no mundo global, CEPESE, Porto: Edições Afrontamento, pp. 59-76.
- LASH, S. (2000), "A reflexividade e os seus duplos", in BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S., *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*, Oeiras: Celta.
- LIPOVETSKY, G. (1983), *L'ère du vide. Essais sur l'individualisme contemporain*, Paris: Gallimard.
- LYOTARD, J. F. (1986), *O pós-moderno*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- LUHMANN, N. (2001), "Confiance e familiarité. Problèmes et alternatives" in *Réseaux*, n.º 108, pp. 15-35.
- QUÉRÉ, L. (2001), "La structure cognitive et normative de la confiance", in *Réseaux*, n.º 108, pp. 125-152.
- (2003), "Confiance et engagement", in Symposium sur *La structure cognitive de la confiance*, EHESS, Paris, ms.
- RESWEBER, Jean-Paul (2002), *A filosofia dos valores*, Coimbra: Almedina.
- RICOEUR, P. (1969), *Le conflit des interprétations. Essais d'herméneutique*, Paris: Seuil.
- (1995), *Le juste*, Paris: Esprit/ Le Seuil.
- SELIGMAN, A. B. (2001), "Complexité du rôle, risque et emergence de la confiance", in *Réseaux* n.º 108, pp. 37-61.
- SIMMEL, G. (1999), *Sociologie*, Paris: PUF.

- TASSIN, Étienne, (1992), “Espace commun ou espace public? L’antagonisme de la communauté et de la publicité”, in *Hermès* n.º 10, CNRS, pp. 23-37,
- (1995), “La visibilité de l’action politique”, in I. Joséph (ed.), *Prendre Place. Espace public et culture dramatique*, Paris: Éditions Recherches.
- WEBER Max, (1971), *Économie et société* [1921], Paris: Plon.
- WITTGENSTEIN, Ludwig, (1961), *Investigations philosophiques*, Paris: Gallimard.

SENTIMENTO DE IMORTALIDADE SIMBÓLICA E ANSIEDADE PERANTE A MORTE EM TOXICODEPENDENTES

*Carlos Amaral Dias
Luís Manuel Jesus Loureiro*

O conceito de imortalidade simbólica foi teorizado pelo psiquiatra americano Robert Jay Lifton. Em Portugal, o pioneiro do estudo da imortalidade simbólica foi o psiquiatra Eurico Figueiredo, em 1993. Segundo Lifton, este conceito reflecte a tendência universal para a manutenção de um sentimento interno e contínuo de relação simbólica ao longo do tempo e do espaço com vários elementos da vida (LIFTON, 1973).

O sentimento de imortalidade simbólica relaciona-se com a preservação da espécie, onde se joga a sobrevivência (FIGUEIREDO, 1993); fazendo parte do pacto de projecção com o futuro em forma de comunhão, onde o homem reduz a angústia que a perspectiva de morte lhe provoca. Não se trata apenas de um projecto individual, mas faz parte do processo de socialização, das famílias e grupos, como no projecto histórico colectivo (sociedade). Assume-se como a procura de um sentido para a vida, inscrevendo-se tanto na esperança no futuro, na manutenção da cultura e dos saberes adquiridos pela espécie humana, como no absurdo da própria existência humana.

A função simbólica da imortalidade, no seu sentido mais imediato, apresenta um forte complemento de equilíbrio vital para os indivíduos e grupos, perante a ideia da morte, e engloba uma função pedagógica, no sentido de uma procura constante do equilíbrio psicossocial fundada na esperança e na imaginação centrada na figura humana.

É este o sentido da imortalidade que nos faz reconhecer mortais e nos faz compreender o devir da história e da própria condição humana. “Apresenta-se como um corolário do conhecimento da morte e reflecte uma procura universal compulsiva da continuidade simbólica com os que nos deixaram e que virão depois da nossa finita vida individual (FIGUEIREDO, 1993). Esta procura é central ao projecto humano (LIFTON, 1976).

De acordo com Lifton, estas necessidades podem ser expressas de diferentes formas, de acordo com as necessidades individuais e os espectros sociais e culturais onde se desenvolve, certo que estão presentes em todas as pessoas. Lifton designa o sentimento de imortalidade simbólica como cinco modos, nomeadamente, modo biológico, modo criativo, modo religioso, modo contacto com a natureza e modo experiência transcendental.

O modo biológico diz respeito a esse sentimento alargado que o indivíduo estabelece com a família, não só no sentido de linhagem genética directa, mas na longa corrente das relações humanas familiares, significando a necessidade do indivíduo preservar e manter a sua espécie através das gerações. Figueiredo (1993) afirma que o próprio Lifton criticou o simplismo desta noção, dizendo que mais deveria chamar-se “imortalidade biossocial”, dando-lhe um campo mais abrangente que apenas o familiar, incluindo as relações de trabalho, de vizinhança. Esta imortalidade estará na base dos processos de cooperação e estigmatização entre grupos, num fenómeno de representação social e estende-se às diversas relações sociais que o indivíduo mantém, uma vez que o indivíduo está desde o momento em que nasce exposto a este tipo de relações.

A segunda forma de imortalidade simbólica, modo criativo, poder-se-á revelar pela produção material, intelectual, invenção (FIGUEIREDO, 1993). A produção criativa, contrária à imitação, terá o efeito de deixar algo para além da morte, na memória e na recordação dos outros indivíduos com os quais se relacionou, ou seja, a transitoriedade da existência é suportada pela produção criativa, que dá sentido à própria existência e permite ao indivíduo a realização individual. Todo o indivíduo é impelido a criar e a produzir dentro do seu âmbito de especialidade, seja como poeta, pintor, trabalhador, etc.

O modo religioso: “desde sempre as religiões estiveram no cerne da preocupação do homem com a imortalidade” (FIGUEIREDO, 1993, pág. 43). Justifica-se que o tema da morte e da imortalidade esteja ligado então ao fenómeno religioso. A relação do homem com a divindade é explicada pelos fenómenos externos compartilhados e institucionalizados, como a linguagem, as cerimónias, os sacrifícios, dentro de cada comunidade. As crenças religiosas incluem a noção de que a morte pode trazer a paz e harmonia com Deus, ou a plenitude com o universo.

A quarta forma de imortalidade, modo continuidade com a natureza, designa um sentimento de continuidade e comunhão com a natureza. Esta forma genérica de expressão assume expressões notáveis na religião hindu e nas culturas orientais e nas últimas décadas tem sido ressuscitada pela consciência e preocupação ecológicas, relativa à destruição progressiva e acelerada do planeta. “A tomada de consciência dos problemas relacionados com o meio ambiente tem aumentado a um ritmo vertiginoso. Ainda há poucas décadas estes apenas preocupavam uma minoria de cientistas e políticos” (FIGUEIREDO, 1993, pág. 41). Lifton apresenta esta continuidade como a capacidade que o indivíduo tem de se relacionar com natureza, com as sensações que acredita serem de paz interior e tranquilidade, de realização espiritual neste contacto.

O último modo, experiência transcendental, o indivíduo é impelido, dependendo do seu estado psicológico, a ultrapassar os limites do viver quotidiano. Este modo é radicalmente diferente dos outros, como que uma antítese dos outros modos. Este modo pode ocorrer através da música, dança, atletismo, sexo. Como experiência psicológica, esta experiência pode ocorrer em relação

com os outros quatro modos de imortalidade simbólica e de facto pode ser fundamental para integrar qualquer um deles na nossa própria vida.

O modo experiência transcendental implica a procura de actividades intensas e agradáveis e pode ocorrer em qualquer uma das outras formas, manifestando-se por um sentimento de existência no espaço e no tempo, podendo conduzir ao êxtase, mas enquanto os outros modos se reportam às conexões do self com o passado ou o futuro, este modo enfatiza a dissolução do Self e está centrado no aqui e agora.

Estas necessidades de imortalidade simbólica explicam o relacionamento entre gerações ao longo do tempo passado e futuro, a transmissão do saber e dos valores, fulcral no processo de socialização, produção e transmissão de bens materiais e espirituais. O homem é na criação o ser que mais consciência tem da sua morte. O aniquilamento total está à vista da sua consciência diária.

Lifton engloba este desejo de imortalidade simbólica como radicando na ansiedade provocada pela perspectiva da morte (LIFTON, 1973). A ansiedade perante a morte é traduzida pela sensação de desconforto perante a morte e o morrer, assente nas dimensões de desconhecido, sofrimento, solidão e extinção pessoal e esta perspectiva antecipatória da morte do próprio está associada aos aspectos:

- pessoal: medo da auto-aniquilação;
- interpessoal: ao nível do grupo mais restrito, a família, grupo de amigos;
- transpessoais: no sentido de culpa e castigo no pós morte, ligado a aspectos religiosos e crenças pessoais (CONTE & WEINER, 1982).

O CAMPO DAS PATOLOGIAS DO CONSUMO – OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO

A ansiedade perante a morte e o sentimento de imortalidade simbólica, operacionalizados no contexto das patologias do consumo, emergem associados ao carácter auto-destrutivo do comportamento dos toxicodependentes comparativamente a outros indivíduos (CHARLES-NICOLAS, 1981a, 1984; 1987; CHARLES-NICOLAS, VALEUR. & TONNELIER, 1982a ; 1982b; CHARLES-NICOLAS & COGUIC, 1984; STANTON; TODD *et al.*, 1994), como às graves complicações médicas (seropositividade ao HIV, hepatites crónicas, outros distúrbios orgânicos pejorativos) que fazem pairar a sombra da morte e a eventualidade de um fim próximo num vivido depressivo (DIAS, 1979; 1980; 1991a; 1991b) que fere de precariedade, logo de ineficácia potencial, o relacionamento (superficial) que estabelecem com os actores sociais e as instituições que os acolhem.

A afirmação das patologias mais comuns nos toxicodependentes, nomeadamente as depressões, perturbações de narcisismo, o síndrome borderline, as problemáticas da adolescência, a depressividade, enfim um vasto conjunto de

estruturas mentais que vão da neurose à psicose (DIAS, 1979; DIAS & VICENTE, 1984; DIAS; 1991), contribuíram para um conjunto significativo de estudos nos últimos anos, que revelaram entre outros aspectos que os toxicodependentes “tendem a encarar a morte de forma mais positiva que os seus pares e expressam mais frequentemente desejo de morte que outros doentes psiquiátricos” (STANTON & TODD *et al.*, 1994, pág. 35).

CHARLES-NICOLAS (1991) refere o risco de morte como uma constante nesta população. O mesmo autor introduz o conceito de “comportamento ordálico” em analogia com os rituais de alguns povos “primitivos”, em que as cerimónias iniciáticas e os ritos de passagem envolviam directamente um risco de morte. É nesse sentido que aplica o conceito a um conjunto de comportamentos, entre os quais a toxicoddependência, que aparecem na adolescência como formas “experimentais” de passagem envolvendo por isso um elevado risco suicidário.

VALLEUR (1987) refere que os toxicodependentes têm consciência do risco que correm na sua vida diária, mas esses comportamentos estão interiorizados e são aceites como factos correntes. Os comportamentos ordálicos tratam-se pois de uma disfração psicopatológica da ordália e numa das suas componentes levam o indivíduo ao risco sério de morte. As provas subsequentes exigidas por estas condutas levam o indivíduo a submeter-se novamente à prova (CHARLES-NICOLAS, 1984), apesar de, como refere este autor, elas existirem em qualquer pessoa, especialmente na adolescência, o que distingue o consumo do não consumo, neste tipo de conduta, é o risco de morte e o progressivo carácter repetitivo (efeito de nova prova).

ASSEDO (1990) refere neste sentido que “a morte real não é procurada ou desejada enquanto tal (...) o sujeito põe todo o seu ser em perigo de morte, porque a luta para lhe escapar, dá-lhe uma confirmação da realidade da própria existência” (pág. 126), tornando-se numa “armadilha repetitiva” (VALLEUR, 1987), apesar de, como refere Charles-Nicolas, “as condutas toxicómanas sendo minadas pela autodestruição, têm por objectivo a vida” (CHARLES-NICOLAS & COGUIC, 1984, pág. 50). Esta “viagem” empreendida para escapar à morte (na espectacular sociedade) confina com a morte (a toxicidade que se exerce sobre o corpo físico, a letalidade eminente).

Esbate-se a diferença entre o suicídio (numa fuga à morte exterior) e o acidente (na procura da morte individual): “a decisão pode decorrer de uma diferença de dose” (VIEIRA, 1978, pág. 41). O indivíduo procura pois “ultrapassar os limites do seu ser e arrisca a perda de si, a explosão da sua identidade” (ASSEDO, 1990, pág. 126).

Alguns autores referem esta necessidade inerente de experimentar o risco, ou seja esta relação com a morte, remontando aos primórdios da vida psíquica, na relação mãe-filho.

Esta conduta serve como exorcização de feridas antigas, mostrando que mais do que medo da morte estes indivíduos têm medo da ameaça da morte psíquica (ASSEDO, 1990). Esta relação mãe-filho levar-nos-ia inevitavelmente

para a clássica discussão da família dos indivíduos (CHARLES-NICOLAS, 1987; DIAS, 1980; STERNSSCHUSS & ANGEL, 1984).

Neste sentido, alguns estudos parecem indiciar uma associação entre o início do consumo e as perdas familiares nas famílias de toxicodpendentes (STANTOM & TODD *et al.*, 1994; 1989). Os toxicodpendentes parecem revelar uma negação e indefinição das emoções no que se refere à família e ao próprio meio. Esta indefinição de emoções tem a ver com os sintomas de desordens psicossomáticos e podem ser caracterizadas por uma dificuldade de identificação e caracterização dos sentimentos, constrangimento dos processos imaginativos, pobreza de fantasias e por um estilo cognitivo utilitarista orientado para objectos externos (DIAS, 1979; 1991a; 1991b)

ESTUDO EMPÍRICO

METODOLOGIA

Desenho de investigação:

Neste estudo procurámos olhar de forma compreensiva se o comportamento aditivo pode indiciar uma redução no nível de ansiedade perante a morte, bem como nos níveis dos diversos modos do sentimento de imortalidade. Optamos por utilizar um plano correlacional, por ser em nosso entender o que melhor serve os objectivos desta investigação, comparando para isso dois grupos equivalentes, um de consumidores e outro de não consumidores.

Hipóteses de investigação:

- Indivíduos consumidores apresentam em média um valor mais baixo no nível de ansiedade perante a morte do que indivíduos não consumidores;
- Indivíduos consumidores apresentam em média um valor mais baixo ao nível dos modos do sentimento de imortalidade simbólica do que sujeitos não consumidores;
- Há diferenças ao nível da ansiedade perante a morte e dos modos do sentimento de imortalidade simbólica entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino em função do quadro consumo e de não consumo.
- Há diferenças ao nível da ansiedade perante a morte e dos modos do sentimento de imortalidade simbólica entre indivíduos do mesmo sexo em função do quadro consumo e de não consumo.

Instrumentos utilizados no estudo:

Neste estudo utilizámos os seguintes instrumentos de medida: a Death Anxiety Scale (DAS) de Templer (TEMPLER, 1970) e o Symbolic Immortality Scale de Mathews e Mister (MATHEWS e MISTER, 1988).

Relativamente à consistência interna, na sua forma original, a DAS apresentou um coeficiente de 0,76 (Kuder-Richardson Fórmula 20). No nosso estudo a mesma escala apresentou, ao nível de consistência, utilizando o coeficiente Alpha, 0,67.

A Symbolic Immortality Scale (MATHEWS e MISTER, 1988), relativamente à consistência interna, apresentava no modo religioso um Coeficiente Alpha de 0,94, no modo biológico 0,83, no modo contacto com a natureza 0,83, no modo criativo 0,83, no modo experiência experimental 0,70. No nosso trabalho, os Coeficientes Alpha encontrados foram, respectivamente: modo religioso 0,85; modo contacto com a natureza 0,74; modo criativo 0,81; modo biológico 0,81, e modo experiência transcendental 0,68.

Caracterização da amostra:

A amostra foi constituída por 235 indivíduos, sendo 112 não consumidores e 123 consumidores.

Relativamente à variável idade, a média de idades é de 25 anos no grupo de não consumidores (SD = 6,37), com uma idade mínima de 20 anos e máxima de 43 anos de idade. O grupo de consumidores apresenta uma média de 31 anos de idade (SD = 6,26), com um mínimo de 21 anos e uma idade máxima de 46 anos.

Critérios de exclusão:

Foram excluídos do estudo os indivíduos que não preencheram os itens sócio-demográficos, bem como aqueles que se esqueceram de preencher três ou mais itens em ambas as escalas.

Procedimentos:

Administrámos os instrumentos nas duas populações, nomeadamente em sujeitos que à data se encontravam a consumir ou consumiram nos últimos seis meses heroína ou cocaína e num grupo equivalente que respeitava os critérios sociodemográficos preestabelecidos no processo de amostragem mas que nunca consumira.

Utilizamos neste estudo o programa de estatística SPSS 12.0 for Windows da SPSS.

RESULTADOS

Verificados os pressupostos subjacentes à realização dos testes, procedemos à realização do teste t de comparação de médias (FERGUNSSON, 1981) entre grupos nas diversas variáveis em estudo e de acordo com as hipóteses

levantadas previamente, nomeadamente, a pontuação total da Death Anxiety Scale (DAS), e as pontuações dos diversos modos do sentimento de imortalidade simbólica.

Encontramos diferenças estatisticamente significativas no nível médio de ansiedade perante a morte ($t = 7,25$; $p = 0,00$) entre o grupo de consumidores e o grupo de não consumidores, sendo que o nível de ansiedade perante a morte é mais elevado no grupo de não consumidores ($M = 10,94$; $SD = 2,14$). Ao nível do sentimento de imortalidade simbólica, encontramos diferenças significativas no modo religioso ($t = 4,640$; $p = 0,00$) sendo a média das pontuações mais elevada no grupo de não consumidores ($M = 19,39$; $SD = 3,83$) do que no grupo de consumidores ($M = 15,93$; $SD = 6,38$), no modo criativo ($t = 4,805$; $p = 0,00$) e também aqui as medias do grupo de não consumidores é mais elevada ($M = 24,41$; $SD = 3,59$). No modo biológico encontramos diferenças significativas ($t = 6,769$; $p = 0,00$), apresentando os não consumidores uma média superior ($M = 26,57$; $SD = 2,73$).

Seguidamente procedemos à realização do mesmo teste, mas ao nível da variável sexo como critério. Encontramos diferenças significativas na pontuação total da DAS entre os indivíduos do sexo masculino e feminino no grupo de não consumidores ($t = 12,171$; $p = 0,00$), sendo que os indivíduos do sexo feminino apresentam um valor médio de ansiedade perante a morte mais elevado ($M = 12,27$; $SD = 1,55$) do que do sexo masculino ($M = 9,04$; $SD = 1,24$), e ao nível dos modos do sentimento, só no modo biológico encontramos diferenças significativas ($t = 3,477$; $p = 0,001$), apresentando os sujeitos do sexo masculino o valor médio das pontuações no modo mais elevado ($M = 27,54$; $SD = 2,08$) do que as do sexo feminino ($M = 25,89$; $SD = 2,93$).

No grupo de consumidores encontramos diferenças estatisticamente significativas ao nível da pontuação total da DAS ($t = 6,05$; $p = 0,00$), apresentando os indivíduos do sexo feminino o valor médio mais elevados ($M = 9,96$; $SD = 2,09$).

Ao nível do sentimento de imortalidade simbólica encontramos diferenças estatisticamente significativas, no modo religioso ($t = 2,84$; $p = 0,00$), no modo contacto com a natureza ($t = 3,69$; $p = 0,00$), bem como no modo criatividade ($t = 2,97$; $p = 0,00$).

Em todos os testes que encontramos diferenças estatísticas significativas as pontuações médias são superiores no sexo feminino.

Procedemos ao cálculo do teste t comparando os indivíduos do sexo masculino, consumidores e não consumidores e o mesmo procedimento para os sujeitos do sexo feminino.

Encontrámos ainda diferenças significativas entre as pontuações médias da DAS, e de todos os modos do sentimento da imortalidade simbólica, à excepção do modo experiência transcendental, em ambos os grupos de consumidores e não consumidores do sexo masculino e consumidores e não consumidores do sexo feminino.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como podemos verificar ao nível das patologias do consumo, os resultados confirmam a primeira hipótese por nós levantada previamente. De facto, existe evidência suficiente para afirmar que indivíduos com história de consumo encaram a morte de forma mais positiva (menos ansiedade perante a morte) que os indivíduos que nunca consumiram para um nível de significância de 0.000, o que vem de encontro aos resultados de outros estudos (STANTON; TODD *et al.*, 1994; CHARLES-NICOLAS, 1991).

Converge para esta análise a compreensão do próprio conceito de comportamento ordálico, ou seja, o risco de comportamento suicidário crónico e que traduz por uma redução progressiva do medo da morte, onde a overdose corresponde a um desejo frequente de experimentar a morte. Parece-nos pois que, no caso das dependências, o risco contínuo de overdose demonstra um reduzido medo face à proximidade da morte, facto que é suportado pelo “efeito de nova prova”.

A hipótese de que os indivíduos com história de consumo apresentam valores médios mais baixos nos diversos modos do sentimento de imortalidade simbólica, é igualmente confirmada apenas ao nível do modo religioso, modo criatividade e modo biológico. Estes resultados vêm ao encontro de alguns trabalhos efectuados (DIAS, 1980, 1988; BERGERET, 1980).

A observação destes valores parece convergir para o facto dos toxicodependentes apresentarem um deficitário processo de identificações socioculturais, que é frequentemente traduzido pela ausência e empobrecimento de perspectivas de vida, “como se os estímulos externos jamais se pudessem adaptar ao perfil básico dos seus ideais” (DIAS, 1980, pág. 204). O “registo simbólico permanece inacessível à consciência e à comunicação com os objectos com importância simbólica, daí a importância de excitantes do imaginário” (BERGERET, 1980, pág. 158). A toxicodependência poderá aproximar-se da doença da “anidealidade” (LUQUET cit. in DIAS, 1980), como referiu Dias, a partir do momento que os mecanismos de imortalidade simbólica, que funcionam normalmente como factores de equilíbrio psicossocial do indivíduo, enfraquecem nos toxicodependentes. A “impossibilidade do trabalho preliminar necessário à obtenção de uma identidade (...) leva a uma paragem no sistema do Super Eu/Ideal do Eu (...) Assim a tensão entre ideal do Eu e Eu que desemboca numa incapacidade do Eu em satisfazer o ideal do Eu por uma adaptação à moratória disponível, provoca no toxicodependente um sentimento intenso de frustração que não é susceptível de sublimação e que facilita a aquisição de uma identidade não adaptativa” (DIAS, 1988, págs. 135-136).

Os dados permitiram-nos confirmar a 3.^a hipótese, ainda que parcialmente, pois observamos diferenças significativas nos valores médios da ansiedade perante a morte e no modo religioso, contacto com a natureza e criatividade entre sexos nos consumidores.

É conhecida, depois dos anos 60, a existência de ideologias próprias dos

consumidores de drogas, caracterizadas no famoso triângulo “peace and love – not war”. Esta ideologia encontra a sua prática sob a forma de uma procura activa e criativa de um meio a-conflitual, isto é, separado das culturas urbanas dominantes. Parece indiciar um desejo de retorno ao mundo sem conflitos e ansiedade, “resposta positiva” a enquadrar a experiência do quotidiano.

O facto dos inquiridos consumidores do sexo feminino apresentarem maior medo da morte e valores médios mais elevados nos três modos do sentimento de imortalidade simbólica parece ir de encontro a uma questão: a natureza do feminino, cujo corpo imaginariamente encarregado da reprodução se resignifica através da projecção na Mãe Natureza (contacto com a natureza; criatividade), como se esta correspondesse aos aspectos internos mais sadios da mente dos toxicodependentes.

A 4.^a hipótese do estudo, que se pretendia como resumo do conjunto de hipóteses levantadas previamente, foi igualmente confirmada. Ambos os indivíduos do mesmo sexo apresentam diferenças estatisticamente significativas (consumidores/não consumidores), à excepção do modo experiência transcendental. Em ambos os grupos não encontramos diferenças significativas neste modo. Ao nível dos outros modos e da própria DAS, parece-nos pois existir evidência suficiente para afirmar que o consumo (toxicodependência) contribui para a redução do sentimento de imortalidade simbólica, bem como para a redução no nível de ansiedade perante a morte.

CONCLUSÕES

I. A função simbólica da imortalidade apresenta, no seu sentido mais imediato, um deficitário complemento da dependência no sentido de equilíbrio vital para os doentes. Quando comparados com outros indivíduos não consumidores, conclui-se que o toxicodependente é um indivíduo sobre investido narcisicamente, revelando um déficite no plano do imaginário (baixa criatividade; baixo sentimento religioso; baixo sentimento biológico).

II. Numa personalidade em que os ideais de Eu estão quase ausentes, favorecem-se os comportamentos de risco, baixas expectativas em relação à vida, desejo frequente de morte encarando-a de forma mais positiva, quando comparados com outros grupos não consumidores.

BIBLIOGRAFIA

- ASSEDO, Y. (1990), “De l’angoisse à la jouissance dans les conduites de risque”. *Revue Française de Psychanalyse – Plaisir et jouissance, Chemins et détours*, LIV, n.º 1, Janvier-Février, 120-132.
- CHARLES-NICOLAS, A. & VALEUR, M. (1982a), “Les conduites ordaliques”, in OLIVENSTEIN (dir.) *et al.*, *La vie du toxicomane*, (82-89), Paris: PUF.

- CHARLES-NICOLAS, A.; VALEUR, M.; TONNELIER, H. (1982b), *Enfance et drogue. Psychiatrie de l'enfant*, XXI, 1, 207-253.
- CHARLES-NICOLAS, A.; GOCUIC, C. (1984), "Clinique des toxicomanies", in BERGERET, J.; Leblanc (org), *Precis de toxicomanies*, (41-52), Paris: Masson.
- CHARLES-NICOLAS, A. (1987), "La dependance psychologique et ses traitements", *Science&Vie*, 160, Septembre, 78-85.
- (1987), "Toxicoddependências e patologia do narcisismo", in BERGERET, J.; REID, W. (org.), *Narcisismo e Estados-limite*, (163-182), Lisboa: Esher.
- CONTE, H & WEINER, M. (1982). "Measuring death anxiety: conceptual psychometric, and factor analytic aspects", *Journal of Personality and Social Psychology*, (Vol. 43) n.º 4, 775-785.
- DIAS, A. (1979), *O que se mexe a parar: estudos sobre droga*, Porto: Edições Afrontamento.
- (1980), *A influência relativa dos factores psicológicos e sociais no evolutivo toxicómano*, Tese de Doutoramento, Coimbra.
- (1979), *Para uma Psicanálise da Relação*, Porto: Edições Afrontamento.
- (1991a), *Ali Bába. Droga: uma neurose diabólica do século vinte*, Lisboa: Escher.
- (1991b), "A depressão e estado-limite na adolescência", in BERGERET, J.; REID, W. (org.) *Narcisismo e Estados Limite*, (53-59), Lisboa: Escher.
- (1995), *Re-Pensar*, Porto: Edições Afrontamento.
- DIAS, A.; MONTEIRO J. S. (1998), *Eu já posso imaginar que faço*, 2 ed., Lisboa: Assírio & Alvim.
- FERGUNSON, G. A. (1981), *Statistical analysis in psychology and Education*, 5th, Nova Iorque: McGraw-Hill.
- FIGUEIREDO, E. (1993), *Angústia Ecológica e o Futuro*, Lisboa: Ed. Gradiva.
- LIFTON, J. R. (1976), *The life of the Self*, Nova Iorque: Touchstone.
- (1973), "The sense of Immortality: on death and the continuity of life", *American Journal of Psychoanalysis*, 33, 3-15.
- TEMPLER, D. I. (1970), "The construction and validation of a death anxiety scale", *Journal of General Psychology*, 82, 165-177.
- THOMPSON M. L. (1977), "Symbolic Immortality. A new approach to the study of death", *Media and methods*, 13 (6), 60-64.
- STANTOM, M; TODD, T. et al. (1994), *Terapia Familiar del abuso y addiction a las drogas*, Barcelona: Gedisa.
- STERNSSCHUSS, S.; Angel P. (1984), "Toxicomanie et sa famille", in BERGERET, J.; LEBLANC, J., *Précis des Toxicomanies*, Paris: Masson, 193-199.
- VALLEUR, M. (1987), "Hédonisme. Ascèse. Ordalie", in OLIVENSTEIN, C. (org.), *La clinique du toxicomane*, Paris: Ed. Universitaire, 45-59.

IMORTALIDADE SIMBÓLICA E IDENTIFICAÇÃO POR DELEGAÇÃO OS CONTRIBUTOS DE ROBERT JAY LIFTON E EURICO FIGUEIREDO

Paula Isabel Santos

“Death is not a respectable topic for psychologists... Death is not a topic amenable to laboratory research, and psychology has been addicted to laboratory research” (Lester e Templer 1993, p. 243).

O estudo da morte e do simbolismo da morte tem sido relativamente negligenciado em psiquiatria e em psicanálise. Não só levanta resistências emocionais nos investigadores, como os confronta com um tema cuja magnitude ultrapassa as suas capacidades intelectuais e empáticas (Lifton, 1964). Talvez porque a morte, a ideia de morte, desperta em nós grande ansiedade (Leste e Templer, 1993, Kübler-Ross, E., 1992, Kotre, 1996).

Ser humano é ser ansioso, é-nos inerente esta condição de insatisfação, de procura constante e incessante de algo que sabemos que nunca iremos conseguir... a felicidade. Esta sensação de “esmagamento temporal” de não conseguirmos fazer tudo o que os nossos sonhos desenham, traduz-se numa ansiedade que a todo o custo tentamos reprimir, a ansiedade perante a morte.

Mas o homem adquiriu estratégias, mecanismos para lidar com esta ansiedade, de modo a que ela não se torne avassaladora. Essas estratégias têm vindo a ser estudadas por alguns investigadores, de entre os quais se destacam, pela ousadia, saber e originalidade, Eurico Figueiredo e Robert Jay Lifton.

O primeiro com a noção de *identificação por delegação* e o segundo com o conceito de *desejo de imortalidade simbólica*.

O contributo de Figueiredo (1991, 1993) prende-se, sobretudo, com a grande simplicidade e clareza com que traduziu em termos geracionais a ansiedade perante a morte e a forma como lidamos com ela.

A ansiedade perante a morte pode definir-se como todos os pensamentos negativos que associamos à ideia de morte. O medo da dor, o medo do aniquilamento, o medo da solidão, do desconhecido, do vazio (Neimeyer, Wittkowski & Moser, 2004; Lester e Templer, 1993).

Desta feita, um dos mecanismos alternativos para lidar com essa ansiedade é, como explica Figueiredo, a identificação por delegação. Delegamos nos que nos sobreviverão a tarefa de nos realizarem. As gerações sucedem-se e como tal são imortais, são-no para nosso próprio consolo, pois como imortais asse-

guram a nossa própria imortalidade, contribuindo assim para minimizar a ansiedade perante a morte.

As gerações mais novas são depositárias das nossas angústias, identificamos nelas as nossas aspirações, amenizamos nelas a nossa ansiedade perante a morte.

Lifton, com os seus diversos estudos em sobreviventes de catástrofes, quer naturais, quer provocadas pelo próprio homem, quis explorar essa nossa capacidade de nos projectarmos no futuro, traduzindo em cinco modos o desejo de imortalidade simbólica. Esses modos são caminhos através dos quais o ser humano saudável consegue lidar com a ansiedade provocada pela morte. São eles: biológico, natural, modo religioso, criativo e experiencial, ou transcendental (Santos, 2001).

Modo biológico: Consegue-se através dos nossos filhos e da própria humanidade deixar a marca que se prolongará no tempo.

Modo criativo: Através da nossa obra, artística e/ou profissional, deixaremos as nossas marcas.

Modo religioso: A religião aparece aqui como promessa de uma vida para além da terrena, uma imortalidade, senão do corpo, pelo menos da alma.

Modo natural: Depois de morrermos, a natureza continuará a existir, amaciando o nosso desaparecimento.

Modo experiencial: São momentos de grande intensidade (e.g. dar à luz, experimentar drogas, dançar), que permitem de certa forma “dominar” o tempo (Lifton e Olson, 1977; Mathews e Mister, 1987).

A vida humana dificilmente seria suportável se as aspirações que vamos alimentando durante a vida e que não concretizamos fossem sempre ressentidas como perda e frustração. “A experiência da existência põe-nos constantemente perante desejos não realizáveis, opções que obrigam a renúncias e, conseqüentemente, a perdas” (Figueiredo, 1993, p. 62).

O nascimento é a primeira experiência que activa o medo da morte. A criança é, de repente, separada da sua mãe, fica vulnerável ao medo, à dor e à desintegração.

À medida que o bebé se torna criança, adulto, passando pela maturidade até à velhice, o mesmo processo vai ser experienciado vezes sem conta. Cada novo passo na vida, cada novo “nascimento”, no sentido de se tornar uma pessoa completa, vai reacender a ansiedade perante a morte associada com a imagem inerte de separação, stasis e desintegração. Esta aproximação à angústia reacende-se a cada instante (Lifton e Olson, 1977; Figueiredo, 1993).

É a partir do momento que a criança toma consciência de si mesma como indivíduo que a ideia de morte a preocupa, surgindo correlativamente a ideia de morte e a promessa de imortalidade (Morin, 1970). Na adolescência essa ideia surge no primeiro lugar das preocupações (Ariés, 1988, p.37).

“A identidade, que é a morte, é a aspiração do intelecto. O Intelecto busca a morte, a vida escapa-lhe; pretende solidificar; congelar a torrente fugitiva, para a fixa” (Unamuno, p. 78).

A consciência de morte individual é um forte estímulo para a identificação

por delegação. “A imortalidade simbólica desenvolver-se-á sobre a identificação por delegação, reforçando a necessidade psicológica de nos revermos nos vindouros, nos nossos continuadores, depositários do nosso desejo de eternidade” (Figueiredo, 1993, p. 62).

O prazer revelado na relação mãe-bebê mostra que o homem possui no seu equipamento genético capacidade de ter prazer se outros membros da espécie também o têm. Esta capacidade irá estruturar a capacidade de identificação por delegação, fundamentalmente para os processos de socialização. “A partir da identificação por delegação e com a tomada de consciência da inevitabilidade da morte, o homem assumiria o desejo de imortalidade simbólica” (ibid., p. 106).

A família, tal como nos refere Figueiredo (1991, 1993) é o primeiro casulo depositário dos nossos sonhos, aspirações e frustrações. Mas aí não se esgotam nossos sonhos. À medida que a criança vai crescendo a sua identidade consolida-se, seu casulo alarga-se. O ninho depositário dos seus anseios e fantasias é agora a própria humanidade.

É necessário deixar a sua marca, a sua identificação, foi esse projecto que a adolescência melhor esculpiu. Um novo indivíduo pleno de potencialidades, cheio de laços e raízes familiares e culturais mas sobretudo aventureiro, com sede de eternidade.

Todos nós desejamos a imortalidade, qualquer um de nós a pode alcançar, mais ou menos prolongada, e desde a adolescência todos nós pensamos nela. A morte e a imortalidade formam um par indivisível, mais belo que Marx e Engels, que Romeu e Julieta, que Laurel e Hardy. “Sonhamos com a imortalidade desde a infância” (Kundera, 1990, p. 67).

Robert Jay Lifton, através dos seus estudos com pessoas que se viram dramaticamente confrontadas com a morte, tais como sobreviventes do Holocausto ou de Hiroshima, desenhou um novo conceito que espelha nosso desejo de eternidade.

De certo modo, da mesma forma que Freud elaborou um modelo dinâmico do homem baseado na sexualidade, Lifton propôs um novo paradigma psicológico, fundamentado na evolução dos processos de formulação de símbolos, no qual a morte e a simbolização da continuação da vida têm uma contribuição especial (Drolet, 1990).

Esse novo paradigma, o desejo de imortalidade simbólica, alicerça-se na identificação por delegação, no poder simbólico de prolongar o tempo.

Eurico Figueiredo, através dos seus estudos com famílias, deu corpo a esta nossa capacidade e simultaneamente necessidade de viver através dos outros.

Lifton (1973) acredita que o desejo de imortalidade simbólica está presente em todas as pessoas, embora a sua expressão varie de cultura para cultura e de pessoa para pessoa dentro da mesma cultura. “While the denial of death is universal, the inner life-experience of a sense of immortality, rather than reflecting such denial, may well be most authentic psychological alternative to that denial.” (Lifton, 1979, p.13).

Lifton (1977, 1986, 1991, 1993) argumenta que o falhanço desta dominância simbólica sobre a morte produz marasmo, isolamento e emparedamento das potencialidades humanas.

Estas noções transportam-nos para fora da concepção linear de passado, presente e futuro. “It underlines our basic need or tendency to believe, many would say “irrationally”, that our identity extends itself beyond our own encapsulated ego” (Drolet, pg.149).

Estes mecanismos consolam-nos em momentos de grande angústia e acalmam a nossa “grande ansiedade”, a ansiedade perante a morte.

No dia 26 de Março, assistimos impotentes à morte de um jovem jogador de futebol, Miklos Feher¹; contava apenas 24 anos e o seu porte atlético não deixava adivinhar tão trágico fim.

O Benfica² consagrou-lhe a camisola n.º 29, que não voltará a ser usada por mais nenhum jogador daquele clube; desta forma simbólica o clube imortaliza-o.

Para Vande Creek (1994), estar esquecido é estar realmente morto, a recordação vence de alguma forma a morte. Talvez por isso as lápides são feitas em granito, é difícil apagar o que está escrito em pedra.

Abundam os sites dedicados a Miklos Feher, num deles pode ler-se: “Serás imortalizado nos nossos corações”³.

Aqui os escritos não se registam em pedra, o granito que sobreviverá ao tempo é virtual, talvez tanto como a nossa própria vida, mas é essa virtualidade que medeia o mundo contemporâneo.

“All persons seek ways in which to live on, to be remembered” (Vande Creek, 1994, p. 279).

A noção de identificação por delegação encerra todo este simbolismo, o simbolismo da esperança e da ilusão, mas simultaneamente da sanidade mental, quer do indivíduo, quer a proporia humanidade.

Mathews e Mister (1987) acrescentam que esta necessidade básica e unicamente humana do psiquismo saudável e que se relaciona com a vida para além da morte, foi e continuará a ser a força motivadora por detrás dos grandes actos da humanidade.

Ironicamente, é precisamente quando esta necessidade de o homem se identificar com o futuro, poder ser especialmente importante, que essa mesma necessidade está a ser esmagada. Se as pessoas acreditam que a humanidade pode ser destruída por uma guerra nuclear, ataques terroristas ou degradação da natureza, o contributo dos homens para o futuro perde significado.

Esta perda de crença no futuro, que Lifton observou nos sobreviventes de Hiroxima, resulta numa total perda de sentimentos chamada “psychic numbness”.

De facto, Lifton constatou que os sobreviventes de Hiroxima relatavam que a vida para eles perdera significado. O único significado que teria era viverem como um monumento do poder destrutivo da bomba. Lifton acredita que esse

“entorpecimento psíquico” se está a espalhar hoje em dia (Mathews e Mister, 1987).

Temos vindo a assistir a uma escalada de terror, sem precedentes. A 11 de Setembro de 2001 o maior atentado da história reduz a escombros as torres do World Trade Center, em Nova Iorque. Pela primeira vez, aviões comerciais com passageiros são utilizados como armas de destruição kamikaze. Contabilizaram-se mais de 6000 mortos, mas as vítimas não se ficam por aqui, algo nos sobreviventes morreu também. O sentimento de confiança e de esperança no mundo. “On september 11, 2001, something died. It wasn’t just people” (Poulos, 2002, p. 288).

Segundo Lifton (2001), os terroristas, com este sacrifício, procuram a imortalidade simbólica. Esta, ou o seu desejo, levou-os a morrer e matar milhares de pessoas. Perante tal altruísmo, tornaram-se, para os que partilham o seu fanatismo, imortais e com eles levaram a imortalidade simbólica dos americanos.

Talvez devêssemos acrescentar aos americanos o resto da humanidade. A ameaça paira no ar e tem vindo a concretizar-se em diversos atentados, desde Espanha⁴ à Rússia⁵ onde, recentemente (início do mês de Setembro de 2004), perderam a vida centenas de pessoas de entre as quais muitas crianças.

Não estará o nosso sentimento de identificação por delegação ameaçado? Não estará a nossa imortalidade simbólica ameaçada? Estes conceitos permitem-nos reflectir sobre outra face do terrorismo; a ameaça ao nosso simbolismo, a nossa capacidade de acreditar no futuro? Já que a identificação por delegação acontece na família, desde a genética à planetária.

Compreender os conceitos de identificação por delegação e de imortalidade simbólica é compreender os processo de socialização, de projecção no futuro, no investimento em futuras gerações, em suma na nossa luta pela vida, pela preservação da espécie e pela dignidade humana.

NOTAS

¹ Miklos Feher, jogador do Sport Lisboa e Benfica, falecido a 26 de Janeiro de 2004 em pleno relvado, enquanto a sua equipa defrontava o Vitória de Guimarães para a Taça de Portugal.

² Sport Lisboa e Benfica – Clube Português de Futebol.

³ (<http://mikifeher29.no.sapo.pt>) consultado a 6 de Abril de 2004.

⁴ No dia 11 de Março de 2004, a estação de caminhos de ferro, em Atocha, Madrid, sofreu um violento atentado do qual resultaram cerca de duas centenas de mortes. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Atentados_de_11_de_Mar%C3%A7o_de_2004_em_Madrid, consultado a 18 de setembro de 2004).

⁵ No dia 2 de Setembro de 2004, foi tomada pelos terroristas uma escola em Beslan, desse sequestro resultaram centenas de mortes. De entre as vítimas mortais, ainda não contabilizadas ao certo, estima-se que estejam cerca de 300 crianças. (http://www.deutsche-welle.de/brazil/0,1594,7113_A_1317659_1_A,00.html?mpb=bra, consultado a 18 de Setembro de 2004).

BIBLIOGRAFIA

- ARIÉS, Philippe (1988), *O Homem perante a Morte* (vol. 1 e 2), Publicações Europa-América.
- BROOKS, P. (1996), "Illicit Stories", *Trauma an Self*, Ed. By Charles B. Strozier & Michael Flynn. Rowman & Littlefield Publishers, inc. (pp. 231-244).
- DROLET, J. L. (1990), "Transcending death during early adulthood: Symbolic Immortality, Death Anxiety and Purpose in Life", *Journal of Clinical Psychology*, vol. 46, n.º 2, 148-160.
- FIGUEIREDO, E. (1985), *No Reino de Xantum, os Jovens e os Conflito de Gerações*, Edições Afrontamento.
- FIGUEIREDO, E. (1993), *Angústia Ecológica e o Futuro*, Trajectos Portugueses Gradiva.
- KOTRE, J. (1996), *Outliving the Self. How we live on in Future generations*. W. W. Norton & Company, Nova Iorque, Londres.
- KÜBLER- ROSS, E. (1992), *Sobre a morte e o morrer*, Martins Fontes ed, lda S.P.
- LESTER, D.; Templer, D. I. (1993), "Death Anxiety Scales: A Dialogue", *Omega*, vol. 26(4) 239-353.
- LIFTON R. J. (1979), *The Broken Connection: on death and the continuity of life*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- (1991), *Death in Life: Survivors of Hiroxima*, The University of North Carolina Press.
- (2001), *America responds: An unprecedented attack*. Consultado em 9 de Abril de 2004, através de <http://www.pbs.org/americaresponds/moyers917.html>
- (1973), The sense of Immortality: On Death and the Continuity of Life, *American Journal of Psychoanalysis*, 33, 3-15.
- (1964), "On Death and Symbolism: The Hiroshima Disaster", *Psychiatry: J. Stud Interper Proc.* 27, 191-210.
- LIFTON R. J.; OLSON E. (1974), *Living and Dying*, Nova Iorque: Praeger Publisher.
- MATHEWS, R.C.; Mister R. D. (1987), "Measuring an individual's investment in the future: Symbolic sensation seeking, and psychic numbness", *Omega*, vol., 18(3), 161-173.
- MORIN, E. (1970), *O homem e a Morte*, Lisboa Europa-América.
- (1973), *O Paradigma perdido: A Natureza Humana*, Mem Martins: Europa-América, 2ª Ed.
- NEIMEYER, R. A., WITKOWSKI, J.; MOSER, R. P. (2004), "Psychological research on death attitudes: an overview and evaluation", *Death Studies*, 28(4), 309.
- (2004), "Psychological research on death attitudes: an overview and evaluation", *Death Studies*, 28(4), 309-340.
- PAULOS, C. N. (2002), The death of ordinariness: Living learning, and relating in the age of anxiety. *Qualitative Inquiry*, 8(3), 288-301.
- SANTOS, P. I. (2001), *Ninguém Morre*, Editorial Minerva.
- VANDE CREEK, L. (1994), "Trying to Live Forever: Correlates to the belief in Life After Death", *Journal of Pastoral Care*, Vol. 48 (3), 273-280.

NAS BIOMÉDICAS (ICBAS)

Nuno Rodrigues Grande

O Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto nasceu em 1976, como consequência do clima social resultante da Revolução de Abril de 1974.

De facto, a proposta da criação de um Instituto de ensino e investigação que permitisse a permanente actualização científica e técnica da Medicina, feita em 1943 por Corino de Andrade, foi desconhecida pelas instituições governamentais e universitárias portuguesas que promoviam a formação médica.

Contudo, a contestação mundial que ficou conhecida pelo movimento de Maio de 68, protagonizada por jovens estudantes, intelectuais trabalhadores e operários dos países do mundo ocidental, determinou a necessidade de inovar o ensino de todos os níveis, particularmente o superior, como forma de responder às exigências da vida dos povos e das comunidades.

Para dar resposta a esta problemática, a OCDE, pela actividade de um centro de investigação educativa, o CERI, desenvolveu o conceito de universidade regional temática.

Pretende-se que as Universidades ou os Institutos Universitários contribuam para o desenvolvimento dos diversos sectores sociais da Região onde se inserem e da qual são dependentes. Assim, são criados meios humanos, estruturais e instrumentais para investigar, equacionar e propor soluções dos problemas que forem detectados, contribuindo para a administração sócio-política local, regional, nacional e internacional.

Cada uma destas estruturas universitárias deve orientar-se para um tema central, de forma a promover relações com as instituições administrativas vocacionadas para a resolução burocrática de cada problema.

As Universidades Regionais Temáticas são, conseqüentemente, abertas à Sociedade de forma a ser possível o diálogo e a colaboração das diversas estruturas envolvidas no mesmo tipo de problemas.

O Instituto Universitário Regional de Saúde é constituído pelas diversas estruturas que estejam vocacionadas para a melhoria da qualidade de vida e para a assistência na doença, de uma população determinada.

Este modelo de Instituto corresponde ao proposto por Corino de Andrade, tendo que ser adaptado aos novos conceitos e objectivos programáticos que se relacionam com o bem-estar biológico, comportamental e social que define a Saúde na perspectiva da Organização Mundial de Saúde.

Por isso, em 1974, foi proposta ao Governo Português, que fosse criado um Instituto multiprofissional, vocacionado para o ensino e a investigação relacio-

nados com a Saúde, tendo como patrono a insigne figura de Abel Salazar, a quem se atribui a frase “Um médico que só sabe medicina, nem medicina sabe”, síntese genial dos objectivos educacionais que se propunham para as Biomédicas, como se passou a denominar, na gíria corrente, esta Escola.

Apesar de se viver um período revolucionário, foram surgindo dificuldades burocráticas e administrativas face à originalidade do modelo de instituição proposto.

Trata-se de uma instituição de ensino e investigação multidisciplinar, pelo que os diversos elementos docentes e técnicos são profissionais das áreas científicas em que ensinam e investigam.

Assim sendo, o estatuto das Faculdades não serve a este objectivo, pelo que se estabeleceu o dos Institutos Universitários, onde fazem a respectiva carreira profissional todos os que contribuem para se alcançarem os objectivos institucionais.

Mas, a multidisciplinaridade que reúne técnicos de formação diversa não é uma prática frequente pelo que foi difícil fazer passar a ideia junto das instituições governamentais e universitárias de então, que procuraram circunscrever a vocação do Instituto ao ensino da Medicina. Por outro lado, a importância da aprendizagem de conhecimentos nas disciplinas básicas, com a Física, Química, Matemática, aplicadas ao estudo das ciências biológicas, é cada vez mais importante para a compreensão das mudanças consequentes aos progressos científicos daquelas áreas disciplinares, de forma a que os profissionais da saúde distingam, nos processos de actualização científica e técnica, o que é verdadeiramente novo e progresso, dado que se calcula serem 25% desses conhecimentos desactualizáveis de 4 em 4 anos.

A orientação dada ao ensino das ciências biológicas aplicadas à Saúde tem sido da molécula para a célula, desta para os tecidos, órgãos e organismos, para o homem saudável, para a comunidade, para os mecanismos de agressão e defesa, para a doença e homem doente e para as estruturas sociais de prevenção e tratamento das doenças.

As estratégias pedagógicas são a da aprendizagem por problemas e da educação orientada para a comunidade.

A investigação, especialmente a aplicada aos problemas de saúde pública ou de actividade hospitalar de impacto social mais determinado, é proposta aos alunos desde os primeiros anos de escolaridade.

O Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, o ICBAS, está orientado para a colaboração com instituições públicas e privadas que permita uma constante aferição da pertinência dos respectivos programas didácticos e dos projectos de investigação. Por isso, se instituiu, desde sempre, a prática de realizar protocolos com aquelas instituições que tenham idênticos objectivos.

O ICBAS tem como tema a Saúde. Por isso, antes de iniciar as actividades universitárias foi feito o levantamento de algumas das mais frequentes situações de saúde comunitária, contribuindo para o ensino do Ano Propedêutico, em 1975.

Contudo, pensamos que não há Saúde sem Desenvolvimento e não há Desenvolvimento sem Saúde.

Por isso, foram programadas licenciaturas que pudessem contribuir para aquela orientação.

Sabendo-se que o meio aquático constitui um dos mais decisivos para a definição do índice da qualidade de vida e para a produção de bens alimentares saudáveis e baratos, mas também como vector de doenças de grande prevalência entre nós, a licenciatura de Ciências do Meio Aquático foi programada conjuntamente com a de Medicina e de Bioquímica.

Foi oficializada, a partir do ano lectivo de 1976-1977, por determinação ministerial, só a licenciatura em Medicina.

Esta licenciatura foi estruturada de forma a promover a integração vertical de aprendizagens, em áreas científicas e técnicas que viessem a complementar-se no objectivo de criar e desenvolver, em cada aluno, uma metodologia clínica.

Dois anos de ensino das áreas básicas, quer em Ciências Exactas quer em Ciências Biológicas, permitiam fazer convergir o ensino num Ciclo Intermédio de um Ano Escolar voltado para o Homem Saudável e para a Comunidade, assim como para os mecanismos de agressão e defesa e as estruturas administrativas para o rastreio e estudo da prevalência das patologias dominantes em Portugal, relacionando-as com aspectos genéticos, culturais, sociais e com estilos de vida.

Desenvolver as capacidades de comunicação com os outros, interpretando o significado dos comportamentos em face das diversas situações sociais, particularmente relacionadas com a qualidade de vida e as atitudes perante a doença, foi um dos objectivos educacionais mais imperativo.

Esta aprendizagem é fundamental para se realizar o Ciclo Profissionalizante, que nesta licenciatura se denomina Ciclo Clínico.

Desde o início que se pretende dar uma formação nas Ciências do Comportamento ao longo de toda a aprendizagem, pelo que se programou a distribuição de áreas científicas relacionadas com a psicologia geral, a neurobiologia, a psicossociologia, a psicologia clínica a psiquiatria e a saúde mental durante os seis anos escolares.

Esta sequência de aprendizagens integradas pressupunha a criação de um Departamento de Ciências do Comportamento multidisciplinar que pudesse ser constituído por cultores profissionalizados das diversas sectores desta área científica que deveria promover o ensino e a pesquisa desde a etologia à antropologia médica, desenvolvendo a colaboração com os restantes departamentos que desenvolvem as ciências biológicas, a saúde comunitária, a epidemiologia ou a farmacologia.

Compreende-se que a personalidade que deveria ser encarregada da estruturação e desenvolvimento deste Departamento teria que ter uma abrangência científica e uma vivência humanística que permitisse a integração de diversos tipos de docentes e técnicos de formação e trajectos de vida diferentes. Por

isso, a circunstância do Professor Eurico Figueiredo ter regressado da Suíça e se ter fixado no Porto foi fundamental para organizar e desenvolver esta orientação.

De facto, estando já integrado na Faculdade de Medicina, fez a opção de vir assumir a responsabilidade da organização daquele Departamento e prosseguir a carreira universitária no Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade do Porto, onde iniciou oficialmente actividades em 1 de Novembro de 1979.

Esta escolha testemunha o desejo de participar na mudança que caracteriza a forma de estar na vida do Eurico e que tem condicionado a atitude que assume face aos desafios de uma actividade onde a rotina sacrifica a qualidade. Com serenidade, mas com determinação, foi estruturando as diversas valências científicas e pedagógicas que se impunham nos objectivos educacionais e institucionais que o Instituto pretende alcançar, no decorrer dos anos.

Simultaneamente, a acção do Eurico Figueiredo desenvolvia-se em contacto com as estruturas de Saúde, numa actividade clínica que se tornou paradigmática pela convergência da acção social com a da assistência na doença.

Desenvolveu actividade hospitalar no Hospital Magalhães Lemos onde foi dando orientação ao que deveria vir a ser o local de ensino e investigação da Psiquiatria.

Foi eleito Presidente do Conselho Directivo do Instituto em 1 de Fevereiro de 1984, cargo que exerceu até 12 de Fevereiro de 1985, período em que desenvolveu a ligação institucional entre o Instituto de Ciências Biomédicas e o Hospital Magalhães Lemos, desenvolvendo os objectivos do protocolo elaborado entre as duas instituições desde Junho de 1983. Durante o seu mandato conseguiu-se a aprovação do mapa dos Professores, um instrumento indispensável para o desenvolvimento do ICBAS.

Foi director do Hospital Magalhães Lemos durante anos.

Organizou as comemorações do décimo aniversário do ICBAS, tendo promovido o concurso que permitiu a escolha do símbolo da Escola, imaginado e desenhado pelo pintor Armando Alves.

O concurso para Professor Catedrático, em Setembro de 1986 foi apenas a consagração de uma actividade reconhecida dentro e fora de Portugal.

Na história de vida do Eurico, a intervenção cívica foi determinante de uma atitude de participação social consciente e corajosa, perante uma ditadura implacável e profundamente arbitraria.

Ainda jovem estudante universitário, Eurico Figueiredo lidera acções de contestação das injustiças que transfixavam a sociedade portuguesa.

A polícia política não conseguia controlar este jovem lutador pelos direitos de cidadania que o Estado Novo recusava à maioria dos portugueses. Tornou-se, por isso, uma referência para todos os cidadãos que resistiam à prepotência e à perseguição policial.

Foi preso político e depois exilado na Suíça, mantendo uma imperativa actividade contra a ditadura de Salazar e depois de Marcelo Caetano.

Após a Revolução de Abril de 1974, regressa a Portugal, sendo que, natu-

ralmente, inicia uma participação política orientada para as causas sociais e para o desenvolvimento do país.

Por isso, retoma a actividade universitária e clínica, mas também a partidária, como membro do Partido Socialista onde foi encontrar outros resistentes do período anterior à Revolução dos Cravos.

Consequentemente foi Deputado à Assembleia da República por aquele Partido durante oito anos, procurando contribuir para o desenvolvimento de uma Democracia com preocupações de âmbito social.

Durante este período de acção política imediata, desenvolveu esforços no sentido de se estabelecer um modelo administrativo que corrigisse as assimetrias da sociedade portuguesa que apoquentavam a condição de transmontano e duriense que muito ama a região onde nasceu e cresceu.

Eurico Figueiredo é, como eu, oriundo de Vila Real de Trás-os-Montes onde organizou a personalidade e fortaleceu o carácter no seio de uma família republicana e democrata, tendo o exemplo de seu pai, cidadão, médico e homem de cultura, fundamental na estruturação da forma de estar na vida que caracteriza o Professor Eurico.

Por isso, quando foi posta à discussão pública a proposta de Regionalização política e administrativa que ajudou a construir por indigitação do Partido Socialista, percebeu a necessidade de desenvolver uma acção militante que mobilizasse a decisão dos portugueses. Para tal, criou e animou um movimento cívico denominado Portugal Plural a que presidi com entusiasmo, conseqüente da justeza dos princípios orientadores do Movimento e do empenhamento que o Eurico punha naquela iniciativa.

Por razões complexas, o resultado do referendo realizado a propósito deste preceito constitucional não permitiu dar continuidade à reforma mais importante da vida política de Portugal.

De regresso ao ICBAS, vai desenvolver relações com outras instituições do ensino superior na área das ciências comportamentais e da Psiquiatria.

Deste trabalho resultou a aproximação entre o Instituto Miguel Torga e o ICBAS com incidência no ensino e na investigação das doenças mentais, de que nasceu uma área de doutoramento em Saúde Mental da responsabilidade conjunta das duas instituições.

A organização deste doutoramento contou com a colaboração de Eurico Figueiredo até à reforma.

Coerente com as propostas de desenvolvimento regional, o Eurico intensificou a actividade de viticultor dedicando-se à produção de vinho da Região do Douro onde tem uma propriedade agrícola.

Sente-se que rejuvenesceu com esta participação empresarial na projecção da cultura do vinho do Douro.

NO HOSPITAL MAGALHÃES LEMOS

António Leuchner

Conheci-o há quase trinta anos. No Hospital de S. João, ele recém-chegado da Suíça, onde tivera de se refugiar antes do 25 de Abril e fizera a sua formação profissional e académica, eu de Vila Real, onde efectuara o Serviço Médico na Periferia.

Desde logo nos demos conta, todos quantos partilhámos essa oportunidade, que fervilhavam ideias novas e grande vontade de mudança, nas relações pessoais, profissionais e institucionais, que só o momento histórico, de grande mudança social, poderá ter ofuscado o que de muito pessoal havia nesse fulgor. Mas era, mesmo assim, evidente e notória a inovação nos conceitos e práticas que defendia, aliados a uma forte personalidade e um contagiante entusiasmo.

A minha entrada no Internato da especialidade em meados de 78, no Magalhães Lemos, fez todavia interromper esse contacto. Por pouco tempo, felizmente.

No ano seguinte, também ele ingressou no Magalhães Lemos, após concurso para Chefe de Clínica.

A partir daí foi o retomar dos contactos, o aproximar de uma relação profissional que se veio a revelar, para mim, extremamente frutuosa, a múltiplos e variados níveis, muito graças a partilharmos amizades comuns, também elas de enorme relevância para o meu futuro pessoal e profissional.

Permito-me aqui fazer um parêntesis para dizer que o Eurico integra uma “corte” com a qual eu tenho uma relação muito privilegiada, a “dos mais velhos dez anos”, na qual conto um número significativo de amigos e, mais do que isso, pessoas a quem muito devo. O que veio seguramente reforçar a minha convicção de que a nossa relação tinha – como veio efectivamente a ter – futuro.

Começou por me convidar para integrar a equipa docente do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, que dirigia, tendo-me dado oportunidade de retomar a actividade docente (que interrompera três anos antes, na Faculdade de Medicina), inicialmente na disciplina de Psicologia Básica e, mais tarde, na de Psiquiatria, que ainda hoje mantenho, com a particular honra de lhe ter sucedido na respectiva regência.

Mas não é desse aspecto que me caberá tratar neste pequeno contributo para esta homenagem, mais do que merecida.

Convidado que foi, pela administração de então, para liderar uma equipa multidisciplinar com vista à criação de um serviço de Prevenção e Crise, num modelo que desenvolvera a partir da sua experiência na Suíça, assente numa

aposta nas técnicas de intervenção institucional, com particular aposta na hospitalização parcial, foi para mim uma enorme honra e prazer o convite que me fez para a integrar.

E foi verdadeiramente aí que começou a minha experiência de vida institucional com o Eurico Figueiredo.

Os meus cerca de seis anos de relação profissional, mais ou menos intensa, com a Psiquiatria, tinham-me permitido – graças ao contributo de vários Colegas que bastante me marcaram – adquirir bases suficientes para encarar o desafio que o convite encerrava, com bastante confiança e muita expectativa. Mas também algum risco, dado o facto de ainda me encontrar a frequentar o Internato e, à data, o projecto não gozar de grandes simpatias no tecido hospitalar.

Todo o processo de *team building* que encetou, desde logo o cuidado posto na selecção dos diferentes profissionais, das diferentes formações de importância numa equipa de saúde mental, estendido igualmente ao pessoal auxiliar e administrativo, complementada com a preocupação com a formação e as relações interpessoais, foi uma enorme fonte de ensinamentos.

O arranque da actividade assistencial, cerca de três meses depois, veio, por um lado, pôr à prova o modelo em implementação e abrir um enorme campo de oportunidades de trabalho inovador. Para além do Hospital de Dia – a “jóia da coroa” – associava-se uma prática de triagem diária no Serviço de Urgência e na Consulta Externa do Hospital e uma actividade de ligação com alguns dos Centros de Saúde da área.

Paralelamente, foi-se afirmando como um formador de qualidades insuperáveis, não só com o seu contributo pessoal, mas igualmente congregando uma série de outros contributos, de múltiplas proveniências e formações, proporcionando a todos quantos trabalhavam com ele, quer no Hospital, quer na Universidade, oportunidades dificilmente reproduzíveis, nunca descurando um permanente estímulo à actividade de investigação e de divulgação científica.

Neste particular, caberá referir a organização, de sua iniciativa, de dois Encontros de grande repercussão, um de âmbito internacional dedicado ao tema da “Família e Saúde Mental”, que contou com a participação de vários cientistas de nomeada de várias nacionalidades, e outro dedicado aos problemas da relação da Psiquiatria com a Cidade, de cariz interdisciplinar, em que participaram diversas personalidades ligadas à vida da cidade, nos seus mais diversos contextos. Num e noutro caso foi determinante a notoriedade da figura do Eurico Figueiredo, que permitiu congregar tantas e tão proeminentes figuras, da Ciência às Artes, dos mais diversificados sectores, sociopolíticos e culturais.

Assumi entretanto responsabilidades de direcção do Internato Médico do Hospital, estruturando uma componente institucional que granjeou enorme prestígio e que ainda hoje constitui marco importante no desenvolvimento da Instituição.

A este propósito nunca será demais salientar o eclectismo da sua formação e dos seus interesses técnico-científicos, o qual não só aplicou, de forma siste-

mática, nas diferentes áreas da sua intervenção, nomeadamente enquanto responsável pela formação de Internos, como instilou em todos quantos tiveram o privilégio de com ele trabalhar.

Toda esta experiência – que durou cerca de seis anos – foi um manancial de aprendizagem, na área clínica, mas igualmente na da gestão, de serviços e de pessoas, e foi responsável por grande parte do que é o meu pensamento e a minha prática profissionais nessas áreas.

Foi no seguimento dessa experiência que veio a ocupar-se da Direcção de um dos serviços em que se estruturou o Magalhães Lemos – o Serviço Porto – com atribuições de prestação de cuidados de saúde mental, ambulatoriais e de hospitalização, completa e parcial, a uma população de quase centena e meia de milhares de habitantes.

Foi notório o seu esforço de organização dos recursos, materiais e humanos, postos à sua disposição, e nomeadamente de articulação das várias componentes profissionais e de dinamização da vida institucional – numa extensão do que se passava no hospital de dia –, funções que desempenhou até ao momento em que assumiu responsabilidades mais amplas, de direcção do Hospital.

Pena foi que essa descontinuidade compromettesse, de algum modo, o desenvolvimento dessa aposta, não permitindo o aprofundamento de algumas das vertentes de maior potencial, nomeadamente, a articulação com os cuidados gerais de saúde, primários e hospitalares.

No entanto, a sua actividade nas funções de gestão, coincidindo com o momento do arranque da reorganização dos serviços de psiquiatria e saúde mental a nível nacional, com o predomínio tendencial das actividades de pendor comunitário (aliás posteriormente frustrado, já depois do seu consulado), permitiu o arrumar da casa, em termos físicos e humanos, ao mesmo tempo que manteve o apoio a toda a actividade científica e pedagógica que vinha mantendo, tendo inclusivamente chegado a presidir ao Conselho Directivo do Instituto Abel Salazar.

Fruto de alguma incompreensão quanto aos objectivos últimos da instituição, de par com algumas divergências de cariz mais pessoal, veio a antecipar o termo do seu mandato à frente do Hospital.

Porém, mantendo um entusiasmo e desejo de desenvolvimento pessoal fora do comum, foi durante cerca de um ano para os Estados Unidos, aprofundando a sua formação em instituições de grande reputação, de que muito havia a esperar igualmente, após o seu regresso.

Circunstâncias várias, não apenas institucionais, conduziram a que se afastasse do Hospital e das funções docentes no ICBAS, por um período de oito anos.

Após o seu regresso, em 1999, foram-lhe atribuídas responsabilidades de reorganização do Hospital de Dia e posteriormente da equipa de psiquiatria de ligação no Hospital Geral de Santo António, continuando a dar o seu contributo à formação de internos e reassumindo as funções universitárias.

Infelizmente para o Hospital, o período de alguma instabilidade organizacional que se viveu nestes últimos anos não permitiu que o papel do Eurico Figueiredo tivesse o mesmo relevo que anteriormente, situação que foi acentuada pela sua decisão de se aposentar e assim interromper a sua actividade institucional, que compreendemos, mas não podemos deixar de lamentar.

Esperamos, todavia, continuar a contar com a sua colaboração, mormente naquela que é a sua vocação maior: a da formação e investigação, quer ao nível do Internato Médico, quer da educação permanente dos técnicos desta casa, que, como fica demonstrado de forma sucinta, bastante lhe deve.

EURICO FIGUEIREDO E A POLÍTICA DA DROGA

Paulo Mendo

Já lá vão onze anos desde que o Prof. Eurico Figueiredo concedeu a sua primeira entrevista, denunciando como errada a política de clandestinação da droga que a Europa e os Estados Unidos prosseguiram.

Afirmava ele que essa situação de clandestinidade protegia os traficantes, permitia um completo descontrolo dos produtos traficados, lançava os consumidores na marginalidade e na completa dependência de passadores que vendiam por quantias astronómicas o que queriam e o que fabricavam.

Estávamos no início de 1993, em que o politicamente correcto, na luta contra a droga, não levantava qualquer contestação e, por isso, o artigo foi, mais que uma pedra no charco, um pequeno terramoto no pensamento oficial dos partidos parlamentares e no mundo da cultura e das artes, despertando o interesse imediato dos media e provocando reacções que foram, desde o silêncio expectante de muitos até à franca condenação de autoridades e políticos, a quem esta atitude desassombrada e turbulenta veio perturbar.

Correspondendo aquilo que Eurico Figueiredo defendia com o que eu pensava, escrevi dias depois, no *Jornal de Notícias*, um artigo de apoio em que também eu afirmava o perigo do problema da droga ser atacado por meios policiais de perseguição e castigo, quando este era um assunto que não podia deixar de ser encarado como de saúde pública, tratado em ambiente aberto pelos serviços de saúde, com controlo da droga pelo Estado, garantindo a sua distribuição e a sua pureza, evitando as “overdoses” e os choques anafilácticos, a propagação de hepatites e Sida, controlando a forma da toma, desfazendo o mercado aos traficantes e protegendo o património das famílias delapidado pelo familiar drogado para arranjar fundos para sustentar a dependência que o vai destruir.

Escrevi eu na altura (*Jornal de Notícias* de 16 de Março de 1993):

Quando há dias o Prof. Eurico Figueiredo teve a coragem de defender que a luta contra a droga passava pela liberalização do seu comércio e produção provocou no nosso mundo político um pequeno terramoto.

Eurico Figueiredo deu ao seu partido uma belíssima oportunidade para criar à volta daquelas ideias um grande debate interno que ajudasse a fundamentar a posição política do partido sobre uma das mais sérias ameaças que pesam sobre as democracias ocidentais e mundo civilizado.

Mas enganou-se no Partido.

Reagindo como virgens que desconhecem o ambiente sinistro do bordel do mundo da droga, o secretário-geral do seu partido veio a lume dizer que não era essa a orientação partidária, colegas seus contraditaram-no, outros escandalizaram-se e outros ainda leram nele, horrorizados, coisas terríveis que ele não disse.

Mas poucos se deram ao trabalho de pensar um pouco, com serenidade e sem preconceito, no que disse este psiquiatra do PS, habituado a pensar por si, de quem sou amigo e admirador”.

(...)

Será isto uma hipótese louca, que nem vale a pena discutir?

Não me parece.

Senão, vejamos:

O simples facto de a droga passar a poder ser comprada em qualquer farmácia em venda livre provocaria:

“1.º – A utilização de produtos de muito melhor qualidade, com dosagens conhecidas e garantidas, sujeitas a controlo de qualidade, como o são quaisquer outros produtos.

2.º – Uma enormíssima descida nos seus preços, pois todas as tecnologias de obtenção dos produtos em causa são simples, baratas e, como é óbvio, qualquer laboratório farmacêutico teria possibilidade de os fabricar por preços muito mais baixos de que os destiladores clandestinos.

No Reino Unido, em que há droga como produto farmacêutico controlado, o seu preço legal é cerca de mil vezes inferior ao da candonga.”

Ficámos assim, ele, do PS e eu, do PSD, marcados como defensores de uma posição mais que minoritária, quando comparada com a que era expressa correntemente pelos Governos e pelos partidos.

Lembro-me que, convidados a participar numa mesa redonda no Ateneu do Porto, clube com grandes tradições culturais descomprometidas, as nossas posições foram vistas pela assistência como, no mínimo, estranhas e um pouco loucas, chegando mesmo a ser consideradas como de incentivo ao consumo da droga.

Estávamos numa altura em que já alguns países da Europa, Holanda e Grã-Bretanha em particular, ensaiavam formas de abordagem diferente da simples utilização da repressão.

Alguns Centros de Saúde ingleses forneciam gratuitamente droga aos dependentes da sua área, conseguindo com isso, por um lado, evitar roubos e violências e por outro lado garantir que os produtos consumidos fossem puros e bem doseados.

Seguia-se assim uma estratégia baseada no menor risco para o dependente

e numa muito melhor relação deste com o centro de saúde, donde a mais fácil aceitação de eventual tratamento.

Estas experiências eram ignoradas pelas políticas oficiais da maior parte dos estados europeus e pelos Estados Unidos da América, exclusivamente orientados para a repressão do tráfico e do consumo, estratégia sem contestação nem alternativas evidentes, publicitada pelos media, defendida pelas autoridades e não posta em causa, nem pela Igreja, nem pela “inteligência”, nem pelos políticos.

A epidemia da droga era um exclusivo assunto de polícia e à saúde cabia-lhe apenas o tentar recuperar os “arrepentidos”.

E em Portugal foi a voz de Eurico Figueiredo a primeira a contestar esta política e a arcar com o desconforto que lhe trouxe a defesa de uma posição que propunha a despenalização do consumo e o controlo deste pela acção directa do Estado, através dos serviços públicos de saúde.

Dez anos depois alguns passos foram dados no sentido de atenuar as atitudes de mera repressão e de luta contra o pecado que caracterizavam a época.

À acção persistente, mas serena, calma, diria mesmo bem-humorada, de Eurico Figueiredo, algumas e importantes vozes se foram juntando, defendendo uma política de atenuação dos riscos, de protecção dos consumidores dependentes, da descriminalização do consumo.

A mensagem do Presidente da Republica, Dr. Jorge Sampaio e a comunicação do Presidente da Assembleia da República, Dr. Almeida Santos, feitas no Congresso da Associação anti proibicionista (SOMA), entretanto criada, foram muito importantes para desfazer o politicamente correcto que imperava até então.

Aos poucos, a sociedade portuguesa entreabria-se timidamente à possibilidade de ser executada uma diferente política, intelectuais começavam a discutir o assunto e a Juventude Social Democrata (JSD), corajosamente, torna pública uma posição antiproibicionista, pedindo a despenalização do consumo e liberalização controlada das drogas leves como a marijuana.

E como era de esperar esta posição da juventude do PSD teve o apoio público de Eurico Figueiredo, para grande espanto e discordância dos seus camaradas do PS.

E abordo agora outra faceta importante da personalidade de Eurico Figueiredo.

Este pensar pela sua cabeça, esta não submissão a modas ou regras venham elas donde vierem se não se acordarem com a sua consciência, é muito evidente no seu comportamento político e social.

São bem conhecidas e definem bem a sua liberdade de espírito e a sua coragem moral, as posições que tomou, não só em relação à política da droga, mas também, por exemplo, em relação ao aborto e à regionalização.

As posições claras e independentes que foi tomando sobre estes e outros problemas nacionais, foram-no isolando no universo partidário, tornando pro-

gressivamente mais difícil a obediência às suas regras e levando-o finalmente a, civilizadamente, mas com pública frontalidade, afastar-se do seu partido.

Eurico Figueiredo, afastando-se da militância partidária, mas não da intervenção política, juntou-se àqueles que, com idênticas atitudes têm vindo a demonstrar as insuficiências da nossa vida democrática, demasiado acantonada na vida dos partidos, que se esgotam, por obrigação, nos jogos do poder e no apelo à coesão e disciplina partidárias.

Não houve por parte de Eurico Figueiredo, nenhum problema pessoal com os seus camaradas de partido que, antes como agora, são seus amigos e o admiram, mas sim, exclusivamente com a estrutura e funcionamento dos partidos democráticos que levam inexoravelmente à sua burocratização, ao carreirismo e a um unanimismo gerador de crises.

Eurico Figueiredo é bem o exemplo dos efeitos perversos que o funcionamento das democracias europeias de tradição francesa sistematicamente vai gerando.

Democracias baseadas no governo da maioria e na oposição da minoria geram um quotidiano jogo político em que a oposição tudo faz para que falhe o Governo e este tudo faz para manter os votos que lhe deram a vitória eleitoral.

Disto resultam funcionamentos partidários que pouco tempo e lugar deixam para estudar mais que assuntos conjunturais e tornam incómoda e indesejada a participação de mentalidades livres, criativas e “indisciplinadas” nas suas pouco úteis comissões.

Tudo isto testemunhou e sentiu Eurico Figueiredo, que não encontrou em nenhum partido o espaço de liberdade de consciência que lhe era indispensável para poder exprimir e defender as suas ideias.

Defesa de ideias que lhe é tão necessária como quando, pela irrespirável atmosfera do salazarismo, teve que ir procurar um ambiente propício no exílio.

PASSADO E FUTURO DE UMA RELAÇÃO DE AMIZADE... PASSANDO POR FOZ-CÔA

Carlos Antunes

É com uma grande satisfação que respondo ao simpático convite da *Revista População e Sociedade*, do CEPESE, para escrever um texto sobre Eurico Figueiredo com pretexto da sua aposentação da universidade o que pressupõe uma maior disponibilidade especialmente para combates do e com futuro... (a vida é irónica!)

JÁ NOS CONHECIAMOS ANTES DE NOS CONHECERMOS

Em fins de 1959 passei à clandestinidade. Abandonei o Porto onde trabalhava e passei a viver nos arredores de Lisboa.

Quando a crise estudantil de 1961/62 se desencadeou já não pude testemunhar directamente os acontecimentos, mas o seu eco chegou-me e vivi esse tempo com grande alegria.

A guerra colonial começava a produzir os seus efeitos colaterais (para usar uma expressão de agora).

Perante estas novas lutas surgem como sempre novos actores. Um deles chamava-se Eurico Figueiredo. O líder incontestado dos estudantes.

(40 anos depois Freitas do Amaral é autor de uma peça de teatro a pretexto deste movimento. Pasmese! Ele que tinha estado do outro lado. É o preço que o vício paga à virtude. Agora que a memória ressurgiu caricaturada no palco, discutem-se quem era quem na altura. Como sempre aparecem vários candidatos a líderes. Se já se não corre o risco, porque não retocar um pouco a fotografia?)

Só mais duas notas. Porque nos opunhamos à guerra colonial, também na altura éramos acusados de ser cúmplices do terrorismo.

De como se prova que a direita nunca muda os seus argumentos. É mesmo preguiçosa! Foi também por não suportar esse tipo de argumentação fascista que me tornei clandestino.

A clandestinidade não era uma leviana aventura mas a certeza de que era possível pôr termo à besta.

ENCONTROS E DESENCONTROS

Em 1969, um amigo comum candidato a poeta épico, admirado por eu não conhecer pessoalmente o Eurico, afirmou: “o melhor é vocês não se encontrarem senão estamos feitos, porque vão entender-se para nos controlarem”. Onde se prova que em questões de poder “o nosso amigo” não brinca em serviço!

Ao longo do tempo, passei a ouvir isto de outras pessoas.

Eurico tinha abandonado o PCP porque não aceitou a invasão pela União Soviética da Checoslováquia e muito menos o apoio à invasão pelo PCP. Eu também não tinha aceite e iniciara um processo de ruptura, que se tornou irreversível.

Maio de 1968 em França. O ditador que cai da cadeira (criando tantas ilusões). Depois a invasão da Checoslováquia. Cada um desses acontecimentos, à sua maneira, tinha-me confirmado que o PCP (ou os PCPs) não passava(m) de instrumento orgânico obsoleto.

(Não posso deixar de sentir alguma compaixão para com as sucessivas vagas de “renovadores”. Não deixando de sentir também alguma perplexidade pelas notícias chegarem aqui sempre demasiado tarde).

O 25 DE ABRIL – TAMBÉM DIVIDE

Eurico, ao contrário de quase todos os exilados, não regressou com o 25 de Abril, preocupado em terminar o seu doutoramento em Genebra. Talvez para a nossa amizade tenha sido melhor assim. Porque com a sua adesão ao PS não sei o que teria acontecido à nossa amizade futura.

A participação popular depois do 25 de Abril foi tão forte que dou por mim muitas vezes a pensar que o Eurico não teria aceite a deriva direitista do PS. A desculpa da manipulação estalinista “que existiu” não pode justificar as aventuras aberrantes do PS com a extrema direita mais ou menos terrorista.

Mas deixemos essas questões para a história julgar. Porque a situação que vivemos hoje é outra e exige de cada um de nós, não já os inofensivos sapos, mas mesmo crocodilos.

Por isso, repito, ainda bem que o Eurico só regressou da Suíça depois do 25 de Novembro.

O PRIMEIRO ENCONTRO

Estávamos presos em Custóias. Na sequência da “normalização” democrática o poder decidiu prender militantes do PRP envolvidos no processo revolucionário. Um dia recebemos a indicação de que o Eurico nos queria visitar. Eu e a Isabel ficámos muito contentes. A Isabel sempre falou dele como alguém da família (é sua madrinha de casamento).

Creio que a partir desse dia nos tornámos muito amigos. Falei com ele como se sempre o tivesse conhecido. Quando saímos de Custóias organizou uma festa em sua casa para a qual convidou Corino de Andrade, Ilse Losa, Otávio Cunha, Nuno Grande, Manuel António Pina, A. Alves Costa, Sérgio Fernandes, Alberto Martins e tantos outros que já não recordo.

Eurico é muito criativo e não tem medo das situações novas. As roturas não o intimidam e estimulam-lhe um *stress* criativo. Seria por isso que as pessoas que nos conheciam adivinhavam a nossa amizade futura? Talvez.

Começámos a ver-nos com regularidade. Discutíamos muita política.

O facto dele ser deputado do PS e eu estar longe da política militante não dava para iniciativas comuns. Depois da saída da cadeia tinha começado a ligar-me a movimentos ecológicos internacionais. Eurico começou também naturalmente a debater esse universo de questões. Fui co-autor do *manifesto eco-socialista*. Eurico publicou pouco tempo depois o livro *Angustia ecológica e futuro*.

(Não será de republicar estes dois livros agora? Dez anos depois talvez alguns nossos conhecidos não considerem estas questões tão bizarras como consideravam na altura...)

Discutimos, discutimos muito. Discutimos sempre. Na política são inevitáveis as diferenças de opinião. Mas a prova de amizade é que o que poderia separar-nos nos une: a admiração e o respeito.

AS GRAVURAS DO CÔA: UMA LUTA EXEMPLAR

Tomei conhecimento da existência das gravuras do Côa de uma forma abrupta. O Eurico, então deputado do PS, telefonou-me para nos convidar, a mim e à Isabel do Carmo, para jantar em sua casa. Até aqui nada de especial. Apresentou-nos a Mila Simões de Abreu que nos informou da existência das gravuras e da conspiração da EDP e da Direcção do IPPAR para ocultar a sua existência. Para assim poderem sem sobressaltos continuar a construção da barragem de Foz Côa.

A Isabel e eu ficámos indignados com o que escutámos. Começámos imediatamente a organizar-nos para travar este combate para a salvaguarda das gravuras. Estava assim criado o “grupo dos 4”, que estive na base de todas as grandes iniciativas para defender as gravuras. Lembro-me bem de que a princípio estava muito pessimista, mas disposto a lutar. Cavaco Silva parecia-me completamente insensível a uma questão como esta, de natureza eminentemente cultural. Por sua vez, a EDP sempre foi o estado dentro do Estado; quer, pode e manda!

No dia seguinte começou o escândalo: o Eurico e a Mila deram uma conferência de imprensa no Parlamento para denunciar a situação. O Eurico surge assim como a primeira voz em Portugal a exigir a interrupção imediata das obras da barragem. “Irresponsabilidade” gritaram alguns deputados do PS. Como ousava Eurico colocar em discussão uma tal reivindicação?...

Não é este o lugar para fazer a história desta luta, que está profusamente referida nos meios de comunicação da época, a ponto de o semanário *Expresso* ter considerado o debate das gravuras como o debate do ano de 1995. História que bem necessita de ser feita, porque a muitos títulos é uma luta exemplar, a ponto de mais tarde ter sido atribuído a Eurico em 1998 o *Prémio Internacional da Federação Internacional das Organizações de Arte Rupestre* “por serviços excepcionais no campo da preservação da arte rupestre mundial”.

Na altura o que fazer às gravuras tudo e todos se dividiram. Em primeiro lugar os arqueólogos. Os mais sensatos defendiam a continuação da barragem e o afundamento das gravuras (“a melhor maneira de as preservar” – lembram-se?). O problema é que “as gravuras não sabiam nadar” – como inventaram os jovens, e o xisto em que estavam gravadas é fragilíssimo!

A esquerda dividiu-se. A direita dividiu-se. Os jornalistas dividiram-se. Os intelectuais dividiram-se. Os comentadores dividiram-se.

Não consigo compreender como uma questão destas pode deixar indiferentes, certas pessoas por quem me tinha habituado a ter admiração intelectual. Como podemos ficar indiferentes perante uma das primeiras manifestações artísticas (e já de grande qualidade) dos nossos antepassados de há 20 mil anos?

Ao governo e EDP não convinha um movimento plural que denunciava as mentiras, calúnias e manipulações da EDP através de todo o tipo de serventúrios, nacionais e estrangeiros.

O “grupo dos 4” que entretanto criara o “Movimento para a Salvaguarda das Gravuras de Foz-Côa” mantinha-se unido e ia respondendo tacticamente a cada manobra. A EDP e o poder político tentaram várias vezes silenciar os meios de comunicação social. Com a preciosa ajuda de um português, João Crisostomo, imigrado em Nova York, que tinha sido mordomo dos Kennedy e se oferecera a Eurico para nos ajudar, alertamos para esta situação os principais jornais do mundo que se revelaram preciosos para furar o bloqueio informativo interno: *Times*, *Newsweek*, *New York Times*. A Mila, através da Internet, mobilizava os profissionais de arqueologia de todo o mundo.

A acreditar nos meios de comunicação nacionais a população de Foz-Côa não queria as gravuras e exigia a construção da barragem. O “grupo dos 4”, através do “Fórum Ecológico Alternativo”, organizou um debate em Foz-Côa para discutir com a população. Eurico mobilizou o PS local, timorato e amorfo, para um debate onde se destacou a intervenção desassomburada de Almeida Santos em defesa das gravuras. A discussão foi muito viva, mas sempre pacífica e respeitosa, o que deve ter desiludido algumas televisões presentes, que devem ter sonhado com um espectáculo mais agitado.

Se alguma coisa se pode concluir deste debate é que a população desejaria preservar as gravuras e manter a barragem.

Tal como afirmamos noutra ocasião, uma opção excluía a outra, como se veio a provar.

A exemplo dos jovens de Foz-Côa, o movimento para a salvaguarda das

gravuras expandiu-se a todo o país junto dos estudantes do ensino secundário. Era uma situação nunca vista em Portugal.

A Mila, no MPSGFC, propõe que façamos, por tempo ilimitado e rotativamente, 24 horas de jejum em sinal de protesto. É assim que avançamos para os Jerónimos com um acampamento.

Alguns arqueólogos tentaram ridicularizar a iniciativa. Os jornais fazem silêncio e não noticiaram as adesões. Num determinado momento parece que esta iniciativa vai falhar. Entretanto somos visitados e saudados por muitos jovens. Há, portanto, que manter a iniciativa através de uma vontade militante, tanto mais que dentro de poucos dias se vai realizar mesmo ao lado o casamento real. É uma excelente ocasião para contactar a comunicação social, (as televisões do mundo inteiro vão ser atraídas pelo casamento), e aí vão descobrir um acampamento de protesto dos apoiantes das gravuras.

A polícia começa a aparecer e tenta intimidar-nos dizendo-nos que temos de abandonar o local. Não aceitamos. Mas começamos a considerar que o confronto iria ser inevitável.

Ao fim da tarde do dia seguinte, a 12 de Maio de 1995, a Polícia avisa-nos que até ao outro dia às sete da manhã tínhamos que levantar o acampamento.

Fizemos um apelo a todos os militantes das gravuras para virem dormir a Belém. Muita gente apareceu. Pouco passava das 6.30 horas da manhã chegou a TSF, pouco depois a SIC. Antes das 7 horas (o dia começava a romper) chega a PSP com várias carrinhas. O comandante começa a falar comigo. Os agentes dispersam-se pelo acampamento. Os militantes mantêm-se dentro das tendas.

Calmamente, mas com muita firmeza, respondi ao comandante que não abandonaríamos o local sem uma notificação escrita em que fossem especificadas as razões para não podermos estar ali. A ocupação do local tinha sido autorizada pelo Museu de Arqueologia. Mais: a notificação terá que ser dirigida ao senhor deputado Eurico Figueiredo, responsável pelo acampamento. O comandante da PSP vacila e manda recuar os agentes que ameaçavam começar a destruir o acampamento.

Tive a sensação que o comandante me tinha tomado pelo Eurico. Pareceu-me que me tinha chamado por senhor deputado. Deixei correr; entretanto, o país já tinha sido avisado em directo dos acontecimentos.

Na Assembleia da República, começaram os protestos dos deputados contra as ordens do Governo. Este não assumia a situação. Muita gente começa a chegar ao acampamento numa atitude de protesto e solidariedade.

Alguns dos arqueólogos apareceram e tive a sensação que estávamos a ganhar a batalha. O centro da luta estava agora no acampamento dos Jerónimos.

Às 11 horas o comandante da PSP aparece sozinho com uma notificação escrita dirigida ao deputado Eurico Figueiredo. Perante o país através de todos os meios de comunicação é a gargalhada geral. Tal como eu tinha suposto, confundira-me com o Eurico. Calmamente expliquei-lhe a sua lamentável confusão e aconselhei-o a ir ao Parlamento notificar o senhor deputado.

Nunca mais apareceu o dito comandante. Por volta das 19 horas apareceu

outro graduado da PSP que aceitou negociar a continuação do acampamento durante o casamento do D. Duarte. Assumimos o compromisso de ser discretos no decurso da cerimónia o que evidentemente aconteceu. Mas o que se tornou em acontecimento extraordinário é que o casamento aderiu em peso ao manifesto, exigindo a preservação das gravuras. O primeiro a assinar o abaixo-assinado exigindo a preservação das gravuras foi o pretendente ao trono, D. Duarte. Toda a gente sabe como terminou esta luta: O PS ganhou as eleições. Guterres quis que Foz-Côa ficasse como o símbolo do seu governo, mandando interromper a construção da barragem. Foi a sua primeira medida. Lamentavelmente nunca (nem Manuel Carrilho) referiu o movimento que antecedeu a decisão nem os seus principais protagonistas. Ele que depois do PCP, Verdes, CDS, tinha sido o último líder partidário da oposição a visitar Foz-Côa! Até Durão Barroso já se tinha pronunciado em Altamira a favor das gravuras. Eurico, que começava a conhecê-lo, dizia-nos que só nos pediria para o convidar, o que aconteceu, quando tivesse a absoluta certeza de que a grande maioria dos Portugueses apoiaria a interrupção da barragem!

A UNESCO transformou as gravuras em património extraordinário da humanidade.

Todos nós ficámos muito felizes. Mesmo que seja muito criticável a forma como foi e está a ser gerido este património. A população de Foz-Côa merecia melhor deste e do outro governo. Mas isso são outros contos que não cabem neste artigo.

UM GUTERRISTA ABANDONOU GUTERRES

Eurico Figueiredo enquanto o PS foi oposição apareceu na qualidade de porta-voz para a saúde na equipa de Guterres. Entretanto, Eurico era muito crítico em relação à política do governo no que diz respeito ao flagelo da droga. Portugal tinha-se tornado um paraíso dos traficantes.

Numa entrevista ao jornal *Público* partiu a loiça, abraçando, com o peso das suas responsabilidades profissionais de professor catedrático de Psiquiatria, posições antiproibicionistas. O debate estava lançado. A esta distância pode dizer-se que Eurico teve uma importância fundamental na alteração da política da droga em Portugal. Os toxicodependentes deixaram de ser considerados criminosos para passarem a ser considerados doentes. Mudança de monta mas insuficiente. Era e é uma questão de tempo: o tráfico está agora ameaçado. O proibicionismo que em definitivo só faz prosperar o tráfico, através da “guerra à droga”, isto é, através da política repressiva, vai ter que mudar.

Mas a reacção de Guterres a esta entrevista mostrou, ainda na oposição, os limites do guterrismo.

O PSD perdeu as eleições. Guterres formou Governo. Face ao avanço internacional da política neo-liberal viu-se claramente que o PS não seria capaz de se lhe opor, como foi incapaz de formular uma alternativa.

(Bem pode agora Guterres, como bom católico, penitenciar-se em nome da Internacional Socialista da política que praticaram. Na primeira qualquer um cai... à segunda só cai quem quer.)

Estavam assim criadas as condições para Eurico romper, e de facto rompeu, no início da segunda maioria do PS. Foi ele o primeiro a escrever uma carta aberta a denunciar a política de Guterres.

A INTERVENÇÃO RADICAL

Com mais de sessenta anos Eurico Figueiredo inicia uma nova fase da sua actividade política. Todos nós conhecemos pessoas que perante estes acontecimentos considerariam chegado o momento da reforma. Mas com Eurico a reforma não existe.

Multiplica os contactos com amigos de todas as latitudes, dos mais diversos quadrantes, para os sensibilizar a criar com ele uma associação política, não um partido.

Umhas centenas de pessoas criaram a Intervenção Radical. Mas rapidamente se constatou que a comunicação social não estava disponível para noticiar as suas iniciativas, por mais interessantes que fossem.

A Intervenção Radical tomou a iniciativa de propor ao movimento associativo (ambientalistas, associações culturais, recreativas, cívicas, etc.) a criação de um fórum capaz de elaborar um caderno reivindicativo face ao poder político.

É programada para a Assembleia da Republica uma reunião com a presença dos partidos para discutir as questões de financiamento dos movimentos sociais.

Mais de 200 organizações estão representadas. Almeida Santos, presidente da Assembleia da Republica faz um ataque cerrado às posições dos partidos face às associações. Todos os partidos tinham sido convidados. Todos afirmaram que estariam presentes, mas só o PS e o PC compareceram.

Helena Vaz da Silva afirmou que esta realização era histórica! Não só pelo número de organizações presentes, mas pelo nível das intervenções e reivindicações formuladas.

Nem uma imagem deste fórum, nem uma palavra; o silêncio foi total na comunicação social.

Mas como tudo se transforma, a partir deste movimento e conjuntamente com uma série de organizações e pessoas que tinham participado no Fórum Social mundial, no Brasil, decidiram convocar um plenário com vista à criação do Fórum Social português.

Estamos já a caminho do 2º fórum. O primeiro, apesar do relativo silêncio da comunicação social, foi um êxito.

QUE FUTURO?

O futuro só pode ser ecológico, ou não será. É assim que Eurico está a passar das palavras aos actos. Nas suas vinhas do Douro está a passar da agricultura tradicional à agricultura biológica.

Entretanto convidei-o para integrar uma empresa de biotecnologia.

Este projecto é também o futuro imediato.

A empresa portuguesa – ECO-SOROS – vai transformar “lixo” em plástico biodegradável, propondo-se reaproveitar para a indústria um produto actualmente considerado um desperdício poluente (o soro lácteo proveniente do fabrico de queijo) e, no futuro, utilizá-lo como matéria-prima na produção de plástico biodegradável. Estima-se que actualmente sejam despejados nas águas portuguesas mais de um milhão de litros de soro lácteo por dia, inquinando-as e acidificando-as.

O que a Eco-Soros propõe é, além de resolver este problema ambiental, separar os vários componentes do soro lácteo, que podem ter um aproveitamento industrial (em Portugal e no estrangeiro), alguns deles em áreas de ponta como a indústria alimentar, farmacêutica, cosmética ou fabrico de polímeros biodegradáveis.

O soro lácteo é composto por água (mais de 90 por cento), caseína e outras proteínas, gorduras, lactose e sais minerais. Se a caseína pode ser reaproveitada pelos queijeiros e as gorduras para a produção de natas e manteiga, é sobretudo nas proteínas e na lactose que a Eco-Soros está interessada.

O processo industrial previsto pela empresa é composto por várias unidades de recolha de soro, e uma unidade fabril na Guarda, onde se completará o processo. O objectivo é receber entre 750 mil e um milhão de litros de soro lácteo por dia e produzir 8 toneladas de concentrado proteico e 30 toneladas de ácido láctico diárias.

Se este projecto chegar ao fim, acaso a burocracia e miopia do estado não o tornarem inviável, será um caso raro no panorama português: trata-se de investigação industrial nacional propondo uma solução inovadora em relação ao que se faz em todo o mundo.

A memória, diz Shakespeare, é a guardiã da mente. Esta curta viagem pela nossa memória talvez nos ajude a preservar a nossa mente. Obrigado Eurico pela oportunidade que me deste de fazer este exercício.

OS FUNDAMENTOS DA IDEIA REGIONALIZADORA E O PAPEL DE EURICO FIGUEIREDO NO PROCESSO REFERENDÁRIO DA DÉCADA DE NOVENTA

Fernando dos Reis Condesso

Nos termos do Decreto do Presidente da República n.º 39/98, de 1 de Setembro¹, foi convocado um referendo sobre a instituição em concreto das regiões administrativas, ou seja, sobre as áreas das futuras regiões autárquicas supramunicipais, constitucionalmente previstas desde o texto originário e reafirmado por unanimidade parlamentar na década de noventa, o qual se efectuou no dia 8 de Novembro de 1998.

As questões colocadas eram as seguintes: a) A primeira, dirigida a todos os cidadãos eleitores recenseados em território nacional, com a seguinte formulação: “Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?”²; b) A segunda, dirigida aos cidadãos eleitores recenseados em cada uma das regiões criadas pela Lei n.º 19/98, de 28 de Abril, com a seguinte formulação: “Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral.”

O referendo viria a ser desfavorável ao mapa e regionalização propostos pelo Governo³.

Este acto foi precedido da criação de um movimento denominado Portugal Plural⁴ e de um Congresso Nacional sobre o tema, onde se integraram e participaram figuras de destaque da vida política e académica portuguesas, um e outro liderados por Eurico Figueiredo⁵, sempre o homem e líder de convicções profundas e inabaláveis, e solidariedades culturais e pessoais intemporais, com a coragem ímpar da sua afirmação contra ventos e marés, independentemente das lógicas partidárias ou dos falsos uniformismos pré-estabelecidos. Político invulgar, artífice da coerência entre o humanismo e o naturismo e a ecologia, defensor de uma sociedade de justiça vivencial para todos, e de uma economia e desenvolvimento sustentável, dos patrimónios culturais, pensador, empresário e até enólogo, foi professor e agente social como sempre tem vivido, de cara levantada, sem medo de dizer o que pensa e o quer para o seu país e a sua Europa.

A ele dedico estas singelas considerações sobre a problemática da regionalização, tal como o movimento a viu e os seus adeptos, entre os quais me conto, a continuam a pensar.



Concelhos		Freguesias		
Total	Apurados	Total	Apuradas	
306	298	4241	4231	
RESPOSTAS À 1.ª PERGUNTA Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?		% SIM	% NÃO	BRANCOS
		36,49%	63,51%	1,01%
RESPOSTAS À 2.ª PERGUNTA Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?		% SIM	% NÃO	BRANCOS
		36,08%	63,92%	2,06%
RESULTADOS ACTUALIZADOS		VOTANTES48,30%		
		ABSTENÇÃO.....51,70%		

Historicamente, as regiões administrativas “nasceram de um duplo imperativo, económico e técnico, e não apenas de uma vontade política de reconhecer uma qualquer identidade regional”⁶. Aliás, hoje, a razão fundamental mobilizadora do fenómeno regionalizador, bebida precisamente na lição da história e da análise da evolução do desenvolvimento económico-social a níveis infra-estatais, prende-se com a necessidade de acelerar o bem-estar das populações, em Estados com assimetrias de desenvolvimento. E isto independentemente da questão da existência ou não de regiões naturais e culturais⁷. Não é importante discutir a questão da “regionalização natural”⁸, ou a de uma eventual regionalização assente na ideia de complementaridade⁹.

O aparecimento de estruturas regionais, convencionalmente organizadas, “deve transformar-se num factor de minoração, e se possível de erradicação, daqueles graves problemas que a Administração Pública vem resolvendo e a que não tem sabido pôr cobro”, pois “as regiões não vão criar novos serviços: antes vão receber serviços da Administração Central, fazendo um aproveitamento e gestão dos meios materiais e humanos muito mais eficiente que a Administra-

ção Central o pode fazer”¹⁰. A regionalização leva, “não (...) à duplicação de serviços”, antes à “transferência de meios da Administração Central para a Regional”, pelo que “não haverá sobrecarga de despesa, uma vez que se pretende que a maior eficácia obtida se traduza em poupança nos orçamentos”¹¹.

Podem enumerar-se *quatro causas para a regionalização*, ligadas aos seguintes objectivos: a preservação e aproveitamento de identidades culturais, étnicas, “linguísticas”, geográficas; o reequilíbrio da responsabilidade entre cidadãos e funcionários, garantindo mais órgãos eleitos; a procura de uma melhor localização das decisões e o aligeiramento da sobrecarga administrativa do Estado e da sua Administração Central (eu diria Administração Geral, quer central quer periférica)¹².

Deve destacar-se que “as regiões são subsistemas do sistema nacional, onde se integram” e há “equipamentos sociais e produtivos, há projectos económicos e infra-estruturas de desenvolvimento científico e tecnológico, que não têm uma função meramente municipal e só são visíveis a nível regional, extravasando alguns mesmo para o âmbito multirregional”¹³, como acontece com o desenvolvimento económico e social da região, o ordenamento territorial, a preservação do ambiente, a valorização do meio natural e cultural e a qualidade de vida das populações, tudo “objectivos gerais de desenvolvimento regional, cuja especificação dependerá das condições geo-económicas, políticas e humanas de cada região concreta”¹⁴.

Em Portugal, a Lei Quadro da Regionalização, aprovada em 1991, pela Assembleia da República, define onze áreas de atribuição que constituirão objectivos da acção das regiões administrativas, a saber¹⁵: desenvolvimento económico e social; ordenamento do território; ambiente e conservação da natureza e recursos hídricos; equipamento social e vias de comunicação; educação e formação profissional; cultura e património histórico; juventude, desporto e tempos livres; turismo; abastecimento público; apoio às actividades produtivas; e apoio à acção dos municípios¹⁶. Assim, aqui, “o carácter de instrumento de democratização, de racionalização e de qualidade da organização administrativa que caberia às regiões tem sido privilegiado no caso do continente”, aparecendo a região configurada, “em diversos casos, menos como uma entrega de poder a comunidades populacionais que o reivindicam e mais como um instrumento de ordenamento do território, de planeamento, de organização da Administração Pública, em termos descentralizados, de partilha vertical de poder, de mobilização de recursos endógenos para o desenvolvimento, de eficiência na gestão de recursos, etc.”¹⁷.

As matérias de atribuições das futuras regiões estão concebidas¹⁸ para terem em conta “as assimetrias e as diferenças de desenvolvimento económico, para que possam transformar-se nos principais catalisadores do desenvolvimento harmonioso do país, quebrando o isolamento das zonas periféricas e tornando-as reciprocamente complementares”¹⁹. Em termos de planeamento, está em causa o levar a que “a dinâmica dos sistemas regionais seja incorporada no próprio processo de planeamento”²⁰.

Uma visão realista da regionalização assenta na ideia de que esta não implica, por si só, a reforma do aparelho de Estado²¹; pode favorecer o desenvolvimento regional, embora, só por si, não garanta a inversão das forças económicas²². E a eficácia da regionalização não está, necessariamente, correlacionada com o volume dos respectivos meios financeiros, pois a qualidade dos recursos humanos e a imaginação e dinamismo das suas novas lideranças são vitais para o seu impacto positivo²³.

Tudo isto exige que a definição das atribuições regionais, na lógica da distribuição do poder global, seja enformada, de modo interligado, por cinco princípios essenciais: coordenação, parceria, igualdade, coerência espacial e mobilidade. Isto é, as funções transferidas para as Regiões devem prever “a possibilidade de melhorar a alocação dos recursos e um efectivo valor acrescentado (ou em termos de eficácia ou em termos de participação dos cidadãos)” (*princípio da coordenação*), que o “exercício das competências regionais deve conduzir ao reforço das articulações e parcerias entre a Administração Central e a Administração Local e entre o sector público e o sector privado” (*princípio da parceria*), que as competências regionais se traduzam, “de preferência, na mobilização dos serviços de acção dos outros”, pois as Regiões deveriam ter sobretudo um papel impulsionador de políticas, deixando a outros a sua execução (*princípio da centralização e da mobilização*), sem regionalizar “funções em que possa haver um sério risco de as diferenças de meios e opções entre as Regiões conduzirem a desigualdades nas condições de acesso dos cidadãos a serviços essenciais” (*princípio da igualdade*), e “as funções relacionadas com as matérias que relevam da concorrência inter-regional” ou as “funções que apresentam fortes externalidades sobre outros espaços regionais” devem permanecer como atribuições gerais do estado (*princípio da unidade e coerência territorial*)²⁴.

A regionalização leva a um *planeamento local com uma lógica endógena, de implosão progressiva e perequativa do desenvolvimento*²⁵. Como se referiu, no FORUM 2000, do ISCSP-UTL, a questão fundamental prende-se com a descoberta das “vias que assegurem o encontro entre a política de desenvolvimento nacional, que vem sendo veiculada, a nível regional, pela Comissão de Coordenação Regional (extensão da Administração Central), e os processos de planeamento local e intermunicipal conduzido pelos municípios”, o que “só é alcançável por vontade própria e não por imposição de qualquer nível de poder ou sequer da reivindicação de outros grupos de interesses”²⁶. Mas não será que “a criação de regiões administrativas abre um novo espaço de poder entre a Administração Central e os municípios, cuja utilidade para o planeamento estará sobretudo na promoção do encontro entre as políticas nacionais e locais através do fortalecimento dos valores de cooperação intra e interníveis e do apoio à aplicação do *princípio de subsidiariedade* (e seus limites)”, num “novo contexto”, em que o planeamento físico e regional e a operacionalização da sua execução tem todo o sentido “se forem efectivamente transferidas competências da Administração Central para os órgãos das regiões neste âmbito, bem

como os meios necessários à execução de planos, designadamente dos PROT e programas integrados e sectoriais de âmbito regional”, sem prejuízo de que “os municípios se revejam nos órgãos regionais quanto à defesa das políticas de ordenamento supramunicipais e cooperem activamente na sua prossecução”²⁷, o que é coisa distinta, embora importante na lógica, não representativa, mas participativa global, de impulsos *from below*.

Quanto à *questão das finanças locais* num Estado regionalizado, este tema em Portugal tem merecido um debate incipiente ou pré-orientado. Sinteticamente, importa referir que no FORUM 2000 do ISCSP se defendeu uma solução continuísta, segundo a qual “a opção por um regime de receitas regionais assente, não em dinâmicas de fiscalidade local, ou da sua afectação directa às regiões, onde são cobradas, mas, pelo contrário, em uma participação em receitas gerais do Estado, e distribuída entre as regiões por critérios tendentes a assegurar um carácter redistributivo pode constituir um factor de aproximação dos índices de desenvolvimento entre as várias regiões”²⁸.

Outra preocupação dos economistas regionais, liga-se à questão dos possíveis *efeitos do fornecimento de bens públicos* numa dada região. Referindo-se ao tema em termos de lógica municipal, Tiago Pereira considera que “um fornecimento eficiente dos bens públicos locais requer, ainda, que não haja efeitos externos entre municípios vizinhos, ou seja, que os contribuintes (munícipes) e beneficiários sejam aproximadamente os mesmos”. E acrescenta que, “na presença de efeitos externos positivos (negativos) existem benefícios (custos) para os munícipes de concelhos vizinhos que não contribuem, pelo que se espera que o nível de fornecimento dos bens sejam abaixo (acima) do nível óptimo”, fenómeno que “é evidente no que toca à relação entre municípios centrais (por exemplo os municípios de Lisboa e Porto) e os municípios suburbanos. Os residentes nos subúrbios que trabalham nos municípios centrais usufruem de benefícios nesses municípios (estacionamento de acesso público, jardins, rede viária) sem para isso contribuírem, conduzindo a um fornecimento insuficiente destes bens e podendo dar origem a uma situação de *stress* fiscal municipal”²⁹. O mesmo autor, tendo estudado a *capitalização da contribuição autárquica*, nas várias regiões, analisando “cada um dos impostos separadamente”, verificou que “o Algarve (18 contos/hab.), Lisboa e Setúbal (9 contos/hab.) e Entre Douro e Minho (6 contos/hab.) são as regiões que geram maior capitação de contribuição autárquica”. E que, por outro lado, “é nas regiões dos Açores, Trás-os-Montes e Alto Douro e Madeira que esse valor é mais baixo, não excedendo os 3 mil escudos por habitante”. E, também quanto à SISA, a “situação é semelhante, o que comprova as dificuldades que estas regiões têm em gerar receita própria”. Assim conclui que, em termos “de pesos relativos, a contribuição autárquica é mais importante na receita fiscal para o Algarve, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira interior e Açores e é menos significativa como receita fiscal para Lisboa e Setúbal, Madeira, Alentejo e Entre Douro e Minho”. Já no que concerne ao IVA do turismo, “este apresenta maior expressão no Algarve e Madeira”, e o imposto sobre veículos aponta para

“valores mais significativos para os Açores e Trás-os-Montes e Alto Douro”³⁰. Ora, “quanto menor for o grau de autonomia fiscal, maior a importância que um sistema de subvenção terá em determinar a posição fiscal das autarquias locais, sejam elas municípios ou regiões administrativas”, sendo certo que numa óptica de desenvolvimento, “parece ser desejável que se introduzam os incentivos para que uma região desenvolva uma base económica minimamente sólida, a fim de que possa alargar a sua base tributária e, conseqüentemente, a capacidade de gerar receitas fiscais de forma endógena”. Assim, uma coisa parece segura para Tiago Pereira, é que a “manutenção de elevadas transferências *per capita* para as regiões menos desenvolvidas poderá (...) ter, como efeito perverso, um incentivo ao atraso económico das regiões”³¹. No entanto, não pode esquecer-se que “o regime de subvenção da Administração Central e da União Europeia, favorável às regiões menos desenvolvidas do continente, conseguiu que essas regiões disponham hoje de equipamentos colectivos e serviços públicos em alguns casos melhores, do ponto de vista do capital físico (infra-estruturas), que os das regiões mais desenvolvidas”, mas isso, “não arrastou consigo nem uma melhoria do capital humano (médicos, professores, etc.) nem o desenvolvimento económico sustentado dessas regiões, que continuam na sua maioria, em processo de despovoamento”. Com esta constatação, não se pretende contestar o interesse da intervenção incentivadora, pois, como bem refere o autor, estamos perante um problema de insuficiência, não de rejeição. Isto é, “o modelo de financiamento regional é importante como pano de fundo da descentralização política e administrativa”, mas deve ser complementado “com medidas de âmbito mais microeconómico (de benefícios e incentivos fiscais aos investimentos), se se quer chegar a um maior desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas”³². Ora, aqui a regionalização também ganha significado, pois “a criação das regiões administrativas contribuirá necessariamente para aproveitar de uma forma mais racional, sistemática e coerente as potencialidades que a União Europeia oferece para a correcção das assimetrias existentes entre as diversas regiões europeias preenchendo os três níveis de integração regional consagrados pela União: NUTS³³ 1: Continente, Açores e Madeira; NUTS 2: Regiões Administrativas e NUTS 3: Municípios ou agrupamentos de municípios.

As Regiões devem ser a *base gestonária dos fundos comunitários*, destinados a programas operacionais de âmbito regional. Elas devem geri-los e efectivar a sua coordenação, em sentido ascendente e descendente, isto é, em “estreita cooperação com a administração municipal e com o Estado”³⁴.

Quanto à questão do *modelo espacial* adequado de regionalização e às funções a que a regionalização deverá prevalentemente satisfazer, João Saraiva afirma que a prevalência deve ser dada às “funções de desenvolvimento económico, social e cultural, inscrito no projecto constitucional”. Devem ser elas a determinar “o modelo espacial de regionalização do país e não considerações especificamente geográficas ou de simples planeamento económico”. E, por isso, “o modelo espacial de regionalização deverá adequar-se à possibilidade de

inserção de mecanismos e instrumentos de planeamento”. Isto é, devem estimular e garantir “as finalidades de desenvolvimento económico e social do país, a justa *repartição de recursos*, a descentralização de políticas e a *participação*, na elaboração dos diversos planos e programas nacionais, bem como a elaboração e execução dos planos e programas de acção regional, sectoriais e locais”, considerando “as especificações das áreas metropolitanas a admitir no interior do espaço regional”, como “espaço de desenvolvimento integrado, espaço de expressão geográfica mais reduzida, com características de desenvolvimento e afirmação sociocultural específicas”. E deverá prosseguir o “alargamento da esfera de autogovernadas populações e confirmar a possibilidade de estabelecer um subsistema administrativo à escala regional, de forma a garantir a proximidade das decisões das populações abrangidas, mediante a descentralização de funções, meios financeiros, técnicos e humanos, provenientes da Administração Central”. E deve ser pioneira em soluções modernizadoras da Administração Pública como administração aberta, participada, mobilizada e orientada para o desenvolvimento, com formas de descentralização e de desburocratização.

O futuro modelo espacial de regionalização e sua institucionalização³⁵ tem de potenciar a autonomia e um real poder autárquico infra-regional, num quadro de ampla cooperação intermunicipal e estadual³⁶. Alheia à concepção de um mapa artificial anacrónico e distantes das solidariedades funcionais historicamente construídas, como o que fora proposto e rejeitado em referendo para a criação das regiões administrativas portuguesas³⁷.

Não podemos deixar de partilhar esta visão das coisas. Com efeito, em termos de Desenvolvimento Regional, são várias as razões “que justificam a necessidade da formulação e implementação da política regional e dos planos”. Por um lado, as “dificuldades que se levantam às políticas de âmbito nacional em face da existência de regiões-problema”³⁸ e a “necessidade, generalizadamente sentida, de dar concertação e eficiência às acções de política global e política sectorial”³⁹, tal como de criar uma base espacial integradora para as próprias acções da política urbana”⁴⁰. Outro aspecto a ponderar, é a necessidade da evolução dos processos estar sempre subordinada a relações de interdependência de vária ordem, cuja consideração se tornará mais fácil, à medida que nos aproximamos das escalas mais elementares a que os problemas se manifestam⁴¹. Porém, a necessidade das políticas e dos planos encontra fundamentação evidente ao nível dos próprios problemas e dos objectivos do Desenvolvimento Regional. Para tal, deve ser estabelecido um processo de controlo, que Simões Lopes também designa de planeamento, que, “nas economias de mercado, é apenas indicativo”, mas que, de qualquer maneira, “deve assentar no pressuposto básico de que o espaço não é em elemento neutro”⁴². O planeamento pode ser considerado numa “perspectiva adaptativa” ou “passiva”, onde o espaço é tido como um elemento neutro, a evolução do sistema espacial (físico) processando-se, apenas, por forma a atingir a satisfação das necessida-

Mapa proposto e rejeitado em referendo para a criação das regiões administrativas portuguesas:



Fonte: LOPES, José – *Regionalização: Portugal e as experiências na União Europeia*. Coimbra: CEFA – Centro de Estudos e Formação da Administração. (Colecção Actas). Junho de 1997; p. 267.

des do processo económico. Ou então, numa perspectiva “desenvolvimentista” ou “activa”, em que ficam em primeiro plano as relações entre desenvolvimento e evolução espacial numa “concepção dinâmica”⁴³, procurando-se chegar a um modelo que vise o desenvolvimento. A organização espacial surge frequentemente apontada como meio para o desenvolvimento, mas mais que meio será também objectivo sempre que os aspectos quantitativos do crescimento não se imponham como fim e sobretudo quando o desenvolvimento se aferir por condições de acesso das populações aos bens e serviços básicos e às oportunidades em geral⁴⁴. A análise das teorias do desenvolvimento regional revela factores actuantes à escala regional, cujo menosprezo pode dificultar o processo de desenvolvimento e cuja correcta consideração pode ao contrário facilitá-lo. Uma escala regional suficientemente pormenorizada possibilita o diagnóstico dos problemas, sempre diferenciados, ao permitir a identificação dos factores que os condicionam e que têm de ser tidos em conta na procura das

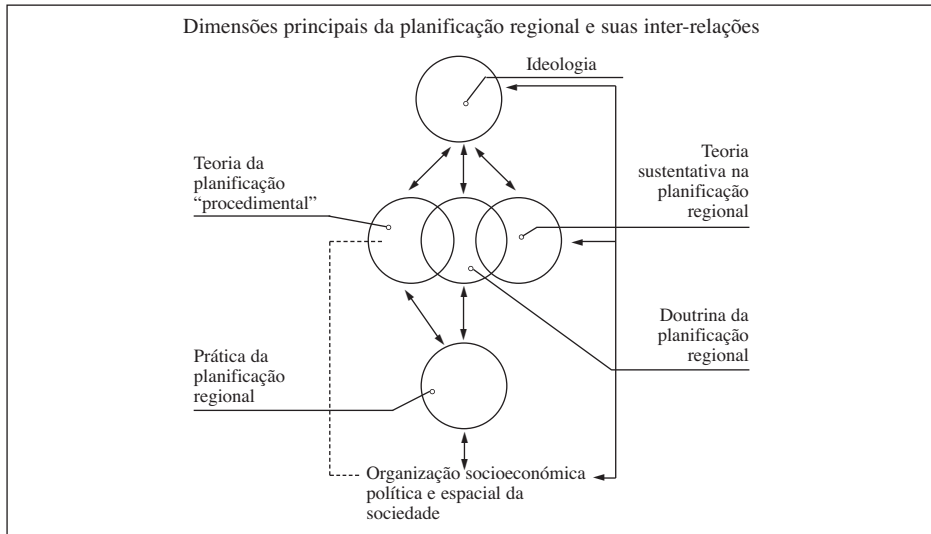
soluções. Esses factores podem ser agrupados em naturais, humanos, económicos e institucionalo-políticos (de enquadramento)⁴⁵. Não há nenhuma actuação de política sectorial, cuja implementação possa ser feita fora de um contexto espacial concreto que deverá impor a necessidade de considerar as suas características estruturais. As políticas sectoriais podem existir isoladamente, mas terão nesse caso carácter abstracto, porque, para acontecerem efectivamente, têm de ponderar a estrutura regional de implantação, sob pena de correrem riscos de insucesso, cuja amplitude pode ser, aliás, mascarada, exactamente por um nível de agregação mais elevado. A política regional não pode ser uma categoria de políticas, pois para ser eficaz tem de ser a síntese das políticas, que dela necessitam para se efectivarem de forma coerente e consistente, em face dos objectivos globais e sectoriais. O desenvolvimento nacional é a resultante do desenvolvimento regional. Este não pode deixar de ser visto numa perspectiva integradora, seja através da consideração dos factores específicos das regiões, de uma panorâmica de desenvolvimento ou através da conciliação, compatibilização a hierarquização dos objectivos de desenvolvimento e crescimento. A política regional tem de ter, imperiosamente, carácter integrador; e é ao nível regional e particularmente local em que os problemas se manifestam, que grande parte dos conflitos têm de ser resolvidos. Uma hierarquização correcta dos objectivos e uma orgânica político-institucional apropriada podem eliminar muitas das questões. O interesse pelos estudos de políticas regionais surge, sobretudo, como fruto de problemas específicos à escala regional, que acabam por ser dificilmente resolvidos a escalas nacionais e não o virão a ser, a não ser em termos de impulso e apoio, ou apenas assistencialmente, em escalas europeias. Há diferentes concepções das políticas e dos planos em relação às quais é necessário tomar posição. De um lado, as que se encaminham no sentido de admitir a necessidade de desagregação, numa via que poderá designar-se de *'regionalização dos planos nacionais'* e em que as regiões ficam a ser simples *'objectos de planeamento'*. De outro lado, as que defendem a necessidade de ver nas regiões autênticos *'sujeitos de planeamento'*, a eles cabendo a definição dos objectivos e das estratégias e o controlo da sua execução, havendo naturalmente que promover a conciliação entre os vários planos regionais e locais, e os acomodar dentro das capacidades globais dos meios. A última opção, sendo a "mais difícil do ponto de vista operativo", é, à partida, a mais prometedora em termos da eficácia potencial, indo no sentido do *'planeamento compreensivo'*. Importa destacar que esta abordagem sistémica, ao tomar as regiões como componentes de um todo organizado, lhes atribui um papel fundamental no âmbito das relações que se estabelecem entre as componentes e entre elas e o todo. A gestão de um sistema regional implica a definição dos objectivos, a inventariação dos meios e o controlo da evolução do sistema. A formulação de objectivos deve ser tomada necessariamente como predecessora de qualquer tentativa de elaboração de estratégias. Há objectivos últimos que são finais e há os instrumentais que são meios. No entanto, tudo depende da escala, quer temporal, quer espacial, em que se trabalha. O desenvolvimento

tem de ser considerado um fim último e o crescimento apenas um meio, um dos meios que poderá criar condições para que o primeiro seja atingido, sempre numa óptica de longo prazo. Fundamental será, do mesmo modo, que os fins últimos sejam susceptíveis de avaliação para que o processo de planeamento não seja arbitrário e o controlo venha a ser concretamente possível. E não menos importante, o processo de participação, que ao nível dos fins se localizará na instância política representativa mais elevada, tem de estender-se às outras instâncias participativas, aos níveis inter-regional, regional e local, para que a eficácia e a validade possam vir a ser asseguradas. Quanto aos objectivos, nem sempre são quantificáveis, o que se justifica devido à existência de determinados aspectos qualitativos, como os culturais e estéticos, associados a valores. O fim último é o desenvolvimento, qualificado ainda por preocupações de justiça económica a social, equilíbrio ecológico, defesa do ambiente a qualidade de vida. As formas de o atingir, os objectivos podem sintetizar-se na organização do espaço, única via de criação de condições de acesso válidas a bens e serviços básicos. Isto é, devem ser as Regiões os sujeitos de planeamento e não apenas as sujeitas ao planeamento. As teorias de Desenvolvimento Regional, especialmente as de índole económica, preocupam-se fundamentalmente com o crescimento regional e podem ser arrumadas em dois grandes grupos, consoante o tomam como “*crescimento visto de fora*” da região ou “*crescimento visto de dentro*”⁴⁶. No primeiro, cabem as tentativas de explicação que se apoiam sobre os mecanismos subjacentes à transmissão do crescimento económico no espaço, enquanto no segundo a atenção se concentra no processo interno à região.

A realidade portuguesa caracteriza-se por um quadro espacial de dualismo profundamente marcado, em que os desequilíbrios regionais se agravam num processo que é já cumulativo. Em Portugal, existem várias regiões com características próprias, que interactuam entre si. No entanto, não nos podemos esquecer que o nosso país não se encontra isolado, estando inserido num contexto mais vasto, desde logo o Ibérico, onde estabelece relações que é importante equilibrar. Para tal, o crescimento deveria ser efectuado de uma forma concertada com o devido controlo, tendo em conta a assimetrias regionais, que muitas vezes são também assimetrias sociais⁴⁷.

Em 1987, dizia Simões Lopes que, em Portugal, a política regional, *per se*, era, praticamente, inexistente, embora, de há muito, se falasse nos desequilíbrios regionais e na necessidade de os corrigir. Hoje, tendo presente o modo de criar e a autoria dos planos regionais, chamados de Desenvolvimento Regional ou de Ordenamento Territorial, podemos continuar a dizer que o verdadeiro planeamento regional, capaz de desenvolver as regiões segundo os seus recursos e dinâmicas, ainda não chegou.

Com efeito, como assinala o mesmo Simões Lopes, não há política que, na prática, aconteça fora do contexto regional, assim como é inteiramente descabido falar da política regional como mais uma categoria de políticas. Tudo começa nas regiões e termina nas regiões, porque há necessidade da política se



Fonte: FRIEDMAN – *Territory and Function*. University of California, 1979, apud SOTELO NAVALPOTRO, J. A. – *Modelos de Organización y Desarrollo regional*. Madrid: IUCA, s.d., p. 43. Sobre a intervenção ública no território, ver, ainda, SOTELO NAVALPOTRE, J. A. – *Modelos de Organización y Desarrollo regional*. Madrid: IUCA, s.d., p. 42.

aproximar das pessoas. O desenvolvimento nacional é afinal a resultante do desenvolvimento regional, é o desenvolvimento regional. A regionalização é um factor de crescimento e desenvolvimento económico.

Os objectivos essenciais de um Estado europeu são a construção de uma sociedade livre, justa e solidária⁴⁸, não podendo deixar de lhe caber um conjunto de tarefas fundamentais entre as quais está a realização do bem-estar social, com a melhoria da qualidade de vida das populações e a minimização das desigualdades entre os cidadãos⁴⁹, designadamente os que vivem em territórios diferentes. Por mais liberal que seja a filosofia económica e social, compete sempre aos poderes públicos estabelecer os quadros gerais em que toda a actividade económica deve desenvolver-se e que traduz o processo orgânico de satisfação de necessidades humanas mediante a afectação de bens materiais raros a fins alternativos individuais ou sociais, privados, comunitários ou públicos⁵⁰.

Como refere João Cravinho⁵¹, uma democracia europeia verdadeiramente moderna carece de uma reforma da Administração Pública que, no caso português, é ainda hoje marcada por um excessivo centralismo que afecta negativamente a eficácia das políticas públicas e torna as decisões administrativas lentas⁵². A modificação do relacionamento entre os cidadãos e o Estado constitui um verdadeiro desafio que só poderá ser ganho, embora a longo prazo, através do processo de descentralização⁵³. E, desta modificação de relacionamento, deverá ainda resultar a desconcentração de muitos serviços⁵⁴.

O desenvolvimento harmonioso é o primordial objectivo da instituição das

regiões administrativas, pois elas estão vocacionadas para actuar nos domínios do planeamento, da programação das políticas públicas e da afirmação das potencialidades regionais⁵⁵. Ora, a meta subjacente à criação das regiões administrativas é precisamente o aumento da eficiência do Estado, na medida em que tal permite tornar as decisões mais céleres, mais participadas e mais próximas dos destinatários⁵⁶. As regiões administrativas, a criar em Portugal, por previsão constitucional, constituirão autarquias locais de nível intermédio, entre o Estado e os municípios, vocacionadas para intervir ao nível do planeamento⁵⁷ e da definição das prioridades de actuação do sector público em cada uma das regiões^{58, 59}. A regionalização deverá, pois, procurar criar capacidades adicionais de intervenção nos espaços regionalmente partilhados, promovendo a *solidariedade e a cooperação* entre municípios e entre regiões, evitando o egocentrismo da capitalidade nacional e dos municípios, contribuindo, assim, desta forma para a coesão e a coerência nacionais⁶⁰. E o aproximar as estruturas e pólos de decisão administrativa dos cidadãos deve ser outra das metas a atingir pela regionalização⁶¹. Há que referir o facto das estruturas intermédias de poder existentes em certos Estados europeus desenvolvidos, como a Bélgica, a Holanda e a Dinamarca, terem, em média, menor área e menos população do que teriam as regiões administrativas de Portugal⁶².

As grandes dificuldades que possam surgir aquando da divisão do país em regiões não deveriam provocar pelo menos pelas razões apresentadas, a inviabilização do processo de regionalização⁶³. Pois, como resulta da Constituição (*princípio da aproximação dos serviços aos cidadãos, princípio da desconcentração, princípio da descentralização, promoção do princípio da participação*) e é universalmente aceite, administra melhor os interesses públicos quem se encontra mais próximo dos titulares desses mesmos interesses⁶⁴.

Em termos de regionalização, tem especial relevo a temática do enquadramento teórico da planificação territorial e do ordenamento do território, e o planeamento. O plano é o instrumento básico do ordenamento do território, pois este concretiza-se sobretudo na aprovação pelas entidades públicas de planos elaborados de acordo com uma tipologia e regras pré-definidas, para permitir a audição de todas as entidades da Administração com responsabilidades nos diversos sectores implicados e dos particulares enquanto interessados directos, pela sua ligação real aos solos considerados ou enquanto cidadãos interessados no respeito de padrões de legalidade e qualidade do ordenamento.

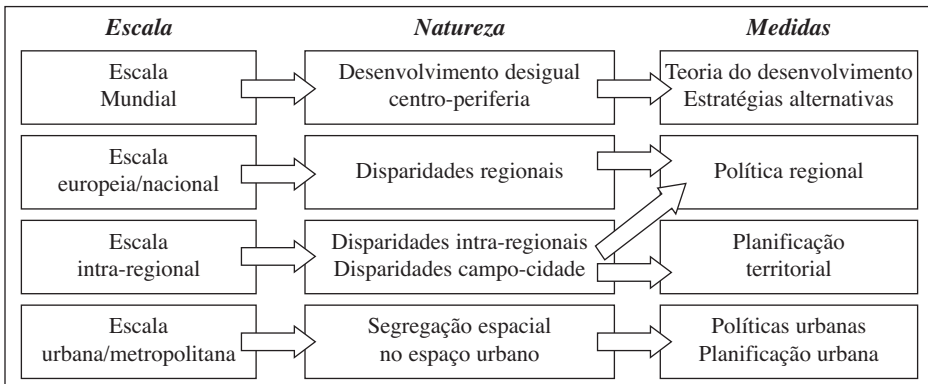
As definições, conceitos e princípios sobre planeamento decorrem de diferentes “visões de planeamento”, que podem ser questionadas, como o faz, v. g., Friedman, que se demarca daquela visão normalmente seguida e “preside na prática, em geral, aos processos de planeamento territorial efectivamente desenvolvidos, de cuja metodologia, ligada à escola de pensamento que designa de “análise de políticas” se demarca, defendendo que “the time would therefore seem to be ripe for a new conceptual approach”, mas a que, no entanto, reconhece importância actual (“The rational-choice model of planning has stagnated for nearly two decades”)^{65, 66}.

Na linguagem anglo-saxónica, não há dois termos distintos para designar planificar e planear, planificação e planeamento, apenas se usa *to plan* e *planning*. Assim, o *planning* é definido por Faludi, em 1973, como “a rational process of thought and action which ultimately aims, as science does, at promoting human growth”. Um década depois, em 1983, por Fror, como “the process of preparing a set of decisions for action in the future, directed at achieving goals by preferable means”, e na década seguinte, em 1993, Hall dirá que “Planning, as a general activity, is the making of an orderly sequence of action that will lead to the achievement of a stated goal or goals”⁶⁷. Romà transcreve a definição de D. Keeble, segundo a qual ele é “el arte e la ciencia de ordenar el uso del suelo y el emplazamiento de los edificios con el máximo grado posible de economía, comodidad y belleza”⁶⁸. António Pais Antunes, fazendo a síntese operacional entre várias perspectivas, considera que o “planeamento territorial é a actividade realizada pela Administração no sentido de definir as orientações e as medidas (disposições e acções) susceptíveis de promover, de forma tão adequada quanto possível, o desenvolvimento global de um dado sistema territorial”⁶⁹, que é o “conjunto formado pelas actividades realizadas numa dada área e pelos fluxos gerados por essas actividades, e ainda pelos espaços onde essas actividades se desenvolvem e pelas redes por onde esses fluxos circulam”⁷⁰. Em Portugal usa-se, normalmente, o termo planeamento, mas mesmo quando se utiliza o vocábulo planificação, os dois termos aparecem com o mesmo significado, enquanto em Espanha, a doutrina usa predominantemente os mesmos termos para traduzir realidades de intervenção material, territorial e institucional diferentes, falando-se de planificação económica, planificação territorial, talvez até porque sempre comunga algo dos objectivos económicos, embora situados, e planeamento urbano, em princípio puramente físico, sendo certo que por detrás destas distinções há diferentes atribuições materiais e portanto territoriais de poderes legislativos e administrativos, num fenómeno de descentralização que vai desde o Estado aos municípios, passando pelas CCAA.

A planificação em países democráticos pode ser definida como a positivação e cartografização de linhas de acção orientadas à prossecução de objectivos pré-fixados pelos representantes legítimos da Comunidade, a que se reportam as intervenções prospectivadas sobre o território, isto é, pelo legislador e pela Administração pública. Como refere Romà Pujadas, “Dentro del campo de la ordenación del territorio, planificar implicará trazar unas líneas de acción dirigidas a alcanzar unos determinados objetivos territoriales”⁷¹, ou, talvez, numa perspectiva menos neutra, pois cada vez mais integradora de políticas com influência no território e de ordenamento sustentável, prosseguir objectivos territoriais, físicos, e conjugar objectivos sectoriais, designadamente de desenvolvimento económicos e ambientais, num território considerado⁷². No fundo, como refere Giannini, a acção de planificar decide sempre acerca da utilização dos recursos existentes⁷³.

A análise territorial, independentemente do seu enquadramento legal, nunca poderia ser anômica, no sentido de que sempre teria de obedecer a regras lógicas de encadeamento do seu *iter* racional, sem as quais não lograria os objetivos do ordenamento correcto do território. Há um ciclo procedimental natural à sua elaboração, de natureza técnica, indisponível para o próprio legislador, que implica um conjunto de fases que vão desde o levantamento das situações, designadamente das potencialidades, e diagnóstico dos problemas, isto é, análise da realidade territorial em presença, ou seja, do “modelo existente”, a transformar, seguida da conjecturação dos objetivos adequados e possíveis, em termos do novo modelo a construir, o modelo proposto para o território considerado, a resultar da prognose, antecipação do futuro, determinações, interdições e medidas do plano, composto no final por uma parte escrita, o relatório justificativos da proposta e descritivo do procedimento, o regulamento impositivo do agir conformador com os objetivos traçados e a planta ou carta, traduzindo graficamente, melhor geograficamente, as orientações e determinações aprovadas. Embora esta descrição tão linear esconda uma natureza sempre inacabada⁷⁴, exigindo a atenção cíclica à evolução da comunidade e readaptação à margem de fuga da colectividade à prognose e consequente disponibilidade para a abertura a alterações e revisões, impostas também pelas circunstâncias e o “progresso”^{75, 76}.

Figura I.4: As escalas territoriais e os níveis de desequilíbrios regionais



Fonte: ROMÀ PUJADAS e FONT – op. c., p. 75, Fig. 3.5.

O ordenamento territorial regional mexe, hoje, com a globalização, pelo que tem um importância determinante na organização do espaço europeu a todos os níveis, desde o supranacional ao estadual, regional e local, e esta tem de assumir o desafio que ela cria. Mas esta dinâmica admite a consideração de valores próprios, das diferenças regionais, pelo que as qualificações de um território e a afirmação da sua identidade devem ser tidos como tendo elementos-chave para as estratégias de desenvolvimento regional⁷⁷. A Península apre-

senta, em geral, regiões fortemente litoralizadas, com algumas áreas metropolitanas, normalmente no litoral, e com vastos territórios do interior fronteiriço com baixa densidade populacional, de povoamento tendencialmente disperso, com escassez de capitais e de recursos humanos qualificados, caracterizando fortemente esta interioridade desta peninsularidade europeia, em geral periférica, impondo intervenções adaptadas dos poderes públicos, a vários níveis. O governo da Estremadura adoptou um modelo territorial cuja tipologia base de configuração passa por acções sobre o meio físico, de fortalecimento e reequilíbrio da malha urbana, sobre as áreas rurais e programas de dinamização territorial^{78, 79}.

Quadro I.3: Mudanças nos instrumentos de política regional

<i>Instrumentos</i>	<i>Tendência</i>	<i>Objectivos e perspectivas</i>
Incentivos às empresas: prémios ao capital diminuição dos interesses isenções de impostos diminuição do período de amortização Dotações para a Segurança Social	em baixa	Cada vez se canalizam menos recursos Desconfiança sobre a sua eficácia Problemas com a manutenção da livre concorrência Tendência para incentivos selectivos
Dotações em infra-estruturas	em alta	Prioriza-se sobretudo a infra-estrutura de transportes, mas há um interesse generalizado pelas demais infra-estruturas de produção: telecomunicações, energéticas, hidráulicas
Empresa pública	abandono	Completamente descartada na actualidade Problemas nas regiões atrasadas com presença importante de empresas públicas
Desincentivos e controlos	em baixa/ abandono	Pensados como arma contra a congestão Pouco eficazes e praticamente abandonados
Infra-estrutura tecnológica	em alta	Contra a dependência tecnológica

Fonte: ROMÁ – o.c., p.85.

Em geral os modelos de organização territorial das regiões têm de ter presentes os elementos relevantes que potenciem o desenvolvimento e o ordenamento racional, desde “as características do relevo, do solo e coberto vegetal, a riqueza dos recursos hídricos e do património natural e cultural, e a forma

como se tem verificado o povoamento da região”, partindo da determinação do capital endógeno, portanto da caracterização física e socioeconómica, e das potencialidades e constrangimentos, sem deixar de ter em conta os recursos exógenos mobilizáveis e as políticas adequadas, a desencadear⁸⁰.

A *ratio* de um ordenamento do território sustentável impõe a construção de espaços regionais equilibrados em termo de criação do bem-estar das populações e do ambiente, conciliando-os, exigindo a inserção dos territórios interiores, periféricos e infradesenvolvidos, numa dinâmica de coesão total, europeia, peninsular e nacional, nas dinâmicas competitivas globais, criando espaços de equidade social, ambiental e territorial, com a utilização sustentável dos recursos naturais e incentivos à emergências de elementos territoriais inovadores⁸¹, para efectivar uma melhor integração na economia mundial e assim levar à redução das assimetrias europeias e intra-estaduais^{82, 83}.

Quadro I.4: Evolução da concepção material e instrumental política regional:

	<i>Antiga política regional</i>	<i>Nova política regional</i>
Problemas →	<i>Disparidades inter-regionais Regiões com problemas</i>	<i>Crise regional generalizada Regiões com problemas</i>
Critérios de actuação →	<i>Equidade + Eficácia</i>	<i>Eficácia e competitividade + Equidade</i>
Objectivos →	<i>Industrialização</i>	<i>Ajuste económico: crescimento e modernização</i>
Instrumentos →	<i>Incentivos (importantes) Infra-estrutura viária Empresa pública Desincentivos e controlos</i>	<i>Incentivos (selectividade) Infra-estrutura viária Infra-estrutura tecnológica Serviços e empresas</i>
Agentes →	<i>Estado central</i>	<i>CEE Estado central Administrações regionais Outras instituições da região</i>

Fonte: DEL RÍO, C.; CUADRO ROURA, J. R. – “La importancia de los servicios a la producción en la nueva política regional”. In Territorios en transformación. Madrid: Feder, CSIC, 1994.

Tendo presentes as orientações do ETE, as reflexões peninsulares em ordem à sua integração no ordenamento regional podem seguir vários caminhos, segundo as formas de perspectivar “a integração da economia e do território nacional nas dinâmicas europeias e mundiais”⁸⁴. Em teoria, vários cenários são concebíveis, com distintos modelos, adaptados às variáveis consideradas, desde o conservador, o evolutivo ou um renovador. RIBEIRO parte da consideração das variáveis da dinâmica de actividades e especialização, da

inserção geo-económica e do sistema urbano e de organização do território, para a formulação de três cenários alternativos⁸⁵.

Os modelos do cenário da continuidade partem da ideia de inserir as regiões peninsulares na dinâmica autárca, denotando apenas uma estratégia de reacção passiva aos desafios da integração europeia, subalternizando as regiões desfavorecidas aos interesses das desenvolvidas, e em termos estaduais, o território Português aos interesses dominantes em Espanha. Este cenário assenta, essencialmente, na valorização dos pólos industriais já existentes (sem preocupações de criação de novos pólos de especialização industrial), da floresta, investimento directo estrangeiro pontual e de média dimensão e turismo de massas, europeização do mercado e, no caso português e das áreas desfavorecidas de Espanha, importância crescente do mercado ibérico, intensa exploração das complementaridades transfronteiriças, polarização urbana nas metrópoles, manutenção da urbanização difusa, com resistência ao desenvolvimento de redes ou eixos urbanos e criação de alguns pólos urbanos, designadamente nos corredores de acesso a Espanha com despovoamento rural.

Tendo presente os constrangimentos e as oportunidades em termos de território português, este cenário reformista, evolutivo, exigiria alguma inovação, participação da Administração e dos particulares em geral, valorização da pertença à Região europeia Atlântica e um papel activo no processo geral da integração da Europa. Assenta na desvalorização do peso relativo de certos pólos de especialização tradicional, valorização das indústrias agro-alimentares, apostas nas indústrias do automóvel, eléctricas, electrónicas e aeronáuticas, materiais de embalagem, artes gráficas, material escritório, serviços internacionais de turismo, teletrabalho e “forte dinâmica de ‘clustering’ da economia”, exploração de complementaridades com todas as regiões de Espanha, com maior utilização por Portugal dos portos marítimos, nas relações com Europa⁸⁶, importância da IDE, forte investimento português no exterior, designadamente na península, nos sectores do cenário I e electricidade, ambiente e redes de transportes, estruturação urbana do litoral e expansão das áreas metropolitanas, desenvolvimento rápido de cidades médias com efeitos polarizadores tendo em conta os macrocorredores urbanos das “novas” áreas metropolitanas ampliadas e redinamização de certas zonas interiores bem colocadas (IP2).

O cenário da construção de novas soluções, visando o desenvolvimento equilibrado do território nacional, o III, na formulação de Ribeiro, pressupõe uma discriminação positiva a favor das regiões menos desenvolvidas. Basta referir que em termos de distribuição da despesa pública per capita tem sido favorecida, no continente, a região mais desenvolvida, que é Lisboa, aumentando-se, assim, as assimetrias regionais (no período de 1994-98, na região de Lisboa e Vale do Tejo, ela atinge 225 mil escudos, enquanto no Alentejo, rondou 177, no Centro, 174 e no Norte, 142)⁸⁷. Este cenário apontaria para a inserção do território numa Grande Região Metropolitana Europeia e exige uma forte inovação nas tecnologias de informação, um maior esforço de diversificação industrial para sectores dinâmicos a nível mundial (electrónica, comunicações,

material saúde, aeroespacial, com pólos de especialização; novos veículos urbanos, aproveitamento da energia solar, com atracção de investidores estrangeiros e dinamização das pequenas e médias empresas; maior interacção com as regiões peninsulares, diminuição investimento das grandes empresas nacionais no estrangeiro, IDE no terciário e indústrias inovadoras, acentuar da internacionalização, funções geoeconómicas reforçadas nos transportes, utilização do ciberespaço, sistema urbano português transformado em factor de aglutinação do Sudoeste europeu da Região Atlântica; expansão das duas áreas metropolitanas portuguesas, com a internacionalização e articulação das grandes metrópoles Lisboa-Setúbal e Porto-Braga, organização em redes das cidades litorais ligando as metrópoles, desenvolvimento de eixos urbanos interiores articulados, com dinamização turística⁸⁸ e esbatimento das assimetrias. O resultado seria “competitividade nacional, afirmação regional e bem-estar individual”⁸⁹.

Segundo refere o Relatório do Estado do Ordenamento do Território de 1997, Portugal apresenta já alguns corredores de desenvolvimento em consolidação, com fortes investimentos designadamente em transportes⁹⁰, em território nacional (corredor nacional, seguindo o eixo Guarda-Covilhã-Castelo Branco, junto à fronteira al longo do IP2), peninsular (eixos galaico-português, pela maior parte do litoral; Faro-Sevilha, pela orla costeira algarvia) e mesmo europeu (eixos Portugal-Irun, pelo IP5; Lisboa-Madrid-França, pela fronteira de Segura)⁹¹.

Mapa I.4: Actual distribuição dos usos do solo europeu



Fonte: Citada, apud ETE, oc, p. 81.

Em termos de desenvolvimento regional e política regional, exige-se a “formulação e implementação da política regional e dos planos”, que lhe dêem tradução, dado que há “dificuldades que se levantam às políticas de âmbito nacional em face da existência de regiões-problema”⁹² e afirma-se a “necessidade, generalizadamente, sentida de dar concertação e eficiência às acções de política global e política sectorial⁹³, e de criar uma base espacial integradora para as próprias acções da política urbana”⁹⁴.

Uma planificação integral, incidindo globalmente num dado território como um todo, perspectivada para o ordenar com preocupações de desenvolvimento económico mas também de sustentabilidade.

Neste sentido, como refere SOTELO NAVALPOTRO, a planificação integral é aquela que efectua a “definición y concreción de una racionalidad global que haga coherentes las actuaciones sociales con las estructuras ecosistémicas, en que se insertan”.

Em termos de planificação integral, o “desarrollo y medio ambiente son dos aspectos del proceso armónico entre sociedades y naturaleza como integrantes de un mismo sistema. Cobra, por tanto, relativa importancia, lo que da en denominarse como ‘eficiencia integral del sistema’, base y fundamento de la ordenación territorial en su conjunto.”⁹⁵

A eficiência ou a produtividade do território, “marcada por su capacidad para producir, de forma más o menos permanente, materiales o energías que puedan ser utilizados para satisfacer las necesidades de bienes y servicios, consecuencia del proceso social de desarrollo, servirá de base a la productividad del propio subsistema económico”.

Para integrar o desenvolvimento económico e social com a manutenção dos processos ecológicos – *desenvolvimento auto-sustentado* – exige-se a directriz fundamental da planificação integral, de tal modo que, para conseguir esta integração importa balizar o modelo territorial dentro de um processo dinâmico, integral e de ordenamento global, harmónico com o modelo de desenvolvimento escolhido e com a “situación ambiental”⁹⁶.

No que diz respeito à relação entre a política regional europeia e a regionalização, há que referir que a Política Regional Europeia está ligada à ideia de regionalização, descentralização e de desenvolvimento regional. E, há quem mesmo quem considere que, no futuro, a União Europeia não deverá ter como centro fundamental de organização do poder os Estados-Membros, mas sim os Estados federados e as Regiões autónomas e administrativas. A ser assim, isto significa que uma verdadeira política regional não pode ser separada do processo de transferência do exercício de uma certa “soberania” do nível central para o regional e local⁹⁷. A descentralização pressupõe a distribuição do poder pelos três níveis territoriais clássicos: o central, o regional e o local. Esta fórmula admite a existência de um espaço-região, com a delimitação clara das atribuições e competências para cada um dos níveis que estiverem ou vierem a ser

definidos. Torna-se evidente que o desenvolvimento regional exige capacidade de decisão ao nível regional e local, de acordo com o princípio geral, vigente em todo o espaço da União, da subsidiariedade. Por outro lado, deve dispor de mecanismos de planeamento e programação suficientemente operacionais para a tomada de medidas adequadas ao progresso da respectiva região⁹⁸. Já a regionalização, enquanto processo de decisão de um território autónomo, com poderes supra-administrativos, não tem sido considerada como objecto de valor e necessidade constantes e generalizáveis. Requer que o Estado aceite organizar diversos domínios governamentais de actividade, com uma organização do território eficaz e democrática⁹⁹. Porém, as dificuldades em “dividir” o país em regiões, em alguns casos não devem pesar no processo institucional de regionalização¹⁰⁰. Em todo o caso, e seja por que via for, o que se deve pretender é, essencialmente, potenciar os seguintes objectivos: a) combater os desequilíbrios espaciais ou assimetrias regionais; b) aproveitar os recursos e potencialidades endógenas das regiões; c) promover o ordenamento do território e assegurar as respectivas condições ambientais; e d) garantir a ampliação da participação dos cidadãos na resolução dos seus problemas¹⁰¹. Contudo, e apesar dos vários objectivos propostos, a realidade brinda-nos com a existência de regiões que estão menos desenvolvidas do que outras¹⁰².

Assim sendo, torna-se imperativo levar a cabo acções adequadas de apoio ao seu desenvolvimento, fundamentalmente na sua ajuda à dinamização das condições endógenas e ao aproveitamento das suas especificidades. As regiões insulares, devido ao facto de estarem separadas do Continente, enfrentam à partida um forte isolamento, pelo que as mesmas devem ser alvo de especial atenção por parte da política Regional, especialmente ao nível da melhoria das acessibilidades e na valorização dos elementos naturais que normalmente as caracterizam. Também às regiões fronteiriças deve ser dada atenção, na medida em que as mesmas tornam-se decisivas para uma Europa sem fronteiras e para uma perspectiva transnacional do desenvolvimento regional. Por último, há que considerar que as regiões rurais necessitam de uma acção muito activa, caso se queira continuar a manter um mínimo de ocupação humana¹⁰³ e um dado mundo rural-humano tradicional. Em resumo, tornou-se claro que a construção de uma Política Regional no seio da Comunidade Europeia não pode ficar cingida aos órgãos da mesma, ela também passa pelos próprios Estados-Membros e Regiões, que têm que levar a cabo acções internas, de modo a que se alcance a tão almejada harmonização, que se trilha pela convergência. O objectivo da convergência tem como pressuposto a redução das disparidades inter-regionais, na medida em que constitui uma condição para o sucesso da União. Por seu turno, a convergência implica uma evolução coerente do poder económico, de forma a que se alcance o bem-estar global. Traduz essencialmente a situação de que se vive num mundo internacionalizado, ou seja, a consciência de que o que acontece num país acaba por se repercutir noutros. Há ainda a realçar que o regionalismo e a integração europeia não constituem processos divergentes, antes coincidem. Ambos os processos são necessários para aproximar a Comu-

nidade aos cidadãos e para assegurar uma participação futura nas políticas da União Europeia¹⁰⁴. As principais oportunidades para uma participação efectiva das regiões no processo de tomada de decisão da União Europeia estão directamente relacionadas com a remoção de divergências entre as suas actuais posições (divergentes)¹⁰⁵. As políticas a adoptar têm que ter em atenção os novos problemas que o desenvolvimento regional acarreta, nomeadamente a nível do ambiente, do ordenamento do território, desemprego e utilização de recursos naturais¹⁰⁶. Apesar de Portugal ser um país pequeno, está muito longe de ser um país homogéneo. É um dos Estados-membro da União Europeia que, apesar de ter as suas fronteiras estabilizadas há mais tempo, possui uma das mais ricas diversidades regionais¹⁰⁷.

O desenvolvimento harmonioso é o primordial objectivo da instituição das regiões administrativas, pois elas estão vocacionadas para actuar nos domínios do planeamento, da programação das políticas públicas e da afirmação das potencialidades regionais¹⁰⁸. Ora, a meta subjacente à criação das regiões administrativas é precisamente o aumento da eficiência do Estado, na medida em que tal permite tornar as decisões mais céleres, mais participadas e mais próximas dos destinatários¹⁰⁹.

As regiões administrativas, a criar em Portugal, por previsão constitucional, terão de constituir autarquias locais de nível intermédio, entre o Estado e os municípios, vocacionadas para intervir ao nível do planeamento¹¹⁰ e da definição das prioridades de actuação do sector público em cada uma das regiões^{111, 112}.

Estrategistas, como Vírgílio de Carvalho, têm afirmado que, em Portugal, uma regionalização que responda às suas necessidades, no momento presente, pode aumentar a capacidade nacional de influenciar os acontecimentos exteriores que lhe dizem respeito, e que portanto lhe interessam, e, dessa forma, poder vir a ser suficientemente dono do seu próprio destino¹¹³.

A verdade é que, pese a aprovação por unanimidade parlamentar, em meados da década de noventa, quase trinta anos após a vigência da Constituição, tal não foi ainda cumprido e, pelo resultado do referendo sobre o tema, não foram ainda criadas as condições políticas e funcionais necessárias para cumprir aquele que é um dos seus imperativos: a criação das regiões administrativas ou autárquicas¹¹⁴.

O professor Eurico Figueiredo sempre pugnou por um desenvolvimento “homogéneo” e “sustentável”¹¹⁵. Com ele pensamos que só a regionalização clara e correctamente assumida pode cumprir esse escopo.

NOTAS

- 1 Tendo presentes os artigos 115.º, 134.º, alínea c), e 256.º da Constituição e 34.º, 35.º, 249.º e 250.º da Lei n.º 15-A/98, de 3 de Abril, sob proposta da Assembleia da República (Decreto assinado em 19 de Agosto de 1998).
- 2 Os boletins de voto destinados aos cidadãos eleitores recenseados em cada uma das Regiões Autónomas só continham a pergunta de alcance nacional prevista na alínea a) do n.º 1 (n.º 2).
- 3 Respostas à 1.ª pergunta (concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?): 36,49%, sim; 63,51%, não e 1,01%, brancos. Respostas à 2.ª pergunta (concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?): 36,08%, sim; 63,92%, não e 2,06%, brancos. Resultados actualizados: votantes: 48,30%; abstenção: 51,70%.
- 4 Movimento que recolheu mais de 11 mil assinaturas: JN de 16.9.1998.
- 5 A sua actividade motivadora e labor esclarecido e esclarecedor pode constatar-se profusamente na imprensa diária da época.
- 6 DAYRIES, Jean-Jaques; DAYRIES, Michèle – *La Regionalisation*, 3.ª edição, Paris: Presses Universitaires de France, 1986, p. 18-19.
- 7 OLIVEIRA, Luís Vicente – *Novas considerações sobre a Regionalização*, Porto: Edições ASA, 1997, p. 17.
- 8 Que, como referem Santos Pereira, Brandão Alves, Marques Reigado e Gomes Costa, teria que ver com “uma área homogénea em termos geográficos, ou que, pelo menos, contenha um grande conjunto de características que a distinga das outras”: PEREIRA, António dos Santos; ALVES, Manuel Brandão; REIGADO, Felisberto Marques; COSTA, Pedro Gomes – *Regionalização: Textos oportunos*. Covilhã; Universidade da Beira Interior, 1998, p. 43.
- 9 Há mesmo “quem estenda o conceito de regionalização às situações de existência de estruturas intermédias não electivas”, como vemos acontecer na própria “Comunidade Europeia, que designa por região as áreas situadas abaixo do Estado-nação, (...) em alguns casos essencialmente para efeitos estatísticos”, podendo ser “de nível 1, de nível 2 ou de nível 3”, em que a unidade essencial para efeitos de política regional é a do nível 2, que acaba por integrar “realidades tão diferentes, como províncias na Bélgica, as *regierungsbezirke* na Alemanha, região em desenvolvimento na Grécia, comunidades autónomas em Espanha, *régions* em França, *regioni* em Itália, províncias nos Países Baixos, comissões de coordenação regional em Portugal e *groups of countries* no Reino Unido”. Isto é, no fundo, estamos face à adopção de um “conceito de região como sendo não só uma área para efeitos estatísticos como também uma base espacial para a criação de estruturas administrativas, electivas ou não, para efeitos de adopção de políticas regionais. Melhor, “estas estruturas tanto têm subjacentes entidades com órgãos eleitos como serviços territorialmente descentrados” do Estado: FORUM 2000 – “Renovar a administração”. *Regionalização e desenvolvimento*; Lisboa; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996, p. 29 e 30.
- 10 FERNANDES, Manuel Ramires – *A problemática da regionalização*, Coimbra: Livraria Almedina, 1996, p. 45.
- 11 Ibidem.
- 12 TORCHIA, Luisa – *Poder Local, Revista de Administração Democrática*, n.º 128, Lisboa: Editorial Caminho, Setembro 1996, p. 16.
- 13 PEREIRA, António dos Santos; ALVES, Manuel Brandão; REIGADO, Felisberto Marques; COSTA, Pedro Gomes – *Regionalização: Textos oportunos*, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998, p. 32 e 33.
- 14 Ibidem.
- 15 Artigo 17.º.
- 16 *Poder Local: Revista de Administração Democrática*, n.º 128, Lisboa: Editorial Caminho; Setembro, 1996, p. 24.

- 17 LOPES, António Simões – “Regionalização e eficiência na gestão dos recursos”. *Brotéria*, vol. 140, n.º 1, Janeiro, 1995, p. 27.
- 18 Sem deixar de “contribuir para um reforço da unidade nacional”.
- 19 PEREIRA, Paulo Tiago – *Regionalização: Finanças locais e Desenvolvimento*, Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, Outubro, 1998, p. 60.
- 20 O que “exige que o sistema-região seja visto, por um lado, como subsistema do sistema nacional e, por outro lado, como conjunto articulado e hierarquizado de subsistemas que constituem, por sua vez, sistemas a níveis inferiores”: PEREIRA, António dos Santos; ALVES, Manuel Brandão; REIGADO, Felisberto Marques; COSTA, Pedro Gomes – *Regionalização: Textos oportunos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998, p. 28.
- 21 Pressupondo uma clarificação de estratégias nacionais, em particular no que respeita à organização do território. O sucesso da regionalização depende de uma cultura de parceria e contractualização.
- 22 Sem prejuízo de também poder agravar os desequilíbrios territoriais, em face de processos diversificados, alguns mais dinâmicos de aproveitamento da regionalização, o que não deve ser especialmente sobrevalorizado pois, de qualquer modo, a prazo, criar-se-ão sinergias contaminadoras. A regionalização só faz sentido se conduzir a novas formas de coordenação propiciadoras da melhoria na afectação de recursos. Em geral sobre as políticas de ordenamento territorial, a nova ETE e o desenvolvimento autocentrado, CONDESSO, F. – *O Ordenamento do Território da Península Ibérica no Novo Contexto da Estratégia Territorial Europeia*. Tese de doutoramento em Geografia (Ordenamento e Planeamento do Território). UNEX, Março de 2003. Para publicação pela UNEX, Espanha.
- 23 VVAA – *FORUM 2000, Renovar a administração: Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996, p. 161-162.
- 24 Sobre o tema, ver *FORUM 2000, Renovar a administração: Regionalização e desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996, p. 162.
- 25 Em geral, CONDESSO, F. – *O Ordenamento do Território no novo contexto da Estratégia Territorial Europeia*. Tese Doutoral, 8.3.2002. UNEX, inédita. Em Portugal, “A nível sub-regional e intermunicipal, o primeiro diploma sobre a figura do Plano Director Municipal (DL 208/82) abre explicitamente a possibilidade de planos Directores Intermunicipais”, mas, “na prática e com o regime introduzido pelo DL 69/90, os Planos elaborados a nível intermunicipal foram consagrados separadamente para cada município afastando o embrião de cooperação que se tinha alcançado”. Agora, com o recente Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, eles são instrumentos programáticos supra PMOT, que não substituem, subordinados eventualmente a PROT, da autoria estadual, no continente, que existam.
- 26 FORUM 2000, Renovar a administração; *Regionalização e desenvolvimento*; Lisboa; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; 1996; p. 96.
- 27 VVAA – *FORUM 2000, Renovar a administração: Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996, p. 98 e 99.
- 28 Reconhece-se que esta solução, “na linha do regime em vigor para a administração municipal”, se afasta de “procedimentos verificados em alguns países da Europa”, mas justificando a ideia referindo que nessas experiências “a opção por uma estrutura de receitas, determinada pela arrecadação, por cada região, de impostos nela cobrados (de que a França é um exemplo) não concorre para a desejável e necessária aproximação entre as diversas regiões”: CORDEIRO, Jorge; Poder Local, Revista de Administração Democrática n.º 128; Lisboa; Editorial Caminho; Setembro 1996; p. 35. Registe-se a importância deste contributo para o debate geral, embora a solução retire às Regiões dinâmicas, que conduzam com sucesso as suas políticas regionais, trunfos que podem merecer em termos de projecto de desenvolvimento.
- 29 PEREIRA, Paulo Tiago; *Regionalização: Finanças locais e Desenvolvimento*; Lisboa; Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de

- Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, Outubro, 1998, p. 25.
- 30 PEREIRA, Paulo Tiago – *Regionalização: Finanças locais e Desenvolvimento*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, Outubro, 1998, p. 58-59.
- 31 PEREIRA, Paulo Tiago – *Regionalização: Finanças locais e Desenvolvimento*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, Outubro, 1998, p. 71.
- 32 PEREIRA, Paulo Tiago – *Regionalização: Finanças locais e Desenvolvimento*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, Outubro, 1998, p. 71-72.
- 33 NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas.
- 34 PEREIRA, Paulo Tiago – *Regionalização: Finanças locais e Desenvolvimento*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, Outubro 1998, p. 51.
- 35 Realidade “polinucleada e sem determinação de uma capital ou sede regional, aberta ao princípio de uma repartição dos principais órgãos e serviços da administração pública regional pelos principais núcleos populacionais existentes, com possibilidades de delegações regionais e desconcentração de serviços públicos” SARAIVA, João – *Poder Local: Revista de Administração Democrática*, n.º 128, Lisboa: Editorial Caminho, Setembro, 1996, p. 44-46.
- 36 Ibidem.
- 37 Vide Fonte: LOPES, José – *Regionalização: Portugal e as experiências na União Europeia*. Coimbra: CEFA – Centro de Estudos e Formação da Administração. (Coleção Actas). Junho de 1997, p. 267.
- 38 LOPES, A. Simões – “As políticas e o Planeamento do Desenvolvimento Regional” (Capítulo IV), in *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, 3.ª Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 272.
- 39 Dando unidade às acções de planeamento físico e planeamento económico e, dentro deste, de planeamento sectorial.
- 40 KUKLINSKI, A. – “Regional development, regional policies and regional planning”, in *Regional Studies*, Vol. IV.
- 41 LOPES, A. Simões – oc, p. 273.
- 42 LOPES, A. Simões – oc, p. 274.
- 43 HERMANSEN, T. – “Spatial organization and economic development: The scope and task of spatial planning”, in *Regional Disaggregation of National Policies and Plans*. A. Kukling (Ed.), Paris: Mouton, 1975, apud LOPES, A. Simões – oc, p. 274.
- 44 Lopes, A. S. – “Desenvolvimento regional e integração”. Comunicação apresentada à II Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa, Lisboa: Gulbenkian, 1979.
- 45 LOPES, A Simões – “As políticas e o Planeamento do Desenvolvimento Regional” (Capítulo IV), in *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*. 3.ª Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 275.
- 46 Desenvolvimento do tema a páginas 290 e 291 de: LOPES, A Simões – “As políticas e o Planeamento do Desenvolvimento Regional”. (Capítulo IV), in *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*. 3.ª Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- 47 Em Portugal, a um modelo operativo de longo prazo assente nos lugares centrais vem a corresponder um enquadramento conceptual do tipo do desenvolvimento integrado. Em vários países da Europa existem diversas experiências no âmbito da política regional. Tem

sido assim, que a coberto da designação de desenvolvimento regional se tem colocado o crescimento como fim na generalidade dos casos. Na Itália, a propósito da intenção de reduzir desequilíbrios, na França com a preocupação da dispersão do crescimento do “centro” para a “periferia”. É de salientar em França a aplicação do modelo REGINA, que permitiria passar a avaliar o impacto dos factores espaciais sobre o desenvolvimento do país, a que se seguiu o modelo REGIS. O REGIS é um modelo de médio prazo, pressupondo a existência de actividades induzidas pela procura e de actividades induzidas pela oferta. A estrutura deste modelo foi adoptado ao caso português, passando a ter a denominação de MORENA, que são mais consequência da inexistência de uma base estatística do que especialidades do funcionamento da economia portuguesa, embora estas não possam deixar de ser consideradas.

48 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, Art.º 1.

49 MORENO, Carlos – *O Sistema Nacional de Controlo Financeiro*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1997, p. 29-37.

50 FRANCO, António L. De Sousa – *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Coimbra: Livraria Almedina, 1990, p. 5-48.

51 Ministro português do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, em 1998.

52 CRAVINHO, João – *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, 1998, p. 13-14.

53 CRAVINHO, João – *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, 1998, p. 13-14.

54 OLIVEIRA, Luis Valente de – *Regionalização*, Porto: Edições Asa, 1996, p. 74-96.

55 CRAVINHO, João – *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, 1998, p. 13-14.

56 CABRITA, Eduardo – *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, 1998, p. 15-17.

57 Mesmo na óptica do Tratado da União Europeia, a região administrativa é uma estrutura intermédia entre o Estado e os municípios, a quem compete efectuar o planeamento regional. (SÁ, Luis de – “Modelos Políticos de Regionalização: Sobre os ‘Modelos’ Para Portugal”, in *Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa: ISCSP, 1997, p. 27-49).

58 CABRITA, Eduardo – *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*, Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, 1998, p. 15-17.

59 Estas regiões administrativas serão apenas estruturas autárquicas locais, portanto pessoas colectivas públicas territoriais, dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas e que terão uma assembleia dotada de poderes deliberativos e um órgão colegial executivo perante ela responsável (OLIVEIRA, António Cândido de – “A Centralização está em Alta”, in *Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa: ISCSP, 1997, p. 63-92).

60 CABRITA, Eduardo – *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*, Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, 1998, p. 44.

- 61 CARVALHO, Virgílio de – *Regionalização do Continente Informação que tem faltado*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1998, p. 76-80.
- 62 SÁ, Luis de – “Modelos Políticos de Regionalização: Sobre os ‘Modelos’ Para Portugal”, in *Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa: ISCSP, 1997, p. 27-49.
- 63 SÁ, Luis de – “Modelos Políticos de Regionalização: Sobre os “Modelos” Para Portugal”, in *Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa: ISCSP, 1997, p. 27-49.
- 64 COVAS, António – “Políticas de inovação e cultura administrativa: velhas e novas condições”, in *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Lisboa: ISC, 1995, p. 71-83
- 65 Diz FRIEDMANN: “Since the early major contributions of SIMON, BANFIELD (Meyerson and Banfield, 1955), LINDBLOM and ELTZIONI, little that is new had been added. despite extensive and even virulent criticism (CAIDEN and WILDAVSKI, 1979), the model continues to be in vogue, chiefly, one suspects, because nothing better has come along” (FRIEDMANN, J.; DOUGLASS, M. – “Agropolitan Development: Towards a new Strategy for regional planning in asia”, in *Growth Pole: Strategy and Regional Development Policy*. LO, F. e SALIH, K, (ed.), Oxford: Pergamon Press, 1978, p. 35-40).
- 66 Fluxograma sobre a plurifuncionalidade interactiva da planificação: FRIEDMAN – *Territory and Function*. University of California, 1979, apud SOTELO NAVALPOTRO, J. A. – *Modelos de Organización y Desarrollo regional*. Madrid: IUCA, s.d., p. 43. Sobre a intervenção ública no território, ver, ainda, SOTELO NAVALPOTRE, J.A. – *Modelos de Organización y Desarrollo regional*, Madrid: IUCA, s.d., p. 42.
- 67 HALL, P. – “Forces Shaping Urban Europe”. *Urban Studies*, Vol. 30, n.º 6, Junho 1993, p. 3.
- 68 ROMÀ PUJADAS – oc, p. 27.
- 69 ANTUNES, António Pais – *Lições de Planeamento Territorial: Conceitos e princípios Fundamentais*. Texto policopiado. Departamento de Engenharia Civil, faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 1996, p. 1.
- 70 ANTUNES, António Pais – oc, p. 2.
- 71 A Real Academia da Língua Espanhola define *planificar* como seno o acto de “submeter a acção a um plano”: apud ROMÀ – oc, p. 27.
- 72 Sobre o tema, ver, ainda, ALVES CORREIA, Fernando – “Significado geral da planificação administrativa”, in *O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade*, Coimbra: almedina, 1989, p. 168 e ss.
- 73 GIANNINI, M. S. – “Pianificazione”, n *ED XXXIII*, Milano: Giuffrè, 1983, p. 629, apud ALVES CORREIA, Fernando – oc, p. 169.
- 74 Ver a Figura 1.9 sobre o “Esquema del ciclo del análisis territorial”, em ROMÀ – oc, p. 28.
- 75 Neste sentido, ver as etapas apontadas por HERINGTON, G. – *Planning process: Na introduction for geographers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, apud ROMÀ – oc, p. 29, que assinala que “la planificación tiende a verse cada vez más como un proceso continuo, con un efecto retroalimentador que plantea continuamente nuevos retos que requerirán a su vez nuevas respuestas”.
- 76 Ver figura com as escalas territoriais e os níveis de desequilíbrios regionais em ROMÀ PUJADAS e FONT – oc, p. 75, fig. 3.5.
- 77 FERNANDES, J. L. – “Factores imateriais na definição da Geografia de Portugal: Cultura, posição de Portugal no Mundo e contrastes internos de desenvolvimento”. *Cadernos de Geografia*, n.º 17, Coimbra, 1998, p. 68.
- 78 Junta da Extremadura – *Estudio territorial de Extremadura II*, Cáceres, 1997, p. 106-111, apud MATOS – oc, p. 313.
- 79 Sobre as mudanças nos instrumentos de política regional, vide ROMÀ – oc, p. 85.
- 80 Ibidem.
- 81 MEPAT – *Grandes Opções do Plano 1999*, Lisboa: MEPAT, 1998.
- 82 MEPAT – *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006: Uma Visão Estratégica para Vencer o Século XXI*, Lisboa: MEPAT, 1998, p. VIII, ponto 1.

- 83 Sobre a evolução da concepção material e instrumental política regional:, vide DEL RÍO, C.; CUADRO ROURA, J.R. –“La importancia de los servicios a la producción en la nueva política regional”, in *Territorios en transformación*. Madrid:Feder, CSIC, 1994
- 84 MATOS – oc, p. 315.
- 85 Ver, a propósito da reflexão sobre o ETE, o estudo de RIBEIRO, J. F. et alteri – *Portugal 2010: Posição no Espaço Europeu: uma reflexão prospectiva*, Lisboa: MEPAT/SEDR, Departamento de Prospectiva e Planeamento, 1995, p. 12-22. O cenário mais conservador, o cenário I, com modelos de tradição modernizada, o modelo euroibérico e o bipolar com urbanização litoral difusa; o cenário II, com modelo de renascimento industrial, modelo euroatlântico e o modelo de malha urbana polarizada e o cenário de rutura, o cenário III, com os modelos de terciarização internacionalizada, euroglobal e de região metropolitana atlântica.
- 86 Ibidem.
- 87 DPP – *Situação Económico-social em Portugal*, Lisboa: Ministério do Planeamento, 1999, p. 38.
- 88 Ibidem.
- 89 SOUSA, F. F. – “Articulação economia, território e cidadão resume bem-estar nacional”. *Economia Pura*, n.º 20, jan. 2000, p. 64.
- 90 MInistério de Equipamento, Planeamento e da Administração do Território – *Relatório do Estado do Ordenamento do Território de 1997*. Lisboa: MEPAT, 1998, p. 66.
- 91 Ministério de Equipamento, Planeamento e da Administração do Território – *Relatório do Estado do Ordenamento do Território de 1997*. Lisboa: MEPAT, 1998, p. 67.
- 92 LOPES, A Simões – “As políticas e o Planeamento do Desenvolvimento Regional” (Capítulo IV), in *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*. 3.^a Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 272.
- 93 Dando unidade às acções de planeamento físico e planeamento económico e, dentro deste, de planeamento sectorial.
- 94 KUKLINSKI, A. – “Regional development, regional policies and regional planning”, in *Regional Studies*, Vol. IV.
- 95 SOTELO NAVALPOTRO, José A. – *Modelos de organización y desarrollo regional*. Madrid: Rev. del Observatorio Medioambiental del Instituto Universitario de Ciencias Ambientales, IUCM, s/d, p. 138.
- 96 Ibidem.
- 97 CRUZ – “Relações do Planeamento Regional com os outros níveis de Planeamento”, in *Forum 2000: Estratégia e Planeamento na Gestão e Administração Pública*, p. 128.
- 98 ROSADO – op. cit. p. 20.
- 99 LABASSE – op. cit. p. 15
- 100 SÁ – op. cit. p. 40
- 101 ROSADO – oc., p. 22.
- 102 Estas são normalmente caracterizadas por:
Baixo rendimento (PIB/Per Capita)
Baixa produtividade dos factores de produção e do emprego;
Baixo nível tecnológico;
Elevado peso do sector agrícola;
Elevada taxa de desemprego;
Baixa participação dos sectores industriais e dos serviços na economia da região. (ROSADO – oc, p. 51)
- 103 ROSADO – oc, p. 50-52.
- 104 *Réflexion stratégique sur les mécanismes de participation des régions à l’Union européenne dans la perspective de la CIG de 1996*, p. 296
- 105 Ibidem, p. 297
- 106 ROSADO – oc, p. 167.

- ¹⁰⁷ CRUZ – oc., p. 127.
- ¹⁰⁸ CRAVINHO, João – *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, 1998, p. 13-14.
- ¹⁰⁹ CABRITA, Eduardo – *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, 1998, p. 15-17.
- ¹¹⁰ Mesmo na óptica do Tratado da União Europeia, a região administrativa é uma estrutura intermédia entre o Estado e os municípios, a quem compete efectuar o planeamento regional. (SÁ, Luis de – “Modelos Políticos de Regionalização: Sobre os ‘Modelos’ Para Portugal”, in *Regionalização e desenvolvimento*. Lisboa: ISCSP, 1997, p. 27-49).
- ¹¹¹ CABRITA, Eduardo – *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, 1998, p. 15-17.
- ¹¹² Estas regiões administrativas serão apenas estruturas autárquicas locais, portanto pessoas colectivas públicas territoriais, dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas e que terão uma assembleia dotada de poderes deliberativos e um órgão colegial executivo perante ela responsável (OLIVEIRA, António Cândido de – “A Centralização está em Alta”, in *Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa: ISCSP, 1997, p. 63-92).
- ¹¹³ CARVALHO, Virgílio de – *Regionalização do Continente Informação que tem faltado*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1998, p. 76-80.
- ¹¹⁴ SÁ, Luis de – “Modelos Políticos de Regionalização: Sobre os ‘Modelos’ Para Portugal”, in *Regionalização e desenvolvimento*. Lisboa: ISCSP, 1997, p. 27-49.
- ¹¹⁵ V. g., “‘Portugal Plural’ compara Guterres a De Gaulle”, in *JN* 16.9.1998; MOTA, Isabel Teixeira – “‘Portugal Plural’ separa águas”, in *JN*, 9.9.1998.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES CORREIA, Fernando (1989), “Significado geral da planificação administrativa”, in *O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade*, Coimbra: Almedina, p. 168.
- ANTUNES, António Pais (1996), *Lições de Planeamento Territorial: Conceitos e princípios Fundamentais*. Texto policopiado. Departamento de Engenharia Civil, faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, p. 1.
- CABRITA, Eduardo (1998), *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*, Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, p. 15-17.
- CABRITA, Eduardo (1998), *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território.
- CARVALHO, Virgílio de (1998), *Regionalização do Continente Informação que tem faltado*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- CONDESSO, F. (2003), *O Ordenamento do Território da Península Ibérica no Novo Contexto da Estratégia Territorial Europeia*. Tese de doutoramento em Geografia (Ordenamento e Planeamento do Território). UNEX, Março. Para publicação pela UNEX, Espanha.

- CONDESSO, F., *O Ordenamento do Território no novo contexto da Estratégia Territorial Europeia*. Tese Doutoral, 8.3.2002. UNEX, registo definitivo na Univ. Nova, em reconhecimento no ISCSP-UTL, inédita.
- CORDEIRO, Jorge (1996), *Poder Local, Revista de Administração Democrática n.º 128*, Lisboa: Editorial Caminho, Setembro.
- COVAS, António (1995), “Políticas de inovação e cultura administrativa: velhas e novas contradições”, in *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Lisboa: ISC.
- CRAVINHO, João (1998), *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*, Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território.
- CRAVINHO, João (1998), *Descentralização Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território.
- CRUZ (2000), “Relações do Planeamento Regional com os outros níveis de Planeamento”, in *Forum 2000: Estratégia e Planeamento na Gestão e Administração Pública*, Lisboa: ISCSP.
- CUADRO ROURA, J. R. (1994), “La importancia de los servicios a la producción en la nueva política regional”, in *Territorios en transformación*, Madrid: Feder, CSIC.
- DAYRIES, Jean-Jaques; DAYRIES, Michèle (1986), *La Regionalisation*, 3.ª Edição, Paris: Presses Universitaires de France.
- FERNANDES, J. L. (1998), “Factores imateriais na definição da Geografia de Portugal: Cultura, posição de Portugal no Mundo e contrastes internos de desenvolvimento”, *Cadernos de Geografia*, n.º 17, Coimbra.
- FERNANDES, Manuel Ramires (1996), *A problemática da regionalização*, Coimbra: Livraria Almedina.
- FRANCO, António L. de Sousa (1990), *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, Coimbra: Livraria Almedina.
- FRIEDMAN, *Territory and Function*. University of California, 1979, apud SOTELO NAVALPOTRO, J. A. – *Modelos de Organización y Desarrollo regional*, Madrid: IUCA, s.d., p. 43. Sobre a intervenção pública no território, ver, ainda, SOTELO NAVALPOTRO, J. A. – *Modelos de Organización y Desarrollo regional*, Madrid: IUCA, s.d.
- FRIEDMANN, J.; DOUGLASS, M. (1978), “Agropolitan Development: Towards a new Strategy for regional planning in asia”, in *Growth Pole: Strategy and Regional Development Policy*. LO, F.; SALIH, K. (ed.). Oxford: Pergamon Press.
- GIANNINI, M. S. (1983), “Pianificazione”, in *ED XXXIII*, Milano: Giuffrè.
- HALL, P. (1993), “Forces Shaping Urban Europe”, *Urban Studies*, Vol. 30, n.º 6, Junho.
- HERINGTON, G. (1989), *Planning process: Na introduction for geographers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HERMANSEN, T. (1975), “Spatial organization and economic development: The scope and task of spatial planning”, in *Regional Disaggregation of National Policies and Plans*. A. Kukling (Ed.), Paris: Mouton.
- JN, “‘Portugal Plural’ compara Guterres a De Gaulle”, in *JN* 16.9.1998.
- JUNTA DA EXTREMADURA (1997), *Estudio territorial de Extremadura II*, Cáceres.
- KUKLINSKI, A. “Regional development, regional policies and regional planning”, in *Regional Studies*, Vol. IV.
- LOPES, A Simões, “As políticas e o Planeamento do Desenvolvimento Regional” – Capítulo IV), in *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*. 3.ª Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987; “Desenvolvimento regional e integração”. Comunicação apresentada à *II Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, Lisboa: Gulbenkian, 1979.
- LOPES, José (1997), *Regionalização: Portugal e as experiências na União Europeia*. Coimbra: CEFA – Centro de Estudos e Formação da Administração. (Coleção Actas), Junho.
- MEPAT, *Grandes Opções do Plano 1999*. Lisboa: MEPAT, 1998; *Plano Nacional de Desenvol-*

- vimento Económico e Social 2000-2006: Uma Visão Estratégica para Vencer o Século XXI*. Lisboa: MEPAT, 1998, p. VIII, ponto 1.
- MINISTÉRIO DE EQUIPAMENTO, PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1998), *Relatório do Estado do Ordenamento do Território de 1997*, Lisboa: MEPAT.
- MINISTÉRIO DE EQUIPAMENTO, PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, *Relatório do Estado do Ordenamento do Território de 1997*. Lisboa: MEPAT, 1998.
- Ministério do Planeamento (1999), *DPP: Situação Económico-social em Portugal*, Lisboa: Ministério do Planeamento.
- MORENO, Carlos (1997), *O Sistema Nacional de Controlo Financeiro*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- MOTA, Isabel Teixeira, “‘Portugal Plural’ separa águas”, in *JN*, 9.9.1998.
- OLIVEIRA, António Cândido de (1997), “A Centralização está em Alta”, in *Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa: ISCSP.
- OLIVEIRA, Luís Valente de, *Regionalização*, Porto: Edições Asa. 1996; *Novas considerações sobre a Regionalização*, Porto: Edições ASA, 1997.
- PEREIRA, António dos Santos; ALVES, Manuel Brandão; REIGADO, Felisberto Marques; COSTA, Pedro Gomes (1998), *Regionalização: Textos oportunos*, Covilhã; Universidade da Beira Interior.
- Réflexion stratégique sur les mécanismes de participation des régions à l’Union européenne dans la perspective de la CIG de 1996*.
- RIBEIRO, J. F. et al. (1995), *Portugal 2010: Posição no Espaço Europeu: uma reflexão prospectiva*, Lisboa: MEPAT/SEDR, Departamento de Prospectiva e Planeamento.
- SÁ, Luís de (1997), “Modelos Políticos de Regionalização: Sobre os ‘Modelos’ Para Portugal”, in *Regionalização e desenvolvimento*. Lisboa: ISCSP.
- SARAIVA, João (1996), *Poder Local: Revista de Administração Democrática*, n.º 128, Lisboa: Editorial Caminho, Setembro.
- SOTELO NAVALPOTRO, José A. (s/d), *Modelos de organización y desarrollo regional*, Madrid: Rev. del Observatorio Medioambiental del Instituto Universitario de Ciencias Ambientales, IUCM.
- SOUSA, F.F. (2000), “Articulação economia, território e cidadão resume bem-estar nacional”, *Economia Pura*, n.º 20, Janeiro.
- TORCHIA, Luisa (1996), *Poder Local, Revista de Administração Democrática*, n.º 128; Lisboa; Editorial Caminho, Setembro.
- VVAA, *FORUM 2000* (1996), “Renovar a administração”, *Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- VVAA (1996), *FORUM 2000, Renovar a administração: Regionalização e desenvolvimento*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- VVAA (1996), *Poder Local: Revista de Administração Democrática*, n.º 128, Lisboa: Editorial Caminho, Setembro.

INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ: POR CONVICÇÕES FUNDADAS

António Braga

A legislatura ia agitada. Era a primeira com António Guterres a liderar um governo. O PS governava com uma maioria relativa muito precária. Guterres queria demonstrar que era possível concluir uma legislatura sem maioria absoluta. Pelo caminho havia de encontrar alguns obstáculos. Duros de roer. Cada orçamento de estado era um momento de incerteza e de intensas conversações parlamentares, com os diferentes grupos políticos. Mas não o era menos, no quotidiano, com o próprio Grupo Parlamentar Socialista (GPPS), muito provavelmente o mais complexo de todos quantos haviam sido constituídos desde a instauração da democracia. Mesmo com uma razão significativa dos seus membros, pela transferência ao governo de muitos, permaneciam outros que transitaram da anterior situação de oposição. A estes era tradicionalmente reconhecida uma espécie de estatuto que raiava a intocabilidade política. Beneficiavam de grande audiência na bancada porquanto as críticas e propostas que formulavam inspiravam-se nos movimentos e acções levados a cabo durante os duros anos de experiência de oposição ao cavaquismo. E não só.

Liderar uma bancada que “devia” apoiar o Governo, cujos deputados se revelavam assaz críticos e mantinham iniciativa num anteparo de “autonomia responsável”, como gostavam de anunciar, era um desafio intenso de diplomacia e negociação política permanentes. Primeiro, no interior do Grupo Parlamentar e, depois, com o próprio Governo. Jorge Lacão era o Presidente mais assediado politicamente, inclusive pela oposição.

Numa outra lógica, dentro do próprio Grupo Parlamentar, articulava-se a Juventude Socialista (JS) que nunca lograra tão expressiva representação. A sua liderança propunha-se não só a autonomia na acção parlamentar, como ainda pretendia alcançar visibilidade própria, abordando temas à margem da iniciativa do grupo onde se inseriam. Foi a época de Sérgio Sousa Pinto anunciar a política das propostas fracturantes.

Neste contexto surge, pelas mãos da JS, a proposta de liberalização do aborto, entre outras.

Eurico Figueiredo, um dos mais prestigiados parlamentares da bancada socialista, cujo percurso político é bem conhecido pela sua irreverência e empenhamento fundados em convicções arreigadas, justamente conotado com a “ala esquerda” do Grupo Parlamentar e do Partido Socialista, anuncia a sua discordância.

Velho “compagnon de route” de alguns dos mais determinados defensores da liberalização do aborto, no interior do grupo parlamentar, como Manuel Alegre, Alberto Martins, António Reis ou Jorge Strech, alimentou essas amizades com o sentido da sua frontalidade e desassombro. Foi respeitado como sempre o havia sido antes. É essa, aliás, a marca de cultura da liberdade que sempre vivi no interior do PS, onde a consideração pela diferença de opiniões se transforma numa das suas melhores características enquanto grupo político. A liberdade interna tem o preço do debate, pago pela força do desassombro. É certo. Mas neste caso, atrevo-me a dizer, Eurico Figueiredo surpreendeu os mais próximos pela força com que empunhou os seus argumentos no combate travado ao longo de meses.

Nunca foi um “homem do aparelho”, a cuja designação dou uma conotação positiva porquanto isso pode significar de empenhamento e liderança na condução orgânica do partido. Mas, por isso, não tinha a “força” na retaguarda da sua organização distrital. No final da legislatura foi deixado a um inexplicável abandono por parte do então líder e comum amigo António Guterres, cuja posição sobre o aborto era a mesma. Mais que uma injustiça cometida para com o excelente Deputado e Militante ficou a desilusão pelo amigo... ou a fraqueza de um líder que não foi capaz de o propor para um novo mandato.

Pagou, assim, mais do que o preço do desassombro pela afirmação da sua posição divergente. O mais curioso é que na divergência, neste caso, era acompanhado pelo líder do partido e do governo de então.

Liderou, sem proselitismo, a afirmação da diferença no contexto do Grupo Parlamentar. Naturalmente.

Num encontro, como em muitos outros que ocorrem no parlamento entre os pares, trocamos impressões sobre o tema e convergimos quanto à necessidade de erguer, no seio do PS, uma alternativa ao Projecto de Lei que a JS avançara.

Descobrimos aí uma abordagem e fundamentos comuns sobre o tema e acreditámos que o surgimento de uma iniciativa do interior do grupo parlamentar, seduzido na sua maioria pela proposta da JS, poderia favorecer o esclarecimento e a discussão pública muito condicionada, de novo, entre o sim e o não ao aborto. Não era disso que se tratava, evidentemente, pois já existia a actual Lei sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. Avançávamos, ao mesmo tempo, uma proposta inovadora, que permitiria resolver a polémica introduzindo o princípio de uma descriminalização regulada, onde, aliás, se apoiam a maioria das legislações dos países da União Europeia.

Por outro lado, partimos da convicção que uma franja importante dos eleitores socialistas se reviam na nossa posição e, enquanto eleitos, sentimos o dever de o anunciar da forma mais responsável, elaborando uma iniciativa legislativa e levá-la a votos.

A discussão estava desde o início viciada e os grandes média apenas davam espaço ao gutural sim ou ao rotundo não sobre o aborto. Mesmo no Parlamento, tantas vezes induzido e condicionado pela comunicação social, a discussão nunca saiu desse sombrio olhar, a preto e branco, que era posto na questão.

Sabia-se, por isso, que uma iniciativa legislativa de reconstrução, cujo pri-

mado se mantinha na protecção da vida humana e propunha soluções de co-responsabilização social quanto à Interrupção Voluntária da Gravidez, partindo do quadro legal em vigor, estaria condenada à asfixia pelo ruído da discussão já espraiada na rua.

Nestas circunstâncias, Eurico Figueiredo saiu para o confronto político. No Plenário da Assembleia da República incendiou o debate. O país pôde ouvir argumentos fortes e informados cientificamente. Trouxe à coacção as boas medidas de protecção à vida animal, designadamente as penas previstas para quem atente contra a preservação de espécies em risco, numa claríssima chamada de atenção para a necessidade de obter equilíbrios numa legislação tão sensível e impedir os fundamentalismos do a “favor” ou do “contra” o aborto.

Ganhou-se um espaço nesse debate. Curto, é certo. Mas iluminou-se um outro caminho e ficou a saber-se que isso é possível. Mesmo desejável, no nosso entendimento. A história e a evolução das sociedades fazem-se de pequenos contributos. O então deputado Eurico Figueiredo deixou a marca não apenas de uma diferença sobre um tema quente, em que ninguém tem segurança definitiva, mas de uma proposta para um maior compromisso do Estado na relação com os cidadãos.

No momento de contar os votos sobre as iniciativas pendentes, o então Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, fez a diligência para saber se os autores aceitavam retirar o projecto que se sabia não ir colher mais que os dois votos dos seus impulsionadores. O PS tinha o seu próprio projecto e os restantes Grupos Parlamentares, pouco divididos, votariam contra. Eurico Figueiredo nem hesitou e manteve vivo o projecto, até ao fim. Dois votos a favor, dos subscritores. Algumas abstenções. Chumbado por esmagadora maioria.

Depois, foi o referendo.

O PS, por sugestão de Guterres, decidiu abrir espaço dentro do seu próprio tempo de antena, nas rádios e televisões, para as diferentes posições internas.

Eurico Figueiredo, entre outros, foi convidado a fazê-lo. Num encontro com António José Seguro, então membro do Governo, na dependência directa do Primeiro-ministro, acertaram-se os pormenores. Eram atribuídas duas intervenções numa emissão desses tempos de antena na campanha do referendo. Ficámos a saber que isso era desejado pelo então Secretário-Geral do PS. Foi aceite.

Deu, assim, o rosto nesse debate a uma posição coerente com o seu pensamento e com parte importante do PS em cuja militância sempre se havia empenhado entusiasticamente. Mesmo na divergência. Se mais não fosse, para a afirmar com a força dos argumentos. Com a afabilidade do Psiquiatra. do Professor, por certo.

Fundamentalmente, a reflexão que fazíamos sobre a IVG partia do reconhecimento da realidade do quadro legal à época. No essencial, aliás, parece manter-se válida.

De facto, em 1984, aquando da discussão parlamentar sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, a Lei n.º 6/84 veio estabelecer os casos donde se exclui a ilicitude. Tratava-se do aborto terapêutico (realizado nas primeiras doze semanas, definindo-se como o único meio de remover perigo de morte ou de

grave e irreversível lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida ou se mostre indicado para evitar perigo de morte ou de grave e duradoura lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida), do Aborto Eugénico (quando haja seguros motivos para prever que o nascituro venha a sofrer, de forma incurável, de grave doença ou malformação, e seja realizado nas primeiras 16 semanas de gravidez) e do Aborto sentimental (quando haja sérios indícios de que a gravidez resultou de violação da mulher, e seja realizado nas primeiras 12 semanas de gravidez).

A Comissão Revisora do Código Penal, nas 22.^a e 44.^a sessões, em 16 de Janeiro e 10 de Dezembro de 1990, considerou que após a intensa polémica registada quanto ao aborto e à interrupção voluntária da gravidez, que contou com a intervenção dos diversos órgãos de soberania e das forças vivas da comunidade, não parecia legítimo, a curto prazo, proceder a modificações importantes neste domínio.

Mantiveram-se, por isso, as soluções de fundo que à data vigoravam, e que representavam no essencial o ponto de equilíbrio alcançado na sociedade portuguesa, oferecendo somente uma melhor redacção, do ponto de vista técnico, às soluções preconizadas na Lei n.º 6/84.

A Lei n.º 6/84 atribui aos estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos a obrigação de se organizarem de forma adequada ao exercício do direito à interrupção voluntária da gravidez nas situações e nos prazos legalmente determinados.

A Constituição da República Portuguesa dispõe o artigo 24.º, n.º 1, da CRP que a vida humana é inviolável e que em caso algum haverá pena de morte (artigo 24.º, n.º 2).

O direito à vida é o primeiro dos direitos fundamentais constitucionalmente enunciados. Como dizem J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, este direito é prioritário dado que está na base de todos os direitos das pessoas que decorrem da consagração deste: “ao conferir-lhe uma protecção absoluta, não admitindo qualquer excepção, a Constituição erigiu o direito à vida em direito fundamental qualificado. O valor do direito à vida e a natureza absoluta da protecção constitucional traduz-se no próprio facto de se impor mesmo perante a suspensão constitucional dos direitos fundamentais, em caso de estado de sítio ou de estado de emergência e na proibição de extradição de estrangeiros em risco de serem condenados a pena de morte”.

Conexo com esta componente essencial do direito à vida está, instrumentalmente, o direito à protecção e ao auxílio contra a ameaça ou o perigo de morte.

Esta questão envolve ainda outros preceitos correlacionados com o direito à vida, e que são os artigos 25.º, n.º 1 e 2, 67.º, n.º 1, 68.º, n.º 2, 69.º e 71.º, todos da Constituição da República Portuguesa.

A tendência nos países europeus é notoriamente uma despenalização regulada em que se procura responder ao conflito entre os direitos da mulher grávida e do feto.

Atente-se na legislação europeia.

	MOTIVOS	CONDIÇÕES	LIMITE GESTAÇÃO
Alemanha	Pedido da mulher* Perigo para a vida ou saúde da mãe e malformação do feto** Por ter a gravidez resultado de crimes sexuais***	<ul style="list-style-type: none"> • Aconselhamento obrigatório com espera de 3 dias • Opinião de um médico tendo de haver uma segunda opinião médica no caso do aborto por razões médicas e crimes sexuais 	* 12 Semanas ** Sem limite *** 12 Semanas
Bélgica	Pedido da Mulher* Perigo para a vida ou saúde da mãe e malformação do feto**	<ul style="list-style-type: none"> • Opinião de um médico com período de espera de 6 dias • Segunda opinião médica nos casos de sério risco para a saúde da mulher ou do feto 	* 12 Semanas ** Sem limite
Dinamarca	Pedido da mulher * Risco para a saúde e vida da mulher e malformação do feto**	<ul style="list-style-type: none"> • Consentimento dos pais para menores de 18 anos • Permissão de uma Comissão de 4 pessoas. 	* 12 Semanas ** 6 Meses
Espanha	Violação e outros crimes sexuais* Risco de saúde e vida da mulher** Malformação do feto***	<ul style="list-style-type: none"> • A violação tem de ser participada* • Duas opiniões médica** • Três opiniões médicas*** 	* 12 Semanas ** Sem limite *** 22 Semanas
França	Pedido da mulher* Risco de saúde e vida da mulher e malformação do feto**	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta de um médico* • Período de espera de uma semana após consulta* • Opinião de 2 médicos e de um psicólogo ou profissional da área social** 	* 12 Semanas ** 6 Meses.
Grã-Bretanha	Razões sociais e económicas* Risco de saúde e vida da mulher, malformação do feto**	<ul style="list-style-type: none"> • Consentimento de dois médicos • Menores de 16 anos necessitam o consentimento dos pais ou tutor. 	* Até 24 semanas ** Sem limite
Grécia	Pedido da mulher* Risco para a saúde e vida da mulher e violação e outros crimes sexuais** Malformação do feto***	<ul style="list-style-type: none"> • Consentimento dos pais para menores. 	* 12 Semanas ** Até 20 semanas *** 24 Semanas
Holanda	A pedido da mulher * Situação intolerável para a mulher, a ser definida juntamente por ela e pelo seu médico **	<ul style="list-style-type: none"> • Consentimento dos pais para menores de 16 anos • Espera obrigatória de 5 dias; • Um médico tem de determinar se a mulher tomou a decisão livremente. 	* Até 13 semanas ** Até 24 semanas
Irlanda	Risco para a vida da mulher		* 90 Dias

continua

continuação

Itália	Razões sociais e económicas* Razões médicas, mal formação do feto violação e outros crimes sexuais **	<ul style="list-style-type: none"> • Certificado de um médico e período de espera de 7 dias; • Menores de 18 anos precisam consentimento dos pais e de um juiz; • Aconselhamento não obrigatório. 	* Até 90 dias. ** Mais de 90 dias
Luxemburgo	Razões sociais e económicas * Razões médicas, mal formação do feto, violação e outros crimes sexuais**	<ul style="list-style-type: none"> • Certificado de um médico e espera de 7 dias * • Duas opiniões médicas para as situações de risco para a mulher e criança 	* 12 Semanas ** Até 6 meses

Neste quadro comparativo entre os principais países da Europa torna-se mais visível a possibilidade de revigorar a actual legislação portuguesa, muito embora o papel da Assembleia da República devesse ser mais o de fiscalizar e reclamar a exequibilidade da actual legislação cuja aplicação fica muito aquém das suas possibilidades.

O alargamento do seu âmbito de forma a criar condições efectivas de apoio à maternidade responsável, resguardando os actuais pressupostos éticos e princípios constitucionais, não só é viável como também uma gritante necessidade diariamente reforçada.

Apesar dos progressos que foram realizados no campo da saúde materna e do planeamento familiar e do trabalho das diferentes organizações não governamentais, o aborto ilegal continua a ser, actualmente, um dos mais graves problemas de saúde das mulheres portuguesas.

Sabe-se que a resposta hospitalar aos pedidos de IVG revelou a aplicação diminuta do quadro legal vigente. Para além das dificuldades decorrentes da ausência de regulamentação clara para aplicação da lei acrescem dificuldades institucionais na organização interna dos serviços de saúde, o que impede a existência de critérios bem definidos e de serviços apropriados, designadamente pelo recurso à objecção de consciência.

A problemática da interrupção da gravidez é extremamente complexa, profundamente marcada pelos valores culturais dominantes e por razões psicológicas relacionadas com os sentimentos ou valores morais da grávida. A vasta literatura científica nesta área alerta para as sequelas psicológicas da interrupção da gravidez e para os conflitos conjugais que pode proporcionar. Pelas razões atrás referidas, sobretudo nos estratos sociais mais desfavorecidos, mas igualmente por deficiente informação noutros, há uma enorme dificuldade em se assumirem decisões claras, fundamentadas, e em utilizar a disponibilidade dos serviços públicos existentes.

São inexistentes os dados reais que permitam avaliar com rigor quantos

abortos clandestinos são praticados anualmente em Portugal. A sua verdadeira dimensão é desconhecida.

A questão do aborto arrasta uma teia de negócios altamente repugnantes, a cujos agentes operadores o ordenamento jurídico não tem conseguido sancionar penalmente.

Embora todos considerem o aborto como sendo intrinsecamente um mal, as opiniões dividem-se quanto à forma de o combater dentro dos quadros éticos e constitucionais vigentes.

Hoje, contudo, a questão não pode ser recolocada como estando-se a favor ou contra a IVG. O actual ordenamento jurídico já ultrapassou essa questão há muito tempo. Tentar retomar a aparente simplicidade do *sim* ou do *não* ao aborto é desqualificar a discussão.

Das duas teses que têm vindo a ser defendidas, uma refere-se essencialmente à "...ideia de uma capacidade jurídica apenas restrita do nascituro que perde, em minha opinião, o carácter chocante, se se considera que o nascituro, enquanto já concebido, é já um ser vivo humano, portanto, digno de protecção, mas enquanto 'não nascido' não é ainda um indivíduo autónomo e, nesta medida, é só um 'homem em devir'". (K. Larenz, Metodologia do Direito, pág. 241, nota 11, Tradução da 2.^a edição, 1969, do original alemão por José de Sousa e Brito e José António Veloso, Ed. da Gulbenkian) e a outra "(...) A conclusões diferentes levará obviamente uma hermenêutica conforme com a 'natureza das coisas'. A vida humana existe a partir da concepção podendo com Tertuliano asseverar-se que já é um homem que está em vias de o ser como também todo o fruto existe já na semente. O feto vivo não é, pois, uma coisa (res) simples parte do corpo da mãe (*portio viscerum matris*) mas verdadeiro ser humano. Cabe, enfim, falar de um 'direito ao nascimento', como escreveu o Dr. Bigotte Chorão a propósito do artigo 24.º da CRP".

Várias conferências internacionais têm-se debruçado sobre a IVG. Na Conferência de Tbilisi subordinada ao tema «Do aborto à Contracepção», realizada naquela cidade em Outubro de 1990, sob o alto patrocínio da OMS, do Fundo das Nações Unidas para Actividades de População e da IPPF, foi observado que «as taxas de aborto podem ser substancialmente reduzidas através de programas de planeamento familiar universalmente acessíveis» e que «na Europa, tal como no resto do mundo, a gravidez não desejada e o aborto sem segurança constituem problemas sociais e de saúde pública graves».

Consideraram igualmente que «o aborto seguro não é, em si, um problema de saúde; os problemas de saúde resultam de abortos múltiplos devido à ausência de serviços de planeamento familiar, e de abortos praticados em situações precárias e com métodos mais invasivos».

Recomendam-se as condições para responder cada vez mais na prevenção e planeamento familiar, bem como no reforço da informação sobre a legislação da IVG, integrada nos programas de educação, informação de saúde materna e da educação para a saúde em geral.

A consagração da IVG sem qualquer invocação de motivos é de duvidosa

constitucionalidade, sendo que uma tal norma não parece respeitar o mínimo ético que deve existir no âmbito penal.

À luz do texto constitucional, a interrupção voluntária da gravidez acaba por traduzir um conflito entre o direito à vida e o direito a uma maternidade responsável.

A Carta sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos de 1995, refere nomeadamente que «Todos os indivíduos têm direito de serem livres, tendo em conta os direitos dos outros, para usufruir e controlar a sua vida sexual e reprodutiva».

A IVG coloca desde logo um conflito de direitos e valores, independentemente das soluções legais a adoptar. Trata-se, portanto, de resolver esse conflito na óptica da protecção de bens jurídico-constitucionalmente consagrados.

Sem pôr em causa o princípio fundamental do direito à vida é possível encontrar formas de conciliação entre os valores a salvaguardar.

Todos devem sentir-se envergonhados, enquanto for possível invocar como razão para a prática do aborto as condições socioeconómicas, familiares ou pessoais. Uma sociedade justa, pela qual proclamadamente todos pugnam, tem obrigação de produzir respostas eficazes para a eliminação dessas causas, o que estava assegurado na nossa proposta alternativa.

De acordo com os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística, em Portugal, o aborto constitui a segunda causa de morte materna, surgindo assim como um problema de saúde pública que afecta milhares de mulheres.

Face a esta situação, em que a mulher aparece como vítima de um sistema que permitiu o aparecimento e desenvolvimento de um circuito ilícito de interrupção da gravidez, afigura-se urgente, inclusive no plano dos princípios ético-morais, encontrar as melhores soluções.

O quadro legal vigente é consubstanciado por princípios éticos aceitáveis.

É verdade que ainda não está esgotado, bem pelo contrário. É gritante a ausência de regulamentação e da avaliação da sua aplicabilidade.

Aliás, parece de difícil compreensão que em Espanha vigore uma lei idêntica à portuguesa e cujas respostas são satisfatórias, diante dos mesmos problemas, ao contrário da realidade nacional. Mais curioso é o facto de nenhuma esquerda a colocar em causa. Nem a extrema-esquerda, tradicionalmente tão aguerrida naquele país vizinho...

O Projecto de Lei que então foi elaborado, em parceria com Eurico Figueiredo, visava, assim, reforçar a legislação da época, cujo quadro essencial se mantém, seguindo de perto os exemplos alemão e dinamarquês, nos quais a IVG é permitida, a pedido da mulher, por razões económicas e sociais, desde que autorizada por comissão ou conselho consultivo composto de elementos de várias áreas de formação, tendo estes a obrigação de pugnar, em tempo útil, pela resolução dos problemas que levam a mãe a tão dramático pedido. O que era uma das originalidades do nosso projecto, que ninguém de boa fé pode desqualificar, sobretudo à esquerda, que assim não fica reduzida a apenas dar aos mais desfavorecidos um mero direito ao aborto! Responsabilizando-se o estado. Numa clara valorização do direito à maternidade sobre o direito à IVG.

Exigia-se, ainda o consentimento dos pais, tratando-se de uma mulher menor de idade.

Acreditávamos que aquela iniciativa reflectia no seu articulado as soluções legislativas mais adequadas e equilibradas, porquanto permitia o alargamento das causas de exclusão da ilicitude da IVG, sujeitando esse alargamento a um conjunto de condições que garantiam a conciliação da IVG com a maternidade responsável.

Em síntese, propunha-se a exclusão da ilicitude da interrupção voluntária da gravidez, quando realizada a pedido da mulher, por motivos socioeconómicos, após decisão favorável da Comissão de Apoio à Maternidade, nas primeiras 12 semanas.

Seriam criadas em cada sede de distrito ou região Comissões de Apoio à Maternidade, com competência para analisar os motivos invocados pela requerente da IVG, promover as condições adequadas à prossecução ou interrupção da gravidez e esclarecer quanto ao seu significado e consequências.

As Comissões deviam, no prazo de 5 dias a contar da apresentação do requerimento, autorizar ou indeferir fundamentadamente o pedido acaso não conseguisse, em diálogo com a grávida, ultrapassar as dificuldades que a impediam de assumir o direito à maternidade.

Comprometia-se também, caso a IVG fosse aceite, a fazer o necessário acompanhamento psicossocial das mulheres que habitualmente vivem esta experiência como uma crise pessoal com eventuais consequências traumáticas.

Impedia-se assim que à clandestinidade do aborto ilegal não surgisse uma nova clandestinidade, a do aborto legal, tornando a país incapaz de atacar as causas do próprio aborto.

As Comissões seriam compostas por cinco elementos, com formação nas seguintes áreas: um médico com título da especialidade em obstetrícia, um médico com o título de especialidade em psiquiatria, um psicólogo, um magistrado e um técnico de serviço social.

Por último, tendo em conta a matéria em causa, seria conferido aos pedidos de IVG o carácter urgente, gratuito e absolutamente sigiloso.

O Projecto de Lei:

Projecto de Lei

Artigo 1.º

Alteração ao Código Penal

1. O artigo 142.º do Código Penal passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 142.º

(Interrupção da gravidez não punível)

1. Não é punível a interrupção da gravidez efectuada por médico, ou sob a sua direcção, em estabelecimento de saúde oficial ou oficialmente reconhecido,

a pedido da mulher por motivos socioeconómicos durante as primeiras doze semanas da gravidez, ou, tratando-se de menor de dezasseis anos, a seu pedido com o consentimento expresso dos seus representantes legais, durante o período referido e após a competente decisão favorável da Comissão de Apoio à Maternidade.

2. (actual n.º 1)
3. (actual n.º 2)
4. (actual n.º 3)
5. (actual n.º 4)”

Artigo 2.º **(Comissão de Apoio à Maternidade)**

1. São criadas as Comissões de Apoio à Maternidade, pelo menos uma em cada sede de distrito.

2. A Comissão de Apoio à Maternidade pronuncia-se sobre a interrupção voluntária da gravidez, nos termos da presente Lei, mediante requerimento das interessadas sobre a interrupção voluntária da gravidez e tem as seguintes competências:

- a) Analisar os motivos invocados pelas requerentes do pedido da interrupção voluntária de gravidez, suscitando a colaboração do cônjuge se for o caso.
- b) Tomar as medidas de urgência necessárias para um adequado diagnóstico médico e psicossocial da grávida.
- c) Promover as condições adequadas à prossecução da gravidez em conjugação com os serviços de apoio social e outros serviços públicos e privados adequados.
- d) Esclarecer quanto ao significado e riscos da IVG.
- e) Garantir o apoio e acompanhamento à grávida no caso da interrupção da gravidez.

3. A Comissão de Apoio à Maternidade, no prazo máximo de 5 dias a contar da data do pedido de IVG, deve:

- a) Indeferir o pedido por falta de fundamento ou através da atribuição dos meios previstos na alínea c) do n.º 2 do presente artigo;
- b) Autorizar fundamentadamente a IVG.

4. Da decisão de indeferimento referida na alínea a) do número anterior cabe recurso para o Ministro da Justiça que deve pronunciar-se no prazo máximo de 2 dias.

5. Findo o decurso do prazo previsto no número anterior sem que haja sido proferida decisão sobre o recurso estabelece-se a não ilicitude da IVG requerida.

6. Da decisão Ministerial cabe recurso contencioso para o Supremo Tribunal Administrativo, nos termos da Lei e reveste carácter urgente.

Artigo 3.º

(Composição da Comissão de Apoio à Maternidade)

1. Cada Comissão de Apoio à Maternidade é composta por cinco membros conselheiros, que devem possuir, obrigatoriamente, formação nas seguintes áreas:

- a) Um médico com o título de especialista em obstetrícia;
- b) Um médico com o título de especialista em psiquiatra;
- c) Um magistrado;
- d) Um técnico de serviço social;
- e) Um psicólogo.

2. Os membros referidos no número anterior, com exceção da alínea c), são nomeados por despacho ministerial.

3. O magistrado previsto na alínea c) é designado pelo Conselho Superior de Magistratura e preside à Comissão de Apoio à Maternidade.

4. O médico que interrompe a gravidez, no caso de ser esta a decisão da Comissão de Apoio à Maternidade, não pode intervir como conselheiro da mesma.

5. A Comissão de Apoio à Maternidade toma as decisões por maioria absoluta, devendo comunicar o resultado a cada requerente fundamentadamente e por escrito no prazo de 24 horas.

Artigo 4.º

(Confidencialidade, gratuidade e urgência dos pedidos)

Os pedidos de IVG são confidenciais, gratuitos e têm natureza muito urgente quer na fase administrativa quer na fase contenciosa.

Artigo 5.º

(Regulamentação)

1. O Governo aprovará no prazo de 120 dias, após a publicação da presente lei, a legislação necessária à sua execução.

2. O estatuto da Comissão de Apoio à Maternidade será aprovado por decreto regulamentar a publicar até 15 dias antes da data da entrada em vigor da presente lei.

Artigo 6.º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor com a aprovação do Orçamento de Estado para o ano de 1999.

Os Deputado do PS

António Braga, Eurico Figueiredo”

EURICO FIGUEIREDO INDAGADOR

José Medeiros Ferreira

Conheço Eurico Figueiredo há mais de quarenta anos e quase instantaneamente tornei-me seu amigo. Embora o nosso encontro na vida tivesse principiado pela acção política contra a ditadura, cedo detectei nele um homem multifacetado, com mais angústias do que certezas. Espírito eminentemente criador, Eurico Figueiredo tanto poderia ter sido artista plástico como homem político fundador de regimes. Durante a crise académica de 1962, foi da sua cabeça que saíram as propostas mais arrojadas, como a da greve da fome, em que participou pessoalmente. Preso pela PIDE, deixou a ala radical da contestação estudantil sem estrategista que conduzisse a luta política com eficácia. Há relatórios de diplomatas estrangeiros que referem o seu nome como um elemento chave do movimento estudantil que a ditadura temia.

Saiu da cadeia e foi expulso da Universidade de Lisboa, seguindo para a de Coimbra onde continuou a difundir a sua capacidade de iniciativa política e organizou, à escala nacional, o Movimento Sindical Estudantil, uma ideia heterodoxa no meio político da oposição.

No exílio suíço, Eurico Figueiredo dedicou-se então à sua profissão de médico psiquiatra. Apanhei-o no início dessa actividade, pleno de entusiasmo. Desenvolveu então as suas capacidades de estudioso e de observador que o levariam, mais tarde, à carreira académica e a cátedra em Portugal.

Quando, em 1983, a Fundação Gulbenkian, através do seu serviço de Ciência, meteu ombros ao empreendimento de levar por diante um ambicioso projecto de investigação sobre o futuro de Portugal, encontrei Eurico Figueiredo numa nova dimensão: a do metodólogo de um exercício de prospectiva sobre a evolução dos valores sociais.

A iniciativa de reunir um grupo de estudiosos tão diferentes como o nosso homenageado, Jorge Gaspar, Manuel Nazareth, Roberto Carneiro e Marçal Grilo e eu próprio devera-se a José Ribeiro dos Santos, consciente de que um projecto tão pioneiro em Portugal como aquele necessitava do concurso de gente rigorosa no aparelho metodológico e na recolha de dados, mas especialmente dotada para detectar a evolução dos temas e acontecimentos num período de tempo assaz longo. E assim nasceu o primeiro trabalho de prospectiva geral sobre a sociedade portuguesa intitulado:

“Portugal, os Próximos 20 anos”

Sob a coordenação de João Caraça, essa equipa multidiversificada meteu mãos à obra a partir de um seminário dirigido por Jacques Lesourne sobre “Aspectos metodológicos da prospectiva de longo prazo”, realizado na Fundação Gulbenkian em Setembro de 1983, há já vinte anos...

Esse projecto de investigação merece ficar na história das ciências sociais em Portugal como um exemplo de mudança de paradigma nos métodos e nos objectivos pretendidos e induzidos pelas necessidades operativas de uma sociedade aberta.

Esses exercícios de prospectiva visavam, de certa maneira, substituir a restritiva e unidimensional dimensão da previsão e planeamento tecnocrático desenvolvida depois da II Guerra Mundial nas sociedades ocidentais.

Partindo do pressuposto de que os cenários do futuro são múltiplos, quase tudo nesses estudos se joga na detecção dos germes de mudança, aqui considerados como sinais anunciadores de possíveis desenvolvimentos no futuro. O futuro deixa de ser considerado como único e passa a ser indagado na sua possível multiplicidade e diversidade.

Insisto sobre o aspecto inovador dessa metodologia assente na utilização de vários cenários prospectivos no pressuposto de que há vários futuros possíveis na evolução das sociedades.

Os atributos intelectuais para responder a esse desafio de previsão social não são meramente científicos, se bem que a redução da margem de erro só seja realizada pelo domínio analítico e sintético de uma massa de dados e de informações não imediatamente disponíveis.

Daí que o convite da Fundação Gulbenkian a personalidades como Eurico Figueiredo se tenha revelado particularmente criterioso e filho de uma reflexão sobre quem domina o saber sem ser atrofiado pelo que já se sabe.

Eurico Figueiredo houve-se particularmente bem nesse domínio original de actividade de investigação sobre a evolução dos valores sociais em Portugal.

O retrato que traça da evolução dos valores em diferentes gerações abrange quarenta anos da sociedade portuguesa graças à utilização que fez dos despojos do II Inquérito Geral da Universidade efectuado pela J.U.C. (juventude Universitária Católica) em 1964. Comparou, assim, valores expressos pelos jovens da geração de 60 com aqueles referidos por jovens da geração de 80, em inquérito original próprio, levado a efeito em 1986 e transcrito no livro *Conflito de Gerações, Conflito de Valores*, publicado pela Fundação Gulbenkian em 1988, no âmbito do referido projecto de prospectiva *Portugal – Os Próximos vinte anos*.

Eurico Figueiredo utilizou o inquérito da J.U.C, efectuado em 1964, apenas dois anos após a crise académica de 1962, que levaria à demissão do reitor da Universidade de Lisboa Marcello Caetano e à mobilização massiva dos estudantes durante vários meses.

Esse estudo foi assim influenciado pela evolução dos valores sociais no

decurso dos acontecimentos históricos que tiveram o seu detonador na proibição *pelo* governo do *Dia do Estudante* a 24 de Março de 1962.

Entre 1957 e 1962 situa-se um dos períodos de maturação do movimento estudantil, sendo de realçar que, nesse lapso de cinco anos, o país viveu a campanha eleitoral para a presidência da República em 1958 e assistiu à emergência do fenómeno Humberto Delgado; em 1960 deu-se a fuga de Peniche de vários dirigentes do P.C.P., entre os quais Álvaro Cunhal, o que muito ajudará à reorganização desse partido; em 1961 ocorre a revolta de Botelho Moniz, a tomada do paquete *Santa Maria* por Henrique Galvão, o início da luta armada em Angola, a publicação do *Programa para a Democratização da República*, o aparecimento das *Juntas de Acção Patriótica* como movimento de unidade antifascista, a campanha para a Assembleia Nacional e a perda de Goa, Damão e Diu.

Uma fase de maior politização da vida estudantil foi pois induzida por todo esse clima geral.

O número de estudantes inscritos no ensino superior conhece também uma subida significativa, sobretudo tendo em conta os baixos índices da década de cinquenta. Assim, no ano lectivo de 1950-1951, inscreveram-se 15.152 alunos; em 1960-1961 esse número sobe para 24.149; em 1970-1971 chega a 49.461 e no ano da queda do regime atinge os 58.605. A publicação, em 1964, do denominado *Projecto Regional do Mediterrâneo*, da responsabilidade da O.C.D.E., revela de forma comparativa e impiedosa, as carências, as distorções e o atraso do sistema educativo português. É com este pano de fundo político e educativo que se assiste, nos anos sessenta e princípios de setenta, a um movimento estudantil “ideologicamente bipolarizado” (Grácio, 1990, p. 235).

O primeiro sinal de mudança política veio de Coimbra quando a direcção da A.A.C. foi eleita para o ano lectivo de 1960-1961. Provinda do Conselho das Repúblicas, a nova Direcção era “desafecta ao regime” e introduziu uma dinâmica associativa assente nas assembleias magnas e na coordenação a nível nacional de algumas actividades estudantis, como a do *1º Convívio Universitário*, realizado em Coimbra em Fevereiro de 1961 e que logo despertou a animosidade das forças conservadoras.

O *Convívio* foi tido então como uma expressão subversiva sobretudo no que dizia respeito ao papel e ao comportamento das mulheres na sociedade. Prova disso foi a enorme importância que teve um texto publicado na primeira página do jornal *Via Latina* dois meses depois e intitulado *Carta a uma Jovem Portuguesa* (*Via Latina* nº 130, 19 de Abril de 1961). Nessa Carta, o autor convida rapazes e raparigas a “lutarem pela libertação através duma mútua liberdade”. E o número seguinte da *Via Latina*, publicado a 18 de Maio de 1961, é especialmente dedicado à ventilação do papel das jovens na vida associativa. Além do mais, em dez anos, o número de mulheres inscritas na Universidade de Coimbra passou de 941 em 1950-51 para 1.848 em 1960-61, enquanto o dos homens variou de 2.279 para 3.508.

Em Maio de 1962, o Governo de Salazar, acossado pela crise universitária,

resolveu legislar sobre as organizações circum-escolares num sentido ainda mais intervencionista e repressivo. Com efeito, o decreto 44.357, publicado a 21 de Maio de 1962, veio dar cobertura legal a uma série de demissões de corpos gerentes das Associações de Estudantes, à nomeação de comissões administrativas nas três academias do país e à instauração de processos disciplinares que levaram à expulsão das Universidades de centenas de estudantes entre 1962 e 1974.

A partir de então, o antagonismo entre os valores do regime salazarista e os valores dominantes no movimento estudantil vai acentuar-se irreversivelmente.

O movimento estudantil representou um certo tipo de acção diferente na luta contra o regime ditatorial: essa acção, nem espontânea nem partidária, nem putschista nem legalista, baseava-se na representatividade democrática das Associações Académicas e na estreita ligação entre os dirigentes e os estudantes nas assembleias gerais ou através da inovação trazida pelos plenários, sobretudo em Lisboa, onde as instalações da Cidade Universitária propiciavam o confluir dos alunos e dos professores para o estádio ou para a Cantina e o largo da Reitoria.

Com o aproximar do fim do regime, as forças políticas extremaram os seus programas e métodos de acção, levando inclusive para as salas de aula, não só a agitação de rua como novas propostas de programas e de procedimentos pedagógicos.

O movimento estudantil viria a revelar inúmeros dirigentes políticos, gentes das artes, das ciências e do jornalismo e difundiu uma cultura geral democrática que marcou o período posterior ao derrube da ditadura.

É este momento balizador da evolução da mentalidade política que Eurico Figueiredo tão bem conhecia pessoalmente que lhe servirá de ponto de partida para o estudo da evolução dos valores do Portugal contemporâneo, numa perspectiva intergeracional que cobrirá o período axial que medeia entre a década de sessenta e a de noventa.

Dando seguimento a essa espécie de *Observatório* sobre a evolução axiológica intergeracional do Portugal contemporâneo do último quartel do século XX, Eurico Figueiredo volta a fazer um novo inquérito a uma amostra de 10% dos jovens do último ano das Universidades. Desta vez introduz correlações entre valores e opções políticas e entre valores e origem social (“*tivemos sempre no espírito o que nos parece fecundo neste trabalho, o podermos comparar décadas diferentes*”) (Op. cit., pág. 23).

Como escreve Eurico Figueiredo:

“São os jovens que numa grande maioria tinham estado envolvidos nestas lutas, que vão responder ao Inquérito da J.U.C em 1964. Numa época em que era profundo o sentimento de crise do regime” (in *Valores e Gerações Anos 80 e Anos 90*, Lisboa, ISPA, 2001, pág. 24).

Apesar disso Eurico Figueiredo detecta um continuado conservadorismo nas respostas a esse Inquérito que contrasta com as atitudes reveladas no estudo

de 1986 para a Gulbenkian quando Portugal já vive em plena democracia há cerca de uma década.

Mais uma vez são os acontecimentos históricos que permitem compreender melhor essa diferença de valores entre 1964 e 1986. Em Portugal a data que separa essas duas eras é a do 25 de Abril de 1974.

Mas Portugal transforma-se dos anos 70 para os anos 80, décadas que mais parecem distanciadas por muitos anos, dadas as alterações de costumes evidenciadas e que se prolongam pelos anos 90. Por exemplo, em 1977, num inquérito realizado pela revista *Opção*, em que se entrevistavam jovens dos 15 aos 21 anos, os problemas maiores que lhes surgiam eram o espectro do desemprego, da droga, da falta de saídas profissionais, da delinquência e da falta de recursos económicos. Por sua vez, as áreas de maior interesse eram o convívio, a literatura, a política, os estudos, o cinema e o desporto. À medida que os anos 80 se implantam, nota-se um desinteresse dos jovens – também nessas faixas etárias – pela literatura e pela política, valorizando-se o convívio – a ida ao bar ou à discoteca – e o vídeo. Nas relações pais/filhos também se alteraram alguns padrões: enquanto em 1977, segundo o mesmo inquérito, as relações pais/filhos se encontram marcadas pela autoridade, esperando os jovens sobretudo compreensão e respeito pela própria liberdade, nos anos 80 a compreensão aumenta qualitativamente, correspondendo a uma outra noção de relacionamento entre os membros da família.

Quanto à educação e às elevadas taxas de analfabetismo, esse é outro aspecto que se deparou ao 25 de Abril e que nem as campanhas de alfabetização levadas a cabo após a revolução souberam travar. Em 1970, 53,3% da população com mais de 60 anos não sabia ler. Com mais de 50 anos, a percentagem descia para 41,2%; com mais de 40 anos, para 30,5%. É, portanto, com uma taxa elevadíssima aquela com que o período do 25 de Abril tem de se confrontar. Segundo António Brotas, eram cerca de 80 000 os analfabetos homens, com menos de 40 anos, em Dezembro de 1974, e 130 000 mulheres na mesma faixa etária.

Os jovens do pós-25 de Abril, esses, apostam na escolarização e na profissionalização. Os inscritos no ensino superior foram 49 500 em 1970-1971 e 86 200 em 1976-1977. Praticamente o dobro em seis anos.

Outro aspecto a realçar, com o advento do 25 de Abril, é, por um lado, a glorificação da classe operária, no período que emerge de 1974 a finais de 1975 e, contraditoriamente, a constituição de uma burguesia, variável no poder económico, mas bastante uniformizada nos padrões de consumismo, nos valores e nos hábitos. As classes sociais, hoje designadas por classes A, B ou C, na linguagem das sondagens, revelam uma outra forma de estratificação da sociedade portuguesa, que substitui os conceitos de “classe operária”, “burguesia” ou “aristocracia”.

Os anos 80 reforçam um conjunto de características típicas das sociedades de consumo: os centros comerciais e os hipermercados, como lugares primeiros do consumismo das famílias e de convivencialidade, são locais que consa-

gram o efémero sobre o perene. Claro que tanto a classe A se desloca ao hipermercado como a classe C. Contudo, existem diferenças acentuadas, nomeadamente no modo como essas classes funcionam face aos valores culturais: o livro, o espectáculo de cinema, de teatro, de bailado ou de música. É no relacionamento com o factor cultural que se diferenciam estratos. A massificação dos costumes é tanto maior quanto menor é o poderio económico das famílias.

Contudo, o grande vencedor dos anos 80, face aos anos 70, foi o nível do consumismo: os automóveis, os vídeos, os televisores e restantes electrodomésticos, os computadores pessoais invadiram o quotidiano das pessoas e tornaram-se objectos de primeira ordem para uso pessoal.

Para o lisboeta, vários espaços de convivencialidade se tornaram obrigatórios com o advir dos anos 80: as Amoreiras, símbolo de uma Lisboa mais modernizada, projecto que levantou celeuma mas que representa um dos expoentes desse consumismo que a época trouxera, à medida que Portugal se ia integrando numa Europa também ela voltada para esses padrões; e, posteriormente, os hipermercados, espaços amplos onde se proporcionam ao consumidor desde artigos de alimentação até livros, electrodomésticos, brinquedos, vestuário, etc. Estes microcosmos instalaram-se nos grandes centros urbanos, para fixarem o consumidor a um padrão de consumo elevado, senão na qualidade pelo menos na quantidade.

De outro lado, os media invadem lentamente a sociedade civil e a opinião pública. Nos anos 70 nota-se ainda a importância dos diários, quer matutinos quer vespertinos; nos anos 80 reafirmam-se cada vez mais os semanários, onde se procura um ensaísmo no modo como se aborda a política e a sociedade que o imediatismo dos diários não permitia. A opinião pública torna-se mais crítica, não quer uma informação demasiado impregnada de transparência em relação ao acontecimento: quer análise, enquadramento, opiniões abalizadas, especialistas.

A liberdade de imprensa também teve as suas consequências, com uma melhoria significativa nos padrões de qualidade e a independência dos jornais sobretudo a partir das direcções de Vítor Cunha Rego e de Mário Mesquita à frente do *Diário de Notícias* após o 25 de Novembro, cujo exemplo influenciou os paradigmas para a fase de normalização democrática.

O grande fenómeno jornalístico desse período seria, no entanto, os semanários, como atrás se referiu, e pré-anunciou o crescimento da influência do quarto poder nas decisões políticas, quer dos órgãos de soberania quer dos dirigentes partidários.

Os *media* revelaram-se, assim, um poder emergente e influenciaram cada vez mais o gosto e a mentalidade dos elementos mais receptivos da sociedade portuguesa. E a televisão e o vídeo tornam-se o centro das atenções à medida que caminhamos pelos anos 80. Em 1977 estreia-se em Portugal a primeira telenovela brasileira, *Gabriela, Cravo e Canela*, baseada num romance de Jorge Amado. O êxito insuspeito colhido junto do público originou que, desde essa altura, nunca mais o “fenómeno telenovela” deixasse de se distinguir como um dos traços-mediáticos-chave da programação televisiva. Com níveis

de audiência que colheram todos de surpresa, nunca mais, desde então, a telenovela deixou de preencher o imaginário de multidões. Muitas polémicas eclodiram com base na importância perniciososa ou benéfica que o fenómeno telenovela adquiria junto dos Portugueses. Por um lado, a influência vocabular, os brasileirismos encheram o nosso vocabulário, e tornaram-se populares sobretudo nas camadas mais jovens. As personagens mais carismáticas eram abundantemente discutidas nos cafés, nos transportes públicos e nos lares domésticos. A telenovela foi a fórmula encontrada para o preenchimento onírico que faltava na televisão a seguir à revolução: doses maciças de programação política esgotaram os mais entusiastas. Passado o “Verão quente”, outros espaços urgiam numa televisão polarizada desde a queda da ditadura e da censura.

Daí que os concursos também se tornassem populares, a par das telenovelas. Em 1977 estreia-se *A Visita da Cornélia*, onde a criatividade era a norma. Os concorrentes desempenhavam vários papéis, desde o de actores de pequenas peças de teatro até ao cabaré, passando pela interpretação musical, a dança, etc. Foi um período áureo do ponto de vista televisivo, que culminou na programação do segundo canal, entre 1977 e o início da década de 80, sob responsabilidade de Fernando Lopes.

A própria evolução técnica, com a TV a cores, as parabólicas, a TV cabo, o vídeo e o controlo à distância ajudam essa omnipresença da televisão na vida quotidiana.

A evolução do gosto e das mentalidades tornou-se mesmo mais profunda e irreversível do que as modificações políticas derivadas da mudança de regime.

Todas essas modificações na vida quotidiana dos portugueses foram indagadas numa perspectiva científica e prospectiva por Eurico Figueiredo nas suas obras sobre valores e gerações, que constituem uma fonte para a história das mentalidades do Portugal contemporâneo.

LANÇAMENTO DO VINHO “SOLAR DO PRADO”

(A Propósito do Lançamento do vinho
“Solar do Prado”, 2001, DOC, Douro tinto¹)

António Barreto

É com enorme prazer que me associo ao lançamento deste vinho. Pelo Douro, pelo vinho e sobretudo pelo Eurico. Conheço-o há cinquenta anos. Ou mais. Acho mesmo que sempre o conheci. Apesar de não parecer, ele é mais velho do que eu. Frequentava eu a escola primária e, depois, o liceu, em Vila Real, e o Eurico, com mais anos e mais vida, era um daqueles “mais velhos” que olhávamos com redobrada curiosidade. Quando ele saiu de Vila Real, para a Universidade, primeiro Coimbra, depois Lisboa, a seguir novamente Coimbra (desta vez por perseguição política), esperávamos por ele, nas férias, para nos trazer novidades. Do mundo. Da política. Da cultura. Dos livros. Das ideias. De coisas que não chegavam a Vila Real. Ou chegavam pouco.

As coisas acabariam mal. Ou antes, muito bem. Foi ele um dos primeiros responsáveis pela minha conversão política dos 15 ou 16 anos. E creio que terá igualmente influenciado a cabeça de outros alunos daquele liceu. A tal ponto que, um dia, fui chamado ao Governador Civil, que me informou que o Eurico era “vermelho” e perigoso e andava metido, em Lisboa, em “coisas” pouco recomendáveis. Pelo que era indispensável que evitássemos a sua companhia. O Governador não teve muito êxito. Pelo contrário: as suas advertências eram o que faltava, ou nos faltava, para ouvir o Eurico ainda com mais atenção.

Depois disso, separámo-nos dezenas de vezes. Menos por ideias e mais por oportunidades. Parece quase o destino: cada vez que, depois do 25 de Abril, eu regresso à política, ele sai; e cada vez que eu voltei para a Universidade, o Eurico assumia responsabilidades políticas activas. Desta vez, hoje, coincidimos: estamos ambos fora. Se as separações foram várias, as convergências foram muitas. Uniram-nos ou juntaram-nos o Douro e Vila Real, Coimbra, a política, as associações de estudantes, o partido comunista, o exílio, a Suíça e Genebra, o regresso a Portugal, o partido socialista e a democracia. E agora, finalmente, o vinho e, novamente, o Douro.

Sempre conheci o Eurico ansioso. Às vezes, à beira da angústia. À procura de ideias sobre o que fazer a seguir. O que fazer mais. O que fazer de novo. Não me surpreende que, não satisfeito com a grande trilogia burguesa, “um livro, um filho e uma árvore”, ele tivesse acrescentado “um vinho”. Este “Solar do

Prado” que hoje festejamos. Já o bebi. É bom, garanto-vos. Mas desse vinho há aqui quem vos fale melhor do que eu. O que não me impede de felicitar tanto o viticultor como os enólogos que dele trataram. Merecem parabéns pelo que trouxeram ao mundo.

Não deixa de ser curioso ver um homem que percorreu todo o universo urbano, os estudos, a academia, a política, a medicina, a ciência e vários continentes decida, aos sessenta anos, produzir vinho, desde a videira até à garrafa, com o seu nome e a sua autoria. Não é todos os dias que encontramos um agricultor que foi quase tudo, revolucionário, exilado, doutor, professor, escritor e deputado. Não estranho, porque o conheço. Sempre viveu atento ou obcecado com as origens. Apesar de aventureiro, sempre quis ter os pés em terra firme: e, entre todos, o terreno mais sólido, o da memória.

Não lhe profetizo fortuna, coisa que não se consegue na agricultura. Dizem mesmo que é a mais rápida e mais segura maneira de empobrecer. Mas vaticino-lhe um enorme prazer e um grande orgulho, este último já visível na sua cara. E acrescento: para o Douro, é excelente o que ele fez. É mais um exemplo, entre tantos que, nos últimos anos, têm dado uma nova vida àquela região. Depois da monocultura do vinho do Porto, a valorização dos vinhos de mesa trouxe ao Douro não só riqueza e oportunidades, mas sobretudo futuro e esperança, naquela que é, se se olhar rigorosamente para os indicadores e as estatísticas, a região mais pobre de Portugal.

Há duas décadas, uma pipa de vinho tinto custava praticamente tanto a fazer quanto uma pipa de vinho do Porto. A diferença residia sobretudo na aguardente que se acrescenta a este último. Pois bem, o preço pelo qual o agricultor vendia o seu vinho tinto era frequentemente um décimo do que receberia se fosse autorizado a fazer vinho do Porto. Agora, com vinhos de qualidade, com agricultores educados e profissionalmente preparados, com ciência e técnica investidas na viticultura e na vinicultura, com gosto e organização e com a atenção virada para o comércio, já podem os lavradores do Douro ambicionar a uma vida decente. Os bons vinhos tintos atingem preços parecidos ou mesmo superiores aos dos vinhos do Porto!

Os vinicultores do Douro podem assim ter horizontes de prosperidade. Sobretudo porque se foram pondo de parte alguns mitos enganadores. Como, por exemplo, o de que o comércio é inimigo do agricultor. Ou, pior ainda, o de que o bom vinho é essencialmente um produto natural. No primeiro caso, ocorre o contrário: o comércio é tão amigo do agricultor que foi, na maior parte dos casos, o comércio que criou os grandes vinhos. Mas, para ultrapassar os efeitos negativos da luta de classes, o que o agricultor tem a fazer é ocupar-se ele, tanto quanto possível e tão longe quanto possível, da actividade comercial. Isto é, produzir algo para ser comercializado. Quando um lavrador, como hoje o Eurico Figueiredo, em vez de vender uvas ou vinho a granel, vende caixas de garrafas, com rótulo e nome, está a chamar a si uma função comercial de que, durante décadas ou séculos, tinha sido esbulhado. Também por culpa sua, com certeza.

No caso do segundo mito, o que sucede é que o melhor vinho é sempre o resultado de uma acção técnica, científica e económica exercida sobre uma matéria-prima que, em si própria, tem potencialidades, mas não necessariamente qualidades acabadas. Sem saber, sem ciência, sem técnica, sem organização, sem cuidados, o vinho dito “natural” é, quase sempre, uma zurrapa! Os Durienses têm vindo a perceber estes factos simples. E a verdade é que, em dez ou vinte anos, se assistiu a um desenvolvimento fenomenal da produção vinícola duriense de boa e excelente qualidade.

Nos últimos quinze ou vinte anos, mais de um milhão de pessoas que viviam da e na agricultura foram afastadas dessa actividade. Centenas de milhares de explorações agrícolas desapareceram como tal. A produção alimentar nacional, que satisfazia, há vinte anos, cerca de 75% das necessidades, limita-se agora a meros vinte por cento. Foi a mais rápida “desruralização” de todas quantas se realizaram na Europa.

Creio que se foi longe demais. Creio que houve erros estratégicos irreparáveis. Mas esse não é o motivo que nos traz aqui. Neste processo, honra deve ser feita ao vinho. Muito especialmente ao vinho do Porto e aos vinhos das regiões demarcadas de qualidade, nomeadamente aos da região do Douro. Este foi o sector que melhor se preparou para a integração europeia, que melhor soube tirar proveito da internacionalização e da globalização. E fê-lo bem porque soube associar tradição e inovação, no que, sendo um lugar comum, é uma das maiores dificuldades que conhecem as sociedades e as economias. E fê-lo bem, porque tem sabido juntar a natureza e a técnica, no que é outra das dificuldades maiores do nosso tempo.

Num país com fracas aptidões agrícolas alimentares, o vinho e a floresta parecem ser os dois trunfos mais fortes para dar solidez a uma produção económica com sentido e futuro. Este gesto do Eurico Figueiredo, aparentemente um devaneio de quem volta às origens, ou, superficialmente, um prazer de um “gentleman farmer” cansado da cidade, é, muito pelo contrário, uma afirmação enérgica e de racionalidade económica a toda a prova.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2003

NOTAS

¹ Livraria *Ler Devagar*, Lisboa, 5 de Fevereiro de 2003.

8.^a FOTO: EURICO FIGUEIREDO

Memórias de um fotógrafo ambulante (anos 40-90)¹

António Tavares-Teles

– Tens uma cara porreira! Como te chamas?

Estava no recreio do liceu, em Vila Real de Trás-os-Montes, no primeiro dia de aulas; e, quando vi em face de mim um tipo uns três ou quatro anos – pareceu-me – mais velho do que eu (eu tinha treze) com uma conversa daquele tipo – “Tens uma cara porreira! Como te chamas?” – confesso que fiquei completamente sem saber o que lhe dizer.

Ele ainda acrescentou:

– Se precisares de alguma coisa, avisa!

Devo porém ter-me limitado a balbuciar o meu nome e a ter-lhe dito obrigado; enquanto ele logo desandou, quase tão subitamente como tinha chegado.

Não fazia ideia nenhuma de quem era. De resto, ali, naquele liceu para onde, no início do quarto ano, transitara do Porto, conhecia apenas um moço – o João Manuel Soeiro de Carvalho – com quem, curioso, fui ter.

– Quem é aquele tipo, ó João Manuel?

– Não sabe? É o Eurico Figueiredo! – respondeu-me.

Um tipo com alguma importância, pois – pensei.

Assim era, de facto: não muito alto, maçãs do rosto salientes, os olhos fendidos quase como os de um oriental, vibrante, magnético, comportava-se como um agitador que, embora do sexto ano, agia já como um veterano, com espaço próprio e ideias a dar com um pau, aliás todas elas mais sedutoras umas do que as outras – sobre política, sobre literatura, sobre poesia, sobre pintura, sobre música, sobre a vida em geral, sobre miúdas até – numa torrentosa corrente, no entanto racional, que me fez pouco a pouco aproximar-me dele, cativado e convencido.

Se, na altura, eu soubesse exactamente quem tinha sido Lenine, teria dito: um Lenine! E ele (o Eurico) teria no íntimo ficado desvanecido com a comparação, tenho a certeza. Porque era mesmo de uma espécie de Lenine, um jovem Lenine, que se tratava.

E ele tinha consciência disso: à sua volta girava um grupo de gente que, sempre na base de um real culto da simpatia e da amizade, ele de alguma forma liderava. Para além de que sabia pôr em destaque, e incentivava, aquilo que cada um tinha de mais original e positivo; e, graças sobretudo a ele (embora

também a outros, é claro, particularmente ao Max²), deve ter-se vivido, nesses anos 50, em Vila Real de Trás-os-Montes, um dos períodos mais exaltantes e produtivos da vida do “Camilo Castelo Branco”, o velho liceu.

Filho de um homem também ele cativante e motivador – o Dr. Otílio Figueiredo – fui viver lá para casa quando ele (o Eurico), após o sétimo ano, demandou a Universidade – primeiro Coimbra, em seguida Lisboa – donde viria – era fatal! – algum tempo mais tarde (lembra-se das lutas académicas de 62, e por aí adiante?...) a ser expulso.

Depois, foi a “via sacra” de muitos dos estudantes anti-regime daquela época: a porrada da polícia, a Pide, a prisão, o exílio.

Com o exílio, perdemo-nos: ele foi para a Suíça (Lausanne), eu (poucos meses passados) para Paris; e a vida separou-nos.

Hoje, para além de catedrático de psiquiatria (a ciência acabou por sobrepor-se à literatura, à poesia, à pintura, à música) é, como se sabe, deputado pelo PS, principalmente dedicado a questões relativas à toxicod dependência e à regionalização; e vemo-nos pouco. Mas que foi importante, muito importante, naquele tempo de obscurantismo, de opressão, de mediocridade, ou então de completa ausência de noção do que era a realidade portuguesa, ter tido a sorte de encontrar um fulano como ele, ai isso foi!

NOTAS

¹ Texto publicado na revista de *O Independente*, em 1997.

² Maximiano José Vaz da Cunha, actualmente médicos em Chaves e amigo de E. Figueiredo e A. Tavares Teles.

AS GRAVURAS NÃO SABEM NADAR

Eurico Figueiredo

Os textos que se seguem foram escritos como Introdução e Conclusão ao livro As gravuras não sabem nadar que a Assembleia da República pretendia publicar, consagrado ao debate havido na própria Assembleia, no Plenário e na Subcomissão da Cultura, sobre as gravuras de Foz Côa. O Conselho de Administração do Parlamento assim o tinha decidido e financiado; o número estava completamente preparado graças a dedicação e entusiasmo de Guida Abrantes. Por razões que desconheço e lamento, nunca viu a luz do dia... Por isso o publicamos agora, como subsídio para a História da salvaguarda das gravuras.

INTRODUÇÃO

O parque arqueológico de Foz Côa ganhou pergaminhos de património mundial.

A decisão da UNESCO era esperada. Já era essa a opinião dos peritos em arqueologia que visitaram o vale do Côa quando a extensão territorial do achado ainda se limitava a algumas centenas de metros e não aos vinte quilómetros actualmente conhecidos.

Com a decisão da UNESCO, o acto político, difícil e controverso, mas corajoso, de suspender os trabalhos da barragem, reforçou-se em legitimidade. A atitude preservacionista mostrou-se ser a mais prudente. Foi recompensada com a decisão desta instituição de 2 de Dezembro de 1998. Lisonjeira para o conjunto arqueológico. Na justificação de atribuição do título de património mundial descreve-se o vale do Côa como possuindo uma “excepcional concentração de gravuras do paleolítico superior, com 22 a 10 mil anos, o mais importante exemplo da mais primitiva manifestação da criatividade humana ao ar livre e, nesta forma, única no mundo”.

É oportuno, em homenagem ao Parlamento e ao trabalho parlamentar, sublinhar que o processo conduzindo à suspensão da barragem começou na Assembleia da República. Nela também foi tomada a decisão final. Tendo sido notável a participação do Parlamento em todo este processo. Agradeço ao Conselho de Administração da Assembleia da República o apoio que nos deu viabilizando a presente publicação. Vai tornar mais visível o imenso trabalho que se fez em S. Bento.

Algumas notícias de Novembro de 1994 tinham-nos alertado para a necessidade de obter elementos fiáveis sobre a recém tornada pública descoberta, no

Vale do Côa, de gravuras rupestres, muitas delas paleolíticas. Em 24 de Novembro de 1994, com os Deputados António Martinho, Carlos Luís e Rui Vieira utilizamos o instrumento regimental do requerimento para solicitar informações ao governo. As notícias, entretanto, continuavam, mais e mais categóricas quanto à importância das gravuras e aos riscos que corriam devido aos trabalhos de construção da barragem de Vila Nova de Foz Côa.

No fim-de-semana de 25-26 de Novembro, procurei obter informações idóneas. Primeiro junto do meu amigo Cláudio Torres que me orientou para Victor Oliveira Jorge. Este, por sua vez, pôs-me em contacto com João Pedro Cunha Ribeiro e Mila Simões de Abreu. Nos dias seguintes ainda obtive desta última arqueóloga elementos sobre o rápido envolvimento da comunidade científica mundial da área. Colocados perante depoimentos dramáticos de profissionais qualificados e tomadas de posição de peritos de vários países, entretanto alertados pela acção exemplar da arqueóloga Mila Simões de Abreu, convenci-me que só a suspensão dos trabalhos da barragem era a resposta adequada à situação: parar para estudar o espólio arqueológico descoberto, mas que se adivinhava poder ser bem mais importante, avaliá-lo e depois decidir o que fazer.

Em 28 de Novembro, com António Martinho, em Conferência de Imprensa no Palácio de S. Bento de grande impacto nos meios de comunicação social, solicitamos a suspensão dos trabalhos da barragem.

O objectivo assim claramente indicado tornou-se, pela sua simplicidade e determinação, primeiro mobilizador, depois popular. O objectivo nunca mais foi outro: suspender os trabalhos da barragem.

A minha participação neste processo foi, além da intervenção parlamentar, diversificada. Refiro-a como exemplo, com sucesso, de intervenção política dentro e fora do parlamento. Foram idas sem conta a Foz Côa. Informação de líderes de opinião. Artigos no *Expresso*. Carta ao Primeiro-Ministro e Presidente da República logo a 29 de Novembro. Iniciativa do abaixo-assinado de deputados do PS. Foi a participação na criação e organização do movimento cívico “Movimento para a Salvaguarda das Gravuras de Foz Côa”, em cuja animação se destacou Carlos Antunes, que com outros movimentos cívicos, como “Côa Vivo”, “APRIL” e “Olho Vivo”, muito contribuíram para o sucesso do movimento. A preparação e participação em debates, os primeiros em Foz Côa e Torre de Moncorvo, organizados pelo Fórum Trasmontano e Duriense, e por Isabel do Carmo do Fórum Ecologista e Alternativo, em 27 e 28 de Janeiro de 1995. Neste primeiro debate, uma das maiores figuras políticas nacionais, António Almeida Santos, fez a defesa, arrasadora para os oponentes, da preservação das gravuras in loco. Foi a participação na criação de uma rede de contactos com arqueólogos activistas (Mila Simões de Abreu, Susana e Vitor Oliveira Jorge, João Zilhão, João Pedro Cunha Ribeiro, Luis Oosterbeek, Ludwig Jaffé, Francisco Sande Lemos...) e de protagonistas locais (José Ribeiro, António Sotero, António José Nascimento, Adriano Ferreira, José Pilério, José Albano...). Estes vieram a ter uma grande importância, que não pode ser esque-

cida, na mobilização da juventude local, contactos com a imprensa nacional e internacional e mesmo descoberta e protecção de gravuras. Em audiência solicitada ao Presidente da República Mário Soares, sensibilizei-o a visitar as gravuras, o que efectuou em 20 de Fevereiro de 1995, com grande impacto mediático. Por minha sugestão também, António Guterres visitou o Vale do Côa a 19 de Março. Em boa hora o fez pois aí assumiu o compromisso de poder interromper os trabalhos da barragem acaso o PS viesse a ser governo: cumpriu. Foi o acompanhamento do acampamento de jovens e manifestação em Vila Nova de Foz Côa, a preparação do acampamento e jejum nos Jerónimos, a partir de 25 de Abril, em que participei com tantos e tantos que se dedicaram a esta causa, inclusive vários deputados.

O movimento pela salvaguarda das gravuras teve sucesso pela convergência de vários factores. A acção internacional dos arqueólogos portugueses, com a credibilidade que obtiveram da comunidade científica mundial e o apoio que lhes foi dado, transformou a criação do parque arqueológico de Foz Côa num objectivo da comunidade científica mundial da especialidade. Haverá muitos outros sucessos, desta natureza, da comunidade científica? Tive a oportunidade de lhes agradecer, quando a IFRAO (Federação Internacional de Organizações de Arte Rupestre) me atribuiu prémio internacional pela minha acção na defesa das gravuras paleolíticas do Vale do Côa.

Foi notável, neste processo, a acção dos meios de comunicação social estrangeiros, com relevo para a determinação de jornalistas como Edward Owen do *Times* de Londres, assíduo a visitar e noticiar Foz Côa.

O Parlamento teve particular destaque neste debate e esta publicação relatou-o. Mas revelou-se determinante a criação de uma opinião pública nacional favorável, sobretudo jovem, e uma viva participação dos meios de comunicação social nacionais. É justo lembrar, entre tantos outros, a intervenção incansável de Manuel Carvalho no *Público*, Valentina Marcelino no *Expresso*, Artur Albarran na TVI, Alberto Serra na SIC, José Meireles da Lusa... O debate foi animado por dezenas de artigos nos mais importantes órgãos de comunicação social, a grande maioria preservacionistas, alguns perseverantes a exigir a suspensão dos trabalhos da barragem como António Barreto nos “Retratos da Semana”.

Finalmente, esta concretizou-se devido ao sentido de responsabilidade de António Guterres e a sua extrema sensibilidade para os problemas da preservação do património.

A primeira vez que fui visitar o Vale do Côa, com a determinação de observar as gravuras já encontradas e avaliar no local os perigos que corriam com a continuação das obras de construção da barragem, só tinha como “arma” para exhibir, o cartão de deputado. O Engenheiro responsável da EDP presente nos estaleiros, que eu procurei num ensolarado domingo de Dezembro de 94, quando lhe disse ao que vinha, encarou-me preocupado. Depois sorriu: tu és o Eurico? Retorqui: tu és o Sebastião! Tínhamos sido colegas nos primeiros anos do Liceu e não nos víamos há umas décadas! Tudo, em seguida, foi mais fácil, sendo de realçar a correcção dos nossos mais habituais interlocutores da EDP:

Eng. José Penedos e Eng. António Vidigal. O que não absolve a acção desta empresa em todo este processo. Mas distingue pessoas.

Gostava também de assinalar a extrema modéstia de Nelson Rebanda, criticado pelo compreensível furor dos arqueólogos mais combativos na luta pela salvaguarda das gravuras, de que foi o primeiro “descobridor” e, na minha opinião, inocente “encobridor”. Nas longas conversas que tivemos na companhia hospitaleira de Aires Ferreira durante o Inverno de 94-95 em Torre de Moncorvo, apercebi-me do “defeito” que não lhe permitiu poder vir a ser o “salvador” das gravuras que descobriu: nunca ter conseguido nem ao menos imaginar que a barragem podia mesmo não ir avante...

A assinalar que em todo este processo acabei por ganhar a amizade do mais combativo protagonista de uma alternativa à conservação das gravuras “in loco”: a do então Presidente da Câmara de Foz Côa António Gouveia! O mérito é todo o dele.

(...)

CONCLUSÃO

A participação da Assembleia da República no debate sobre as gravuras do vale do Côa foi extremamente rica e dignificante para esta instituição como tão bem o ilustra esta brochura.

Compreende-se que tenham sido deputados ligados à região que primeiro deram o alerta, a nível político, utilizando a figura regimental do requerimento ao governo, procurando inteirar-se, através das vias adequadas, de quais as intenções do mesmo. Estávamos ainda bem no início de um debate que teve foros de debate nacional, o mais importante do ano de 95 na opinião no *Expresso* no seu balanço do ano.

Mas a participação da Assembleia continuou-se por uma via mais informal. A conferência de imprensa solicitando a interrupção da barragem, com a dignidade de ter sido feita por deputados e em S. Bento. As cartas enviadas ao Primeiro-Ministro e Presidente da República. O abaixo-assinado dos deputados do PS. A criteriosa decisão, já em 20 de Dezembro de 1994, do então Subsecretário de Estado da Cultura Santana Lopes de solicitar a patrimonização das gravuras é uma primeira resposta preservacionista a toda uma movimentação com destaque para a acção dos deputados.

Já numa perspectiva mais formal, é um bom exemplo da eficácia das intervenções antes da ordem de trabalhos, aquela em que se criticou as declarações do Subsecretário de Estado da Cultura Manuel Frexes, no seguimento da sua primeira visita às gravuras, desqualificando-as. Seguiu-se uma clara modificação de atitude nas intervenções posteriores deste membro do governo, inequivocamente respeitadoras do achado.

A figura regimental da interpelação da mesa, instrumento de rara acutilância política, foi várias vezes utilizada. As interpelações à mesa, mesmo quando

telegráficas, podem ser contundentes. São das raras oportunidades que os deputados têm de intervirem, em plenário, por livre iniciativa, com noção de urgência. Pode medir-se-lhe a eficácia quando se criticaram eventuais desmandos de autarcas, governadores civis, ou da polícia.

Mas são as audições parlamentares das comissões especializadas, que infelizmente por razões técnicas não puderam, neste caso, ser todas transcritas, que criam condições de debate verdadeiramente esclarecedor envolvendo os deputados e os principais protagonistas de qualquer assunto que uma das muitas comissões e subcomissões julguem por bem ouvir. Pela Subcomissão da Cultura, passaram, neste debate, o Secretário de Estado da Energia, Subsecretário de Estado da Cultura, IPPAR, EDP, Presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Côa, Arqueólogos.

Através da apresentação do programa do governo para 1995-96 pode avaliar-se o destaque que foi dado por António Guterres ao primeiro passo conduzindo a interrupção da construção da barragem. É também possível imaginar-se a vivacidade do debate que se lhe seguiu. A aprovação do programa do governo pelo Parlamento deu legitimidade democrática a uma tão controversa decisão.

Poucos dias depois é o então principal partido da oposição, o PSD, a pôr em causa, em debate de urgência, o sentido de responsabilidade dessa mesma decisão, proporcionando momentos de grande tensão política, se atendermos ao valor simbólico que o governo lhe quis dar.

Deixamos para o fim a referência à iniciativa legislativa a que este processo também deu lugar. No final da VI Legislatura, com um significativo número de deputados socialistas, havendo a assinalar o empenho de João Meneses Ferreira, apresentei no Parlamento um projecto de criação do “Parque Arqueológico do Vale do Côa”. Recuperei-o logo no início da presente legislatura, projecto-lei 1/VII de 6 de Novembro de 1995, só com a minha assinatura. Tomei esta atitude por duas ordens de razões. Em primeiro lugar de coerência. Assumi-a solitariamente para que não fosse objecto de especulação como significando menos confiança nas promessas de António Guterres pela parte de deputados do PS. Logo se revelou inútil, atendendo à rapidez da decisão do governo.

S. Bento, Março de 1999

Eurico Figueiredo

Deputado, Presidente Comissão da Administração do Território,
Poder Local; Equipamento Social e Ambiente.

A DECLARAÇÃO DE TOMAR E A GLOBALIZAÇÃO¹

Eurico Figueiredo

1. CRISE DE DEMOCRACIA

“Temos de reconhecer que a mais nobre actividade humana, a política – arte de viver na cidade, na polis grega, hoje no município, região, nação, Europa, planeta – está extremamente desqualificado neste dealbar de milénio” (DT 1.²)

A actual situação política está cheia de paradoxos e perplexidades exigindo uma apurada reflexão. Mas a reflexão não imediatista, que agora mais do que nunca é indispensável, desapareceu quase por completo dos partidos, organizações que em democracia têm a obrigação de a fazer, dada a responsabilidade que o sistema político lhes confere. O que é ainda mais preocupante dada a complexidade dos problemas que se põem na nossa civilização extremamente marcada pela técnica e pela ciência. Estas características da nossa civilização impõem um debate permanente quanto às alternativas que se apresentam e recomendam uma grande preparação da classe política que geralmente tem a responsabilidade da decisão final. Até porque as consequências das opções políticas são muitas vezes de grande risco, num mundo marcadamente afastado da natureza, quando se possui uma inédita capacidade de intervenção implicando muitas vezes perigos para as populações humanas e para os próprios sistemas vivos.

Nos últimos anos desenvolveu-se na sociedade portuguesa um progressivo desinteresse pela actividade política, o que tem impedido uma profunda renovação dos partidos políticos existentes. Após o 25 de Abril, sectores qualificados cultural, técnica, e cientificamente da sociedade portuguesa, reviam-se e participavam na actividade política. Mas temos que reconhecer que tal deixou de acontecer, tendo passado a classe política a aparecer junto da opinião pública como desqualificada. Os diferentes barómetros de opinião confirmam largamente a ideia de a classe política se encontrar desconsiderada perante a opinião pública. Estes factos deveriam ser já por si um factor de preocupação. Temos exemplos no nosso país de como a opinião que os portugueses têm do prestígio de certas profissões conduziu a uma competição desenfreada para aceder aos lugares disponíveis de entrada na Universidade nos cursos mais cotados, medicina, arquitectura, etc. Não duvidamos que a má imagem que os nossos compatriotas têm da classe política vai provocar uma espiral descen-

dente de perda de qualidade da mesma, com nefastas consequências para o regime e para o país.

São muitos os sinais reveladores de que os Portugueses se desinteressam cada vez mais pela actividade política e desvalorizam a participação democrática. A crescente abstenção nos processos eleitorais mais recentes revela a descrença na eficácia do voto, o que, com o tempo, acabará por conduzir à convicção da ineficácia do regime.

O regime democrático e a opção europeia foram as duas mais importantes opções políticas da nação portuguesa do pós-25 de Abril. Vários inquéritos de opinião revelam que estas são amplamente sufragadas pelos portugueses. Mas, se dados de investigação pessoal confirmam o apoio por larguíssima maioria de estudantes universitários a estes dois pilares do regime pós 25 de Abril, também revelam uma acelerada quebra nesta aceitação por cada ano que passa! (cerca de 10% em 10 anos...).

O diagnóstico que fazemos do estado de saúde da democracia portuguesa, nesta mudança de milénio, é o de uma desqualificação progressiva da actividade política, quebra na participação e descredibilização do próprio regime democrático. Devemos, realisticamente, encarar o actual regime como encontrando-se fragilizado.

2. PARTIDOS DO BLOCO CENTRAL ESGOTADOS

A democracia portuguesa viveu depois do 25 de Abril uma fase inicial de instabilidade que durou cerca de dois anos. Mas o regime solidificou-se rapidamente com a alternância PSD-PS. O que de facto significou a aceitação pela parte da grande maioria da população portuguesa do modelo democrático vigente no então chamado mundo ocidental. As democracias Americana, Francesa e também Inglesa foram as grandes inspiradoras dos actuais regimes democráticos à escala mundial, fortemente marcados pela inspiração liberal que lhes deu nascença. São democracias zelando os direitos, liberdades e garantias, o que ultrapassa, como fundamentação ético-jurídica, o mero funcionalismo gestor na selecção dos governantes segundo o modelo da competição entre os partidos e do sufrágio universal.

O debate ideológico que se seguiu ao 25 de Abril revelou um país valorizando a intervenção do estado, a quem incumbiria a concretização dos direitos sociais: educação, saúde, habitação, trabalho, etc. A vitória da democracia foi, finalmente, a vitória da social-democracia, através dos dois partidos do mais tarde chamado bloco central, sobre a tentação autoritária comunista. O que é bom não esquecer.

As alternâncias que marcaram o país funcionaram sempre, do ponto de vista do eleitor, dentro desta matriz de tradição social-democrata, mesmo quando se autodominavam de direita ou de esquerda. Daí que dos governos do PSD o país só irá provavelmente lembrar as obras públicas, e do PS o subsídio mínimo

garantido (os Portugueses, cheios de boa vontade, atribuem ao subsídio mínimo garantido o mérito da medida mais popular do segundo governo de A. Guterres quando foi obra do primeiro. Do segundo, eventualmente, nada irão recordar!).

Mas a escolástica marxista-leninista, que ainda influencia muitos dos arautos da esquerda portuguesa, não consegue compreender o que significa de facto o bloco central no que respeita às aspirações dos grupos sociais que o constituem. Nem os dirigentes dos partidos políticos que dirigem o PSD e o PS. *“É ideia corrente que o grande bloco central que fez nascer os dois partidos charneira do nosso regime, ao centro direita e centro esquerda, engloba classes médias acomodadas, difíceis de mobilizar, por vezes volúveis no voto mas constantes nos valores conservadores. Governar ao centro seria representá-los politicamente segundo timoratos modelos neo-marcelistas de que o actual situacionismo é a derradeira expressão. O bom senso, o conhecimento do país, as transformações sociológicas do pós vinte e cinco de Abril, estudos recentes sobre os valores, têm vindo a evidenciar que, pelo contrário, se fortaleceram no interior desse grande centro da sociedade portuguesa, classes médias liberais, abertas à mudança, descontentes, radicais e exigentes de reformas. Sendo que os partidos que tradicionalmente as têm representado, progressivamente se têm revelado incapazes de as compreender e dar resposta política às suas aspirações”* (DT, 2.).

Os partidos políticos do Bloco Central têm dificuldade em assumir as aspirações de amplos sectores das classes médias, liberais quanto aos costumes, desejosos de mudança, e exigentes de reformas dentro de um quadro de segurança e de justiça social. Estas classes médias representam grupos sociais bem informados e com muitas possibilidades de acesso ao conhecimento. São, também por isso, os mais preparados e sensíveis, até com grandes sectores das classes mais altas, aos problemas novos que a relação com o ambiente nos põe.

Como os partidos do bloco central não respondem às aspirações destes grupos sociais, ampliar-se-á primeiro o espaço para o abstencionismo, depois para o aparecimento de movimentos antidemocráticos, em que preocupações identitárias, nacionalistas e sociais tenderão a amalgamar as referências passadas salazaristas e comunistas. São estas as bandeiras do PP. O que é apenas um sinal. Preocupante, quando já há partidos da oposição de direita que abençoam o direito da polícia matar sem ter em conta as leis e tribunais do país, e o governo, invertebrado, também “compreende” a polícia! *“Sem complexos de esquerda ou de direita, e apesar de apresentarmos um projecto nacional e transclassista, pretendemos dar-lhes voz antes de soçobrar na indiferença, ou pior, no radicalismo antidemocrático”* (DT, 2).

3. O GRUPO DE TOMAR

Foi e é minha convicção que a actual direcção do PS se esgotou na sua capacidade reformista. A análise que podemos fazer do Orçamento de Estado para o ano 2000 confirma bem esta asserção.

Corremos o risco de termos de suportar por um tempo indefinido um PS governando sem mérito, ou um rotativismo situacionista entre o PS e o PSD alimentado de pequenas diferenças e apenas servindo de pretexto para sustentar alternâncias clientelares. O que não augura nada de saudável para a democracia portuguesa.

Com as preocupações que referimos como pano de fundo, convidei uma dúzia de amigos que caracterizei como criativos não convencionais para um “Encontro de Tomar”, que se realizou a 22 de Novembro de 1999 no Convento de Cristo desta cidade. Desafiei-os a pronunciarem-se sobre a actual situação política e sobre a oportunidade de se criar um movimento para intervir na vida política nacional.

A este desafio responderam confirmando o diagnóstico de esgotamento político dos partidos do Bloco Central, assim como do actual PS cuja presença no governo praticamente se limita a alimentar clientelas partidárias e representar interesses dos extractos mais altos da sociedade portuguesa.

Neste “Encontro de Tomar” foi criado o “Grupo de Tomar” com a incumbência de: elaborar um documento político, “DECLARAÇÃO DE TOMAR”, que sintetizasse em grandes linhas o sentido dos debates ocorridos; preparar um segundo “Encontro de Tomar” onde se decidiria finalmente o nome e o perfil do movimento a criar em futura Convenção fundadora.

Este segundo “Encontro de Tomar” realizou-se a 21 de Janeiro de 2000 e nele discutimos as alternativas de nome tendo, finalmente, sido escolhida a denominação de movimento “INTERVENÇÃO RADICAL, “IR”; a data de 27 de Maio para a celebração da Convenção fundadora a realizar no Porto; a opção de criar um movimento político mas não um partido, aberto a vários cenários de evolução futura, dinamizador de movimentos sociais na área do ambiente e da segregação social, com particular atenção para com o fenómeno do desemprego, impulsor de acções políticas muito precisas nos seus objectivos. Constituíram-se também duas comissões: uma organizadora da convenção e outra dinamizadora da acção política, a comissão política provisória.

A comissão política provisória ficou com o encargo de escolher o lema, os símbolos e logotipo do movimento.

Quanto ao lema, decidimos pela frase de Cristo: “olhai como crescem os lírios dos campos...” (S. Mateus, 6, 28). Optando por este lema, o movimento, inequivocamente laico, explicita a sua sintonia com o humanismo cristão que a Declaração de Tomar assumiu, a par da tradição liberal e social-democrata, como uma referência básica do movimento.

O cristianismo formata culturalmente e eticamente o espaço nacional e supranacional (União Europeia) onde fundamentalmente iremos intervir, independentemente das crenças ou não crenças dos cidadãos europeus.

A célebre frase de Cristo “a Deus o que é de Deus e a César o que é de César” adequa-se à moderna noção de estado laico. Mas o humanismo cristão, considerando todos os homens feitos à imagem e semelhança de Deus, tornou-se numa referência cultural igualitária impondo a noção de humanidade. A

tolerância e a humildade de Cristo são, como atitude, antídotos em relação à intolerância racial, segregação social e arrogância na relação com a natureza.

Escolhendo como lema “olhai como crescem os lírios dos campos: não trabalham nem fiam” sintetizamos as mudanças de atitude básicas preconizadas pelo movimento: em relação à natureza e em relação ao trabalho. Nem a natureza poderá ser encarada como mero objecto de domínio; nem o trabalho pode ser visto exclusivamente segundo a lógica produtiva mercantil e como referência quase única de legitimação social.

O símbolo do lírio, referido no lema, adequa-se perfeitamente ao que acabamos de afirmar, reforçando a atitude de humildade que esta flor representa.

4. PORQUÊ UM MOVIMENTO?

A opção de criar um movimento político e não um partido fundamentou-se numa grande diversidade de argumentos.

Em primeiro lugar, um partido não se cria pela vontade expressa de algumas dezenas de quadros mas, para ser bem sucedido, deverá responder a uma grave falência do sistema de partidos português. Caminha-se para essa situação por incapacidade dos dois partidos do bloco central. Do PS, em governar com objectivos claros, capacidade reformista e contenção dos ímpetos clientelares. (Já chegou a um nível anedótico a qualidade dos escolhidos para funções administrativas do estado!). O PSD por uma exuberante incapacidade de se credibilizar. Mas haverá ainda muito que fazer pela parte do movimento IR até chegarmos a um grau de aceitação social, coesão política, massa crítica e disponibilidade de quadros, para que o problema se possa algum dia pôr com credibilidade.

Acontece que os partidos políticos têm tendência para assumir consensos sociais alargados, não arriscando defender posições que podem ser extremamente impopulares junto dos eleitores. O caso das políticas alternativas ao proibicionismo no âmbito das toxicodependências é (ou talvez foi...) um exemplo. Neste aspecto, os movimentos políticos podem ter uma flexibilidade que os partidos dificilmente assumirão.

Optamos, claramente, no actual contexto, pela criação de um movimento político, animador de movimentos sociais nas áreas a nosso ver mais vulneráveis do actual processo de desenvolvimento económico: ambiente; desemprego e segregação social. Sendo para nós óbvio que no actual espectro político português nenhum partido está absolutamente à vontade para avaliar todas as consequências da globalização e procurar correcções políticas. O PCP e o BR porque estando ainda marcados pela tradição crítica marxista-leninista só lhe verão os inconvenientes. O PSD e o PS porque sendo excessivamente cúmplices com o processo de globalização neoliberal e demasiado fascinados pela mera gestão do poder, dificilmente conseguirão aligeirar a pressão clientelar só por tal determinada. Dificilmente encontrarão espaço para poderem ter iniciativa polí-

tica visando o controlo do processo mundial de desenvolvimento. Daí que ou lhe farão pura e simplesmente a apologética ou transformarão a crítica em mera retórica. O PP porque está particularmente vocacionado para assumir a alternativa nacionalista e antidemocrática, passadista, à globalização. O movimento IR ganha, neste domínio, uma particular importância política.

Distinguimo-nos, também, dos actuais partidos políticos. “Selectivos na escolha dos membros, transparentes e abertos para o exterior, procuraremos criar uma organização simples e flexível tanto a nível local como nacional, que não estimule interesses corporativos sempre perversos nas organizações políticas. Também seremos selectivos na escolha dos temas de intervenção. A experiência ensinou-nos a centrar a acção em objectivos bem determinados e renovados” (DT. 4).

“Treinados em associações e movimentos cívicos, na animação cultural e na vida académica e profissional, sem prescindir de vir a usar todos os instrumentos de intervenção política necessários, procuraremos diferenciar-nos, tanto pelo conteúdo como pelo estilo de intervenção. Faremos de cada intervenção um acto de cultura, exploraremos novas formas de participação democrática, como leis e referendos por iniciativa popular, promoção de orçamentos de estado participados, eleições de independentes, etc.” (DL 3).

5. PORQUÊ “INTERVENÇÃO RADICAL”?

É em nome da comissão política provisória, saída da 2ª Reunião de Tomar, que intervenho. Foi-me incumbida a tarefa de desenvolver o texto que suporta este movimento, a “ Declaração de Tomar”, pondo à vossa consideração uma moção de orientação geral para o próprio movimento. Ao decidirmos, por razões de todos conhecidas, realizar esta Convenção em duas sessões, de Maio e de Setembro, à sessão de Maio foi atribuída a discussão dos fundamentos políticos do IR no contexto internacional (DT, 5,6,7,8,9,10,11,12), deixando os aspectos mais específicos e de política nacional para Setembro. Nesta perspectiva, limitar-me-ei, nesta primeira sessão da Convenção Fundadora, a discutir as consequências mais marcantes do fenómeno da globalização, novidade económica e política mais importante do nosso tempo, que condiciona profundamente as políticas nacionais e europeias.

Antes, faremos alguns comentários sobre a opção “Radical” para caracterizar o movimento político de intervenção.

A conotação “radical” não tem praticamente passado na história dos movimentos políticos portugueses. Os Setembristas (os primeiros, Saldanha e Costa Cabral, e sempre Sá da Bandeira e Passos Manuel) foram chamados “radicais” pela sua determinação em não deixarem adular a revolução liberal de 1820 pela deriva cartista. Com o apoio dos sindicatos e da burguesia industrial emergente, procuraram contrariar a determinação inglesa de impedir a industrialização de Portugal. Orgulhamo-nos da tradição “Setembrista”, em que o libera-

lismo se aliou ao patriotismo numa intenção modernizadora do país, mas que infelizmente foi derrotada pelo cartismo. No governo, por um período extremamente curto, Passos Manuel notabilizou-se por ter revolucionado o ensino em Portugal e pela sua acção pioneira na defesa do património cultural. Sugere-mos que o nosso movimento encare a possibilidade de vir a criar uma Fundação com o nome de Passos Manuel.

Os dicionários conotam “radical” com, etimologicamente, relativo à raiz, significando o “essencial”, “fundamental”, “relativo ao princípio de uma coisa”, “completo”, “decisivo”, “profundo”. Mas também “que pretende reformas absolutas em política, na orgânica social e económica”. É este o nosso radicalismo. Somos radicais no respeito pelo essencial, na procura do fundamental, do decisivo. Somos radicais na anunciação e no empenhamento reformista do sistema político, social e económico. Assumimos o radicalismo como uma ética de frontalidade. De determinação. A clareza das alternativas é condição para o enriquecimento dos debates e transparência dos compromissos, mesmo quando se procuram consensos nas negociações indispensáveis à actividade política. Estas, todavia, só são esclarecedoras quando há confronto entre propostas alternativas e fundamentadas e não quando se parte para eles na indefinição dos pressupostos e confusão nos objectivos.

Não somos “radicais” na conotação que tantas vezes se lhes dá de extremismo político. Mas somo-lo na crítica a um governo sem capacidade reformista, sem propostas claras em nenhum domínio, e a partidos políticos que transformaram as alternativas em meros remendos no “statuo quo”.

Acompanhamos Giddens quando este afirma: “vivemos num mundo radicalmente deteriorado e a exigir reparações radicais” (*Para além da esquerda e da direita*, Lisboa, Celta Editora, 1999, p. 9).

6. DA GRANDE ESPERANÇA À GRANDE DECEPÇÃO

Há um quarto de século surgiu na cena mundial um processo político avasador, iniciado com a revolução democrática portuguesa de Abril de 74 que conduziu progressivamente à queda dos governos fascistas europeus e sul-americanos e ao colapso das ditaduras comunistas nos países de leste. Na última década do século XX, este movimento perdeu folgo, mas teve ainda continuidade, manifestando os seus efeitos em países africanos e asiáticos, tendo-se criado o maior espaço democrático de todos os tempos, geográfico, populacional e económico.

O mundo celebrou todo este processo que se traduziu em mais democracia, fim do colonialismo mais primário, perspectivas de paz entre as grandes potências e desdramatização da ameaça nuclear.

Muitos previam também que ele conduzisse ao atenuar das mais chocantes desigualdades a nível mundial e em cada estado, mais segurança social, avanços no desarmamento, mais eficácia na preservação do meio ambiente e res-

peito pelas gerações futuras, assim como à transformação, democratização e reforço das Nações Unidas, de molde a que pudessem coordenar a política internacional. Podemos afirmar que estas últimas expectativas se goraram, a ponto de porem em causa os progressos que entretanto se conseguiram nas áreas anteriormente referidas.

A vitória da democracia e do sistema económico capitalista foi, entretanto, total, a ponto de não haver neste momento, com credibilidade, alternativa nem a um nem a outro. Mas a grande aliança entre o capitalismo e a democracia deu-se fundamentalmente em estados com forte enquadramento nacional (Alemanha, França, Itália, Japão, EUA...), atingindo a sua máxima legitimidade nos países onde as políticas reformistas sociais democráticas mais se conseguiram exprimir, reforçando a coesão social: Dinamarca, Alemanha, Suécia, Áustria...

O certo é que o mundo das últimas décadas não foi um mar de rosas: uma África “mal dividida”, sempre em guerras cisionistas e genocídios; a Coreia, a China e a Alemanha separadas e em tensão, só esta última tendo superado cabalmente este estado de coisas; a URSS em desagregação sucedendo-lhe neste processo agora a Rússia e ainda a Jugoslávia; um Indostão explosivo por razões de fronteira e confissão; o conflito judaico-árabe sempre em risco de guerra... fomes no terceiro mundo e segregação social em todo o lado.

Mas a única novidade política, das últimas décadas, merecendo destaque, pela sua trágica originalidade terrorista, foi a do aparecimento, em força, do fundamentalismo islâmico. O fortalecimento do fundamentalismo islâmico surgiu como reacção de sociedades tradicionais (muito estruturadas de um ponto de vista religioso) a um movimento de modernidade, marcado este pela generalização da democracia, destruição de todas as barreiras pelo capitalismo em mundialização e fenómenos de globalização dos meios de comunicação que derrubaram todas os obstáculos culturais conservadores. O fundamentalismo Islâmico contém elementos de luta contra a modernidade e, eventualmente, já alguns sinais dos tempos que se seguirão na luta contra a mundialização neoliberal. Está condenado a só influenciar, negativamente, uma civilização. Indiscutivelmente importante é verdade. Mas o fundamentalismo islâmico é inexportável, defensivo e já em decadência como o confirmaram as recentes eleições no Irão. O fundamentalismo islâmico não surgiu de maneira nenhuma como alternativa universal como o tinha sido, durante mais de meio século, o marxismo-leninismo, que agora apenas se exprime com grande significado humano e económico, em aliança com o capitalismo selvagem, é bom não o esquecer, na imensa China.

Torna-se por isso surpreendente que, em tão poucos anos, tanta esperança se tenha perdido quanto aos eventuais benefícios do capitalismo e às potencialidades do regime democrático. Por todo o lado a decepção cresce, a esperança morre e o desânimo instala-se. Nos países do terceiro mundo, a moda da desqualificação da intervenção do estado, levou a que estes tenham desistido de poder contar com um instrumento de desenvolvimento que se tinha revelado eficaz nas fases de arranque do desenvolvimento dos EUA, Japão, nas democra-

cias europeias, no socialismo de estado nascente, e que ainda revelou algumas das suas potencialidades no desenvolvimento dos chamados dragões asiáticos.

Por todo o lado se podem encontrar sinais de desânimo. Nos países mais atrasados porque não vêem o crescimento e a produção de riqueza transformarem-se em desenvolvimento: melhores salários, direitos sociais e humanos. Nos países desenvolvidos porque as populações verificam que a globalização dos mercados, dos meios de comunicação e informação, e conseqüentemente das expectativas, acelerada por novos recursos científicos e tecnológicos, que revolucionam os meios de comunicação, e por assombrosa acumulação de riqueza, trouxe incomensuráveis vantagens ao consumidor com poder de compra, às camadas sociais mais altas, mas também tem conduzido a mais desigualdade e segregação social, desemprego, recuo nas garantias sociais e direitos sindicais, preocupante destruição do meio ambiente. Ao mesmo tempo que constatam a impotência dos mecanismos de intervenção democrática para contrariarem um processo que é dirigido fora do controlo destes por uma tecno-burocracia fundamentalmente financeira sediada em Nova Iorque, Londres, Tóquio...

7. CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO

O diagnóstico da situação actual do estado do neoliberalismo a nível mundial é de decepção e impotência. Sendo agora possível avaliar o seu efeito com o recuo de algumas décadas de neoliberalismo e pelo menos duas de pensamento único (“pensamento zero” para Emmanuel Todd), como se tendo também transformado num “assalto à democracia e ao bem estar social” na síntese feliz de H. P. Martin e H. Schumann (subtítulo do livro “Armadilha da Globalização”, Terramar, 1999).

E a decepção é tanto maior quando a expectativa surgiu de um terrível equívoco: as esperanças partiam da consagração da síntese entre nação, democracia e desenvolvimento capitalista, social-democracia no seu melhor, quando o desenvolvimento do capitalismo já se mundializava segundo formas originais, neoliberais, sem qualquer controlo eficaz, só sendo eficazes, na últimas décadas, todas as acções reforçando o descontrolo. Entretanto, o quadro nacional tornara-se obsoleto para domesticar o desenvolvimento capitalista, quando os povos ainda o encaravam como o principal enquadramento do desenvolvimento.

Não podemos, todavia, esquecer que a aceleração do que chamamos de nova globalização capitalista (a primeira foi liderada pela Grã-Bretanha desde meados do século XIX até à segunda guerra mundial) sucedeu ao colapso da União Soviética e foi liderada pelos EUA. Os EUA foram os grandes vencedores da Guerra-Fria e surgiram na última década do Século XX como a potência hegemónica, líder de um ponto de vista militar, económico e tecnológico. Não nos deverá surpreender o facto de esta potência ter marcado o referido processo de mundialização, sobretudo na última década, com as suas teorias económicas e o seu estilo de desenvolvimento, procurando fazer subordinar a globalização aos seus interesses nacionais através do FMI, Banco Mundial, GATT, etc.

Como introduzir novas formas de controlo do capitalismo, é o maior e difícil desafio que hoje se põe à criatividade e actividade política. Sendo certo que as coisas chegaram a um tal estado de ilegitimidade, atendendo às gritantes desigualdades e à destruição da natureza, que o re-controlo ou será feito de forma partilhada pelas diferentes civilizações em quadros democráticos de participação, ou será conseguido pela via autoritária, por uma civilização dominante, tecnológica e militarmente mais preparada, mas sobretudo para seu proveito próprio. Os EUA, se não encontrarem resistências externas suficientemente poderosas, podem sentir-se tentados por esta via. Alguns sinais negativos apontam nesse sentido.

Temos o direito de desejar que, sendo a actual fase de aceleração da globalização neoliberal a resposta à queda do mundo de Berlim pelo capitalismo liberal norte-americano tornado irreversivelmente liderante, seja possível uma retomada em força da tradição social-democrata com marcada sensibilidade ecológica, a nível mundial e regional. Dando-se assim uma nova oportunidade à Europa. Para bem dos próprios EUA e da humanidade. É nesse projecto que o IR deve participar.

Mas vejamos mais detalhadamente porque se apoderou da globalidade dos povos, grupos sociais e gerações um sentimento generalizado de impotência e mal-estar. O actual estado de anomia traduz a quebra de legitimidade de um regime político e de um modelo de desenvolvimento económico que já revelaram não dar resposta às expectativas consideradas legítimas pelas populações, não existindo condições políticas institucionais garantindo a possibilidade de mudança pela acção democrática concertada. O poder real já não reside nos espaços de controlo democrático. Estes são ainda meramente nacionais, quando o poder real é regional e mundial.

Vivemos hoje num tempo em que foi potencializada a um nível sem precedentes a capacidade de informação, vivencial, de investigação, de conhecimento, a preços cada vez mais acessíveis. Tudo novas disponibilidades que a mundialização dos mercados estimulou, a ser preservada por novas políticas, para que estas potenciais benesses não possam vir a ser destruídas pelo seu excessivo êxito sem controlo. Quando aumenta o fosso entre povos, civilizações e dentro de cada estado. E o mercado mundial, sem controlo, deixou de facto de ter legitimidade democrática.

Decepção e impotência são, mais uma vez, a nosso ver, os sentimentos que melhor traduzem o vivido da actualidade. Apesar de haver outros sinais revelando que o nível de deterioração da situação internacional se acelera. Pela eternização das guerras no continente africano e sudeste asiático sem solução à vista: Angola, Sudão, Congo, Indonésia, Filipinas...Pela exacerbação do nacionalismo conduzindo à guerra na Rússia, ex-Jugoslávia, Indonésia... Pelo aventureirismo da NATO que, como aconteceu no Kosovo, interveio militarmente sem legitimidade contra um estado soberano quando era para todos evidente a terapêutica ser pior do que a doença... tornando-se assim opacas as verdadeiras motivações da intervenção!

Pelo aparecimento de movimentos a nível internacional e nacional, complexos e até contraditórios, como sucedeu recentemente em Seattle, pondo abertamente em causa a globalização neoliberal, mas sem terem ainda alcançado o nível de elaboração e organização política que os apresente como alternativa com futuro.

É nesta área que nos colocamos, desejosos de assumir esse combate na tradição do respeito pelo regime democrático, da experiência reformista social-democrata, movimento político que mais eficazmente controlou o capitalismo, e dos novos movimentos sociais: ambientalista, de consumidores, pelo aprofundamento da democracia (participação, direitos das mulheres e das minorias étnicas), pela paz e desarmamento, pelos direitos dos animais. Sem esquecer a dimensão internacional da luta pelo controlo de um sistema económico mundializado.

É ainda difícil sabermos se estamos a terminar um ciclo político que conduziu ao fim das formas mais gritantes do colonialismo, ao colapso do socialismo de estado, à expansão da democracia na Europa, América, Ásia e África, tendendo à diminuição das tensões a nível mundial. Mas tendo potencializado a mundialização da economia sob o impulso dominante do neoliberalismo, estimulada pela potência militar, económica e tecnologicamente liderante, os EUA, que já se traduz no sentimento generalizado de decepção e impotência. Ou se já nos encontramos no início de outro ciclo em que se começam a manifestar por diversas formas os sinais do agravar das tensões, mais guerras, mais radicalização das posições políticas... Sendo, todavia, mais acertado pensarmos que os dois momentos se sobrepõem: sinal do fim de um ciclo mundial de desenvolvimento entretanto em crise e começo de outro procurando a sua superação... Seattle foi um momento de viragem!

Consideramos ser urgente a superação do actual impasse provocado pelo neoliberalismo transformado em ideologia e prática generalizada da mundialização. Justificando-se desde já afirmar que nada nos move contra os progressos na investigação científica. Aplaudimos as inovações tecnológicas. Reconhecemos enormes vantagens a todos os processos de mundialização. Não nos movem desejos catastróficos. Não procuramos um regresso ao passado que nos desejos mais fundamentalistas dos movimentos ecologistas deveria ir até antes da revolução neolítica!

Pretendemos ser cidadão do nosso tempo, liberal, social-democrata, ecologista, procurando por uma via tenazmente reformista controlar os actuais processos de desenvolvimento a nível mundial, buscando, para ele, novas formas de legitimação democrática, e um sentido ético e político de concertação dos interesses a nível local, nacional, regional e civilizacional, e dos interesses das gerações futuras num novo sentido de justiça social planetária. Assumindo-nos como cidadão do mundo, ocidental, europeu, português e transmontano. Interviremos, tanto quanto podermos, a todos os necessários níveis territoriais e institucionais para, isso sim, procurar evitar catástrofes que mesmo os mais geniais especuladores do mercado financeiro, como Soros, adivinham: “o fundamentalismo de mercado... tornou o sistema capitalista

global insustentável e pouco fiável” visto que “a crença no capitalismo ultra-liberal elevou a falta de valores sociais à categoria de princípios morais” o que “exige uma necessidade urgente de repensar e reformar o sistema capitalista global” (CCG, pp. 22; 115; 17).

“À globalização das trocas comerciais e das economias deve corresponder um esforço de nova regulação política dessa globalização, multipolar, assente em organizações representativas, em princípios claros frequentemente reclamados, mas que tardam a ser concretizados” (DT, 5).

8. A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E OS SEUS MALEFÍCIOS

O aspecto mais marcante do panorama mundial neste início de novo milénio é o da globalização da economia, da comunicação social, da informação, da cultura científica e cosmopolita, das expectativas, do impacto da acção humana (económica, populacional, militar...) no meio ambiente. Todavia, aquilo a que se tem atribuído mais responsabilidade na deslegitimação dos processos de desenvolvimento actual têm sido a mundialização da economia sem controlo democrático, agravando desigualdades, e o impacto ambiental em todo o globo, pela acção de um crescimento sem regras.

No início do novo milénio temos já um recuo suficiente para podermos dar resposta às muitas questões que se põem ao actual processo de mundialização da economia e das suas consequências.

Uma primeira questão que legitimamente se deverá pôr dentro da própria lógica desenvolvimentista do neoliberalismo é a de saber se os processos de mundialização económica sem normas, nem ética, nem objectivos, se traduziram na produção de mais riqueza a nível mundial.

É possível, com algum recuo, fazer um balanço do sucesso ou insucesso da liberalização generalizada dos controlos cambiais e da regulação dos investimentos estrangeiros que, nas últimas décadas, provocaram uma liberdade quase total de circulação de moeda, tendo as empresas seguido o mesmo caminho.

No que diz respeito à OCDE, se compararmos as décadas de 60, 70 e 80, constatamos um abrandamento generalizado do crescimento nos países membros deste espaço económico expresso na taxa de crescimento do PIB real (EUA: 4.3 2.8-2.5; Japão: 10.2-5.1-4.0; Alemanha: 4.4-3.1-1.8; França: 5.5-3.7-1.8; Itália: 5.8-3.8-2.4; e assim, como tendência, para todos os países que integram a OCDE. In *Coup d'oeil sur les économies de l'OCDE. Indicateurs structurels*, Paris 1996).

Poderíamos encarar este processo de abrandamento no crescimento dos países mais ricos como positivo, de um ponto de vista ecológico e da justiça social, se correspondesse a um maior equilíbrio de desenvolvimento a nível mundial e a uma menor pressão sobre o ambiente.

Daí que a segunda questão premente que se deverá pôr ao actual processo de mundialização da economia é a de saber se a distribuição de riqueza tendeu

para se fazer de uma maneira mais equilibrada de molde a sobretudo melhorar as condições de existência das populações miseráveis do planeta.

Acontece que tal também não se verificou.

A verdade dos factos é que o crescimento do verdadeiro rendimento “per capita”, percentagem de mudança média anual, em países industrializados e em vias de desenvolvimento decaiu globalmente nas décadas 60, 70 e 80 (foi de, respectivamente 4-2-2 para os primeiros e de 3-3-1 para os segundos) sendo os elementos oficiais que se conhecem extremamente preocupantes para o Médio Oriente e Norte de África (6-3-3), África Subsariana (1-1-1), América Latina (3-3-1), apesar de mais optimismo, durante o período referido, para a Ásia Meridional (1-1-3) e Oriental (4-5-6) (World Development Report 1992, NY: Oxford University Press, 1992). Mesmo o optimismo em relação à Ásia Meridional foi moderado pela recente crise financeira que lhes abalou a economia.

Mas não são só os referidos dados oficiais que põem em cheque o pressuposto desenvolvimentista e as boas intenções igualitaristas ou de equidade da apologética neoliberal pela via exclusiva da lógica do mercado.

A nível dos estados, o quinto mais poderoso do planeta produz mais de quatro quintos da riqueza, efectua mais de quatro quintos das transações e possui mais de quatro quintos de toda a poupança interna. Desde os anos sessenta duplicou a diferença de riqueza entre o quinto dos países mais ricos e o quinto dos países mais pobres.

Também a nível das populações, as mais pobres têm-se tornado cada vez mais pobres e de uma maneira geral a pobreza no mundo tem aumentado. A parte do rendimento global do quinto mais pobre da humanidade tem vindo a decrescer: era de 2.3 por cento em 1989 e no espaço de menos de uma década (1998) desceu para apenas 1.4.

Não podemos esquecer o que significa miséria, guerra e morte no terceiro mundo onde ainda, segundo dados oficiais recentes, vegetam cerca 800 milhões de esfomeados!

O facto de, nas décadas em análise, os pressupostos teóricos neoliberais não se confirmarem a nível mundial como criando mais riqueza e corrigindo as mais escandalosas desigualdades é já em si suficiente para justificar o seu questionamento. Até porque os países que no plano interno mais obedeceram à ortodoxia neoliberal foram aqueles em que as desigualdades mais aumentaram: EUA à cabeça, Inglaterra, Nova Zelândia.

Mas como poderia a globalização neoliberal produzir mais riqueza e atenuar as desigualdades quando “da soma de um trilião de dólares em divisas que muda de mão todos os dias, só uma parcela de 5 por cento está relacionado com o comércio ou outras transações económicas substantivas. Os 95 por cento restantes são constituídos por especulações e arbitragens, com intermediários que manejam somas enormes à procura de lucros rápidos obtidos com as flutuações cambiais e os diferenciais de taxas de juros. Estas actividades distorcem os sinais que o mercado devia proporcionar aos investidores de longo prazo e ao comércio” (A. Giddens, *Para uma Terceira Via*, Ed. Presença, 1999, p. 129).

Mas devemos confrontar a globalização neoliberal com a questão do desemprego e da baixa dos salários reais. O emprego é ainda, e continuará a sê-lo, se não lhe forem entretanto encontradas as necessárias alternativas, a maior fonte de amor-próprio do ser humano.

E é-o também por ser, na nossa civilização, a actividade socializante por excelência, à qual mais se atribui reconhecimento social e que pela sua acção lucrativa mais contribui para a independência e autonomia dos indivíduos e famílias. O que esclarece o maior risco de depressão e suicídio a que estão sujeitas as populações desempregadas.

O sucesso ou insucesso na criação de emprego é, no actual contexto civilizacional, a maior fonte de legitimação dos sistemas económicos e políticos. Mas as expectativas de emprego, no futuro, são verdadeiramente catastróficas, sendo a situação presente preocupante.

Vamos referir apenas alguns dados atendendo a que este assunto merecerá uma atenção especial nesta nossa convenção na moção de Carlos Antunes.

Na União Europeia, a situação do emprego aponta para a estabilidade dos seguintes dados: 18 milhões de desempregados. Nos EUA a um mais tolerável desemprego substitui-se uma quebra do rendimento dos trabalhadores. O rendimento destes diminuiu de cerca de 20% em 20 anos. O rendimento líquido dos alemães também desceu nos últimos anos, mas, agravando esta situação, em 1996 a Alemanha atingiu uns sem precedente 6 milhões de desempregados prevendo-se que, numa década e apenas na indústria, sejam suprimidos pelo menos um milhão e meio de postos de trabalho e que se perca um em dois dos empregos dos quadros médios. Na Áustria, em três anos, de 94 a 97, a taxa de desemprego dobrou!

Será a expectativa de futuro melhor, seguindo-se na senda em curso do neoliberalismo, actualizado e desenvolvido na última cimeira de chefes de estado da União Europeia e beatamente saudado por Guterres como um passo decisivo na luta contra o desemprego?

Na previsão dos mais iminentes políticos, financeiros, empresários, caminha-se para uma sociedade global em que, a atender exclusivamente a razões de rentabilidade mercantil, só um quinto da humanidade será necessária para fazer funcionar a máquina económica a nível mundial.

Esta previsão, na senda do que se passou nas últimas décadas, obriga-nos a pensar com coragem no estatuto do trabalho produtivo na nossa sociedade. A encontrar novas formas de trabalho não mercantil mas socialmente útil, maneiras mais adaptadas ao nosso tempo de reconhecimento social, de acesso a um salário digno, e de distribuição do trabalho útil mercantil existente.

Mas vejamos também as repercussões do actual processo de globalização da economia a nível da segurança social e direitos dos trabalhadores duramente conquistados por mais de um século de lutas e de conquistas sociais.

A mundialização da economia introduziu uma concorrência sem regras entre empresas transnacionais. Estas procuram em qualquer parte do mundo o máximo de vantagens, máximo de lucros, mínimo de custos. A situação ideal

para uma empresa será um mínimo de salários, custos sociais e impostos, máxima contribuição local às infra-estruturas...

Há sempre um país que oferece melhores condições! A concorrência hoje tende assim para destruir todas as conquistas sociais, e para amanhã pôr em causa a democracia onde ela ainda existe.

As mais de 40.000 empresas transnacionais funcionam em todo o mundo como verdadeiras predadoras à procura da vítima mais barata para explorar. E a vítima ainda agradece. O país x cobra 30% dos impostos sobre rendimentos? Passamos para o y que cobra 10%. Países (há sempre uma Malásia...) que renunciam durante períodos cada vez mais folgados a qualquer taxação. O mesmo se passa com os custos salariais, às infra-estruturas tantas vezes já gratuitas.

Todos nos lembramos de como Clinton foi eleito em 1992 com um importante programa de reformas tendo em vista, entre outros objectivos, garantir cuidados de saúde a dezenas de milhões de americanos que não têm qualquer garantia na doença. Os bancos e o senado acabaram por impedir o casal Clinton de cumprir objectivos mínimos nesta área. Sempre em nome da concorrência. Na Europa social-democrata como na Suécia, proeminentes políticos viram-se obrigados a reverem políticas sociais democraticamente sufragadas por imposição do mundo da finança. Com a globalização, a democracia é cada vez mais uma fantasia desnecessária! Mas o mais grave é que a actual classe política se acomoda a esta situação como se ela fosse natural e as populações têm ido pelo mesmo caminho. Até quando?

O que está em causa é a evolução do planeta para um mundo ainda mais dramaticamente desigual, com confrontos sociais e entre civilizações previsivelmente devastadoras, com eventuais regressões a formas de domínio e extermínio inimagináveis, ou um mundo mais equilibrado e mais globalmente colaborante e coeso para objectivos de paz e respeito pela dignidade dos cidadãos.

Butros Ghali tem consciência da complexidade dos problemas que a actual conjuntura mundial nos põe e da dificuldade em lhes encontrar solução: “talvez desviemos os olhos... porque a questão de como vamos solucionar tudo isto quase se torna demasiado pesada”, até porque “o que nos adianta que a democracia seja defendida em alguns países, se o sistema global é dirigido por um poder autoritário e tecnocrata” quando a verdadeira questão que se põe aos problemas actuais é “quem vai pilotar a mundialização, um sistema autoritário ou um sistema democrático?” (citado H. P. Martin, H Schumann, *A Armadilha da Globalização*, p. 36).

Podemos, por agora e resumidamente, afirmar que o actual processo de mundialização da economia segundo o modelo neoliberal, apenas preocupado com a abertura dos mercados, mobilidade do capital financeiro e das empresas, precariedade do emprego e a sua desregulamentação, potencializado por revoluções científicas e tecnológicas sem precedentes, produz, globalmente, uma quebra na produção de riqueza. Aumenta a concentração desta e a miséria a nível mundial. Potencializa as desigualdades, a segregação social e o desem-

prego. Corrói os sistemas de segurança social, direitos sociais e sindicais. Torna o controlo democrático a nível nacional em mero epifenómeno dado que o verdadeiro poder se encontra nas tecno-burocracias sediadas nos mais importantes centros financeiros que decidem do desenvolvimento a nível mundial sem qualquer controlo democrático. Acelera os processos de acumulação do potencial militar que, a par do agravamento das tensões inter-nacionais e inter-regionais, aumenta o risco de guerra em todos os cantos do globo.

E ainda não referimos os graves danos da actual fase de desenvolvimento de um capitalismo sem regras a nível do ambiente.

9. O DESCONTROLO NO AMBIENTE

Não seria a primeira vez que culturas e civilizações entraram em decadência ou mesmo desapareceram pela acção do homem destruindo o nicho natural que as mantêm. A civilização da Ilha da Páscoa, isolada na imensidade dos oceanos, desapareceu sem combustíveis nem mantimentos, pela desflorestação e exaustão dos solos agrícolas. Mas é a primeira vez na história da espécie humana que, pela acção dos nossos semelhantes, a Terra poderá vir a transformar-se num planeta morto, numa Ilha da Páscoa na imensidade do espaço sideral. E é também a primeira vez na história da humanidade que sabemos, antecipadamente, que é esse o risco que estamos a correr. Quando a expectativa de sobrevivência da nossa espécie e da condição que lhe é necessária, a vida na Terra, poderia ainda ser de vários mil milhões de anos, tendo em conta a actual idade do Sol a meio da sua existência. Tempo suficiente para admitirmos que se poderiam mesmo entretanto encontrar outras alternativas de sobrevivência para a humanidade.

Sendo obrigação primeira de todos os humanos preservar esta misteriosa aventura que nos fez vivos e animais metafísicos lúcidos quanto ao próprio mistério que nos questiona.

A humanidade vive desde Hiroxima e Nagasaki, desde a Segunda Guerra Mundial, o espectro da sua própria destruição. Mas esta não seria mais o apocalipse atribuível à vontade de Deus. Ou em consequência da acção funesta de um cometa ou meteoro chocando com a Terra. Mas à irresponsabilidade dos nossos semelhantes.

A noção de que o arsenal atómico mundial poderia pôr em causa, a ser utilizado, a própria vida sobre a terra, começou a tornar-se plausível tendo em conta a sua progressiva magnitude e capacidade destrutiva já na década de sessenta. Este receio, que só poderá ser definitivamente afastado pela destruição quase completa do actual arsenal atómico mundial, foi, todavia, parcialmente desdramatizada após o colapso da União Soviética nos finais dos anos 80.

Mas ao espectro da catástrofe nuclear vieram depois associar-se novos medos propiciados pelos mais variados atentados ao ambiente, muitos com repercussões imediatas na saúde pública. Destruição agora mais progressiva,

mais sistemática, sem “day after”, mas não menos atemorizadora. A confirmação desses receios já tem uma história que passa pelas intoxicações pelo mercúrio em Minamata, já nos anos 50, por Seveso, com as suas dioxinas, nos anos 70, nos anos 80 por Chernobyl e pelas marés negras no Alasca, por Donana nos anos 90, etc. Aos movimentos pela paz sucederam-se, entretanto, dominando a cena mundial, os movimentos ecologistas e ambientalistas.

Mas ultimamente têm surgido novas preocupações, na área ambiental. A convicção de que a desregulação no ambiente já está a produzir catástrofes naturais começou a ter audiência com as inundações dos últimos anos, e reforçou-se ainda mais com as recentes na Venezuela, centro da Europa e Moçambique.

As catástrofes que os mais zelosos ecologistas previam começam a verificar-se. Tendo-se, na última década do século XX, generalizado na opinião pública a ideia de que os perigos de um crescimento sem controlo não são fantasias de “Verdes” exóticos, mas ameaças reais.

Os movimentos ecologistas estão na ordem do dia e as implicações no meio ambiente do desenvolvimento capitalista mundial são o grande problema do nosso tempo. Com implicações a todos os níveis: tecnológicos, económicos, legais, éticos.

A problemática ambiental deslegitima o actual desenvolvimento económico à escala local e mundial. Obrigando a novos quadros de referência democrática para relegitimar o desenvolvimento, a uma nova consciência política global, coordenação mundial, medidas legais, tribunais, sanções. A moção de Fernando Condesso é clara na formulação de propostas a nível mundial e nacional que interessa debater e aprofundar. Estas não podem ser adiadas. Porque os problemas ambientais, de consequências mundiais, que se colocam ao homem, são um desafio de pesadelos: o efeito estufa, o buraco de ozono, os resíduos nucleares, as chuvas ácidas, a deflorestação, a contaminação geral do planeta (terra, água, ar...), a destruição dos ecossistemas e empobrecimento da biodiversidade, a acelerada a perda de terrenos cultiváveis, a subida do nível do mar.

Nos anos 60, perante os riscos de uma guerra nuclear, um homem clarividente, Kruchev, precursor de Gorbachev, avançou com uma proposta política revolucionária para a época: a famosa coexistência pacífica entre o bloco socialista e o bloco capitalista. Enganou-se ao apostar na vitória futura da URSS. Mas ganhou a humanidade e perpetuou-se a sua boa memória.

Infelizmente, os Estados Unidos não encontraram ainda um homem capaz de pôr os recursos tecnológicos e económicos, da imensa nação líder do mundo actual, ao serviço de um pacto de coexistência pacífica com o planeta terra. Entretanto, os sinais que este país tem dado à humanidade, dificultando a viabilização de convenções sobre a biodiversidade e o efeito estufa, não assumindo com determinação a redução de seu próprio potencial nuclear, obstaculizando a transformação das Nações Unidas numa instituição mais democrática e com competências de coordenação de todas as instituições reguladoras da vida polí-

tica mundial, vão mais no sentido de exprimir o desejo dos EUA em reforçar uma liderança unipolar do que na procura de grandes consensos na partilha de riquezas com as diferentes civilizações e nações do planeta, para o salvar.

Mas como a política do meio ambiente necessita da determinação de todos, batemo-nos no nosso município, região, país, na União Europeia. Esta pode ser determinante para que sejam dados os passos indispensáveis para aprofundar a esperança, impondo uma mudança de atitude aos próprios EUA.

Até porque o avolumar dos perigos e a sucessão de catástrofes tornam mais vulneráveis as opções reformistas e consensuais. As grandes crises provocam sentimentos de grande insegurança e fazem apelo a tiranos e a estratégias de sobrevivência nacional ou civilizacional com óbvias consequências imperialistas. As pequenas e sucessivas vitórias estimulam a participação democrática, o debate das alternativas extremamente complexas a que a problemática ecológica obriga, tal como reforçam a confiança em líderes sensatos.

Sabemos que as questões ecológicas exigem opções prementes. Mas também não duvidamos que a pressa e as teses catastróficas preparam soluções autoritárias.

(Curiosamente, ideólogos do ecologismo profundo – Hinberg R., *Para um novo pacto com a natureza*, Instituto Piaget, 1999 – avançam com a hipótese de que as tiranias agrárias mesopotâmicas, chinesas, egípcias... etc., foram precedidas de catástrofes naturais – meteoros, inundações, etc. – e as opções centralistas e autoritárias foram condicionadas pelas consequentes carências e o desespero por elas provocadas. Mas acreditam, paradoxalmente, que após as catástrofes ecológicas que profetizam se regressará ao Éden primitivo!).

Ninguém hoje pode saber se o controlo do capitalismo vai ser feito pela via reformista, pela progressiva sensibilização das populações pela informação e educação e pelas mensagens que nos vão dar as pequenas catástrofes, que entretanto vão suceder na continuação das que já sucederam. Ou se caminhamos para grandes catástrofe que imponham novas formas de organização humana. Mas de uma coisa estou certo. Atendendo ao capital científico e tecnológico alcançado pela humanidade, estas novas formas não conduzirão ao bucolismo paleolítico com as suas culturas em total harmonia com a natureza, mas a formas de controlo e de repressão inimagináveis.

Com esta convicção a fundamentar as minhas opções, não hesito em escolher a opção reformista e o militantismo ecológico radical: “nas sociedades democráticas, a consciência colectiva dos problemas é a condição primeira, mesmo o único verdadeiro motor, de uma mudança social profunda: as reformas só são possíveis quando correspondem a esquemas familiares de pensamento. O mais importante será pois de modificar as representações colectivas da economia e da sociedade, deixando aos cidadãos e aos homens políticos o cuidado de tirar as devidas consequências.” (B. Perret e G. Roustang, *L'économie contre la société*, Paris, Ed. Seuil, 1993).

Sendo, todavia, inegável que “ as gerações actuais têm o imperativo ético de garantir condições de existência dignas às gerações futuras. Tal objectivo

exige que o conjunto da humanidade aceite o princípio do desenvolvimento sustentável e delegue em organizações internacionais competências para o implementar, subordinando o desenvolvimento global a imperativos de ordem ética e política” (DT, 6).

10. POR UMA COORDENAÇÃO REGIONAL E MUNDIAL

A necessidade urgente de impor normas à mundialização económica neoliberal para minimizar as trágicas consequências já referidas deveria obrigar a formas de coordenação das políticas ambientais e respectivas instituições a criar, económico-financeiras, de saúde etc. Banco Mundial, FMI, GATT, FAO, OMS, UNESCO, etc., deveriam ser coordenadas por um organismo que poderia resultar da própria evolução da ONU.

Este organismo de coordenação mundial deveria incrementar objectivos mínimos no campo das liberdades e direitos sociais (saúde, reforma, educação...) e ambiente o que certamente traria uma nova esperança à humanidade. Este organismo geriria a já célebre Taxa Tobin (imposto sobre transacções financeiras proposto pelo economista James Tobin que apenas a uma taxa de 1%, por exemplo, proporcionaria um rendimento na ordem de mil milhões de dólares...), por muitos já proposto como podendo ter esta função. (Recentemente, no Parlamento Europeu, esta medida esteve para ser aprovada para o espaço da União e só não o foi por poucos votos).

Ao mesmo organismo coordenador caberia também propor medidas proteccionistas pela parte dos países e regiões mais necessitados de molde a selectivamente facilitar-lhes a produção de produtos básicos de subsistência, criando-se condições para um desenvolvimento essencialmente endógeno: “Reduzir à miséria e ao desespero regiões inteiras (...) em nome de um cálculo económico estreito que não considera nem patrimónios organizacionais e culturais adquiridos, nem impacto sobre o ambiente, é irracional e muitas vezes criminoso.” (Latouche, S., *Os perigos do mercado planetário*, 1999).

Não consigo entender como se podem defender os cínicos pressupostos de que no processo de globalização, diferentes povos e civilizações possam ganhar com a utilização de vantagens competitivas, quando estas significam trabalho em campos de concentração aqui, exploração de menores afastados da escola ali, atentados ao meio ambiente e consequente empobrecimento de recursos, muitas vezes irreversíveis, acolá...

A coordenação mundial ficaria muito facilitada se o número de actores mundiais fosse reduzido segundo o modelo da União Europeia, Merco-Sul... Aumentar o número de organismos políticos regionais traria enormes vantagens a todos os níveis: criando mais alargados espaços económicos onde as práticas sociais-democratas, difíceis de praticar nos geralmente tornados exíguos espaços nacionais, poderiam de novo ser viáveis, facilitado o controlo dos problemas ambientais, a gestão dos múltiplos problemas de identidade local,

étnicos, civilizacionais, que atormentam a humanidade, as tomadas de decisão democráticas a nível mundial tendo em conta os interesses regionais.

Mas compreende-se que caiba a um pequeno país como Portugal aprofundar preferencialmente os laços de solidariedade para com os países com que mantivemos relações históricas seculares. Dando-se uma particular atenção “à consolidação do Merco-Sul, à criação de associações regionais na África Austral, incluindo Angola e Moçambique, e Oeste Africano incluindo a Guiné e Cabo Verde” (DT, 10). (No ensaio já referido de Latouche S., *Les Dangers du Marché Planétaire*, em Casamance apenas assinala o genocídio dos senegaleses, ponto de vista de um Francês, mas não o dos Casamances, habitantes de uma região transferida para o Senegal por um negócio colonialista Luso-Francês, mas próximos da Guiné-Bissau de um ponto de vista étnico! Por aqui se pode medir a complexidade dos problemas de identidade mais facilmente resolúveis num quadro político regional). Sendo indiscutível que “o processo de integração europeia reforça a posição portuguesa no mundo e deverá estimular a vocação atlântica portuguesa” (DL, 10).

11. O DESEJÁVEL PAPEL DA EUROPA

A opção europeia, assegurada por Medeiros Ferreira em 1977 com o pedido formal de adesão, foi extremamente benéfica para Portugal. Se tal não tivesse acontecido pouco teríamos agora a dizer perante a aceleração dos processos de globalização não só da economia mas também da informação, ciência, cultura e expectativas das populações. Uma economia frágil, ou ficaria à mercê, sem defesa, dos processos de globalização, ou retrair-se-ia para formas de neo-protecção punindo severamente os consumidores. O país ainda nos finais dos anos 70 se encontrava partilhado entre a tentação comunista, social-democrata e os nostálgicos do passado infiltrados em quase todos os partidos. O nosso isolamento teria tornado o regime democrático extremamente frágil.

A opção europeia criou condições para que seja aplicada a melhor terapêutica possível aos problemas que a mundialização já nos trouxe e ainda nos vai trazer, mesmo que ainda não se lhe conheçam todos os ingredientes.

A agora União Europeia é um gigante económico, relativamente auto-suficiente, tem condições para reforçar os laços políticos de solidariedade entre diferentes estados com níveis de desenvolvimento diferentes, respeitando culturas e tradições nacionais e locais. A lógica da convergência é disso um exemplo de que Portugal tem beneficiado. A União também encontra no seu passado matrizes civilizacionais comuns, referências identitárias passíveis de reforçarem a cidadania europeia emergente.

A aparente perda de soberania de Portugal traduziu-se, de facto, num ganho de influência, numa soberania partilhada a nível europeu, bem mais eficaz e adaptada aos novos desafios da globalização. A integração no quadro político e económico Comunitário, que terá que se abrir a um espaço cultural podendo vir

a ser político, indo da Ilha das Flores, nos Açores, ao estreito de Bering, na Rússia, coloca Portugal em pé de igualdade com os estados Europeus da União. O que lhe dá capacidade para influenciar a posição da União nos processos de integração económica mundial.

Temos de encarar a construção europeia como um processo em que todos os estados têm benefícios partilhados ao mesmo tempo que se edifica uma nova cidadania usufruindo de regalias comunitárias.

A moção de J. Adelino Maltez incide sobre a construção europeia. Procurarei apenas referir, pela minha parte, o que me parece como mais importante tendo que ver com os problemas da globalização.

A União Europeia caminha para integrar um mercado de cerca de meio bilião de cidadãos com grande capacidade de consumo, tecnológica e científica. Deverá encontrar formas de facilitar a potencialização destas disponibilidades para liderar, a nível mundial, todos estes domínios.

A influência da União Europeia não deverá resultar da sua capacidade militar ofensiva, nem da rapidez e simplificação das formas de decisão central. Estas características pressupõem uma visão imperial da Europa, incompatível com uma Europa de nações e estados com vocações e relações culturais heterogéneas que, nesse contexto, tenderiam a ser centrífugas, dado que dificilmente se identificariam com essa vocação, também lamentável no plano ético. Além de não ser adaptada às exigências e objectivos de influência no nosso tempo. A visão imperial da Europa conduziria à sua inevitável desagregação. O que já poderia ter acontecido com a recente aventura de intervenção na ex-Jugoslávia, o ter-se prolongado a guerra. O modelo de construção europeia viável deverá sempre ter mais em conta o exemplo helvético que os EUA. O que implicará sucessivos níveis de decisão democráticos, a permanente procura de consensos implicando todos os estados, uma política de defesa defensiva e uma postura negocial a nível internacional.

A força da União Europeia deverá resultar da sua força económica e de exemplo para outras regiões do globo fragmentadas por razões identitárias, mas correspondendo a matrizes civilizacionais ou interesses regionais comuns: mundo árabe, América Latina, Sudoeste Asiático...

Para garantir a sua própria estabilidade e valorizar o seu perfil exemplar deverá aprofundar as formas de legitimação identitárias nacionais e locais; reforçar a sua base democrática comunitária, estatal, nacional e local e avançar para uma inequívoca cidadania europeia; aprofundar as suas políticas sociais e ambientais.

Utilizando toda a sua força económica, cultural e de exemplo para fazer valer os seus pontos de vista quanto aos processos de globalização.

Os malefícios da globalização neoliberal vão activar em todo o mundo áreas de conflito, fissuras e rupturas. As divisões do mundo são, em muitos casos, de natureza regional (União Europeia), noutros de interesses ligados sobretudo as características da produção (OPEP), ainda pelo grau de desenvolvimento (terceiro mundo) ou de base civilizacional (países árabes), nacional (EUA, Japão, Galiza) ou mesmo local (Algarve).

É nestas divisões que identificam populações, espaços ou interesses, que os conflitos geralmente se instalam, abrem brechas, se separam, e quem se separa ou já tem ou procura um nome. Ter um nome reforça a identidade, quer esta seja Timorense, cigana, alentejana, benfiquista... A identidade humana fundamenta-se nos processos básicos de socialização e estrutura-se universalmente em torno do nome que individualiza. Torna-o assim diferente mas membro de uma família: separando, une. A identidade, paradoxalmente, estrutura o ser e os fenómenos de grupo, seja um sindicato, uma nação, um clube.

Por estar a identidade na base do ser e do grupo de pertença, atacar o grupo de pertença é atacar a identidade de cada um dos seus membros, é atacar o ser, os fundamentos do amor-próprio que o alimenta. Provoca violência, ou virada para o próprio desqualificando-se, ou para o atacante, denegrindo-o, procurando destruí-lo.

Os profundos ajustamentos que é necessário fazer aos processos de globalização para que dois terços da humanidade não se afundem ainda mais na miséria, acaso a globalização continue tal e qual como agora, ou para que toda a humanidade não entre em crise por uma catástrofe financeira que tantos temem, ou ecológica que muitos prevêem, vão exprimir-se por conflitos tendo, geralmente, repercussões a nível de identidade. Temos que nos preparar para nos confrontarmos com eles, por mais que nos incomodem e por maior que seja o nosso desejo de que as coisas se passassem de outra maneira. Não há outra maneira.

Neste domínio a União Europeia poderá transformar-se num modelo. Não só porque o passado recente de muitos países que a constituem foi marcado pela social-democracia, que cimenta com o contributo democrata-cristão o conceito de modelo social europeu, ou por se encontrar na vanguarda da humanidade no que diz respeito as preocupações ecológicas, mas também pela forma como tem gerido, respeitando-os, e até valorizando-os, os problemas identitários. Poderá, contudo, ainda fazer melhor.

A União Europeia está fundamentada em valores da democracia e direitos humanos, tem políticas do ambiente que a distinguem favoravelmente, preocupações sociais e de convergência entre os estados e regiões que lhe dão mais coesão que qualquer outra área regional do planeta, e meritório respeito pelas identidades estatais e locais. As mudanças políticas para a União Europeia significam aprofundar e melhorar. O que não quer dizer que não sejam decisivos para a sua própria e desejável sobrevivência.

A democratização das instituições deliberativas e executivas da União deverão reforçar a sua legitimidade democrática, ao mesmo tempo que levar até às últimas consequências a lógica da subsidiariedade.

Mas não existem grandes alternativas, se o objectivo é a democratização das instituições deliberativas e executivas da União. A União Europeia fundamenta-se em duas legitimidades: a dos cidadãos e a dos estados. Reforçando a legitimidade dos cidadãos, a Europa dos Cidadãos tenderá para uma eleição proporcional dos deputados e com tal tenderá a atribuir ao parlamento compe-

tências na definição das leis de base das grandes áreas políticas. Reforçando a necessária participação dos estados, significa uma segunda câmara dos estados da União, representados pelos governos, com poderes de rectificação de certas leis do Parlamento, e com competências próprias em áreas mais próximas da governação, funcionando por uma maioria altamente qualificada.

Competirá sempre aos estados, segundo o referido princípio da subsidiariedade, interpretar e executar as leis comunitárias que deverão ser genéricas (o contrário das directivas da Comissão), deixando para os Tribunais e duas Câmaras a fiscalização da sua actividade.

Esta perspectiva reduziria as prerrogativas da Comissão, assim como limitaria a componente federal da União. A via original da construção europeia continuaria o seu caminho modelar para que noutras áreas do planeta se criem grandes espaços democráticos regionais, onde os estados e a cidadania regional se equilibrem. Estes pólos de desenvolvimento tornariam mais viáveis políticas sociais e ambientais e as negociações à escala mundial.

“A União Europeia nasceu numa civilização onde a realidade das nações atingiu o seu expoente máximo. A nação é o quadro colectivo mais mobilizador dos povos europeus e a força da construção europeia será tanto maior quanto mais respeitar a dinâmica das nações e der resposta às aspirações destas.” (DL, 11).

Reforçar, todavia, a capacidade de lidar com os problemas identitários por via pacífica e democrática, obrigaria a que a União Europeia assumisse a nível comunitário a gestão do sempre explosivo problema das nações que pretendem ser estado. Criando um estatuto para a criação de novas nações que possam pretender vir a integrar a comunidade: os problemas basco, da Irlanda do Norte, da Córsega e de todas as potenciais nações da União Europeia (Catalunha, Escócia, Flandres...), ou do espaço europeu, passariam a ser problema da União no que respeita à viabilidade futura de poderem vir a integrá-la.

Se a União Europeia tivesse uma lei-quadro para a criação de novas nações seria claro, para quem optasse por outras vias que não as democráticas por esta exigíveis, que não poderia integrar a União. Se... a história da desintegração da ex-Jugoslávia teria eventualmente sido outra.

Mas a União Europeia, como espaço económico e político comum, potencializa, por isso mesmo, a globalização económica. Deverá tornar-se, e tem condições para isso, exemplar nas respostas a dar aos malefícios que a globalização provoca no plano social e ambiental, e utilizar a sua força para impor regras a nível mundial.

A União Europeia, com a moeda única e mobilidade de capitais e pessoas, necessita também de uma fortíssima política social comum para homogeneizar, nesse mesmo espaço, as condições de protecção e segurança social. O que deveria pressupor uma política fiscal comum.

As sucessivas revoluções tecnológicas que as revoluções científicas provocam, precarizam e destabilizam as relações de trabalho. Os neoliberais acham que devem ser sobretudo os trabalhadores a pagar o preço inerente a esta situa-

ção. Nós pensamos que os trabalhadores devem ser os últimos a pagar o preço de uma situação de que não são minimamente responsáveis. Uma política social europeia deve garantir as condições de subsistência aos trabalhadores desempregados por razões tecnológicas não só por razões de humanidade, mas também para não virar a opinião pública europeia contra novas tecnologias, políticas ambientais e exigências empresariais. A lógica destas, todavia, não pode corresponder a condição de desemprego, criando-se alternativas de trabalho socialmente útil nas áreas social e ambiental. A formação permanente, virada para aumentar a capacidade empresarial dos cidadãos e a aquisição de competências em novas áreas de actividade, deverá ser fomentada pela União.

Melhorar a Europa do ambiente implicará medidas radicais de controlo do efeito estufa e de redução do buraco de ozono, chuvas ácidas, protecção dos mares, rios, terrenos agrícolas e sobretudo definir políticas a médio prazo para terminar com o nuclear na produção de energia. A energia nuclear é a mais irresponsável loucura da humanidade desde que existe homem à superfície da terra. Deixar à guarda das futuras gerações, por dezenas de milhares de anos, milhares de toneladas dos mais perigosos resíduos jamais produzidos, só pode surgir da mente de loucos criminosos e irresponsáveis.

Devemos dar luta sem quartel à opção nuclear, principiando para já com uma recusa do nuclear (Centrais e lixeiras) nas bacias hidrográficas internacionais da Europa. Esta nossa Convenção deverá ponderar a iniciativa de apresentar uma petição ao Parlamento Europeu nesse sentido, procurando cumprimentos nos demais países da União.

A União Europeia deve acompanhar cada revolução no campo do ambiente com medidas de segurança social e alternativas de emprego, para não virar, compreensivamente, as potenciais vítimas contra as referidas políticas. Mas também deverá assumir estas medidas como um desafio, para apoiar programas de investigação científica alternativos, que ajudarão a União a tomar a dianteira nesta investigação decisiva para o futuro. Sendo sabido que há uma vastíssima massa crítica na comunidade científica europeia extremamente motivada nesta área. Que está sempre a crescer.

Resumidamente:

A União Europeia deverá ser modelar no que respeita ao aprofundamento da sua própria legitimação democrática, “constituindo-se num espaço civilizacional, estado de direito forte, maximalista na defesa do ambiente, segurança social e direitos humanos” (DL, 12).

A União Europeia deverá utilizar toda a sua influência, para que:

- a) Venham “a implicar-se no controlo político do desenvolvimento planetário organizações políticas e económicas regionais. Estas facilitariam acordos globais e garantiriam a defesa dos interesses regionais que representam” (DL, 9). A União e os estados da União deviam empenhar-se na criação destas organizações regionais.

- b) “A necessidade de garantir um desenvolvimento sustentável global obriga a um compromisso fiável das diferentes civilizações que deverá compreender garantias mínimas a nível ambiental, social e de direitos humanos” (DL, 8), para que os acordos mundiais para um desenvolvimento sustentável sejam respeitados, explicitados e cumpridos e os prevaricadores punidos.
- c) Seja garantida a flexibilização dos processos de mundialização da economia e da cultura. Para que sejam respeitados os diferentes estados de desenvolvimento de molde a permitir uma forte endogeneização dos processos de desenvolvimento locais, nacionais ou regionais.

Convenção Fundadora,
Sessão de 27 de Maio de 2000

NOTAS

- ¹ O presente texto constitui um dos textos das moções da Convenção fundadora do movimento “Intervenção Radical”, apresentado na Sessão de 27 de Maio de 2000.
- ² DT = Declaração de Tomar.

MOVIMENTOS CÍVICOS E CIDADANIA RAZÕES PARA OS APOIARMOS¹

Eurico Figueiredo

“Nos países democráticos a ciência da associação é a ciência mãe”.
Tocqueville

1. A CRISE NA DEMOCRACIA PORTUGUESA

A revolução portuguesa de 25 de Abril abriu o país para um período acelerado de mudança num quadro de estabilidade democrático. Proporcionou a Portugal aproximar-se dos outros estados da Comunidade Europeia. O balanço desta evolução é francamente positivo, não só a nível das conquistas políticas, mas também a partir dos dados objectivos de desenvolvimento social e económico.

A integração europeia permitiu a Portugal usufruir das ajudas financeiras decorrentes do facto de o nosso patamar de desenvolvimento económico estar, no momento da integração, muito abaixo da média europeia. Tornou os países comunitários modelos para o nosso desenvolvimento. A tentação dita terceiro-mundista e a tentação comunista também saídas da revolução dos cravos viram-se assim definitivamente arredadas.

A revolução de Abril, contudo, acabou por institucionalizar uma democracia com características muito marcadas, limitando-a: o poder político é quase exclusivamente garantido pelos partidos tendo a delegação esgotado, até à recente institucionalização do referendo nacional, toda a legitimidade democrática; o aparelho de estado é altamente centralizado.

Contrariamente ao que acontece em quase todos os países europeus, apenas foram tolerados dois níveis de administração democrática, a central e a municipal. Quando o estado herdado do fascismo, discricionário, corrupto, burocrático e incompetente, se manteve praticamente inalterado. Os municípios, quase todos de pequena dimensão, têm tido competências e financiamentos escassos.

Apenas os Açores e a Madeira, onde o isolamento e a distância mantiveram vivas as identidades rurais, tiveram o privilégio da autonomia regional.

A criação das regiões plano, com objectivos de desconcentração, foi feita por iniciativa central sem qualquer debate prévio nem consulta dos municípios, assim distribuídos à toa, sem respeito pelo pouco que restava das identidades regionais e sem ter em conta as novas realidades metropolitanas. Não agrupa-

ram os também exóticos distritos que entretanto tinham criado realidades consistentes através da afirmação das suas capitais de distrito (Braga, Viseu, Coimbra, etc.) nem os ajustaram às novas realidades das NUTS. Num total desprezo pelos cidadãos e realidades sociais e culturais, agravou-se ainda mais a manta de retalhos que já era a administração periférica do estado.

Quando o PS se decidiu, finalmente, a avançar com o proposta surrealista de referendar um mapa, defensável mas não referendável, que não respeitava nem distritos, nem regiões plano, mas tão somente algumas realidades identitárias regionais há décadas esmagadas, finalizava-se um processo de total incompetência na condução de um processo político e preparava-se a derrota no referendo. Os que se identificavam com as recentes regiões plano, mais os que se identificavam com os distritos, mais os nostálgicos do antigamente, associados aos jacobinos de sempre, inviabilizaram iniciativa tão canhestra. A derrota no referendo da regionalização deve agora compreender-se como um sinal premonitório da incapacidade reformadora do PS e da inépcia política dos seus dirigentes. Que depois se continuou ao não se procurar adequar as regiões plano ao mapa que o PS propunha, espero que com convicção a nível cultural (preservação de identidades) e de modelo de desenvolvimento (separação das regiões pobres das ricas para permitir uma ajuda diferenciada às primeiras). Quando se sabia que o país derrotou a condução política desastrosa de todo o processo de regionalização por parte do PS, se atendermos à inversão de uma inicial esmagadora intenção de voto favorável à regionalização que, finalmente, foi irrefutavelmente recusada. Tal como recusou iniciar um novo processo de desconcentração mais próximo das identidades regionais ainda sobreviventes. O que obrigaria, no mínimo, a efectuar a política de desconcentração que os anti-regionalistas durante o processo de discussão do referendo à regionalização diziam defender, com nova geografia mais adequada ao modelo de desenvolvimento que o PS preconizava, e fomentar a coordenação regional dos organismos periféricos.

Só, recentemente, o processo foi de novo retomado pelo actual governo, partindo das comissões de coordenação regionais, o que nos parece correcto, dado que estas estão no terreno, têm trabalho feito, competências regionais e serviços a funcionar. Mas dando também poderes acrescidos aos distritos sem previamente adequar os limites territoriais ou criar distritos novos, deixando pelo menos toda a margem esquerda do Douro, como o entorse mais expressivo, na tradicional confusão de referências territoriais: compreende-se bem a reivindicação da criação do distrito de Lamego. Destruindo uma das identidades históricas portuguesas, ao não criar uma nova região plano para Trás os Montes e Alto Douro. O que tudo me leva a crer se traduzirá, no futuro, numa situação de conflito com base identitária, que são os conflitos mais passionais! Veremos as consequências.

Temos, assim, um país com escassas formas de participação democrática, sem realidades regionais institucionalizadas, partidocrático, altamente centralizado a nível do estado. O que coloca desafios de aprofundamento da democra-

cia pela desburocratização do estado, isenção na escolha das chefias e no recrutamento de recursos humanos para os serviços de estado, mais participação democrática a nível local, regional e nacional.

Mas apesar desta realidade que urge transformar, a democracia portuguesa é uma democracia de sucesso que passou de um PIB *per capita* de 49.8 da média Europeia em 1970 para 69.7 em 1995. O que se traduziu em Portugal numa subida do mesmo PIB, a preços constantes de 647.7 em 1974 para 1245.3 contos em 1998. Assinalemos-lhes os sucessos com alguns exemplos mais significativos, e procuremos a terapêutica para a crise de regime, à vista de todos, que não se esgota nos movimentos cívicos e na criação de condições para que estes floresçam, mas passa por medidas permitindo-lhes intervir com mais eficácia.

Um dos mais significativos avanços que se processaram em Portugal, desde o 25 de Abril, passou-se na saúde, onde o reformismo inicial, inspirado na famosa política das carreiras médicas animada pelo esquecido Miller Guerra, se traduziu na criação do Serviço Nacional de Saúde, ao qual se deve muito dos progressos nesta área. Mas agora desleixado pelo PS. A ele se deve, mas certamente não só (a despesa pública com os principais sectores, em milhões de contos, a preços constantes de 1990, aumentou de 898.9 em 1974 para 7360.8 em 1997), Portugal ter atingido níveis de primeiro mundo na esperança de vida e na mortalidade infantil, geralmente valorizados como índices reveladores do grau de desenvolvimento de um país. A esperança de vida era em Portugal, nos homens, em 1970, de 64.2 anos e passou em 1995 para 71.5; era de 70.8 anos em 1970 nas mulheres, sendo de 78.8 em 1995. As taxas de mortalidade infantil eram de 38.9 /00 em 1970 passando para valores de primeiro mundo, abaixo de 10/00, já em 1994 (9.1/00). A população analfabeta, de 33.6% em 1970 baixou para 15.3% em 1990. A frequentar, com grau completo ou incompleto do ensino superior, de 1.5% em 1970 subiu para 4.9% em 91. Mas é a nível da participação da mulher no ensino e no trabalho que se deu uma verdadeira revolução em Portugal, mais profunda de que nos outros países da União Europeia. De 33.5% de mulheres que concluíram o ensino superior em 1970-71 passou-se para 62.9% em 1994-95! De 18.8% de mulheres docentes em 1970-71 está-se em 36.9% em 1997-98... sem cotas! (Para mais elementos ver “Situação Social em Portugal 1960-1999”, Volume II, Imprensa de Ciências Sociais, 2000, organização de António Barreto que, curiosamente, não se ocupa das assimetrias regionais).

A democracia portuguesa apresenta nos nossos dias uma indiscutível crise de legitimidade dos partidos que a sustentam.

A legitimidade democrática dos partidos mediadores da democracia de delegação fundamenta-se sobretudo em dois pressupostos. Em primeiro lugar os partidos seriam os instrumentos indispensáveis para a elaboração de programas a apresentar a sufrágio. Os eleitos dos partidos, escolhendo o executivo,

através da iniciativa do governo e do parlamento, criariam as condições necessárias à execução dos respectivos programas.

Esta base de legitimidade encontra-se profundamente abalada na opinião pública. A ideia de que os governos não cumprem as promessas e de que a classe política defende não os desígnios dos eleitores mas interesses pessoais, corruptos ou de clientela, generalizou-se no nosso país.

Esta convicção, que ganhou foros de verdade junto da opinião pública, sobretudo na fase final do último governo do PSD, foi um elemento determinante favorecendo o rotativismo e dando a vitória ao PS que, não só denunciava a situação, como, ao apresentar-se como alternativa, fazia-o também para garantir corrigir uma situação insustentável de um ponto de vista democrático.

Na opinião pública, o PS não só não cumpriu o prometido, pôr cobro à situação que denunciara, antes manteve-a e até a reforçou. A história da rocambolesca Fundação para a Prevenção e Segurança deu o golpe de misericórdia na credibilidade do PS, atingindo os mais próximos colaboradores de António Guterres.

Estando generalizada a convicção de que os partidos não são mediadores dos interesses dos cidadãos, mas sim dos seus militantes, através da corrupção e do compadrio, o desinteresse pela vida política tende a traduzir-se em abstenção às eleições, sempre em crescimento, e numa tendencial selecção negativa da própria classe dirigente, que passa a ser recrutada entre os que aceitam identificar-se com as representações que dela fazem os cidadãos, entrando-se num ciclo vicioso de putrefacção do regime democrático.

Com uma classe política em perda de legitimidade, com os programas dos partidos encarados como meros pretextos para alcançarem o poder, extinguindo-se na memória dos cidadãos as recordações do regime autoritário que precedeu a actual democracia, os portugueses encontrar-se-ão em breve, de novo, sensíveis à argumentação antidemocrática. Em nome duma luta pretensamente mais eficiente contra a corrupção, duma ética do bem público e da inutilidade do debate democrático vivido como mero expediente para justificar a existência dos partidos à custa da divisão dos “bons” portugueses, criar-se-á uma atmosfera política propícia a novas aventuras antidemocráticas. Dados de investigação pessoal revelam que, da década de 80 para a década de 90 do século passado, numa amostra de jovens universitários e respectivos pais, as convicções democráticas ainda francamente maioritárias perderam, todavia, 10 pontos percentuais em 10 anos!

Um dos caminhos para remar contra a maré do descrédito do regime foi o seguido por António Guterres, com a abertura a independentes através dos Estados Gerais. Pretendia-se dar a ideia ao país de que o PS não procurava o poder para mera usufruição do poder e que a qualidade e a independência dos futuros dirigentes estava garantida por essa abertura. Este caminho é, todavia, um abissal equívoco. Porque confessa a incapacidade dos partidos de por si só garantirem qualidade na execução dos seus programas. Quando, por outro lado, acorrentam os independentes ao poder político dos partidos, que ao rodearem-

-se de independentes não abdicam um milímetro das suas competências de únicos mediadores da vontade popular.

A via do actual PSD inventar movimentos, como o pretensioso “Missão: Portugal”, é prática cívica gravosa. Criar movimentos cívicos pela acção dos partidos é negar-lhes autenticidade, é não querer que eles sejam o que devem realmente ser, centros independentes de intervenção política, social, ambiental, cultural com o máximo de independência. É matar à nascença o que pode ter futuro. Durão Barroso sente que se tem que ir pelos movimentos cívicos, mas teme que os cidadãos vão mesmo por aí. Sabe que a democracia portuguesa precisa de movimentos cívicos, mas procura utilizá-los para proveito próprio e não como uma oportunidade aberta de podermos melhorar a qualidade da nossa democracia através de um alargamento da participação dos cidadãos.

Neste contexto de crise do regime democrático adivinham-se muitos dos desafios que se põem aos movimentos cívicos: defenderem os cidadãos contra a prepotência de um estado centralizado, burocrático, incompetente e com privilégios abusivos; animar movimentos regionais de defesa de interesses conotados geograficamente com as mais diversas afinidades de natureza local e regional; assumirem funções até agora encaradas como privilégios dos partidos, concorrendo a eleições, tomando iniciativas legislativas e, pelo menos, tendo competências para convocar referendos municipais...

2. A DEMOCRACIA DIRECTA E OS MOVIMENTOS CÍVICOS

Os referendos nacionais foram as únicas conquistas da democracia directa neste quarto de século de democracia... e foram mal tratados, apesar do seu imenso sucesso: inviabilizaram pelo voto popular duas propostas que tinham sido aprovadas no Parlamento!

A democracia directa e de delegação são duas formas diferentes de legitimar decisões, complementares e, eventualmente, devendo ter objectivos diferentes.

Historicamente, a democracia directa revela uma tendência mais recente dos regimes democráticos, retomando contudo tradições primitivas quando a democracia directa era funcional, pois correspondia a territórios exíguos. Compreende-se que, quanto mais informados estiverem os cidadãos, maior será a pressão para se encontrarem formas de democracia directa capazes de traduzirem a opinião dos cidadãos. Como se compreende também que a democracia directa deverá incidir sobre os problemas mais controversos que dividem profundamente os cidadãos.

A actual crise da democracia por delegação, o aumento da escolaridade e a generalização do acesso a informação, mesmo a mais especializada, por camadas cada vez mais vastas de cidadãos, são factos que tenderão para exigir um reforço da democracia directa.

Os referendos são formas, utilizadas em vários países, de tomada de deci-

são consultando directamente as populações. Em Portugal, tivemos a experiência de dois referendos nacionais. A legislação em vigor contempla também a possibilidade de serem efectuados referendos municipais dando, todavia, o exclusivo da iniciativa aos deputados municipais. Se atendermos ao facto de também no actual quadro legislativo apenas os partidos políticos poderem concorrer as eleições municipais, concluímos que os referendos municipais são, de facto, da exclusiva iniciativa dos partidos. Esta situação é extremamente empecedora das iniciativas referendárias a nível municipal. Sendo do maior interesse alterar a legislação vigente, mesmo se for cumprida a promessa dos partidos de permitirem candidaturas de independentes as câmaras municipais. O referendo municipal, visando tomar decisões a níveis que afectam áreas muito precisas e com repercussões imediatas na vida dos cidadãos, deveria ser uma verdadeira escola de participação democrática e de democracia directa.

Até por ser de assinalar que os dois referendos nacionais efectuados no nosso país provocaram uma verdadeira explosão de movimentos cívicos, apesar de muitos deles mais não terem sido senão a mera expressão da capacidade manipuladora dos partidos, que assim procuraram ampliar o tempo de antena que lhes era atribuído.

Mas todos nos lembramos de movimentos cívicos genuínos, autónomos dos partidos, mesmo quando com a participação de dirigentes ou militantes de partidos intervindo a nível puramente individual.

Integramos activamente, desde o início, o movimento cívico regionalista “Portugal Plural”. Ficamos surpreendidos com a adesão dos cidadãos científica e profissionalmente mais qualificados a esta forma de expressão política.

A democracia directa presta-se ao aparecimento de movimentos cívicos. As questões a referendar dividem com muita frequência transversalmente os partidos sendo mais coerentemente assumidas por movimentos cívicos. Estes terão também tendência, em muitos casos, para se esgotarem na própria votação. Esta realidade não deverá levar-nos a desvalorizar estes movimentos efémeros, que estimulam os cidadãos para a participação cívica, e que também enriquecem a democracia pelo facto de permitirem uma multiplicidade de cumplicidades pontuais tantas vezes insólitas e imprevisíveis. Neles se encontram os que noutras áreas estão desavindos, se tecem relações que solidificam a base política em que se constrói a noção colectiva de pertença. A arregimentação partidária acaba muitas vezes por introduzir rupturas no corpo social, enfraquecedoras da noção de pertença a identidades supra partidárias como o são o município, a região, a nação e finalmente como realidade democrática em construção, a União Europeia. Os regimes autoritários sempre exploraram esta fraqueza da democracia partidária. Os movimentos cívicos efémeros e circunstancialmente criados para animar um debate no contexto de um referendo, fluidificam as relações entre cidadãos e ligam transversalmente o que os partidos podem tender para rigidificar e para clivar verticalmente. A minha experiência dos movimentos cívicos expressamente constituídos para defenderem uma das alternativas nos referendos permitiu-me criar salutaras relações de amizade

com cidadãos de famílias políticas diferentes da minha. O que é uma experiência extremamente educativa permitindo-nos dignificar a vivência democrática do respeito pela autenticidade da opinião dos outros.

3. A CRISE NO TRABALHO

“... Uma produtividade crescente encontrará uma procura cada vez mais fraca e deprimida em todo o mundo, à medida que a tecnologia expulsar os trabalhadores dos seus empregos e do seu poder de compra”.

Rifkin, Jeremy, *The End of Work*,
P. Tarcher/ G. P. Putnam's Sons, NY, 1996

Os países do primeiro mundo e mesmo muitos países em desenvolvimento estão a viver, em diferentes fases e evolução, é certo, a terceira revolução industrial. Todas as regiões do globo irão receber os efeitos desta revolução. Vamos analisar sucintamente as possíveis consequências desta a nível dos movimentos cívicos e apenas no primeiro mundo.

As novas tecnologias da informação e da comunicação são aplicáveis às mais variadas formas de actividade humana e têm, como efeito, expressivos aumentos da produtividade e consequente diminuição dos tempos de trabalho. Só que o desemprego que esta revolução está a provocar não tem sido compensado, como aconteceu no passado, pelo aumento da oferta noutras actividades. O desemprego na área mercantil da economia aparece como estrutural. A nova revolução industrial conduzirá espontaneamente para uma situação paradoxal em que um potencial aumento da riqueza conduz ao desemprego. Aumento da riqueza e desemprego serão as consequências espontâneas da actual revolução da “nova economia” se não forem voluntariamente contrariadas através da acção política para bem do próprio desenvolvimento do sector mercantil da economia que, caso contrário, caminhará, muito provavelmente, para uma crise de superprodução.

O futuro próximo revelará a evolução das tenções que, por agora, apenas se anunciam: por um lado, tendência para a criação de uma minoria de super-ricos, superocupados, rodeados de uma multidão de desempregados e semi-empregados pagos com salários ridículos, com privatização e mercantilização de praticamente todas as actividades humanas; por outro, tendência para o desenvolvimento de uma miríade de actividades úteis, não mercantis, na área social, ecológica, cultural, desportiva, religiosa, que encontrarão novas legitimações e novas formas de financiamento, assim como soluções originais de redistribuição dos tempos de trabalho mercantil e das riquezas produzidas. Sendo certo que, mesmo para o funcionamento da economia de mercado a nível mundial, as elites super-ricas dificilmente darão resposta às exigências de oferta do mercado com consequente tendência para uma superprodução paralisante. As estruturas repressivas também terão muitas dificuldades em conter as

multidões segregadas do primeiro mundo, bem informadas, e que ainda não esqueceram os ensinamentos de dois séculos de lutas políticas e sociais.

Há razões de natureza económica e política para termos esperança no futuro, apesar de estarmos certos da inevitabilidade de se ter de travar um combate longo e tenaz. As tradições culturais, de combate, as experiências de solidariedade das diferentes regiões do mundo, conduzirão a respostas eventualmente diferentes aos desafios que agora começam a pôr-se-nos. Em Portugal, ainda se colocarão com mais premência a necessidade de assumirmos com convicção a nova revolução industrial. O que é desejável para nos mantermos com capacidade concorrencial numa economia globalizada.

A redução dos tempos de trabalho mercantil provocada pela revolução tecnológica em curso potencialmente desempregadora e desestruturadora da coesão social poderá ser contrariada nos seus mais graves efeitos pela intervenção política das nações e associações regionais ou instituições mundiais.

Vamos reportarmo-nos ao nosso espaço político nacional e Europeu, sem descurar a importância dos exemplos que nos virão de outras regiões do mundo.

Muitas vias se abrem para procurar encontrar soluções para os problemas que hoje se põem no mundo do trabalho. Soluções que são indispensáveis quando se conhece a importância que o trabalho tem numa civilização que a ele ligou a gestão individual e familiar de recursos financeiros e, mais tarde, muitos dos seus direitos sociais. Trabalhar, na nossa civilização, é praticamente, para as grandes massas humanas, sinónimo de sobrevivência com um mínimo de condições de existência, de pertença a grupos sociais, de segurança social, de respeito para consigo próprio. Como iremos responder aos desafios que hoje se nos põe nesta área?

A redução drástica das horas de trabalho tem sido uma das propostas mais debatidas. Vai no sentido da tradição reivindicativa dos trabalhadores. Em França, durante todo o século XX, teria havido uma redução a metade da totalidade do tempo de trabalho (Sue Roger, *Temps et Ordre Social*, PUF, 1994). Negociada colectivamente, pode ser compatível com a manutenção dos salários e das vantagens sociais decorrentes do trabalho. Sob a conceptualização de partilha do trabalho, e aceitando mesmo muitos dos seus defensores uma redução dos salários, procura-se também por esta via diminuir o desemprego existente (ver Lipietz Alain, “Una politique de l’emploi centrée sur la conquête du temps libre”, in Brovelli, Lipietz, Moscovici et Quin, *Quelle économie pour l’emploi?*, Paris, Éditions de l’Atelier, 1995). Este debate, muito animado em França, está a ter uma grande audiência neste país após o sucesso da decisão do Parlamento de reduzir para 35 horas o horário semanal de trabalho.

A retribuição financeira do trabalho doméstico, sobretudo quando coabitam duas gerações, e que assim tem uma clara função social, permitiria retirar de um ignóbil desprezo uma actividade que contribui significativamente para o produto interno bruto das nações. O actual estatuto do trabalho doméstico é uma questão silenciada pela convergência cúmplice de um sistema capitalista

que lucra em não fazer contas a mais esta externalização e um feminismo animado por militantes com sucesso económico e social, que só se preocupam com o problema da partilha do trabalho doméstico e não em dignificá-lo enquanto, ainda, fundamentalmente feminino².

A generalização dos tempos parciais é uma solução atractiva e com futuro num sem número de situações, desde que não se procure por esta via marginalizar a mulher no mundo do trabalho, mas sim valorizar o trabalho familiar, do homem e da mulher, preservar o meio ecológico de desenvolvimento humano, respeitar o direito à maternidade e paternidade³. Estudos empíricos no âmbito da saúde mental sugerem também que a conciliação entre o trabalho doméstico e não doméstico é o mais compatível com o bem-estar da mulher com filhos (G Brawn & A Bifulco, *Motherhood, Employment and Development of Depression*, B. J. Psychiatry, 1990, 156, 169-179).

Outra tendência, mais teórica pelo menos para os tempos mais próximos, é a que garante a todos, trabalhando ou não, um salário permitindo a qualquer cidadão condições mínimas de dignidade. A fórmula reduzida desta tendência é a já experimentada em muitos países e que no nosso país foi chamada de rendimento mínimo garantido. Apesar dos efeitos perversos que muitas vezes lhe são atribuídos não duvidamos da sua utilidade, em muitas situações. A maioria dos casos poderia ser substituída, com vantagens psicológicas a nível do amor-próprio, por financiamento do trabalho doméstico. Do mesmo modo, tendo em consideração os valores mais consensuais da nossa civilização, que celebram os valores morais do trabalho, da qualificação e responsabilidades profissionais – apesar de os devermos relativizar e datar –, não podemos deixar de considerar que estes são, por agora, os mais socializantes, capazes de desenvolver a noção de pertença e reforçar o respeito de cada um para consigo próprio. Deverão ser desenvolvidos sendo compatíveis com a prática de disponibilizar mais tempo para a formação permanente, com a generalização das “sabáticas”, o alongamento das férias, mais dias livres por semana. Estas medidas, benéficas para a qualidade de vida dos cidadãos, permitirão uma maior qualificação profissional e uma diminuição da tensão nos locais de trabalho.

As respostas poderão ser outras. Mas aparentemente todas deverão conduzir à libertação de tempos de trabalho para o puro lazer pessoal, a família e, finalmente, para o que nos interessa tratar, para iniciativas no campo do voluntariado no âmbito social, ambiental, cultural, desportivo, religioso. Não podemos separar estas modalidades de intervenção cívica com todas as medidas decorrentes da diminuição dos tempos de trabalho. Porque quanto maior for a preparação dos cidadãos disponíveis para os movimentos cívicos, quanto mais estiverem livres de constrangimentos de natureza económica e mais razões tiverem para terem respeito pela espécie humana, menos tentados serão para cair no torpor cínico ou mesmo em práticas anti-sociais.

A consequência mais positiva da actual revolução económica, se conseguirmos manter a coesão social e não deixarmos transformar o nosso mundo numa gaiola dourada para uma minoria de ultra-ricos e numa prisão sórdida para uma

multidão de miseráveis, marginalizados e criminosos, será a de libertarmos os cidadãos para novas experiências de solidariedade voluntária, bem próximas das actividades de puro lazer. De certeza que assim edificaremos uma humanidade bem melhor do que a actual, cuja aprendizagem social é feita na concorrência desenfreada, vivenciada como permanente hostilidade ao seu semelhante.

Os movimentos cívicos, para poderem vir a significar uma profunda mudança nas relações da nossa civilização com o trabalho, devem ser desde já encarados como parte da resposta à redução dos tempos de trabalho mercantil. Devemos motivá-los para responderem às necessidades sociais das mais diversas naturezas, que não podem ser assumidas pelo sector económico mercantil, cujo objectivo é o lucro, nem pela exclusiva intervenção estatal para a boa saúde da democracia, da qualidade de vida dos cidadãos e da segurança das futuras gerações. Temos que pensar, desde já, na melhor forma de os financiar. Propomos hoje que a melhor forma de garantir o metabolismo basal dos movimentos cívicos será o seu financiamento por uma parcela dos impostos dos cidadãos livremente disponibilizada para tal. É uma proposta aberta, necessitando de grande ponderação na sua regulamentação, aplicação e controlo, devendo ser precedida de um amplo debate público e da necessária participação do parlamento na sua elaboração. O teor da nossa proposta tem a vantagem de garantir aos movimentos cívicos independência do sector económico mercantil, onde compreensivelmente campeia o mundo dos interesses, e do financiamento pelo estado que não pode assegurar também o total respeito pela independência dos movimentos numa democracia vulnerável a interesses de grupos de pressão, locais e regionais, profissionais, privados, de partidos, ou à mera lógica do poder instalado.

Mas podemos estar certos de que a nossa proposta proporcionará um dos grandes pequenos passos que agora poderemos dar. Outros possíveis poderiam consagrar benefícios fiscais para os trabalhadores dos movimentos cívicos e mesmo vantagens na contagem dos tempos e na remuneração na reforma.

É de prever que estes pequenos passos estimulem o aparecimento de uma multidão de acções locais, nacionais e internacionais que interessa incentivar como a resposta civilizacional mais adequada aos desafios postos pela terceira revolução industrial. O crescimento de um importante sector social não mercantil deverá ser claramente financiado, dado que tudo leva a crer que esta via poderá ser a mais adaptada para melhorar a saúde da democracia, dar resposta aos problemas sociais dos mais diversos matizes, desenvolver as acções ambientalistas desde o nível local ao internacional e, eventualmente, trazer mais transparência e legitimidade social ao mundo do desporto.

4. A GLOBALIZAÇÃO E A CRISE DO ESTADO NACIONAL

O actual processo de abertura das fronteiras e de criação de um mercado único planetário, sem regras, provocou, a nível mundial, o domínio do capital

financeiro, fundamentalmente especulativo. Os estados, tendo perdido em grande parte o controlo dos processos produtivos, têm sido progressivamente acoissados a facilitarem os processos de abertura dos mercados, dando o máximo de vantagens aos investimentos estrangeiros que eventualmente procurem o espaço nacional, através de facilidades fiscais e pondo em causa as conquistas sociais dos respectivos países. As quebras das receitas fiscais pela parte dos estados são uma ameaça permanente ao funcionamento destes, que geralmente começam por aligeirar as suas responsabilidades sociais, mas podem mesmo, no futuro, por em causa as liberdades democráticas.

As organizações internacionais, Banco Mundial, FMI, OMC e outros têm como principal objectivo defender os interesses agora liberalizantes dos EU, funcionando como elementos de pressão sobre os estados no sentido de fomentarem políticas neoliberais. Esta situação, enfraquecedora dos estados nacionais, vai proporcionar uma progressiva perda de legitimidade dos governos.

A perda de legitimidade dos governos dos estados nacionais poderia, eventualmente, ser compensada pela existência de instituições representativas de associações de estados como acontece com a União Europeia: perder-se-ia soberania a nível interno, mas ganhar-se-ia a nível externo, desde o momento em que os estados nacionais acabassem por intervir em tomadas de decisão que dizem respeito a outros estados. Na União Europeia, a existência de fundos de coesão têm a função de compensação dos estados menos desenvolvidos pelo facto de aderirem a um mercado comum europeu que não vai espontaneamente favorecer o desenvolvimento harmonioso de todo o espaço europeu, sendo um exemplo, *avant la lettre*, de uma medida compensatória alternativa ao modelo neoliberal que agora se pretende impor em todo o planeta.

A proposta francesa para a construção europeia, apesar das suas deficiências no que diz respeito ao parlamento europeu, é uma reacção salutar pondo travão a um processo de evolução da construção europeia visando retirar aos estados nacionais competência e influência nos processos de decisão, ao mesmo tempo que valoriza o conceito de modelo social europeu, de desenvolvimento sustentável e de serviço público. Veio no bom momento contribuir para um debate até agora centrado no modelo federal alemão!

Mas a União Europeia, inserida num espaço global onde não pode ou não quer impor regras de regulação dos processos de mundialização, acabará por também sofrer as consequências da criação de um mercado planetário desregulado, quanto mais não seja através da chantagem dos políticos defensores do neoliberalismo, cujos efeitos serão vividos pelas populações europeias como significando uma progressiva deslegitimação dos estados nacionais e da autonomia política da própria União.

Esta deslegitimação vai traduzir-se fundamentalmente no sentimento de impotência dos cidadãos em garantirem as conquistas sociais e a qualidade do ambiente. Este sentimento de impotência agravará o mal-estar já existente nos países da União Europeia em relação ao próprio regime democrático. O sentimento de que os eleitos também são impotentes para preservarem as conquistas

tas sociais europeias resultantes de dois séculos de lutas sociais e políticas, aumentará a desconfiança nos regimes democráticos e na função reguladora e redistributiva dos estados nacionais. O descontrolo em relação aos problemas do ambiente a nível mundial, como o que resultará da tomada de posição de W. Bush de não assinar os acordos de Quioto, vai traduzir-se num mal-estar difuso, mas generalizado, que num primeiro momento servirá sobretudo para que se instale um clima de anomia e não tanto para proporcionar a criação de novas organizações proporcionando novos combates. Mas como sempre acontece nestas situações, os cidadãos desprotegidos procurarão encontrar formas de organização adaptadas ao actual contexto político, que proporcionem sentido às suas preocupações e se tornem em instrumentos de luta política.

Os exemplos das movimentações de Seattle, Washington, Porto Alegre, revelam o aparecimento de uma miríade de novos movimentos sociais dispostos a lutar contra a situação de descontrolo nos processos de globalização. Certamente que estes movimentos correspondem a realidades sociais, culturais e políticas completamente diferentes. A amálgama entre o velho comunismo, anarquismo, sindicalismo e os novos movimentos ambientalistas, sociais, culturais, locais, pelos direitos humanos, é inevitável. O anticapitalismo, o anti-imperialismo, o nacionalismo, vão reaparecer branqueados por uma nova situação que permite reabilitar velhos mitos. Mas os novos problemas exigem novas respostas e elas vão ser encontradas porque o movimento de contestação à globalização neoliberal já está em marcha.

5. “PARA UMA SOCIEDADE CIVIL EUROPEIA”

Com o título *Vers une société civile européenne*, sob a direcção de J.-C. Boual, as “Editions l'Aube” publicaram em 1999 um documento sobre este novo desafio: como criar um espaço público europeu na diversidade de línguas, nações, estados, culturas e interesses?

Este é o maior desafio que se põe ao próprio processo de construção europeia. Enquanto os cidadãos europeus não considerarem, com naturalidade, o facto de serem europeus, enquanto não utilizarem para esta realidade a expressão “nós”, a construção europeia será ainda um edifício passível de se desmoronar.

A União Europeia só será uma democracia plena quando conseguir conciliar a legitimidade democrática das nações e estados europeus, exprimindo-se no Conselho, e a dos cidadãos que se manifesta no Parlamento Europeu. São estes órgãos que urge aperfeiçoar. A actual proposta francesa, através do conceito de “Federação de Estados-Nação”, procura reforçar a legitimidade das nações e estados no Conselho e no Congresso dos Parlamentos Nacionais que propõe. Estes estarão em melhores condições de representarem os interesses nacionais e propiciarão a que o princípio da subsidiariedade seja respeitado. A Comissão Europeia, nova burocracia tecnocrática, será assim contrariada na sua tendência para se apropriar das competências dos estados nacionais.

Mas uma Europa forte constrói-se a partir da tomada de consciência das novas gerações da riqueza das conquistas políticas, sociais, culturais e ambientais que se sedimentaram na Europa. A Europa das gerações que agora estão a aceder ao poder já não carrega com a culpabilidade das gerações da 2.^a Guerra Mundial, do Fascismo e do Colonialismo. É certo que as gerações que estão a sair da cena política sofreram na carne as agruras de um passado recente europeu bem dramático. Mas têm uma combatividade, optimismo, inconformismo e capacidade de adaptação que devem ser integrados no património cultural das novas gerações. Como lembra Bertolt Brecht “Aos que virão a nascer”:

“Mas vós, quando chegar a hora
De o homem ajudar o homem
Lembrai-vos de nós
Com indulgência.”

As novas gerações, que geralmente estão do lado da democracia e do respeito pelos outros povos e culturas, terão que aprender a valorizar o património cultural e político que a velha Europa lhes deixou, preservá-lo e desenvolvê-lo.

Não se valoriza a construção europeia tendo como modelo os EUA. Bem pelo contrário, a construção europeia deve ser feita demarcando-se desta grande democracia amiga, em relação à qual queremos preservar e aprofundar as diferenças do modelo político tendo em conta as originalidades do passado.

A primeira grande diferença tem a ver com a tradição nacional europeia com base territorial, que o processo de construção europeu deverá respeitar, afastando-se assim claramente do modelo federal americano onde as culturas, salvo as indígenas, não têm base territorial.

Era bom que a mais antiga tradição cultural que marca ainda significativamente o espaço europeu, a influência do cristianismo, a ponto de quase com ele se confundir, surgisse como um elemento identitário ao qual as tradições católica, protestante e ortodoxa se podem referir. De molde a deixar bem claro que na raiz da nossa civilização está uma religião que postulou a igualdade de todos os homens.

A explosão de movimentos identitários que a construção europeia vai também provocar, as manifestações das diferenças dentro do mesmo enquadramento civilizacional, deve ser encarada como uma riqueza e não como um mal centrifugante. As identidades regionais e nacionais esmagadas deveriam reconhecer na construção europeia uma oportunidade e não um empecilho. A protecção das diferenças identitárias na construção europeia deveria assumir uma nova expressão legal, de molde a captar a força que têm os movimentos cívicos de expressão local, regional e nacional que assim se reconheceriam no espaço europeu.

Mas as acções com futuro, que poderão marcar e demarcar a construção europeia como espaço civilizacional específico, e que poderão encontrar eco nos movimentos cívicos dizendo respeito a todos os europeus, são fundamentalmente:

1. Defesa da coesão social e do trabalho remunerado (independentemente de este ser no sector mercantil, estatal ou cívico), estendendo-se estes valores à necessária preservação de um desenvolvimento humano harmonioso que respeite o direito à maternidade e paternidade.
2. Defesa de um desenvolvimento sustentável, comprometendo os movimentos ambientalistas.
3. Preservação dos direitos, liberdades e garantias, com reforço da defesa da diversidade de formas de vida ou práticas culturais entendidas como áreas de privacidade.
4. Lutar continuamente pela defesa de uma Europa democrática, combatendo todas as tentações locais, nacionais e europeias de governação tecnocrática.

6. AMPLIAR OS DEBATES NO ESPAÇO PÚBLICO

Na criação de um espaço público propício ao debate, os partidos estão por natureza condicionados e limitados.

A função que lhes é exigida é a de elaborar programas, debatê-los, levar os eleitores a pronunciarem-se e governar em coerência com os mesmos pressupostos programáticos. Os partidos estão condicionados por estes objectivos. O que significa que haverá sempre, pela parte dos partidos que aspiram seriamente a governar, a propensão para condicionarem os seus programas à presumível expectativa dos eleitores. Os partidos que aspiram a governar, e é isso e só isso que os legitima, terão sempre dificuldades em assumirem debates novos, originais e como tal potencialmente impopulares.

A chamada vocação centrista dos partidos, o governar por sondagens, encontra aqui a sua justificação. Se têm como finalidade ganhar eleições, serão sempre tentados a procurar adequar os seus objectivos programáticos de governação ao que pensam que os eleitores (a quem têm que se dirigir para poderem obter vitórias eleitorais) pensam.

É também sempre melhor, mais saudável para a democracia, a existência de um número relativamente reduzido de partidos capazes de governar sem coligações. Só assim poderão ganhar eleições e governar com programas simples e transparentes. Só assim poderão ser julgados eleitoralmente pelo que realmente fizeram e pela coerência dos seus propósitos. Os pequenos partidos teriam eventualmente vantagens em se transformarem em movimentos cívicos de natureza política. Tal só não é mais frequente porque as tradições culturais e legais do país são pouco propícias a valorizá-los e financiá-los como acontece com os partidos políticos. A Assembleia da República deveria estar atenta a esta situação no sentido de melhorar o funcionamento da nossa democracia.

Os partidos que se prezam encontram-se, compreensivelmente, impedidos de assumirem posições que possam contrariar ou adiar excessivamente a vocação para ganharem eleições e governar!

A amplitude possível do debate político, deste ponto de vista, deverá sempre exceder a disponibilidade dos partidos.

Vivi pessoalmente, várias vezes, o conflito entre os condicionalismos partidários e a tentação de protagonizar debates polémicos.

Aquando nomeado porta-voz do Partido Socialista para a área da saúde, senti-me constrangido pelo facto de ter, no plano profissional e universitário, assumido posições críticas às políticas proibicionistas na área da toxicodependência, que dificilmente poderia assumir nestas funções de responsabilidade política. Sabia bem que apesar de não haver, pela parte do PS, uma tomada de posição programática proibicionista, tal resultava do facto de o consenso ser tão unanimista, tornando desnecessária uma tomada de posição sobre este assunto.

Aproveitei a oportunidade de ser entrevistado pelo jornal *Público* em 1992, sobre problemas da saúde, para afirmar as minhas opiniões nessa área, dado que não queria poder vir a ser mais tarde acusado de as encobrir propositadamente. O *Público* deu uma grande importância às minhas posições neste domínio. A entrevista, sobre política de saúde do PS, transformou-se num manifesto antiproibicionista, que provocou uma grande celeuma. Ao ponto de certos comentadores terem proposto que me fosse proibido o acesso aos meios de comunicação... e a TVI, por não me ter encontrado, ter alvitado que teria fugido apavorado com o sobressalto que provoquei. Quando repousava sossegado numa minha quinta no Douro, satisfeito por ter conseguido provocar uma previsível tempestade.

Desautorizado pelo Secretário Geral do PS, só tinha o caminho do silêncio ou da demissão. Mas tendo combinado com António Guterres não assumir, como porta-voz do PS para a área da saúde, opiniões que na altura contrariavam radicalmente o sentir quase unânime dos militantes do PS, tomei a iniciativa de criar um movimento cívico, “Soma”, que pudesse animar o debate antiproibicionista em Portugal. Este movimento tem tido um papel relevante no esclarecimento das políticas de combate à toxicodependência. Contribuiu para uma substancial modificação da opinião pública que, por sua vez, tem permitido modificações nas políticas do governo, tímidas e incoerentes, é verdade, mas que pelo menos agora postulam que um toxicodependente é um doente...

O exemplo do debate sobre as toxicodependências é demonstrativo da necessidade de se assumirem posições radicalmente opostas aos consensos gerais da opinião pública, mesmo afrontando os seus preconceitos mais entranhados, quando se parte de convicções fortes e bem fundamentadas. No caso das toxicodependências era necessário dizer que o rei vai nu. Pôde-se assim alargar o debate e criar condições para novas atitudes. Não se vê bem como é que estas surgiriam, se ninguém ousasse pôr em causa consensos pantanosos, nem como seria possível o actual governo começar a contestar o paradigma proibicionista num clima de relativa tranquilidade se não tivesse existido um importante debate prévio que já dura há uns anos.

O caso de Foz Côa e das suas gravuras é também exemplar.

Fui avisado em Novembro de 1994, por arqueólogos altamente qualificados no domínio da arte rupestre, que tinham sido descobertas gravuras paleolíticas junto à foz do rio Côa, que estariam ameaçadas, num clima de ocultação, desleixo e impunidade, pela construção de uma barragem.

Na opinião avalizada destes profissionais da arqueologia a importância científica deste achado era enorme.

Solicitei ao então líder do grupo parlamentar do PS, Jaime Gama, para poder tomar uma posição pública, em conferência de imprensa, no Parlamento, solicitando a interrupção dos trabalhos da barragem, para que se pudesse fazer uma cabal avaliação da importância do património em causa. Fui para tal autorizado, desde que o fizesse a título individual para não comprometer futuros desenvolvimentos do grupo parlamentar, o que compreendi. Mas rapidamente me apercebi que iria encontrar dentro do PS poderosas influências para impedir qualquer iniciativa que fosse no sentido de uma suspensão provisória ou definitiva dos trabalhos da barragem. Alguns deputados tentaram mesmo impedir-me o acesso à sala preparada para a conferência de imprensa.

Procurei então, fora do Partido Socialista, criar um movimento cívico, “Movimento para a Salvaguarda das Gravuras de Foz Côa” e, com Carlos Antunes, Mila Simões de Abreu, Isabel do Carmo, iniciámos um trabalho de coordenação permanente envolvendo a intervenção no plano político, científico, comunicação social nacional e internacional e de mobilização a nível local (Foz Côa, Torre de Moncorvo) e nacional, que culminou com a paragem das obras da barragem. Curiosamente, António Guterres tendo finalmente decidido, e bem, pela preservação das gravuras, apoderou-se, com o PS, de toda esta mobilização ao ficar com as honras de uma decisão, sem nunca ter referido o combate que a precedeu, a legitimou, “fez forte” um líder frouxo e excedeu amplamente os limites da acção e influência do PS.

Estes dois exemplos da minha experiência pessoal demonstram bem a importância dos movimentos cívicos para levarem os debates para áreas onde os partidos têm dificuldades em os assumir. São ora efémeros, como o foi o “Movimento para a Salvaguarda das Gravuras de Foz Côa”, que se esgotou com o seu sucesso, a interrupção das obras da barragem. Ora mais tenazes, como o movimento antiproibicionista “Soma”, que continuará a sua acção até que ao proibicionismo actual se substituam políticas coerentes que procurem controlar e atenuar os efeitos de todas as substâncias produzindo dependência, desde o tabaco e o álcool à heroína, evitando práticas proibicionistas cujos efeitos paradoxais são mais nefastos que os malefícios da dependência.

7. A DISPONIBILIDADE DA TERCEIRA IDADE

O aumento espectacular da esperança de vida foi uma das características do século passado, sobretudo no primeiro mundo, como resultado da convergência da melhoria das condições de vida e dos progressos das ciências médicas.

Em 1998, a esperança média de vida em Portugal era de 71.7 anos no homem e de 78.8 nas mulheres. Mas a esperança de vida aos 65 anos era em 1997 de cerca de 18 anos na mulher e 15 no homem. O que significa que na idade da reforma restam ainda aos dois sexos, estatisticamente, largos anos de vida⁴.

Os trabalhos de epidemiologia psiquiátrica revelam, na terceira idade, um aumento do risco depressivo e de suicídio, sobretudo no homem. A desqualificação e a dessocialização provocadas pela reforma devem, certamente, contribuir para esta tendência.

Independentemente da evolução da noção de reforma em termos de trabalho e de idade, não é de prever que a situação se altere profundamente nos próximos anos nos países do primeiro mundo, salvo no que diz respeito a uma maior flexibilização das regras que a regulam. Sendo de prever para Portugal que o grupo etário dos com mais de 65 anos continuará a crescer nas próximas décadas e poderá corresponder, nas diferentes previsões, a cerca de 20% da população total dentro de 20 anos.

Esta população de idosos, muitos deles altamente profissionalizados e experientes nos mais diversos domínios da actividade humana, são um filão inesgotável de disponibilidade potencial para os movimentos cívicos. Urge, todavia, criar condições para que esta disponibilidade se manifeste para bem de todos, dos reformados que só ganhariam em saúde consagrando-se a uma actividade socialmente útil, e da sociedade em geral que vai beneficiar da actividade dos movimentos cívicos. A necessidade de criar condições de informação, para que os reformados tenham conhecimento da existência de movimentos cívicos e estes de reformados disponíveis, seria um primeiro passo na potencialização deste casamento cheio de futuro.

8. MOVIMENTOS CÍVICOS NA MODERNIDADE TARDIA

Anthony Giddens, no seu livro *Modernity and Self-Identity*⁵, caracteriza a actual “Late Modern Age” como reforçando o processo de busca da auto-identidade. “Quanto mais pós-tradicionais são os cenários em que o indivíduo se move, tanto mais o estilo de vida diz respeito ao próprio núcleo da auto-identidade, da sua construção e reconstrução” (p. 76, trad. port.). No nosso tempo, cada indivíduo encara-se como responsável pelo que faz de si próprio e pelo seu próprio destino, atendendo à pequeníssima rigidez das actuais determinantes sociais. Todos somos obrigados, mais do que nunca, a questionarmo-nos sobre o que somos ou queremos, procurando assim conquistar a segurança interna.

A modernidade tardia obriga-nos constantemente a construir e reconstituir a nossa própria história. A noção existencial de escolha e de liberdade de escolha ganha no nosso tempo uma dimensão incomparavelmente mais importante do que em qualquer época do passado.

Neste contexto de desprogramação social, a apetência relacional de todos

os seres humanos encontra-se à deriva, à procura de relações de confiança, amorosas, de companheirismo. Esta liberdade na procura dos sentimentos e afectos é o que A. Giddens chama de relação pura.

A liberdade socializante a que este processo conduz leva-nos directamente ao assunto que hoje nos preocupa. Desprogramação social, afectos e sentimentos disponíveis, permitem uma grande liberdade na escolha de relações (relações puras), mas deixam em aberto o processo de auto-identidade. A auto-identidade reforça-se nos processos grupais, através da noção de pertença, pela apropriação da noção de “nós”, quer este seja um estilo do casal ou da família, a região, a pátria, o clube desportivo, ou dos mais variados grupos de pertença que cada um constrói ou a que se associa. Daí que os processos de socialização da modernidade tardia não se esgotem nas formas de associação tradicionais (família, de trabalho, profissionais, de índole religiosa), mas permitam uma explosão de formas de associação com os mais variados objectivos tendo a ver com a diversidade ilimitada de motivações que a modernidade tardia proporciona: sociais, luta por direitos, ambiente, interesses locais, de interajuda, lúdicos. As condições da modernidade tardia impõem a obrigação de que sejam protegidas as novas formas de socialização, que permitem a estabilidade psíquica, que reprogramam para objectivos socialmente úteis uma sociedade em mudança acelerada, destruidora de todas as formas de socialização, atomizadora. Os movimentos cívicos, na sua ilimitada diversidade, para todos os gostos, são uma das respostas disponíveis na nossa sociedade, proporcionando as “relações puras” encontrarem-se, criando oportunidades únicas de unir e de estabelecer laços relacionais, de socializar, o que o nosso tempo separa, isola e dessocializa.

9. QUALIFICANDO O ESTADO PROVIDÊNCIA

A crítica à crítica liberal ao Estado Providência (a que preferimos chamar social, em analogia com direitos sociais e não providenciais...) feita por Pierre Rosanvallon no seu famoso ensaio “La Crise de l’État-Providence”⁶, em 1981, guarda ainda a sua actualidade. Vinte anos mais tarde este ensaio conserva toda a frescura original, mas as condições políticas para a reforma do estado social modificaram-se, no nosso entender para pior. Porquanto as propostas de mudança do Estado Social visavam melhorá-lo, é certo, o que seria um valor em si, mas procurava-se também, por esse facto, torná-lo menos vulnerável às críticas liberais. Mas há vinte anos não existia ainda o receio generalizado de que as mudanças no Estado Social se traduzissem, de facto, em atentado aos Direitos Sociais.

Entretanto, a frente de combate do neoliberalismo contra os direitos sociais deixou de se processar fundamentalmente no quadro do estado nacional para, através da pressão do mercado globalizado, impor medidas, de fora, ao próprio estado nacional. O que torna suspeita qualquer medida visando alterar o fun-

cionamento do Estado Social. Mas as medidas preconizadas por Rosanvallon para melhorar o funcionamento do Estado Social visam *desburocratizá-lo, descentralizá-lo e autonomizá-lo*. É, todavia, esta última medida, “transferir para colectividades não públicas (associações, fundações, agrupamentos diversos) tarefas do serviço público” a via “que pode ser mais moderna e a mais interessante para responder às dificuldades do Estado providência e fazer frente às necessidades sociais do futuro” (pp. 89-90). O que abre o caminho a uma maior participação dos movimentos cívicos para dar resposta, exactamente, às exigências de uma desburocratização, descentralização e “visibilidade da procura”. Em todos estes aspectos os movimentos de solidariedade social prestam já um grande serviço, sendo previsível que as exigências cada vez maiores de proximidade, transparência e adequação das respostas solidárias à procura tantas vezes extremamente local e específica, lhes reservem um imenso futuro.

Porto, 4 de Junho de 2001

NOTAS

- ¹ Encontro *Participação e Cidadania*, Palácio de S. Bento, 29 de Junho de 2001, em que estiveram representadas centenas de movimentos cívicos, o PCP e o PS, presidido pelo Presidente da A. da República, Almeida Santos.
- ² Diversos trabalhos em vários países do mundo e também em Portugal revelam o que todos sabemos, que o trabalho doméstico é fundamentalmente feminino – numa média de cerca 8h diárias em França cerca de 2/3 é trabalho da mulher e 1/3 do homem (“Le travail des femmes...”, Hirata, H. e Senotier D., in *Femmes et Partage du Travail*, Syros, Paris, 1996). Mas também se constata que, apesar de lentas, há mudanças nesta área no sentido de uma maior igualdade na repartição do trabalho doméstico entre os sexos, e os casais estão geralmente contentes com os seus papéis domésticos, o que certos autores atribuem ao facto das mulheres constatarem mudanças em relação à família de origem (Poeschl G., “Trabalho doméstico e poder familiar...”, *Análise Social*, 156, Outono de 2000, pp. 695-719). A satisfação do casal é um dado importante a não desvalorizar, até porque a prática da terapia familiar nos ensina que a clara definição de papéis é um factor de coesão no âmbito da família.
- ³ O tempo parcial é geralmente um trabalho feminino, mal remunerado, muitas vezes imposto e dando menos garantias sociais que o tempo completo como nos EUA, o que é também notório no Japão, onde o objectivo da denominação é praticamente apenas esse, e não proporcionando carreira profissional. A feminização e má remuneração dos tempos parciais, observam-se também na Europa. Mas aqui são menos utilizados nos países do Sul onde as alocações familiares são bem inferiores às dos países do Norte, o que deverá merecer uma atenta reflexão (para mais detalhes consultar o livro citado de Hirata H. e Senotier D.).
- ⁴ Ver “População portuguesa até 2020: cenários demográficos principais e derivados”, Maria João Valente Rosa, in *Situação Social em Portugal 1960-1999*, Volume II, organização de António Barreto.
- ⁵ Anthony Giddens, *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Polity Press, Cambridge, 1991.
- ⁶ Pierre Rosanvallon, *A Crise do Estado Providência*, tradução portuguesa, Editorial Inquérito, Lda., 2.^a ed. 1984.

DESPENALIZAR O CASAL COM FILHOS¹

Eurico Figueiredo

“Ter filhos deve tornar-se uma escolha racional de um ponto de vista económico (...) devemos assegurar-nos de que os filhos sejam considerados como uma parte da produção social obrigando a sociedade a providenciá-los (...) e que famílias com crianças sejam compensadas de molde a que o seu nível material de vida seja igual ao das famílias sem crianças”.

Jens Qvortrup

INTRODUÇÃO

Os países do primeiro mundo têm vivido, nas últimas décadas, mudanças semelhantes no âmbito da sexualidade, planeamento familiar, casal e família, índices de natalidade e estrutura demográfica, mesmo quando as sequências e a expressão das mesmas mudanças apresentam alguma versatilidade. As culturas que defendem a conservação da família nas suas características tradicionais, como nos países asiáticos desenvolvidos, têm resistido com um pouco mais de sucesso a todo este processo. Mas a Europa, Portugal incluído, e os países de cultura anglo-saxónica, apresentam um panorama análogo tendo que ver com um contexto civilizacional semelhante. O que permite uma reflexão na procura das causas e na busca das soluções para uma situação que pode ser extremamente gravosa para o referido espaço político.

O desafio que se nos põe é o de preservar a matriz civilizacional liberal, democrática e igualitária, na relação entre os sexos e impedir que esta matriz seja destruída devido ao seu imenso sucesso. É exactamente esse o risco que corremos quando diagnosticamos os movimentos profundos deste processo que tendem para desorganizar o quadro familiar garante da qualidade humana das futuras gerações e provocar uma quebra dramática da demografia exigindo uma emigração massiva e (ou) inversão da pirâmide etária.

Para grandes males grandes remédios. Proporcionar grandes debates e conquistar a opinião pública para a resolução de problemas precisos é a única via segura a garantir mudanças.

Podemos simplificar o processo e, por razões de clareza, delinear os aspectos mais significativos da mudança: maior liberdade sexual com desvalorização do tabu da virgindade pré-matrimonial da mulher; aumento dos filhos ilegítimos; co-habitação socialmente aceite; aumento das famílias monoparentais; generalização das uniões de facto; divórcio facilitado e em crescimento; casa-

mentos cada vez mais raros e tardios; planeamento familiar eficaz e generalizado; diminuição do número de filhos; envelhecimento das populações.

Este processo acompanhou-se, geralmente, por uma progressiva aquisição, por parte da mulher, de uma situação cada vez mais igualitária em relação ao homem, seja a nível dos direitos cívicos, seja no acesso a formação e ao trabalho remunerado. Neste aspecto, como referiremos mais tarde, vivemos uma das mais importantes revoluções pacíficas da história da humanidade.

Mas, a grave quebra da natalidade e o alongamento da esperança de vida estão a traduzir-se num progressivo envelhecimento da população, com a inversão da pirâmide etária e as consequências socioeconómicas que daí resultam: diminuição da população activa e agravamento da carga social que advém da doença, reforma, desemprego. Este facto, paradoxalmente, em vez de reforçar os argumentos quanto à necessidade de segurança na doença, desemprego e reforma, tem estimulado os ataques ao Estado social e favorecido uma política de emigração propícia à demagogia xenófoba e racista.

Num livro recentemente publicado, Fukuyama (*A Grande Ruptura*, Quetzal Ed., 1999) parte das importantes modificações que a família sofreu nas últimas décadas, para estudar dois tipos de consequências no funcionamento dos países do primeiro mundo: a confiança social e a delinquência.

Nesse livro, bem documentado, gerindo uma massa importante de informações sociológicas e demográficas, o conhecido autor constata que as referidas modificações se traduzem, nas sociedades estudadas, numa importante quebra da confiança social e aumento da delinquência.

Mesmo que seja difícil fundamentar uma correlação directa entre as mudanças em questão e os índices sociais estudados por Fukuyama, o certo é que é aceitável admitir, e o referido autor tem referências de peso em seu apoio, que a marcada deterioração na qualidade da relação entre as gerações, no seio da família, possam contribuir decisivamente para uma profunda quebra das relações de confiança a nível social e emergência de altos níveis de criminalidade. Trabalhos de investigação em países fora da área em análise, no Brasil, por exemplo, também têm trazido poderosos apoios a esta perspectiva (Trindade J., *Ausência do Pai na Delinquência Juvenil*, Tese de Doutoramento, U. Wisconsin, EUA). As sociedades asiáticas avançadas, Japão e Coreia, que sofreram uma menor quebra nos valores e práticas da família tradicional, tem tido também menos reflexos a nível da confiança social e criminalidade.

O mesmo autor, dado que alguns dos referidos índices tenderam, no final do milénio, para uma certa estabilidade, acredita que caminhamos para um novo e melhor equilíbrio, como já tinha sucedido na Inglaterra vitoriana, com importante quebra nos valores extremamente elevados a nível da criminalidade alcançados no princípio do século XIX.

Não existe contudo nenhum argumento racional fundamentando uma evolução futura menos preocupante por razões puramente espontâneas, segundo o modelo da teoria homeostática.

Os equilíbrios, nas sociedades humanas, passam por valores, por medidas legislativas, modificações económicas e sociais. A teoria homeostática no âmbito demográfico (Vishnevesky) não está demonstrada racionalmente, não passando de um mero palpite. É bem provável que os reequilíbrios surjam através de acções concertadas e fundamentadas, racionais, visando objectivos preventivos, repressivos e paliativos. Até porque os reequilíbrios surgirão sempre. Não é credível que as sociedades humanas, sobretudo bem informadas como é a nossa, aceitem caminhar tranquilamente para o suicídio. O reequilíbrio vai certamente verificar-se. Mas que tipo de reequilíbrio? Os que põem em causa os direitos igualitários das mulheres? Os que visam, pura e simplesmente, um regresso ao lar das mesmas? Os que impõem coercivamente valores conservadores? O policiamento da sociedade para atenuar o impacto da delinquência? A criminalização dos delitos menores? O espartilhar das liberdades democráticas? O regresso da pena de morte? As políticas de emigração segregacionistas?

Quando falamos em reequilíbrios e homeostase social, esquecemos que os reequilíbrios passam, para muitos, por este tipo de medidas. Os neoliberais, cujas políticas contribuíram para esta situação, querem sociedade de mercado e família conservadora: “sol na eira e chuva no nabal”.

Se defendemos uma sociedade livre, igualitária, que preserve a extraordinária revolução na relação entre os sexos que se tem processado sob os nossos olhos, então temos também que tomar medidas radicais, corajosas, que reintroduzam na nossa sociedade desequilibrada medidas de protecção da família, do direito à maternidade e à filiação, e a possibilidade dos casais preservarem o prazer de acompanhar e participar na educação dos filhos. Estas medidas devem ser fundamentalmente positivas, deixando para a extrema-direita o apatúrgio das opções repressivas.

É um debate que tarda. Assumi-lo-emos sem preconceitos e não o deixaremos em mãos alheias conservadoras. Sabendo que em torno deste tipo de políticas que tem a ver com a família, maternidade, demografia, migração, campeia um sem número de temores e preconceitos dificilmente racionalizáveis!

Mas sabemos também que os dados do Eurobarómetro (Eurobarometer, 32, 1990) têm confirmado que o desejo de ter filhos, pelos Europeus, continua a ser frustrado nas suas expectativas, sendo ainda sobejamente suficiente para trazer a fertilidade nesta região do mundo para valores compatíveis com os níveis de substituição (2.1), acaso se tomassem medidas para viabilizar esse mesmo desejo. Quando, de facto, tudo se potencializa para o frustrar.

PRIMEIRA PARTE

Os mecanismos básicos de socialização da espécie humana nasceram de comportamentos organizadores da família e foram reforçados por instituições culturais. São estes comportamentos ligados à sexualidade, que criou o casal humano e a solidariedade intergéneros, os comportamentos de vinculação que

estão na origem da solidariedade intergeracional e a solidariedade fraternal que facilita a coesão grupal intrageracional.

A sexualidade criou o casal humano e garantiu a reprodução da espécie.

Na constituição da relação mãe-filho intervêm os mecanismos de vinculação. Estes são o motor dos processos psicológicos inter-relacionais de desenvolvimento, que vão proporcionar progressivos estádios de equilíbrio entre a autonomia e a dependência. No âmbito da família garantem a solidariedade intergeracional pelas ligações emocionais que criam entre o casal e os filhos e vice-versa. O que proporciona condições de reciprocidade que mais tarde, em condições socioculturais propícias, estimulam a solidariedade das jovens gerações em relação às gerações que as precederam.

Os mecanismos de identificação grupal intensificam-se sobretudo na adolescência, mais fortes no quadro iso-sexual, têm como modelo a solidariedade fraternal e garantem a solidez das relações intrageracionais. São aparentemente mais explícitos entre jovens do sexo masculino. Tiveram muito provavelmente um papel preponderante na preservação de diferentes culturas e etnias, grupos de identidade e identificação, através da assunção de situações de risco físico, na caça e na guerra. Os jovens do sexo masculino estavam mais vocacionados, por razões biológicas, para assumirem estas situações de risco. Pressupõem, todavia, a existência de um embrião de solidariedade suprafamiliar.

A sexualidade, como já referimos, cria a solidariedade intergéneros.

Mas, aparentemente, todos os mecanismos básicos da solidariedade humana, fundando a família, foram reforçados por instituições culturais. Coube ao génio de Lévi-Strauss anunciar as instituições culturais elementares permitindo socializar os mecanismos biopsicológicos fundadores da família. É o caso do sistema de troca de filhas entre famílias através do casamento exogâmico e da divisão do trabalho entre sexos (para uma boa síntese das posições deste autor ver *Le Regard Éloigné*, Plon, 1983, cap. III, “La Famille”).

Através do casamento exogâmico a espécie humana, trocando filhos, desenvolveu relações de aliança entre famílias num processo centrífugo de socialização fundamentando referências tribais míticas a um antepassado comum. A solidariedade entre famílias reforçou a segurança material não só entre as famílias, mas também entre as gerações que as constituem. As gerações mais idosas e necessitadas da solidariedade das gerações mais novas viam também alargada a sua base de apoio, pela solidariedade das famílias aliadas pelos casamentos exogâmicos.

A segurança material reforçou-se através da cooperação de pais aliados e facilitou a formação de grupos de jovens disponíveis para a caça ou outras operações de sobrevivência que necessitassem de maiores recursos além dos permitidos pela exclusiva utilização da família de origem.

Pelas mesmas razões, também se reforçou a segurança física das famílias aliadas num processo sempre mais alargado de relações, garantindo-lhes mais sucesso em situações como as de guerra ou de defesa dos animais selvagens.

O casamento exogâmico transformou progressivamente estranhos, estrangeiros, potenciais inimigos, em aliados, dotando a espécie humana de mecanismos de solidariedade eficazes e aumentando-lhes as possibilidades de sobrevivência.

Foi, todavia, através da mulher-filha que se processaram as trocas exogâmicas entre famílias. É de crer que, através da troca de filhas para serem esposas, se procurasse exprimir o sentido da troca: a possibilidade de ter filhos, a capacidade reprodutiva da mulher.

A troca das mulheres, nas referidas teses antropológicas, tendiam a reduzi-la a uma condição marcadamente reprodutiva. Compreende-se a teoria de Lévi-Strauss, considerando a divisão sexual do trabalho como valorizando a mulher. Ao homem eram atribuídas funções sociais específicas através do trabalho socializado. A atribuição, simétrica, de funções sociais específicas à mulher, mesmo que sobretudo no âmbito doméstico, davam-lhe um estatuto diferente do meramente reprodutivo, garantindo-lhe outras competências além da mais valorizada por todas as sociedades anteriores ao capitalismo industrial, a capacidade reprodutora. “A divisão do trabalho institui um estado de dependência entre sexos”, afirma Lévi-Strauss (opus cit., p.81), contribuindo assim para uma maior segurança para a mulher no quadro do casamento.

As duas instituições básicas serviram como reforço dos comportamentos biopsicológicos socializantes e constituíram os fundamentos das sociedades humanas. Tornaram-nas mais fortes, mais seguras, mais solidárias entre sexos, gerações e dentro de cada geração.

A reprodução biológica da espécie era o principal objectivo de produção social. Ter filhos, o principal valor. Entretanto tudo se alterou com o advento do capitalismo industrial e com a civilização pós-industrial em que nos encontramos. A merecer uma atenta reflexão.

SEGUNDA PARTE

A história económica, se seguirmos a classificação proposta por Karl Polanyi em *La Grande Transformation* (Ed. Gallimard, 1983, para a edição francesa), revelaria a existência de quatro modelos obedecendo a lógicas de funcionamento diferentes. Na economia do dom, segundo este autor, a mais primitiva de todas, a troca de espécies fazer-se-ia segundo a lógica de uma pressuposta reciprocidade. A reciprocidade implicaria “ausência do sentido do lucro; do trabalho remunerado; do princípio do menor esforço; e não existiria nenhuma instituição separada e distinta fundada em motivações económicas” (p.76). O comércio “kula”, extremamente bem estudado nas ilhas Trobriandes por Malinowski e Thurnwale, caracterizava-se pela realização periódica de grandes expedições de ilha em ilha, segundo uma lógica rigorosa e, neste caso, num espaço territorial de centenas de quilómetros no Oceano Pacífico. Tinha como finalidade a dádiva de objectos. Apenas se esperava a reciprocidade pela parte daqueles que os recebiam.

Este comércio funcionou perfeitamente segundo o princípio da dádiva. Ainda hoje, certas civilizações extremamente isoladas e de reduzida expressão demográfica, subsistem segundo o mesmo princípio económico. Existe geralmente um tabu que proíbe o caçador ou o pescador e às suas famílias de consumirem o produto da caça e/ou da pesca, obrigando-os a distribuí-lo pelos vizinhos. Estes, obedecendo ao mesmo tabu, têm de fazer exactamente o mesmo, garantindo-se assim o funcionamento do sistema.

O modelo redistributivo existiria desde que as comunidades humanas consideraram vantajoso guardar colectivamente uma parte do produto da actividade de caça, colheita, pesca ou mais tarde da agricultura, para virem a ser consumidos em momento de carência.

Este modelo exigiu a criação de funções centrais de armazenamento e distribuição pré-figurando uma divisão hierárquica, que tem continuidade genética desde as sociedades mais simples até ao estado moderno.

A economia distributiva fez uma longa caminhada. Se, no início, aparentemente, se esgotava em guardar e distribuir alimentos, mais tarde garantiu a segurança, a construção e usufruto de equipamentos públicos, até as funções sociais complexas do estado social moderno.

A economia doméstica, por sua vez, tem como objectivo a produção para mera utilização familiar, mas pode ser compreendida à luz da noção de reciprocidade.

Finalmente surgiu a economia de mercado, segundo a lógica de todos bem conhecida do capitalismo liberal vigente.

Na opinião de Karl Polanyi, a ortodoxia do liberalismo económico conduziria à destruição de todas as outras lógicas económicas e reduziria a sociedade humana à lógica exclusiva do mercado. A própria democracia tenderia a não ter significado real e a ser substituída por meras funções administrativas (p.189). Estas previsões têm vindo a confirmar-se em face ao actual processo de globalização, que tem contribuído para a destruição dos processos de controlo criados na Europa, sobretudo pela tradição social-democrata. Reconstituir a função social das instituições humanas é um renovado desafio que temos que enfrentar, adaptando-a a novas circunstâncias.

Estes elementos servem-nos para procurarmos reflectir sobre os mecanismos sociais que estimulam ou contrariam o desejo de maternidade.

A reciprocidade, facilmente se depreende, funciona segundo modelo análogo ao da troca de filhas. O tabu do incesto actuaría como o tabu de consumir caça, nas sociedades que o instituíram. Obrigam à circulação dos produtos materiais e das filhas. Socializa, e como tal cria alianças, cumplicidades, cooperação, dependências. Ter filhos, neste contexto, é o maior garante de segurança e de reciprocidade em relação aos pais na velhice.

A reciprocidade e o dom esclarecem, por sua vez, os próprios mecanismos de solidariedade familiar onde, tudo leva a crer, se inspiraram. Já referimos que a complementaridade das funções masculinas e femininas, no âmbito do casal, funciona segundo o modelo da reciprocidade. O marido e a mulher trocam o

produto das suas competências, só esperando vir a receber o produto das competências do outro. A reciprocidade é o modelo básico da relação entre marido e mulher, representando a economia doméstica um sector em que a especialização e a complementaridade funcionam segundo o modelo da reciprocidade, como outros já também o referiram (Laville, J-L, *Une troisième voie pour le travail*, Desclée de Brower, Paris, 1999).

Entre as duas gerações, até há poucas décadas, a noção de reciprocidade estava presente no relacionamento mútuo. A sexualidade permitia a expressão do desejo de maternidade. A dádiva parental de assumir o encargo da criação dos filhos subentendia, contudo, a espera de reciprocidade pela parte dos filhos sobretudo na velhice. A reciprocidade começava muito cedo, exprimindo-se já no trabalho infantil, geralmente através do trabalho doméstico.

A economia distributiva deu resposta às necessidades colectivas e mesmo diferenciais em relação a populações mais necessitadas. É, em última análise, um factor de segurança, justiça e, finalmente, com o estado social, garante de protecção nas situações de maior dependência e fragilidade (desemprego, maternidade, velhice, doença...). Como o defenderemos no final desta proposta, a lógica distributiva deverá generalizar-se à família, apoiando-a nos seus desígnios reprodutivos e educativos.

O desejo de maternidade exprime-se mais facilmente numa sociedade que dá garantias de solidariedade, do que num estado funcionando segundo a lógica exclusiva do liberalismo económico.

No século XX, processou-se uma profunda revolução na relação entre os sexos. Subverteu-se uma das primitivas formas de diferenciação social: a diferença de estatuto sociocultural relacionado com a diferença dos sexos.

A história desta mudança é diferente nas nações e culturas em que se processou. Mas resultou fundamentalmente de uma série de mudanças tecnológicas, políticas e culturais que convergiram todas para o mesmo fim e que se podem especificar apesar da diversidade local dos referidos processos.

A primeira causa geral foi a revolução democrática. Ao introduzir o princípio da igualdade entre os cidadãos na célebre trilogia da Revolução Francesa, este princípio fez o seu caminho derrubando as barreiras que separavam os ricos dos pobres, os analfabetos dos letrados, os homens das mulheres.

Na Revolução Francesa, poucos (Condorcet) afirmaram e defenderam a igualdade entre os sexos. Mas, progressivamente, o direito ao voto tornado universal generalizou-se às mulheres em todos os países democráticos.

O estatuto das mulheres nas diferentes culturas, era anteriormente determinado sobretudo pela sua condição biológica, a capacidade maternal. Na história da humanidade este estatuto deu-lhe quase sempre uma importância relevante em relação com imperativos de sobrevivência das comunidades humanas. O poder da mulher foi sempre motivo de admiração, culto e até de inveja por parte dos homens.

A revolução científica e tecnológica animada por um capitalismo triunfante deu à humanidade novas capacidades, valores e objectivos. O anterior estatuto

da mulher, marcado pela sua condição biológica e por uma divisão do trabalho alicerçada sobretudo em razões também biológicas, foi completamente alterado.

A importância da revolução democrática não tem sido suficientemente valorizada no seu contributo decisivo para as modificações no estatuto da mulher, que se processa perante os nossos olhos. A revolução democrática portuguesa permitiu-nos, todavia, estudá-la e demonstrar a sua importância decisiva para as referidas mudanças.

Podemos comparar os valores dos jovens da geração de 60, antes da revolução de Abril, e os valores dos jovens e pais na década de 80, depois da revolução de 1974.

Este estudo revelou uma verdadeira mutação a nível dos valores exactamente no que respeita às áreas da sexualidade, planeamento familiar, casal, divórcio, desejo de filhos...

Este nosso estudo é tanto mais significativo quanto nos permite também avaliar a mudança a nível de valores entre os jovens dos anos 60 e os pais dos jovens dos anos 80. Acontece que a faixa etária e o estatuto social dos pais dos referidos jovens permite essa mesma comparação.

Os jovens universitários da geração de 80 revelaram-se incomparavelmente mais tolerantes que os da geração de 60 em relação às práticas sexuais pré-matrimoniais na mulher (consideradas repreensíveis ou perigosas por menos de 20% dos jovens quando antes o eram por cerca 80%) a favor do planeamento familiar (90 % para 30%) e concordantes com o divórcio (80% para 50%). E ao mesmo tempo que reconhecem à mulher direitos de acesso ao trabalho iguais aos do homem (cerca de 80% na geração de 80, quando só 6% o admitiam na geração de 60) entra em queda o quantitativo do número de filhos desejados (a título de exemplo, na geração de 80, entre várias alternativas, 3.7% dos jovens prefeririam não ter filhos, quando na geração de 60 só 1% dos jovens optava por esta expectativa).

É também interessante constatar que os valores dos pais, nestes domínios, se colocam mais ou menos a meio termo das opções que tiveram na sua juventude e as que agora revelam os seus próprios filhos.

Podemos assim demonstrar a importância da revolução democrática na assunção de um estatuto mais igual entre os dois sexos. Este valor é sobretudo assumido pelas novas gerações, mas tocou também a geração dos pais.

Constatamos a sintonia, no domínio de valores, entre sexualidade, planeamento familiar, divórcio, casal, direito ao trabalho e número de filhos. Tudo se joga, nesta perspectiva igualitária a nível dos valores, para desestabilizar a instituição familiar, valorizar o trabalho extradoméstico e proporcionar uma quebra da natalidade.

A segunda revolução, proporcionando a igualdade entre os sexos, foi tecnológica. A diminuição de importância do sector agrícola, primário, e depois industrial, secundário, com a progressiva terciarização das sociedades mais avançadas, provocou uma desvalorização da força física. As novas tecnologias

da informação, a biotecnologia, a miniaturização, poderão mesmo valorizar as capacidades femininas para os trabalhos de minúcia e persistência.

Tendo também em atenção a maior tendência para a manutenção ou mesmo crescimento, com as recentes revoluções tecnológicas, dos postos de trabalho iminentemente relacionais (psicólogos, assistentes sociais, animadores, professores, etc.), a presença da mulher no mundo do trabalho também se encontra favorecida.

O futuro do trabalho, como nós o entendemos agora, deverá sofrer profundas mudanças nas próximas décadas, sobretudo no primeiro mundo. São imprevisíveis as modificações que introduzirá na relação entre os sexos. Todavia, em face dos modelos de actividades socialmente úteis previsíveis para o futuro, não é provável que se vá no sentido de colocar a mulher numa nova situação de subalternidade, a atribuir a diferentes aptidões psicológicas (M. Matlin, *Psychology of Women*, 1993, Rinehart & Winston), quando as razões biológicas se tornaram praticamente irrelevantes.

A terceira revolução proporcionando uma modificação profunda na relação entre os sexos tem a ver com a revolução científica a nível dos processos reprodutivos: controlo e intervenção humana na condução de um processo antes predominantemente natural. Os anticoncepcionais transformaram profundamente a condição feminina, permitindo separar, definitivamente, a sexualidade da reprodução. O casal humano, mas sobretudo a mulher, passou a controlar eficazmente o ciclo biológico reprodutivo, o ter filhos ou não ter filhos, e a decidir o seu número. O planeamento familiar generalizou-se no primeiro mundo.

Estas revoluções, democracia, trabalho, reprodução humana, surgiram por sua vez acompanhando um processo de desenvolvimento capitalista, vindo de longe, de valorização ao extremo da produção de objectos com desvalorização dos processos de reprodução humana. Ficou só, como garantia da sobrevivência da espécie, o desejo da procriação alicerçado em razões biológicas e psicológicas profundas, mas desvalorizado culturalmente e dificultado socialmente.

A situação objectiva da mulher do nosso país, a ter em conta certos índices reveladores das mudanças em curso, é bem elucidativa da magnitude da revolução.

Como escrevemos no *Público* de 5 de Abril de 1998, “é consensual a ideia de que o trabalho do futuro será cada vez mais qualificado. Privilegiando o ensino superior”.

Neste campo deu-se uma verdadeira revolução na relação entre os sexos, não só em toda a Europa, mas ainda mais marcadamente em Portugal. Não podemos esquecer, para o nosso país, o facto de que só em 1889 é que se licenciou a primeira mulher em Medicina (Elisa de Andrade) e em 1913 a primeira mulher em Direito (Regina Quintanilha).

Em 1963, já as alunas representavam 38 por cento dos estudantes universitários. Em 1997, 62 por cento dos estudantes do ensino superior são do sexo feminino! Num século, as mulheres, que praticamente não tinham acesso ao ensino superior, passaram a, manifestamente, dominá-lo.

Portugal encontra-se à cabeça de todos os países da União Europeia quanto à proporção de mulheres diplomadas pelo ensino superior em relação aos homens. Em 170 mulheres com diploma de ensino superior, encontramos 100 homens, para uma média comunitária de 110 para 100 (Eurostat, News Release, 09.98). No que diz respeito ao desemprego entre diplomados do ensino superior, também Portugal apresenta os melhores resultados da União Europeia favoráveis às mulheres (dois por cento de mulheres desempregadas, contra quatro por cento de homens).

Todos estes sucessos por parte das mulheres foram alcançados sem quotas!

As mudanças a nível dos valores e as mudanças reais deram-se progressivamente, sem ressentimentos, numa tranquila mas espantosa revolução na relação entre os sexos, que foi também sendo acompanhada por modificações profundas a nível dos direitos reais da mulher”.

Os direitos humanos e a democracia política, o controlo da natalidade, as revoluções tecnológicas, ao alterarem profundamente o mundo do trabalho, contribuíram decididamente para que os dois sexos tendessem para uma situação igualitária a todos os níveis da vida social.

Neste contexto, a mulher tem cada vez mais responsabilidades profissionais semelhantes às dos homens, acumulando com um papel no trabalho doméstico bastante mais activo que o do homem.

Todos estes factores precipitaram a família numa profunda crise.

A mulher, sendo que carreira profissional e vida pública são valorizadas e a vida doméstica não só é socialmente desvalorizada mas também perdeu muitos dos seus anteriores atractivos num mundo marcadamente comunitário, optou, como movimento social dominante, pela carreira profissional.

Ficou, todavia, com responsabilidades em actividades domésticas reduzidas quase que exclusivamente ao trabalho caseiro.

Esta situação acabou por ser extremamente gravosa para a condição feminina. Os dados de epidemiologia psiquiátrica revelam que, durante todo o século XX, em quase todo o mundo, aumentou a morbidade depressiva atingindo preferencialmente o sexo feminino.

Continua, contudo, sendo vítima (os trabalhos já clássicos de G. Brown – *Social Origins of Depression: a Study of Psychiatric Disorder in Women*, London, Tavistock, 1978 – demonstraram-no bem) se fica reduzida ao trabalho caseiro num mundo pobre de contactos como é geralmente o suburbano. A mulher, nestas condições, foi, pelo referido autor, caracterizada como pertencendo a uma população em risco de depressão.

No último meio século sucederam-se uma série de modificações em todos os planos, tornando a vida familiar cada vez mais frágil e a possibilidade de ter filhos cada vez menos atractiva.

Um outro factor, menos referido, contribuiu também para que esta situação se reforçasse: o desenvolvimento do estado social.

Desde finais do século XIX que o primeiro mundo vê desenvolverem-se movimentos sociais por iniciativa cívica, primeiro, religiosa, depois, procu-

rando contrariar os movimentos trabalhadores radicais (Bismarck na Alemanha), generalizando-se à Holanda, Áustria, Hungria, Rússia, Noruega, Suécia, França. Na primeira metade do século XX assumem progressivamente a forma de “Estado Social” ou “Estado Providência”, e são finalmente teorizados na Inglaterra por Beveridge, nos anos quarenta, segundo o modelo do “Welfare State”. Os partidos social-democratas, sobretudo nórdicos (canadiano, australiano etc.) transformam este movimento na pedra de toque das suas políticas sociais. Marcam todo o século XX, até serem finalmente postos em causa após o colapso do comunismo e a aceleração da mundialização, sobretudo financeira, segundo o modelo neoliberal.

Partindo das referências pragmáticas de Polanyi facilmente compreendemos as alterações que o estado social provocou no equilíbrio das diferentes lógicas económicas.

O trabalho doméstico, virado para o autoconsumo familiar, fundamenta-se numa lógica de reciprocidade. As duas gerações e sexos (tradicionalmente a colaboração de menores era decisivo nesta área), trabalhavam para o bem comum familiar segundo uma lógica de reciprocidade entre sexos e gerações. A invalidez, a doença, a velhice, as situações de dependência na maternidade e na infância, encontraram segurança e apoio no âmbito da família, no trabalho doméstico, ou pela solidariedade social, segundo a lógica da reciprocidade que, como já referimos, foi assegurada pelo casamento exogâmico.

A própria lógica de procurar ter muitos filhos compreende-se por razões de reciprocidade. Os filhos, produtivos e casados, eram uma garantia de apoio para a velhice. Valia a pena tê-los e criá-los.

O que de facto sucedeu, quando a lógica redistributiva representada pelo estado social, se substituiu à da reciprocidade, foi que, ter filhos, deixou de significar um contributo importante no trabalho doméstico e o principal apoio nas situações difíceis.

No mundo em que vivemos, e os dados demográficos do primeiro mundo provam-no, não existe praticamente nenhum reforço social significativo garantindo a estabilidade da família e valorizando o desejo de ter filhos.

Num ensaio publicado há alguns anos defendemos a tese de que só nos resta, como garantia de sobrevivência da espécie, o mecanismo psicológico de identificação por delegação (*Angústia Ecológica e Futuro*, Ed. Gradiva, 1992).

A identificação por delegação significaria, em última instância, a interiorização da noção de “nós”, de grupo, de prazer pelo que “nós” fazemos, transposto para a noção de humanidade, de “nós” humanos.

Nos nossos filhos e descendentes depositaríamos o que nos resta do desejo de eternidade. A herança, entre as quais a biológica, ou seja os filhos, vincularia esse desejo.

Mas, mesmo aqui, com a actual fortíssima socialização da herança, enfraqueceu o quadro familiar como projecto imaginário de continuidade.

A humanidade vive um terrível impasse, provocado pelo desenvolvimento do capitalismo, regressado no actual processo de mundialização ao estado selvagem.

Por todas as razões, ambientais, coesão social, democracia, mas também para preservarmos a continuidade da espécie humana pela via da família, precisamos de tomar medidas radicais e urgentes.

TERCEIRA PARTE

A desestruturação da família e a penalização do desejo de ter filhos antecederam a crise do conceito e função do trabalho.

Procurar vencer a actual crise da família pode ajudar a superar a crise do trabalho.

Simplificando as coisas, a actual crise do trabalho é sobretudo uma profunda crise do trabalho mercantil produtivo.

O que se passa é que o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias é cada vez menor o que significa, globalmente, desemprego, a nível mundial, para os sectores produtivos.

As revoluções tecnológicas que conduziram a esta situação proporcionaram uma acelerada criação de riqueza que beneficiou um sector muito restrito, classes altas de accionistas e quadros técnico-científicos, dos países que no contexto de mundialização lideram o processo de mudança e concentração. Assim, “nos EUA o salário médio diminuiu 20% em termos reais entre 1975 e 1995. Durante estes mesmos vinte anos, a riqueza produzida cada ano (PIB) aumentou cerca de 3/4, o que significa mais de 2000 biliões de dólares de 75 para 95 (...): mas o secretário de estado do comércio publica tranquilamente que 60% destas somas himalaicas foram embolsadas por somente 1% (leram bem: um por cento) dos Americanos” (citado de Michel Rocard, *Mes idées pour demain*, Ed. Odile Jacob, 2000, p. 199).

Perfilam-se no horizonte dois modelos extremos, compatíveis (!) com a ultrapassagem do actual estado das coisas.

A não haver intervenção política organizando o actual processo de mundialização, caminharemos para uma civilização mundial com elevadíssima concentração de riquezas. As elites de sucesso hiperocupadas e super-ricas controlariam, em certas regiões do mundo, uma legião de pobres que as serviriam, através de uma multiplicidade de pequenos serviços. Outras regiões do mundo seriam praticamente desligadas do sistema económico-financeiro mundial.

A outra possibilidade, é a de criarmos uma civilização com controlos políticos regionais e globais, dando às diferentes áreas e civilizações do planeta oportunidade de um desenvolvimento ecologicamente sustentável, respeitando regras ao nível dos direitos humanos e sociais.

Nas regiões mais desenvolvidas, o trabalho mercantil, em perda de importância num contexto global, seria partilhado com redução drástica do horário de trabalho e manutenção dos salários. Co-habitaria com outros tipos de trabalho também remunerados pelo reconhecimento da sua utilidade social.

Entre estas duas alternativas, uma sociedade elitista tecno-científica poten-

cialmente totalitária, e uma civilização de lazer profundamente igualitária, democrática, com forte coesão social e respeitadora da diversidade das culturas e do ambiente, existe um mundo de gradientes possíveis.

Mas é bem provável que a pressão das imensas massas humanas altamente qualificadas do primeiro mundo, as classes médias, se transformem numa fortíssima base de apoio pugnando pela segunda alternativa, para combater a desqualificação, degradação e proletarização a que estão expostas.

O debate quanto ao futuro do trabalho remunerado está no cerne das alternativas civilizacionais em questão. Se nos ocuparmos apenas da problemática do primeiro mundo, que cada vez mais nos dirá respeito, a criação de alternativas ao trabalho mercantil remunerado, no âmbito social, cultural, desportivo, ambiental, religioso, com particular incidência na resolução dos problemas locais, é o desafio que se nos coloca.

O debate em curso nos EUA e na Europa, sobretudo em França, aponta para caminhos diferentes, tendo a ver com tradições também diferentes. A evolução deste debate marcará, certamente, diferenças, mas os objectivos são, todavia, semelhantes.

O debate e a procura de soluções tornam-se mais claro, se tomarmos em conta o passado da experiência humana e a soubermos actualizar em novos contextos.

A grande novidade e a grande tragédia da nossa civilização foram a exploração, no processo de desenvolvimento capitalista, de um mercado de bens de consumo que progressivamente invadiu todos os domínios criando uma sociedade de mercado. A crise do estado providência é uma tentativa de destruir o que resta de uma lógica económica distributiva. O desaparecimento do estado social levaria a introduzir, dentro da lógica puramente mercantil, a doença, o desemprego, a velhice, exactamente aqueles que não estão em condições de lá entrar. Todos estes domínios se reduziriam a áreas de negócios.

O neoliberalismo criou uma situação podendo conduzir a uma imensa crise de superprodução e de colapso do sistema, pela redução do poder de compra dos consumidores que são a razão última do próprio funcionamento da economia de mercado. Há também razões puramente económicas para criar novas formas de financiamento dos potenciais consumidores, além das civilizacionais.

Uma das tendências mais fortes de inspiração sobretudo francesa, na tradição sindical das classes trabalhadoras, é a da redução do tempo de trabalho, a chamada partilha do trabalho mercantil útil. Não duvidamos de que este é um dos caminhos permitindo a largos sectores ameaçados de desemprego, de manterem as regalias e estatuto tradicional dos trabalhadores assalariados. Mas está limitado pela lógica e pelo âmbito do mercado produtivo.

Um segundo movimento, extremamente poderoso sobretudo nos EUA, é o que preconiza o financiamento dos movimentos cívicos. Os movimentos cívicos, no âmbito social, cultural, religioso, ambiental, político, desportivo, respondem a necessidades das populações segundo um modelo de trabalho voluntário, associativo.

Neles se traduziria uma participação basista, altamente diferenciada, singularizada nas motivações mais diversas da comunidade humana.

A tradição americana, neste domínio, é extremamente forte, e o seu financiamento dentro de uma lógica de mecenato e de redução nos impostos dos intervenientes é, eventualmente, o que mais se adequa à tradição cultural americana (Rifkin J., *La Fin du travail*, La Decouverte, 1996, para a tradução francesa).

Nesta tendência cultural mais marcadamente americana não podemos deixar de reconhecer a re-emergência da noção da reciprocidade, mesmo que camuflada por uma lógica que parece exclusivamente de dádiva. Mas, no seu funcionamento global, numa dada sociedade, tender-se-ia para todos darem e receberem, mesmo que alguns dessem mais numa perspectiva de mecenato e outros na perspectiva de trabalho social. A reciprocidade acabaria por invadir o cerne da própria economia capitalista mercantil, dado que a riqueza distribuída por mecenas os tornava também potenciais consumidores da diversidade da acção dos movimentos cívicos.

A tradição social-democrata e a tradição reivindicativa trabalhadora europeia tenderão para políticas de partilha do trabalho mercantil útil e financiamento público do referido trabalho cívico socialmente útil.

Fica-nos finalmente a economia doméstica, objectivo principal deste documento.

A economia doméstica, que Polanyi autonomizou, pode ser, como referimos anteriormente, esclarecida segundo o modelo da reciprocidade, do dom.

A economia doméstica, cuja contribuição para a produção de riqueza não pode ser de maneira nenhuma desvalorizada, não tem, no nosso tempo, qualquer tipo de reforço social. Bem pelo contrário, é denegada nas referências económicas, e tem um estatuto cultural e científico perfeitamente opaco. Contudo, estudos feitos em países da união Europeia revelam que “o número de horas de trabalho caseiro, incluindo o trabalho com os filhos, atinge uma média superior a 40 horas por semana, recaído sobretudo sobre as mulheres (Peter Cuyers, *Family issues between gender and generations*, European Observatory on Family Matters, May 2000, p. 36).

Mas, a economia doméstica, hoje praticamente reduzida às actividades caseiras, é fundamental para a preservação do núcleo familiar. Sem lides caseiras, realizadas pelos próprios ou por empregados domésticos, o espaço de cuidados familiares perde privacidade e a família estiola-se como instituição básica da sociedade. Favorecem-se as situações propícias ao divórcio e diminui o desejo de ter filhos e de os educar.

Nada de decisivo protege o espaço familiar, antes protegido por uma lógica da reciprocidade, que entretanto foi perturbada, como já referimos, pelo estado social. Para o reforço do espaço do casal e da família tende, contudo, uma das mais poderosas motivações da nossa civilização: a privacidade. A privacidade da família e do casal é também um dado cultural do nosso tempo, tendo mesmo contribuído para a criação da família moderna. A própria noção de liberdade

sobrepõe-se, em grande parte, ao direito de ter um espaço privado e íntimo, cada vez mais alargado por pressão da opinião pública dos países mais desenvolvidos. Há poderosas motivações culturais que lhe reforçam o sentido e a necessidade imperiosa.

Esgotada a lógica da reciprocidade, o casal transformou-se, todavia, em assalariados e os filhos em menores com direito à educação e não à “exploração” doméstica. O espaço familiar encontra-se extremamente vulnerabilizado. Podemos mesmo afirmar que o estado, através das obrigações que impõe ao casal em relação aos filhos, se apodera ilegitimamente do sacrifício dos primeiros. Documentos oficiais alemães (Funfter Familienbericht, Bonn, 1994) demonstraram que 90% dos custos com a educação dos filhos são suportados pelos pais e apenas 10% pela colectividade. Não nos podemos surpreender com a dramática quebra de fertilidade (Caldwell, JC, 1982, *The Theory of Fertility Decline*, Academic Press: London).

Uma maneira capaz de fortalecer a estabilidade da família, a disponibilidade parental para procriar e educar os filhos, é a de introduzir na economia doméstica, e na educação dos filhos, a lógica distributiva. O que na prática significa atribuir-se um salário ao trabalho doméstico desde que este corresponda à presença, sob a dependência do casal, de elementos de outra geração, pais ou filhos do referido casal. E contribuir, decisivamente, para os custos com a educação dos filhos.

É este o sentido da nossa proposta que responderia à necessidade de estabilizar a taxa de natalidade, reforçar os laços do casal, a disponibilidade para educar os filhos e apoiar a terceira idade em crescimento demográfico relativo, assim como dar resposta à actual crise do trabalho remunerado.

O diagnóstico da actual situação na Europa, no que respeita à maternidade e envelhecimento da população, foi sinteticamente feito por Wolf Gang Lutz no relatório “Determinants of low fertility and ageing prospects for Europe” (*Family issues between gender and generations*, European Observatory on Family Matters, European Commission, May 2000).

“Actualmente os índices de natalidade na Europa não são baixos, são extremamente baixos, a níveis impensáveis ainda há poucas décadas.

Todos os 42 estados da Europa têm índices de fertilidade abaixo do chamado nível de substituição de 2.1 filhos por mulher. Uma maioria de 24 estados tem mesmo índices de fertilidade de 1.5 ou menos (... lembramos que Portugal se encontra com índices de fertilidade de 1.4...).

Nestes estados, a geração actual só poderá ser substituída em dois terços, ou mesmo menos, dos seus actuais membros.

Todavia, com o aumento da esperança de vida, estes baixos níveis de fertilidade provocam um significativo envelhecimento da pirâmide etária.

O processo de envelhecimento já está a caminho podendo acelerar-se nos próximos anos. Traduzido em números exactos, a população da União Europeia envelhece 2.5 meses por ano, ou seja dois anos por década – e esta tendência continuar-se-á até ao próximo século XXI.

A proporção da população abaixo dos 20 cairá de mais de 23 para 19 %, enquanto que a proporção acima dos 60 aumentará de 21 para 34 %. Simultaneamente, à média da população Europeia, actualmente de cerca de 39 anos, alcançará os 45 anos cerca do ano 2030.”

Esta situação dramática, necessita de ser estabilizada, independentemente do julgamento que agora podemos fazer a respeito das necessidades populacionais do espaço Europeu, porque tende para atentar gravemente contra a coesão cultural, social e mesmo política do espaço Europeu.

Os riscos de instabilidade, racismo e xenofobia, podem pôr em perigo a construção da Europa política. Os problemas recentemente relacionados com a presença de partidos de extrema-direita no governo austríaco deviam funcionar como alerta para todos os que apostam numa Europa, comunidade de estados democráticos respeitadores dos direitos humanos.

Resumindo o que atrás referimos, a não expressão do desejo de maternidade e filiação no espaço Europeu traduz-se em grave quebra demográfica.

Vários factores contribuíram, potencializando-se, para que tal acontecesse.

Referimos cinco factores fundamentais:

A democracia liberal que se instalou em praticamente todo o primeiro mundo e que também se traduziu em direitos iguais para a mulher em relação ao homem.

O planeamento familiar eficaz em consequência dos avanços na biologia reprodutiva.

As transformações tecnológicas a nível do mundo do trabalho tornando a mulher perfeitamente adaptada para competir com o homem em pé de igualdade em praticamente todos os domínios.

A entrada impetuosa da mulher no campo não só da educação, mas também da formação profissional e no mundo trabalho onde, praticamente, não há lugares que lhe estejam vedados, apesar dos atropelos que ainda se podem encontrar tantas vezes penalizando a própria maternidade!

Substituição dos factores de segurança que antes residiam sobretudo no quadro da família e comunidade para o âmbito estatal, através do estado social, o que, paradoxalmente, de facto contribuiu para destruiu um factor social de reforço favorecendo a natalidade.

Por outro lado, o alongamento da esperança de vida proporciona um crescimento das populações idosas, o que associado à quebra de natalidade provoca uma inversão da pirâmide etária. O primeiro mundo é assim colocado em face à necessidade de estabilizar a quebra de natalidade a níveis de substituição (2.1 filhos por casal) e prepara-se para dar apoio a uma população idosa cada vez mais presente. Seria aconselhável que o apoio aos idosos tivesse também uma forte componente familiar. Nas sociedades democráticas avançadas em que vivemos, a noção de privacidade, de liberdade de escolha, de igualdade de direitos e de oportunidades entre os sexos, são adquiridos civilizacionais consensuais que só profundas e dramáticas crises poderão por em causa. Sendo de temer que o agravar da actual situação contribua para preparar, pela quebra da

natalidade, destruição do estado social e tensões provocadas pela imigração, soluções autoritárias indesejáveis.

É mais consentâneo com os valores que actualmente partilhamos e pelos quais pugnamos, procurar prevenir as consequências da desagregação da família e da grave crise demográfica que se prevê, com medidas positivas, com incentivos económicos e materiais.

A nossa proposta de financiar o trabalho doméstico quando, pela co-habitação, o casal ajudar a dar resposta a cada uma das referidas situações ou às duas, assim como aumentar significativamente o apoio à educação dos filhos, poderá contribuir para a resolução de um dos mais preocupantes problemas que se põem ao primeiro mundo. Representa, de facto, substituir a lógica da reciprocidade, motor da solidariedade intergeracional na família no passado, e ameaçada pela economia distributiva, pelo reforço da própria lógica distributiva. Responsabilizando toda a comunidade pela necessária solidariedade para com a célula familiar, a lógica distributiva iria ajudar a família, quando no actual contexto de trabalho doméstico contribuiu para a enfraquecer.

Deixamos, propositadamente, a nossa proposta no estado de uma certa indefinição. Necessita de ser aprofundada. O que pressupõe uma avaliação rigorosa da eficácia das medidas que têm sido experimentadas, em diversos países e no nosso, para valorizar a família e a maternidade, a educação dos filhos, que não tivemos ainda condições para fazer. Interessa também ponderar a necessidade de cuidar da igualdade na relação entre os géneros.

Só após este trabalho se poderá elaborar propostas bem mais específicas sobre a participação social na educação dos filhos e a remuneração do trabalho doméstico, que especifiquem quando, quem e como deve ser feita esta remuneração. A nossa proposta deverá mesmo, como mais genérica, dispensar outras já existentes na mesma área.

O recente “baby boom” sueco e mesmo finlandês, a maior fertilidade nas regiões francesas com um mais amplo apoio de serviços, deverão ser cuidadosamente estudados.

Em Singapura, a fertilidade aumentou de 15% a partir de 1985 após medidas compreendendo redução de impostos para o terceiro ou quarto filho, subsídios para instituições de apoio à criança, prioridade no aluguer de novas casas. A nossa proposta procura, todavia, complementar outras iniciativas para o mesmo fim, atacando o cerne do problema, sempre ocultado, ou seja os custos do trabalho doméstico quando co-habitam duas gerações da mesma família e os custos para o casal com a educação dos filhos.

Não deverão ser as únicas medidas neste amplo domínio. Mas poderão, com mais eficácia e verdade, substituir acções avulsas que não encaram o problema de frente, e não valorizam e gratificam o que deve ser gratificado. O subsídio mínimo garantido pode ser encarado, não como uma medida puramente caridosa, que em certos casos se justifica, mas mais positivamente e sempre que possível como financiamento de trabalho doméstico e de educação dos filhos, ou de outras actividades socialmente úteis.

O certo é que a viabilização da nossa proposta contribuirá para dar resposta às medidas sugeridas pelos mais eminentes peritos neste domínio:

“Ter filhos deve tornar-se numa escolha racional de um ponto de vista económico (...) devemos assegurar-mo-nos que os filhos sejam considerados como uma parte da produção social obrigando a sociedade a providenciá-los (...) e que as famílias com crianças sejam compensadas de molde a que o seu nível material de vida seja igual às famílias sem crianças.”

(Jens Qvortrup, *Family Issues Between Gender and Generations*, European Observatory on Family Matters, European Commission, May 2000, p. 71-72).

NOTAS

- ¹ Comunicação apresentada no II Congresso Internacional Família e Saúde Mental, ISPA, Lisboa, 2002.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	3
NOTA DE ABERTURA	5
PREFÁCIO	7
<i>Jorge Sampaio</i>	
APRESENTAÇÃO	11
<i>Isabel Babo Lança</i>	
EURICO FIGUEIREDO. O UNIVERSITÁRIO E O POLÍTICO	17
<i>Fernando de Sousa</i>	

INVESTIGAÇÃO

EURICO FIGUEIREDO: UM PSICANALISTA DE INTERFACES	39
<i>Frederico Pereira</i>	
A SAÍDA DE CASA: A SEPARAÇÃO DA FAMÍLIA NA PÓS-ADOLESCÊNCIA	59
<i>Manuela Fleming</i>	
PSICOPATOLOGIA DA MATERNIDADE E PATERNIDADE	83
<i>Bárbara Figueiredo</i>	
UMA REFLEXÃO SOBRE VALORES	101
<i>Isabel Babo Lança</i>	
SENTIMENTO DE IMORTALIDADE SIMBÓLICA E ANSIEDADE PERANTE A MORTE EM TOXICODEPENDENTES	123
<i>Carlos Amaral Dias e Luís Manuel Jesus Loureiro</i>	
IMORTALIDADE SIMBÓLICA E IDENTIFICAÇÃO POR DELEGAÇÃO. OS CONTRIBUTOS DE ROBERT JAY LIFTON E EURICO FIGUEIREDO	133
<i>Paula Isabel Santos</i>	

ACTIVIDADE INSTITUCIONAL

NAS BIOMÉDICAS (ICBAS)	141
<i>Nuno Grande</i>	
NO HOSPITAL MAGALHÃES LEMOS	147
<i>António Leuchner</i>	

PARTICIPAÇÃO CÍVICA E ACÇÃO POLÍTICA

EURICO FIGUEIREDO E A POLÍTICA DA DROGA	153
<i>Paulo Mendo</i>	
PASSADO E FUTURO DE UMA RELAÇÃO DE AMIZADE... PASSANDO POR FOZ CÔA ...	157
<i>Carlos Antunes</i>	

OS FUNDAMENTOS DA IDEIA REGIONALIZADORA E O PAPEL DE EURICO FIGUEIREDO NO PROCESSO REFERENDÁRIO DA DÉCADA DE NOVENTA	165
<i>Fernando Condesso</i>	
INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ: POR CONVICÇÕES FUNDADAS	195
<i>António Braga</i>	

TESTEMUNHOS

EURICO FIGUEIREDO INDAGADOR	209
<i>Medeiros Ferreira</i>	
LANÇAMENTO DO VINHO “SOLAR DO PRADO”	217
<i>António Barreto</i>	
8.ª FOTO: EURICO FIGUEIREDO	221
<i>António Tavares-Teles</i>	

DOSSIER

Textos de Eurico Figueiredo

AS GRAVURAS NÃO SABEM NADAR	225
A DECLARAÇÃO DE TOMAR E A GLOBALIZAÇÃO	231
MOVIMENTOS CÍVICOS E CIDADANIA. RAZÕES PARA OS APOIARMOS	257
DESPENALIZAR O CASAL COM FILHOS	277
NOTA SOBRE OS AUTORES	297
RESUMOS/ ABSTRATS	301
NOTÍCIAS	311
CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE	319

Colaboraram neste número:

António Barreto
António Braga
António Leuchner
António Tavares-Teles
Bárbara Figueiredo
Carlos Amaral Dias
Carlos Antunes
Fernando Condesso
Fernando de Sousa
Frederico Pereira
Isabel Babo Lança
Jorge Sampaio
Luís Manuel Jesus Loureiro
Manuela Fleming
Medeiros Ferreira
Nuno Grande
Paula Isabel Santos
Paulo Mendo



Fundação Eng. António de Almeida



Universidade do Porto



UNIVERSIDADE LUSÍADA PORTO



Carnady®
Comércio Internacional, Lda



GOVERNO CIVIL DO PORTO



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Portugal

ISSN 0873-1861



9 770873 186002